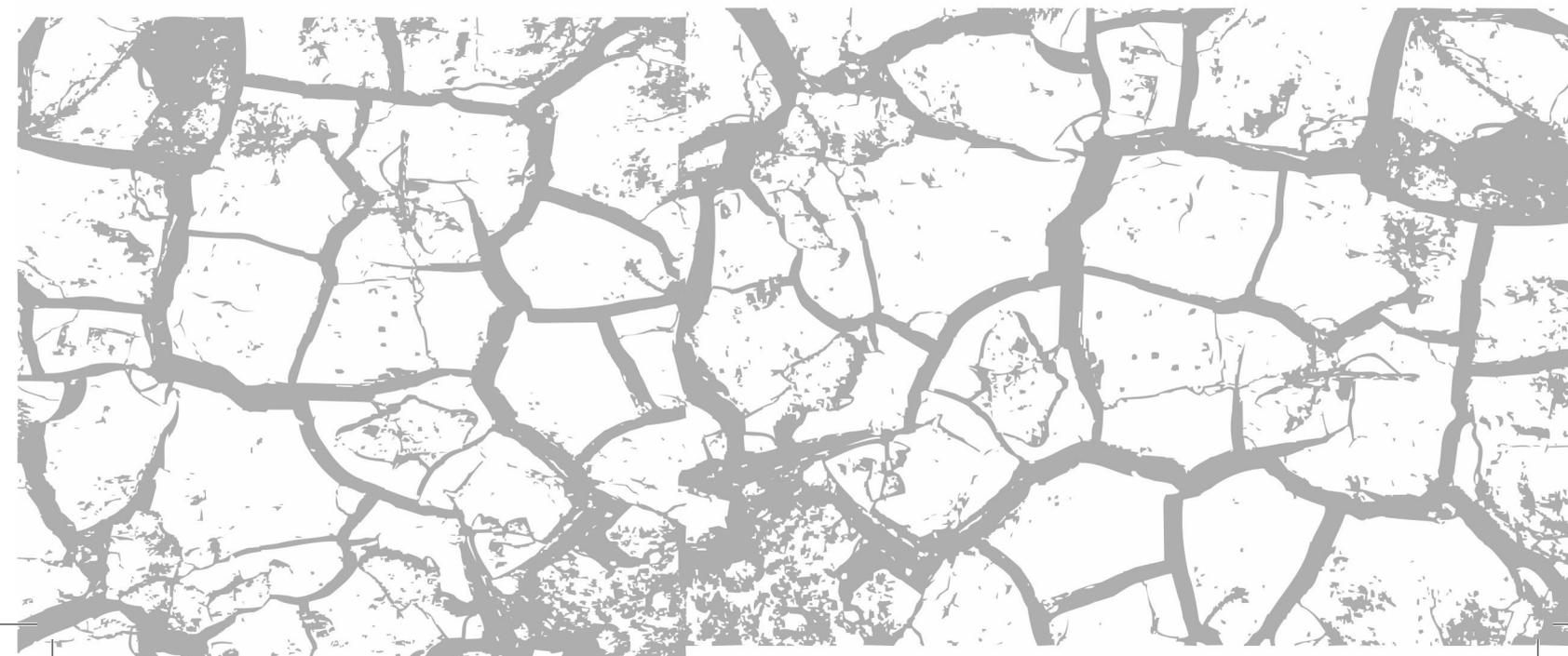


ISSN - 1676-661

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2010

Comissão Pastoral da Terra



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2010

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, no 35, 1 andar – Centro - 74030-090

Caixa Postal 749 - 74001-970

Goiânia-GO

Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405

Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br

Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo Brasil 2010 / CPT; organização e seleção:

C748 Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski – Goiânia: CPT, 2011.
184p. : fots., maps., tabs.

Vários autores.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.

ISBN 978-85-7743-176-2

1. Violência no campo. 2. Conflitos no campo.
3. Reforma Agrária. 4. Direitos humanos e legislação ambiental I. Canuto, Antônio, coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva, coord. III. Wichinieski, Isolete, coord. IV. Comissão Pastoral da Terra. V. Título.

CDD 303.6
307.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Coordenação da CPT

Ladislau Biernaski – Presidente

Enemézio Ângelo Lazzaris – Vice-presidente

Dirceu Luiz Fumagalli

Edmundo Rodrigues Costa

Flávio Lazzarin

Hermínio Canova

Isolete Wichinieski

Lucimere da Silva Leão

Documentalistas CPT Nacional

Alline Barboza de Abreu

Cássia Regina da Silva Luz

Múria Carrijo Viana

Documentalistas Regionais

Ana Miranda Costa - Espírito Santo

Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá

Célio Lima Silva – Acre

Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins

Eliana Santos Costa – Mato Grosso

Inaldo da Conceição V. Serejo - Maranhão

Isabel Cristina Diniz – Paraná

José Iborra Plans – Rondônia

José Valmezi de Souza – Santa Catarina

Juvenal Rocha/Ínes de Fátima Polidoro – Rio de Janeiro

Lucimone Maria de Oliveira – Goiás

Luiz Antônio Pasinato – Rio Grande do Sul

Maria Alves Lima – Ceará

Maria Clara Ferreira Motta/Auriéidia Marques da Costa - Amazonas

Nayara Cristina Cendon – Minas Gerais

Raimunda Regina Ferreira Barros – Pará

Renata Costa César de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)

Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul

Roseilda Cruz da Conceição – Bahia

Roselei Bertoldo/Gregório F. Borges – Piauí

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva

Elídia Morais Aguirre

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Foto capa: João Zinclar

Organização e seleção de documentos

Gelza G. Melo

Jean Ann Bellini

Maria Joana Poletto

Nara Letycia Martins Silva

Soledade Sousa de Almeida

Thays P. Oliveira

Weniskley Coutinho Mariano

Apoio

EED Evangelischer Entwicklungsdienst

Fundação Eugen Lutter

Solidaridad

Pão para o Mundo

Às companheiras **Marilene, Marta e Trindade,**
agentes da CPT da Bahia e do Tocantins.
pessoas que souberam compartilhar experiências e
construir laços de amizade, na luta em defesa dos
pobres da terra e das águas.

Ao companheiro **José Maria Filho,**
assassinado por denunciar a contaminação da
água, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos na
Chapada do Apodi, CE.



SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos conflitos no campo – 2001-2010	15

Conflitos no Campo

Conflitos e violência: quando o econômico monopoliza o valor da água	17
<i>Antônio Canuto, Roberto Malvezzi</i>	
Tabela 2 – Conflitos no campo Brasil.....	21
Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil	55
<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	

Terra

Tabela 3 – Violência contra a ocupação e a posse (síntese)	64
Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades	65
<i>Dário Bossi, Danilo Chammas, Bruno Milanez, Marcelo Sampaio Carneiro</i>	
Tabela 4 – Conflitos por terra (síntese).....	75
Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária.....	76
<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	

Água

Belo Monte – violações a direitos humanos e à legislação ambiental	84
<i>José Guilherme Carvalho Zagallo</i>	
Tabela 5 – Água (síntese).....	87
O Baixo Amazonas entre conflitos.....	88
<i>Pe. José Cortes</i>	

Trabalho

Como, quando e de onde os trabalhadores falam.....	95
<i>Adonia Antunes e Ricardo Rezende</i>	
Tabela 6 – Conflitos trabalhistas (síntese).....	103

Violência contra a pessoa

Tabela 7 – Violência contra a pessoa (síntese).....	106
A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra	107
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Paulo Roberto Raposo Alentejano</i>	

Tabela 8 – Assassinatos.....	115
Do chão da noite escura, uma luz radiante.....	116
<i>Diogo Cabral, Inaldo Serejo, Rafael da Silva</i>	
Tabela 9 – Tentativas de assassinato.....	125
Pescadores artesanais do RJ assassinados pelo projeto da Petrobrás.....	127
Tabela 10 – Ameaçados de morte.....	128
José Maria Filho, uma voz que ainda ecoa no vale do Jaguaribe.....	133

Manifestações

As ações dos movimentos sociais no campo em 2010.....	136
<i>João Cleps Jr.</i>	
Tabela 11 – Manifestações (síntese).....	143

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades.....	165
Fontes de pesquisa.....	172
CPT no Brasil.....	180

Apresentação

Enquanto estávamos terminando a edição de *Conflitos no Campo Brasil 2010*, violentas catástrofes naturais se abateram sobre o Japão com um terremoto de magnitude sem precedentes, acompanhado de um *tsunami* que deixou um rastro de destruição e morte. Ao mesmo tempo, no Paraná, as fortes chuvas alagaram cidades, destruíram casas, estradas, lavouras, antes mesmo de o Brasil ter acordado do pesadelo que se abateu sobre a região serrana do Rio de Janeiro. Ao lado destas catástrofes naturais, uma impressionante revolta social. Essa na Rondônia, na construção da Hidrelétrica de Jirau. Trabalhadores se levantam, queimam ônibus, alojamentos, refeitórios e tudo o que havia. 22.000 trabalhadores elevam a voz contra as más condições de trabalho, contra maus tratos e o total desrespeito aos seus direitos.

Parte das catástrofes naturais se inserem num quadro alarmante de mudanças climáticas, provocadas, sobretudo, pela ação insensata da humanidade que destrói o meio ambiente, alterando o equilíbrio da natureza. A Campanha da Fraternidade 2011 vem alertar as consciências sobre esta trágica realidade. Já as revoltas sociais escancaram a que ponto chega a exploração humana e o nível de desigualdade sobre a qual se alicerça.

As duas, porém, tem uma mesma origem e raiz e a mesma visão idolátrica de um desenvolvimento sem limites. Desenvolvimento que exige, por um lado, a transformação de tudo o que a natureza prodigamente oferece em mercadoria e, por outro, o sacrifício de milhões e milhões de vidas humanas para que uma pequena minoria possa usufruir de um padrão de vida em que não há mais lugar para a simplicidade e a austeridade.

É neste contexto que esta edição mostra que Conflitos e Violência permanecem numa trágica monotonia. Aumentou o número de assassinatos que saltou de 26, em 2009, para 34 em 2010, 30% a mais. O trabalho escravo, mesmo apresentando números menores, continua a ser utilizado sem

o menor prurido. Salta à vista, porém, o impressionante aumento de conflitos pela água, 93,3% a mais que o ano anterior.

Estes conflitos atingem famílias e comunidades que têm terra, casas e benfeitorias alagadas pelas barragens das hidrelétricas ou que são impedidas de ter o livre acesso às fontes, ou que tem sua água contaminada pelos agrotóxicos das grandes monoculturas ou pelos resíduos da mineração. Conflitos que na outra ponta envolvem trabalhadores da construção das grandes obras. Como ressalta o texto que analisa estes conflitos, é o econômico que se sobrepõe a qualquer outra dimensão e valor da água. E tudo com o apoio e investimento do governo federal, que a todo custo quer impor seus grandes projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, sem dar ouvidos a cientistas, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e às comunidades tradicionais que historicamente acumularam saber na relação com as águas e a natureza que alertam para os imensuráveis impactos negativos que os mesmos provocam. Os impactos sociais e ambientais acabam se tornando mero detalhe, um apêndice sem muita importância. Como analisa Guilherme Zagallo, tudo se torna um “Belo Monte de violações a direitos humanos e à legislação ambiental”.

Ao lado dos conflitos pela água avolumam-se os conflitos envolvendo a mineração. Ao todo 58. Povoados, assentamentos, comunidades e povos tradicionais são atropelados para garantir os lucros das empresas mineradoras. Tornam-se assim “reféns da riqueza de sua própria terra”, como diz o texto do Pe. Dário Bossi *et alii*.

Um destaque importante nos conflitos por terra em 2010, e que é analisado tanto pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, quanto pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, é o significativo decréscimo no número de ocupações e acampamentos, enquanto que os demais conflitos por terra tiveram um sensível crescimento de 21% em relação a 2009, e de 39% em relação a 2008.

Segundo Oliveira, a principal novidade que os dados apresentam é “o retorno, depois de mais de 30 anos, do protagonismo dos posseiros na luta pela terra”. Já Porto-Gonçalves ressalta que “a queda das ações protagonizadas pelos movimentos sociais se dá em todas as unidades da federação” e afirma que o principal êxito da atual política do governo em relação aos expropriados e espoliados do campo é “a imobilização social que produz”.

Entre as comunidades mais afetadas por conflitos em 2010, estão as quilombolas com 79 conflitos, acompanhados de muita violência, inclusive com o assassinato de uma liderança. Como bem pontuam os autores do texto “Do Chão da noite escura, uma luz radiante”, “apesar de tudo, os/as quilombolas do Brasil estão re-escrevendo a histó-

ria ao desafiar a ordem imposta pelo latifúndio escravocrata que persiste em querer ditar as relações sociais de produção a ferro e fogo”.

Não surge no horizonte a possibilidade do fim dos conflitos no campo. Sente-se sim um deslocamento maior para as áreas das comunidades tradicionais por se negarem a se incluir na dinâmica do mercado. O avanço do capital, tanto o nacional e sobretudo o internacional, sobre as terras brasileiras, indica que “a disputa territorial será o tema principal da questão agrária nos próximos anos”, diz o professor Bernardo Mançano, e este avanço está sendo feito “na lei ou na marra”, nas palavras de Porto-Gonçalves.

A Coordenação Nacional da CPT

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de Cadernos. Durante este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em âmbito nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas. A partir de 2008, este acervo começou a ser digitalizado.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de

justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo o esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. As pesquisas secundárias são realizadas através de levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e igrejas; declarações e cartas assinadas e boletins de ocorrência.

A partir de 2009 contamos com uma outra fonte de pesquisa que é a Rede Data Luta, composta por professores e estudantes universitários que se ocupam em sistematizar e analisar a luta pela Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais do campo. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características.

A partir de 2008, o Setor de Documentação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra iniciou o processo de digitalização de todo seu acervo de documentos sobre conflitos no campo e também os documentos institucionais.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais

no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social. Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em tempos de seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados. Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e ou a agressão física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o

nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.

2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área pode ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e ou falhas de políticas públicas. Por ausência e ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.
3. Uma terceira tabela com as Ocupações de terra.
4. Uma quarta tabela com os acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominada “Violência contra Ocupação e a Posse”.

Os conflitos pela água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta

de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração, desrespeito trabalhista e ações de resistência.

O Trabalho escravo tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barração”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto.

Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

As situações de superexploração que acontecem na esfera salarial, dizem respeito às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; o desrespeito trabalhista que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho; e as ações de resistência que são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela onde estão registradas as manifestações de luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse.

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

TABELA 4 - Terra

Esta é uma síntese do eixo terra organizada em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com quatro blocos de informações: 1. Trabalho Escravo: consta o número de ocorrências, quantidade de tra-

balhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de menores. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de menores. 3. Desrespeito Trabalhista: número de trabalhadores na denúncia. Total: Soma dos conflitos trabalhistas e do número de trabalhadores envolvidos. 4. Ações de Resistência: registra-se o número de ocorrências e o número de pessoas envolvidas.

TABELA 7 - Violência contra a pessoa

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima da violência.

TABELA 11 - Manifestações

Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

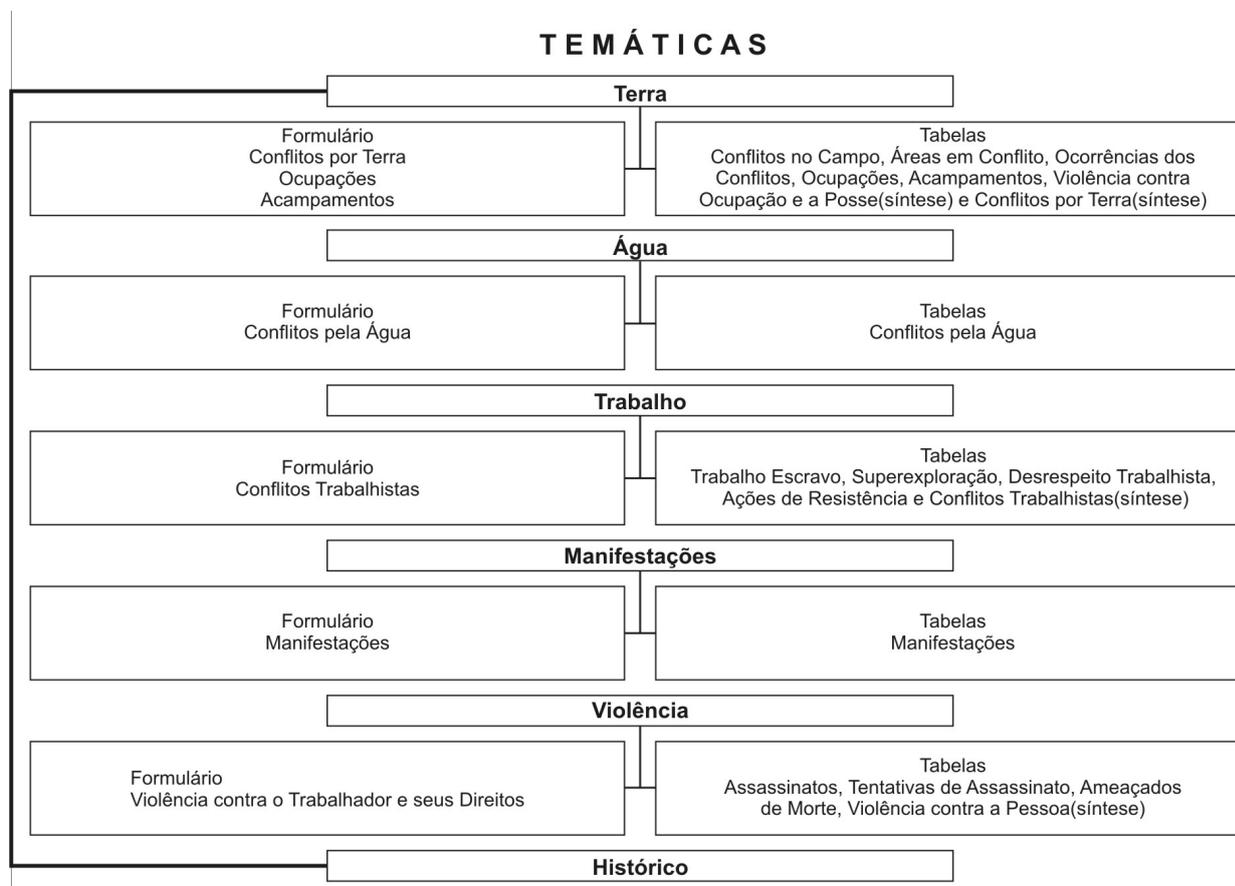
A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Organograma dos temas do DATA CPT

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

Organograma dos temas do DATA CPT

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



Comparação dos Conflitos no Campo (2001- 2010)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	366	495	659	752	777	761	615	459	528	638
Ocupações	194	184	391	496	437	384	364	252	290	180
Acampamentos	65	64	285	150	90	67	48	40	36	35
Total Conf. Terra	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854	853
Assassinatos	29	43	71	37	38	35	25	27	*25	30
Pessoas Envolvidas	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935
Hectares	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	45	147	238	236	276	262	265	280	240	204
Assassinatos	4	1		2		3	1	1		1
Pessoas Envolvidas	2.416	5.559	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163
Superexploração e Desrespeito Trabalhista	25	22	97	107	178	136	151	93	45	38
Assassinatos	1		2			1				1
Pessoas Envolvidas	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643
Total Conf. Trabalhista	70	169	335	343	454	398	416	373	285	242
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos		14	20	60	71	45	87	46	45	87
Assassinatos							2		1	2
Pessoas Envolvidas		14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210
Outros ***										
Nº de Conflitos	129				52	2	8			4
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	106.104				43.525	250	3.660			4.450
Total										
Nº de Conflitos	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186
Assassinatos	29	43	73	39	38	39	28	28	26	34
Pessoas Envolvidas	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401
Hectares	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343

*** Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2010 foram registrados 4 conflitos de seca.

*Após o fechamento da edição de 2009, chegou ao nosso conhecimento o assassinato de Raimundo Nonato, e os dados relativos a ele, o que altera o número de 24 para 25 vítimas de assassinato nos Conflitos por Terra e o total Brasil que passa a ser 26 vítimas.

Foto: José Plácido da Silva



Maria de Nazareth, a última expulsa das ilhas de Sirinhaém, Pernambuco, em 11/11/2010, pela usina Trapiche.

Conflitos no Campo

Conflitos e violência: quando o econômico monopoliza o valor da água

Roberto Malvezzi*
Antônio Canuto**

Desde que a CPT incorporou a temática da água, em 1999, como um dos seus grandes eixos de trabalho, envolvendo lutas concretas, reflexões e produções teóricas, estava no horizonte que os conflitos pela água aumentariam em todo o território brasileiro, assim como acontece em outros cantos do mundo. A política agressiva de privatização e mercantilização das águas, promovida pelas transnacionais do setor, mediada por organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, sustentada internamente por governos nacionais, obviamente não poderia gerar outra situação que não fosse o aumento da tensão.

Embora o Brasil tenha ficado no meio do caminho em termos de privatização, já que constitucionalmente a água é um bem público, levou à frente a política nacional de água, privatizando seu uso através das outorgas. Como já dissemos em outras reflexões, a outorga poderia até garantir o uso sustentável de um determinado corpo d'água, mas não pode garantir a equidade social de seu uso, já que pode haver desequilíbrio – ou injustiça – na concessão das outorgas.

É bom lembrar que a Lei 9.433, conhecida por Lei Nacional de Recursos Hídricos, que instituiu nosso sistema de gerenciamento e a política dos recursos hídricos (é bom conservar os termos da lei), foi estabelecida em 1997. De lá para cá assistimos em todo o Brasil a implementação dos vários organismos do sistema, a começar pelos comitês de bacia. E conjuntamente começou a prática da cobrança pelo uso da água.

Desde cedo, não só a CPT, mas também setores dos movimentos sociais, ONGs, igrejas, militantes

de direitos humanos, sabiam que a água não é um bem como qualquer outro. Já sabíamos que era um elemento essencial a todas as formas de vida, e defendíamos, como na Campanha da Fraternidade de 2004, que fosse reconhecida como um direito fundamental de todo ser humano, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos. Essa afirmação já vinha na contramão da história promovida pelos pretensos donos da água, que a queriam e querem como uma mercadoria como qualquer outra, sujeita às leis do mercado, com apropriação privada.

Ainda mais, diante da insistência dos grupos interessados em atribuir um valor econômico à água, sempre reafirmamos que ela tem, sobretudo, um valor biológico, ambiental e social. Fizemos a distinção que a água é muito mais que “recurso hídrico” e que, além de múltiplos usos, a água tem múltiplos valores e dimensões, como a dimensão paisagística, estética, religiosa, medicinal, e por isso tem interface com várias áreas do conhecimento, não apenas com os especialistas em recursos hídricos, sem evidentemente negar que eles também têm uma palavra a dar sobre a questão.

Crescem os conflitos pela água

O olhar vesgo e interesseiro do capitalismo que insiste em só ver o valor econômico da água, é que está na origem e, cotidianamente, alimenta os graves e sérios conflitos em relação a este bem da criação, e que a CPT começou a registrar sistematicamente todos os anos a partir de 2002. Antes disso, a CPT já registrava os conflitos relativos às barragens. Mas, a partir de 2002, a CPT decidiu registrar e publicar anualmente outros tipos de conflitos pela água, como os relativos à apropriação particular e ao seu uso e preservação. Estes conflitos, conforme consta da metodologia aplicada,

* Agente da CPT

** Secretário da coordenação nacional da CPT

são relacionados a alguma destas situações: “diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural das famílias atingidas; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou o não reassentamento de famílias atingidas por algum projeto, sobretudo o de construção de barragens; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.”

Os Conflitos pela Água, como a CPT os entende, são “ações de resistência, em geral coletivas, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.”

Os conflitos indicam os rumos que estamos trilhando e, portanto, onde iremos chegar. Esses dados não ilustram apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro que desenhamos para as gerações que irão nos suceder.

Em 2010 registrou-se o maior número de conflitos pela água, desde o ano de 2002. Foram 87 conflitos, nos quais estiveram envolvidas 197.210 pessoas, 93,3% maior que o ano anterior, em que foram registrados 45 conflitos, porém, -2,2% menor em relação ao número de pessoas, 201.675. Número igual ao de 2010, 87 conflitos, foi registrado em 2007, mas o número de pessoas afetadas foi menor, 163.735 pessoas.

Tabela 1 - comparativa dos Conflitos pela água - 2002-2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Conflitos	14	20	60	71	45	87	46	45	87
Assassinatos						2		1	2
Pessoas Envolvidas	14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210

Dos conflitos de 2010, 54% estiveram relacionados ao uso e preservação da água, 31% a barragens e 25,5% açudes e 9% à apropriação particular, 10,39% aconteceram nas seguintes situações: destruição e/ou poluição, pesca predatória, divergências na comunidade, impedimento de acesso à água, expropriação ou ameaça de expropriação, não reassentamento ou falta de projeto de assentamento ou reassentamento inadequado, não cumprimento de procedimentos legais.

O estado que registrou o maior número de conflitos pela água foi a Bahia com 15, quatro relativos a barragens e 11 ao uso e preservação. Minas Gerais teve o registro de 11 conflitos, 6 relativos às barragens e 5 ao uso e preservação.

A região Nordeste concentrou o maior número de registros (38), 43,7%, seguida pelo sudeste (22), 25,5%, Norte (17), 19,5% e Centro-Oeste e Sul (5 cada um) 5,7%.

Tabela 2 - Conflitos pela Água 2010

	Conflitos	Famílias	Barragens e açudes	Famílias	Uso e preservação	Famílias	Apropriação particular	Famílias
Norte	17	12.063	9	11.547	6	496	2	20
Nordeste	38	14.158	8	5.209	24	8.632	6	317
Centro-Oeste	5	892	3	780	1	96	1	16
Sudeste	22	11.004	7	1.630	15	9.374		
Sul	5	1.325	4	1.265	1	60		
Brasil:	87	39.442	31	20.431	47	18.658	9	353

Barragens: Comunidades e trabalhadores são atingidos

Os conflitos relativos às barragens envolvem, por um lado, as comunidades que são atingidas diretamente pela construção e que terão suas terras, casas e benfeitorias alagadas pelo lago formado para o funcionamento da hidrelétrica, e por outro lado envolvem trabalhadores da construção.

Estes últimos são, muitas vezes, submetidos a mais que precárias condições de trabalho e sofrem as mais diversas formas de exploração. Quando estávamos concluindo este texto, a imprensa nacional noticiou os graves conflitos ocorridos no canteiro de obras da usina de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Houve queima de ônibus, destruição de alojamentos, refeitórios e outros espaços. A empresa construtora divulgou que os conflitos surgiram por desentendimentos entre os trabalhadores, entre motoristas e trabalhadores. Tentou tapar o sol com a peneira. De acordo, porém, com nota divulgada pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, no dia 17 de março de 2011, o que na realidade acontece é que os mais de 15 mil operários da obra “estão em situação de superexploração, com salários extremamente baixos, longas jornadas e péssimas condições de trabalho, existe epidemia de doenças dentro da usina e não existe atendimento adequado de saúde, o transporte dos operários é de péssima qualidade, sofrem com a falta de segurança e mais de 4.500 operários estão ameaçados de demissão”.

Esta situação não é privilégio de Jirau. Esta edição do Conflitos no Campo Brasil registra, em junho de 2010, uma greve que paralisou as obras de construção da hidrelétrica de Santo Antonio, também no Rio Madeira. 7.000 trabalhadores interromperam as atividades, reivindicando melhores condições de trabalho e assistência médica. Também as obras da PCH Pratas, em Bandeirante, SC, foram paralisadas, em novembro de 2010, por melhores condições de trabalho e pagamento de salário.

Além destes conflitos, os problemas e impactos da construção das hidrelétricas provocou manifestações em todo o Brasil, sobretudo nas regiões mais afetadas pelos projetos. Foram o alvo de 49, das 101 manifestações, 48,5%, envolvendo a temática da água. 22 destas 49 manifestações, 44,9%, foram contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. No Pará, 75%, 12 das 16 manifestações registradas. As demais ações aconteceram nos estados do Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rondônia, além do Distrito Federal.

Interesses que geram violência

Além da violência que significa as famílias serem expulsas da terra ou verem suprimidos seus meios de vida pelos interesses de grandes empresas e projetos, os conflitos pela água são acompanhados de violência contra pessoas físicas. Os números de 2010 deixam isso muito claro. Houve 14 ameaças de morte, 4 tentativas de assassinato, 2 prisões e dois assassinatos. O do pescador Márcio Amaro, no município de Magé, RJ, num conflito que envolve as empresas GDK e Oceânica, contratadas pela Petrobras, para a construção de um duto submarino para o transporte de gás e que tem afetado a vida de milhares de pescadores, e o de José Maria Filho, em Limoeiro do Norte, CE, liderança que elevava sua voz, denunciando as agressões aos direitos humanos, sobretudo a contaminação da água pelo uso dos agrotóxicos². Cinco dos seis conflitos por água no Rio de Janeiro estão relacionados ao caso em que se deu o assassinato do pescador Márcio Amaro.

Quando projetos governamentais e interesses empresariais se encontram

Pelo que se vê, a água brasileira é disputada ferozmente pelas empresas que se nutrem das hidrelétricas, da irrigação, da indústria e da pesca industrial, sem falar do uso doméstico através de empresas públicas ou serviços terceirizados. E tudo com o apoio do governo federal que, a todo custo, quer impor

¹ Veja texto sobre este assunto na página 84 desta edição.

² Veja texto nas páginas 127 e 133 desta edição.

seus grandes projetos sem dar ouvidos a cientistas, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil, que alertam para os imensuráveis impactos negativos que os mesmos provocam. Grandes projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, e para os quais há abundância de recursos através do BNDES. O mega-projeto da Transposição das Águas do São Francisco está aí para comprovar isto, como comentei num texto que fiz no começo de março deste ano com o título “As vacas pastam na transposição.”

“Apesar do marketing feroz do governo, a transposição do São Francisco agoniza. Os canais já revestidos racham ao sol. As partes apenas desmatadas vão sendo recobertas pela capoeira e servem de pasto para os animais. Só de Icó Mandante até Serra Negra são 70 km retomados pelo mato. Nas cidades onde a obra passou, como Petrolândia, ficou o desemprego, além de uma renca enorme de problemas, como famílias desmanteladas e a entrada do crack em pleno sertão pernambucano.

O ministro da Integração, Fernando Coelho, já disse que o custo da obra passou de cinco para sete bilhões. Ainda mais, afirmou que o eixo leste só estará pronto ao final de 2012 e o eixo norte ao final de 2013.

A comunidade de Serra Negra trancou as porteiças para a empresa, porque o governo - ou saibamos lá quem - se recusa em refazer um posto de saúde que atende 2.500 famílias e mais três casas que serão destruídas pelo canal do eixo leste. A oferta em dinheiro foi de quinze mil reais para o posto e mais três mil reais para cada casa. Oras, um obra orçada em sete bilhões não tem dinheiro para refazer um posto de saúde que atende cerca de 7.500 pessoas?

Pior é a situação de moradores da comunidade de Roça Velha, perto de Petrolândia. A indenização para uma velha senhora que teve seu quintal eliminado pelo canal foi de

163,00 reais. Não se espantem, não há erro, é isso mesmo, cento e sessenta e três reais.

Será que essa obra chega ao fim, ou, como já profetizara Frei Luís, já cumpriu seu papel eleitoral?”

Ainda há outros problemas que afetam o uso da água e provocam conflitos. Um deles é o da agricultura irrigada. 69% da água doce é consumida pela irrigação. Quando o Brasil exporta grãos, são milhões e milhões de metros cúbicos de água neles embutidos. Diga-se o mesmo quanto ao etanol. No caso da transposição das águas do São Francisco, por exemplo, por trás do discurso de levar água para as populações do Nordeste está o interesse dos irrigantes que vão utilizar a água para suas lavouças de exportação.

Portanto, é óbvio que a maior parte dos conflitos se dê por todo tipo de poluição das águas, ou por seu uso privado para irrigar, gerar energia, privando a população do acesso livre a esse bem fundamental. Como afirmamos no início deste texto, o olhar vesgo e interesseiro do capitalismo que insiste em só ver o valor econômico da água, é que está na origem e, cotidianamente, alimenta os graves e sérios conflitos em relação a este bem da criação.

Num mundo em transição, não só dentro do padrão civilizacional, mas também na mudança da própria Terra, sobretudo do seu clima, o princípio de precaução exige todo respeito para com a biodiversidade e para com a água.

Mais que nunca é necessária uma ética de justiça, de respeito, de cuidado, de uso responsável da água, caso contrário os conflitos tenderão a crescer tanto em número, quanto em intensidade.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Capixaba	Ramal Campo Esperança	31/1/2010	35	Posseiros		
Capixaba/Senador Guiomard	Seringal Capatará/Jarinhinha	1/2/2010	30	Seringueiros		
Rio Branco	Área no Km - 72/Estrada Transacreana	13/4/2010	20	Posseiros		
Rio Branco	Área no Ramal do Km 17/Rodovia Transacreana	30/5/2010		Pescadores		
Subtotal:		4	85			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Rio Branco	Faz. no Ramal Paraíso 1/Km - 8	2/5/2010	35	OI		
Subtotal:		1	35			
Total Conflitos por Terra - AC		5	120			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Porto Acre	Fazenda Harmonia	31/1/2010	8	8		Pecuária
Subtotal:		1	8	8		
Total Conflitos Trabalhistas - AC		1	8			
Total dos Conflitos no Campo AC		6	Pessoas: 608			
Alagoas						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Cacimbinhas	Fazenda da Milu	9/12/2010	100	Sem Terra		
Capela	Faz. Pitombeira/Pedrinhas/Pereira/Us. João de Deus	23/11/2010	360	Sem Terra		
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	2/2/2010		Sem Terra		
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	5/3/2010	40	Sem Terra		
Jacaré dos Homens	Faz. Riacho dos Bois/Acamp. Boa Vista	3/10/2010	16	Sem Terra		
Jacuípe	Fazenda São Francisco	27/7/2010	70	Sem Terra		
Major Izidoro	Fazenda Boa Esperança	3/3/2010	28	Sem Terra		
Maragogi	Fazenda Soledade	20/4/2010	44	Sem Terra		
Matriz do Camaragibe	Fazenda São Vicente	14/12/2010	42	Sem Terra		
Messias	Faz. Baixa Funda/Us. Utinga Leão	19/5/2010	30	Sem Terra		
Messias	Faz. Flor do Bosque/Us. Sta. Clotilde	1/6/2010	17	Sem Terra		
Messias	Faz. Oriente/Acamp. Pachamama/Us. Utinga Leão	19/5/2010		Sem Terra		
Messias	Faz. Oriente/Acamp. Pachamama/Us. Utinga Leão	2/12/2010	40	Sem Terra		
Messias	Fazenda Serra Verde	26/5/2010	50	Sem Terra		
Messias/Rio Largo	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão	8/12/2010	80	Sem Terra		
Murici	Faz. Itamaracá/Us. Caetés S/A	6/3/2010	70	Sem Terra		
Murici	Fazenda Mumbuca	12/1/2010	10	Sem Terra		
Pariconha	T.I. Katokim	2/12/2010	200	Índios		
Paripueira	Acamp. Mirante da Sereia/Faz. São Rafael	29/9/2010	70	Sem Terra		
Passo do Camaragibe	Fazenda Sonho Meu	23/5/2010	8	Sem Terra		
Rio Largo	Faz. Urucum/Us. Utinga Leão	16/11/2010	100	Sem Terra		
São Miguel dos Milagres	Faz. Mata Redonda/Acamp. Santo Reis	10/5/2010	18	Sem Terra		
São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Destino	13/10/2010		Sem Terra		
São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Destino	3/11/2010	19	Sem Terra		
Subtotal:		24	1412			

Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Cacimbinhas	Fazenda da Milu	8/12/2010	100	MST		
Flexeiras	Faz. Riachão/Us. Cachoeira	4/5/2010	120	MST		
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	27/2/2010	40	MST		
Messias	Fazenda Serra Verde	17/3/2010	50	CPT/MLST		
Messias	Usina Bititinga	13/3/2010	100	CPT/MLST		
Piranhas	Fazenda Lagoa da Cachoeira	11/4/2010	75	MST		
São Miguel dos Milagres	Faz. Mata Redonda/Acamp. Santo Reis	13/5/2010	18	CPT		
Traipu	Fazenda Bastião	11/4/2010	70	MST		
Subtotal:		8	573			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Capela	Faz. Pitombeira/Pedrinhas/Pereira/Us. João de Deus	23/11/2010	360	LCP		
Subtotal:		1	360			
Total Conflitos por Terra - AL		33	2345			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Flexeiras	Fazenda Cantinho	21/7/2010	20	20		Mineração e desmatamento
Subtotal:		1	20	20		
Total Conflitos Trabalhistas - AL		1	20			
Total dos Conflitos no Campo AL		34	Pessoas: 11745			

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Amcel/Piquiá	31/12/2010	12	Posseiros
Amapá	Fazenda Espírito Santo	26/7/2010	10	Posseiros
Amapá	Fazenda Itapoã	31/12/2010	8	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	31/12/2010	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2010	12	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2010	30	Posseiros
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta	31/12/2010	34	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2010		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	31/12/2010		
Ferreira Gomes	Chácara do Céu	31/12/2010		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2010		
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	31/12/2010		
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	31/12/2010		Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	31/12/2010		
Itaubal do Piriirim	Amcel/Inajá	31/12/2010	40	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	31/12/2010	42	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São Francisco/Areia Branca	31/12/2010	1	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São João/Areia Branca	31/12/2010	1	Posseiros
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2010	190	Posseiros
Laranjal do Jari/Macapá/Mazagão/Santana	Linhão Tucuruí	31/12/2010	5	Quilombolas
Macapá	Abacate do Pedreira	31/12/2010	15	Quilombolas
Macapá	Amcel/Corre Água	31/12/2010	3	Posseiros
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2010		Quilombolas
Macapá	Chácara Fabel	31/12/2010		
Macapá	Fazenda Chaparral	31/12/2010		
Macapá	Jardim das Acácias	31/12/2010		

Macapá	Retiro Boa Vista	31/12/2010		
Macapá	Retiro Nova Esperança	31/12/2010		
Macapá	Retiro São Cristóvão	31/12/2010		
Macapá	Retiro São Francisco	31/12/2010		
Macapá	Sítio Petry	31/12/2010		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2010	35	Quilombolas
Macapá/Porto Grande	Amcel/Porto Grande	31/12/2010	87	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2010	200	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	31/12/2010	31	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Mina da MMX/Anglo Ferrous	31/12/2010		
Pedra Branca do Amapari	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX/Anglo Ferrous	31/12/2010	500	Posseiros
Porto Grande	Assentamento Munguba	29/12/2010	20	Assentados
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	25/11/2010	70	Assentados
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	19/3/2010	8	Assentados
Pracuúba	Retiro Santo André	31/12/2010		
Pracuúba	Retiro São Jorge	31/12/2010		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	31/12/2010	10	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	31/12/2010	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	29/12/2010	30	Assentados
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2010	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/12/2010		
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2010	25	Posseiros
Tartarugalzinho	Três Marias	31/12/2010	52	Posseiros
Subtotal:		49	1496	

Total Conflitos por Terra - AP **49** **1496**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Macapá	Lagoa dos Índios	1/1/2010		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/São Domingos	1/1/2010	20	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	20		

Total dos Conflitos no Campo AP **51** **Pessoas: 7580**

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Aripuanã	13/4/2010	170	Ribeirinhos
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	14/4/2010	70	Ribeirinhos
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutai/São Paulo de Olivença	T.I. Vale do Javari	1/11/2010		Índios
Barreirinha	10 Comunidades Intimidadas por Empresas Estrangeiras	23/7/2010	400	Ribeirinhos
Canutama	Castanhal do Coaru/Resex de Canutama	11/1/2010	17	Ribeirinhos
Careiro	Igarapé do Passarinho/AM-254/Km 8/Com. Arcip	15/7/2010	58	Seringueiros
Careiro	Lago do Mamuri/Lago do Mira/Com. São José	15/7/2010	85	Ribeirinhos
Humaitá	Vicinal do Km 45/BR-319	31/1/2010		Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	6/4/2010		Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	28/5/2010	450	Posseiros
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	250	Assentados
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	31/12/2010	120	Posseiros
Lábrea	P. A. Umari/Km 12/BR-230	15/1/2010	2	Assentados
Lábrea	Resex Ituxi	12/11/2010	109	Ribeirinhos

Manacapuru	Manairão/Índigenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	7/6/2010	68	Índios
Manaus	Comunidade Pau Rosa	17/8/2010	130	Pequenos proprietários
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	21/12/2010	800	Ribeirinhos
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso	11/2/2010	75	Posseiros
Manaus	Uberê	21/5/2010	80	Posseiros
Manicoré	Democracia	30/4/2010	400	Pequenos proprietários
Presidente Figueiredo	Comunidade na BR-174	31/12/2010	200	Posseiros
Santo Antônio do Itá	Com. Vila Presidente Vargas/Índios Kaixana	25/6/2010		Índios
Tabatinga	Assentamento Urumutum	21/6/2010	150	Assentados
Tapauá	Reserva Biológica de Abufari	31/12/2010	389	Ribeirinhos
Tefé	14 Comunidades Ribeirinhas do Caiambé	24/6/2010		Ribeirinhos
Tefé	Comunidades do Caiambé	24/6/2010		Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Baixa Verde	21/12/2010	11	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Boa Esperança	21/12/2010	20	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade da Prosperidade	21/12/2010	27	Ribeirinhos
Subtotal:		29	4081	

Total Conflitos por Terra - AM 29 4081

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boca do Acre/Lábrea	Três Fazendas em Lábrea e Boca do Acre	27/8/2010	40	40		Desmatamento
Lábrea	Fazenda do Rafael Amaral	9/12/2010	11	11		Desmatamento
Lábrea	Fazenda Rebeca	25/6/2010	9	9		Pecuária
Manaus	CIFEC Indústria e Compensados	2/12/2010	4	4		Desmatamento
Subtotal:		4	64	64		

Total Conflitos Trabalhistas - AM 4 64

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Canutama	Paraná do Cura-Cura/Com. do São Raimundo	17/9/2010	15	Uso e preservação	Pesca predatória
Careiro	T. I. Boa Vista	26/3/2010	70	Uso e preservação	Pesca predatória
Careiro	Lago do Mamuri/Lago do Mira/Com. São José	15/7/2010	85	Uso e preservação	Pesca predatória
Careiro	Igarapé do Passarinho/AM-254/Km 8/Com. Arcip	15/7/2010	58	Uso e preservação	Pesca predatória
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco/Jauaperi	17/3/2010	150	Uso e preservação	Pesca predatória
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	118	Uso e preservação	Divergência
Subtotal:		6	496		

Total dos Conflitos no Campo AM 39 Pessoas: 22949

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra	Faz. Boqueirão/13 Comunidades Atingidas	15/7/2010	512	Camponeses de fundo de pasto
Barreiras	Áreas do Projeto de Irrigação Barreiras Norte	26/10/2010	110	Posseiros
Boa Vista do Tupim	Comunidade Santa Luzia	20/12/2010	112	Pequenos proprietários
Brumado	Com. Represo/Capote/Quixaba/Lagoa da Rosa/Canal/Pov. de Itaquari/Barreiro Branco/Tocadas/ FIOLE	29/9/2010		Posseiros
Buerarema/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	10/3/2010		Índios
Buerarema/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	3/6/2010		Índios
Buerarema/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	3/10/2010	130	Índios

Caetité	Com. Mocambo/Caldeirão/Gameleira/Mina de Urânio INB	24/11/2010	50	Posseiros
Caetité	Comunidade Maniaçu/Mina de Urânio INB	24/11/2010	500	Posseiros
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	31/5/2010		Quilombolas
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	30/6/2010		Quilombolas
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	8/9/2010	28	Quilombolas
Carinhanha	Área às margens da BA-161	31/5/2010	120	Sem Terra
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	26/5/2010	214	Quilombolas
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	5/3/2010	336	Camponeses de fundo de pasto
Cotegipe	Região de Taguá	17/10/2010		Pequenos proprietários
Eunápolis	Córrego da Platina	24/1/2010	21	Sem Terra
Eunápolis	Faz. Ouro Verde/Veracel Celulose	26/4/2010	40	Sem Terra
Eunápolis	Faz. Putumuju/Barrinha/Veracel Celulose	22/4/2010	40	Sem Terra
Eunápolis	Faz. Queimadonha/Veracel Celulose	31/8/2010	500	Sem Terra
Eunápolis	Fazenda São Caetano	25/2/2010	65	Sem Terra
Eunápolis/Itabela	Fazenda Boa Vista/Veracel Celulose	9/7/2010	120	Sem Terra
Iaçu	Fazenda Ferro Verde	30/11/2010	80	Sem Terra
Iguaí	Fazenda Lagedo	16/5/2010	300	Sem Terra
Ilhéus	Assentamento Dom Hélder Câmara	23/10/2010	26	Assentados
Itabela	Fazenda Maragojipe	9/7/2010	70	Sem Terra
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Santa Maria	10/10/2010	20	Índios
Itamaraju	Fazenda Nova Esperança	15/1/2010		Sem Terra
Itamaraju	Fazenda Nova Esperança	27/7/2010	90	Sem Terra
Itamaraju	Fazenda Toca da Onça	9/7/2010	312	Sem Terra
Juazeiro	Fazenda Curral Velho	3/11/2010	1	Camponeses de fundo de pasto
Monte Santo	Comunidade Serra do Bode	30/6/2010	36	Camponeses de fundo de pasto
Mucuri	Região da Com. de Costa Dourada/Praia de Coqueiros/Fibra Celulose	17/3/2010		Pequenos proprietários
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	26/8/2010		Camponeses de fundo de pasto
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	22	Camponeses de fundo de pasto
Porto Seguro	Faz. Santa Maria/Veracel Celulose	9/7/2010	60	Sem Terra
Riacho de Santana	Fazenda Várzea do Siito Novo	31/10/2010	22	Posseiros
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	28/2/2010		Camponeses de fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	25/3/2010	180	Camponeses de fecho de pasto
Sento Sé	Com. de Campo Largo/Biobrax S/A	5/5/2010		Camponeses de fundo de pasto
Sento Sé	Com. de Campo Largo/Biobrax S/A	18/6/2010	30	Camponeses de fundo de pasto
Wagner	Faz. Novo Horizonte e Conjunto	25/3/2010	80	Sem Terra
Wagner	Fazenda Fonte Nova	25/3/2010	100	Sem Terra
Subtotal:		43	4327	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alcobaça	Fazenda Coroa da Onça	16/4/2010	120	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Rio Bonito	16/4/2010	200	MST
Buerarema	Faz. Serra das Palmeiras/Serra do Padeiro	19/2/2010		Índios
Buerarema	Fazenda Paraíso	19/2/2010		Índios
Candeias	Fazenda Boa Vista	16/4/2010	130	MST
Candeias	Fazenda Caboquinho	16/4/2010	70	MST
Caravelas	Fazenda Bela Vista	16/4/2010	150	MST
Dias D'Ávila	Fazenda Cajazeiras III	16/4/2010	90	MST
Eunápolis	Faz. Putumuju/Barrinha/Veracel Celulose	21/4/2010	40	MST
Iguaí	Fazenda Lagedo	22/5/2010	300	MST
Ilhéus	Fazenda São José	11/10/2010	50	Índios
Itabela	Fazenda Tagoará	22/4/2010		MST
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Iracema	4/10/2010	20	Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Santa Maria	4/10/2010	20	Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Serra das Águas	4/10/2010	20	Índios

Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Serra do Ouro	4/10/2010	20	Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Sta. Madalena	4/10/2010	20	Índios
Itamaraju	Fazenda Toca da Onça	30/4/2010	312	MST
Jeremoabo	Fazenda Novo Horizonte	16/4/2010	150	MST
Mascote	Fazenda Santa Luzia	8/7/2010	65	Fetag/BA
Mata de São João	Fazenda Coqueiro	16/4/2010	150	MST
Prado	Fazenda Campinas	16/4/2010	130	MST
Prado	Fazenda Colatina	26/4/2010	150	MST
Ruy Barbosa	Fazenda Itiúba	28/10/2010	29	Ceta
Santa Brígida	Fazenda Paraíso	16/4/2010	200	MST
Travessão	Fazenda José Freitas	1/4/2010	50	MST
Wagner	Faz. Novo Horizonte e Conjunto	1/3/2010	80	MST

Subtotal: 27 2566

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boa Vista do Tupim	Fazenda Alto Bonito	10/6/2010	40	Ceta
laçu	Fazenda Umbuzeiro	1/5/2010	70	Ceta

Subtotal: 2 110

Total Conflitos por Terra - BA 72 7003

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barra do Choça	Estância Cafezal	21/7/2010	21	17	4	Café
Barreiras	Fazenda MF2	22/5/2010	40	40		Pecuária
Luiz Eduardo Magalhães	Fazenda Guarani	10/3/2010	44	44		Soja, algodão
São Desidério	Carvoaria na Fazenda Beija - Flor	3/3/2010	12			Carvoaria

Subtotal: 4 117 101 4

Total Conflitos Trabalhistas - BA 4 117

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barreiras/São Desidério	PCHs do Rio das Fêmeas e do Rio Grande	27/9/2010	250	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Belmonte/Canavieiras/Una	Resex de Canavieiras	5/12/2010	2300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Pov. Barreiro/Mina de Urânio INB	21/1/2010	33	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Caetité	Com. Riacho da Vaca/Mina de Urânio INB	28/7/2010	45	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	17/8/2010	60	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Caetité	Com. Curral Velho/Bamin/BML	17/8/2010	50	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Caetité	Com. Juazeiro/Mina de Urânio INB	24/11/2010	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Mocambo/Caldeirão/Gameleira/Mina de Urânio INB	24/11/2010	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Curaçá	Com. Cerca de Pedra/Ferrete/Sítio Poços/UHE Riacho Seco e Pedra Branca	6/2/2010	400	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Glória/Paulo Afonso/Rodelas	Barragem de Itaparica	18/1/2010	780	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Saitre	21/8/2010	312	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à água
Miguel Calmon	Com. de Itapura/Química Geral do Nordeste	20/12/2010	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mucuri	Lagoa do Espelho/Costa da Praia do Domingo/Fibria Celulose	13/2/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Guirapá/Bamin/BML	28/2/2010	500	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Salvador	Território Quilombola da Ilha de Maré/Porto de Aratu/Petrobrás	15/3/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Subtotal:	15	5230
------------------	-----------	-------------

Total dos Conflitos no Campo BA	91	Pessoas: 61282
--	-----------	-----------------------

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bela Cruz	Com. Lagoinha e Solidão	13/6/2010	30	Assentados
Caucaia/São Gonçalo do Amarante	T.I. Anacé/ CSP/Vale/Petrobrás	5/2/2010	385	Índios
Itapipoca	Fazenda Guaribas	11/5/2010	40	Sem Terra
Itapipoca/Itarema	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	29/7/2010	100	Índios
Senador Pompeu	Fazenda Sobradinho	22/2/2010	40	Sem Terra
Subtotal:		5	595	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Fortaleza	Sítio São Jorge/Comuna da Terra 17 de Abril	15/4/2010	1200	MCP*/MST
Ícó	Sítio Oitiz	4/8/2010	150	MST/STR
Madalena	Fazenda Currais Novos	15/4/2010	100	MST
Quixadá	Fazenda Lavoura Seca	27/9/2010	50	MST
Tamboril	Fazenda Açude Grande	16/4/2010	115	MST
Subtotal:		5	1615	

Total Conflitos por Terra - CE	10	2210
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Acaraú	Comunidade Curral Velho	16/10/2010	250	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo	20/8/2010	120	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Aquiraz	T. I. Jenipapo-Kanindé/Emp. Ypioca	30/11/2010	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde	5/12/2010	225	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	1/7/2010	550	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Jaguaribara	Barragem Castanhão	10/12/2010	1847	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Jaguaribe/Limoeiro do Norte	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi	21/4/2010	61	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Limoeiro do Norte/Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	19/8/2010	350	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		8	3483		

Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Baturité	Ocupação da Prefeitura	31/5/2010	1000	Seguro Safra
Canindé	Bloqueio da BR-020	5/5/2010	2500	Seguro Safra
Canindé	Ocupação da Prefeitura	16/7/2010	600	Seguro Safra
Quixadá	Protesto na frente da Prefeitura	3/8/2010	350	Seguro Safra
Total Conflitos Seca	4		4450	

Total dos Conflitos no Campo CE	22	Pessoas: 32915
--	-----------	-----------------------

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Anchieta	Comunidade Chapada do A/CSU/Mineradora Vale	20/7/2010		Sem Informação
Anchieta	Comunidade Chapada do A/CSU/Mineradora Vale	28/11/2010	65	Sem Informação
Aracruz/Conceição da Barra/São Mateus	Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas/Fibria/Votorantim	3/3/2010	1200	Quilombolas
Conceição da Barra/São Mateus	Com. Quilombola São Jorge/Sapê do Norte/Aracruz	26/1/2010	70	Quilombolas
Subtotal:		4	1335	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Divino de São Lourenço	Parque Nacional do Caparão	4/1/2010	7	Índios
Ponto Belo	Faz. Panorama/Agrop. Pedra da Lorena	11/3/2010	60	MSTR
Subtotal:		2	67	

Total Conflitos por Terra - ES

6 **1402**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Jaguaré	Fazenda Barra Seca	15/5/2010	20	20		Café
Jaguaré	Fazenda Barra Seca e Alojamentos	15/5/2010	19	19		Café
Jaguaré	Fazenda Vargem Grande	15/5/2010	38	38		Café
Linhares	Fazenda Jurema	15/11/2010	15	15		Cacau
Marechal Floriano	Fazenda Araponga	29/6/2010	15	15		Café
Marechal Floriano	Fazenda Armani	20/6/2010	22	22		Café
Marechal Floriano	Fazenda Mundo Novo	20/6/2010	17	17		Café
Subtotal:		7	146	146		

Total Conflitos Trabalhistas - ES

7 **146**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte/Aracruz	6/6/2010	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	6/6/2010	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição da Barra/São Mateus	Com. Quilombola São Jorge/Sapê do Norte/Aracruz	6/6/2010	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Linhares	Córregos do Arroz/Faria/Rio das Pedras/Mult. Coca-Cola/Sucos Mais	11/2/2010	10	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		4	220		

Total dos Conflitos no Campo ES

17

Pessoas: 8256

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caldas Novas	Acamp. Gregório Bezerra/Margem da GO-119	21/2/2010	35	Sem Terra
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho	22/11/2010	200	Sem Terra
Itarumã	Fazenda Tangará	8/11/2010	60	Sem Terra
Mairipotaba	Acamp. Renascer/Margem da GO-217	24/3/2010	120	Sem Terra
Paranaiguara	Acamp. no Corredor da Faz. Planalto	10/6/2010	78	Sem Terra
Rio Verde	Fazenda Varginha	25/5/2010	60	Sem Terra
Subtotal:		6	553	

Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho	22/11/2010	200	MST		
Ipameri	Fazenda Lagoinha	13/11/2010	50	Terra Livr		
Itapuranga	Fazenda Império	22/11/2010	150	MST		
Itarumã	Fazenda Tangará	13/11/2010	60	Terra Livr		
Paraúna	Fazenda Bela Vista	22/11/2010	400	MST		
Rio Verde	Fazenda Varginha	22/5/2010	60	Terra Livr		
Subtotal:		6	920			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Caldas Novas	Acamp. Gregório Bezerra/Margem da GO-119	21/2/2010		MST		
Caldas Novas	Acamp. Gregório Bezerra/Margem da GO-119	26/2/2010	35	MST		
Caldas Novas	Acamp. Paulo Gomes/Margem da GO-213	3/1/2010	80	MST		
Goiandira	Acamp. na Rodovia que Liga Goiandira a Catalão	22/10/2010	32	SS		
Itumbiara	Acamp. Brejo Bonito/GO-502	29/4/2010	120	Fetaeg		
Subtotal:		5	267			
Total Conflitos por Terra - GO		17	1740			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aragarças	Faz. Funil e Veredas/BERC Etanol	10/3/2010	143	143		Cana-de-açúcar
Aragoiânia	Chácara Campos Dourados	9/9/2010	1	1		Serviços gerais
Britânia	Fazenda Água Limpa do Araguaia	25/2/2010	29	29		Carvoaria
Britânia	Fazenda Chaparral	25/2/2010	17	17		Carvoaria
Britânia	Fazenda do Cleber Carlos de Brito	25/2/2010	5	5		Carvoaria
Britânia	Fazenda Nossa Senhora da Aparecida	25/2/2010	13	13		Carvoaria
Britânia	Fazenda Pompéia	25/2/2010	8	8		Carvoaria
Britânia	Fazenda Santa Rosa	25/2/2010	10	10		Carvoaria
Inhumas	Fábrica de Farinha	6/5/2010	11	11		Farinha
Ipameri	Fazenda Buriti	21/6/2010	8	8		Carvoaria
Joviânia	Fazenda da Pioner US Du Pont	30/5/2010	99	99		Milho
Jussara	Catorze Carvoarias em 5 Fazendas	15/3/2010	81	81		Carvoaria
Mineiros	Fazenda Rio Verde do Monte Alto	15/6/2010	2	2		Mineração
Monte Alegre de Goiás	Fazenda João Luiz	25/1/2010	3	3		Pecuária
Monte Alegre de Goiás	Fazenda Olho d' Água	25/1/2010	5	5	2	Pecuária
Subtotal:		15	435	435	2	
Total Conflitos Trabalhistas - GO		15	435			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Catalão/Davinópolis	Usina Hidrelétrica de Serra do Facão	13/5/2010		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		1	0			

Total dos Conflitos no Campo GO 33 Pessoas: 9135

Maranhão

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Açailândia	Assentamento Califórnia	10/4/2010	200	Assentados		
Açailândia	Com. Piquiá de Baixo/Gusa Nordeste S/A - CVRD	14/9/2010	350	Posseiros		
Açailândia	Correguinho/Corguinho	31/12/2010	40	Posseiros		
Açailândia	Faz. Conquista/Acamp. João do Vale/CVRD	16/9/2010	39	Sem Terra		
Açailândia	Fazenda Toca da Raposa	31/12/2010	110	Posseiros		

Alcântara	Com. Quil. Baracatatiua/Centro de Lançamento de Alcântara	5/10/2010	26	Quilombolas
Alcântara	Com. Quil. Brito/Centro de Lançamento de Alcântara	5/10/2010	22	Quilombolas
Alcântara	Com. Quil. Mamuna/Mamona/Centro de Lançamento de Alcântara	5/10/2010	56	Quilombolas
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Bom Sucesso/TG Agroindústria	31/12/2010	30	Posseiros
Aldeias Altas	Povoado Tamanduá	31/12/2010	50	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora 1	31/12/2010	59	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Marmorana/Boa Hora 3	31/12/2010	22	Quilombolas
Alto Alegre do Maranhão	Faz. Diamantina/Com. Faveira/Água Branca	31/12/2010	65	Quilombolas
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	31/12/2010	70	Posseiros
Amarante do Maranhão	Faz. Lorena Saco Grande/Acamp. Curitiba	31/12/2010	30	Sem Terra
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	9/3/2010	200	Índios
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	13/3/2010	310	Sem Terra
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Território Quilombola Monge Belo/Sta. Helena/Ribeiro e outros	21/9/2010	600	Quilombolas
Araioses	P. A. Água Fria	31/12/2010	115	Assentados
Arari	Assentamento Piçarreira	31/12/2010	16	Assentados
Arari	Cedro	31/12/2010	5	Posseiros
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	31/12/2010	70	Assentados
Arari	Povoado Olho d'Água	31/12/2010	10	Ribeirinhos
Arari	Povoado Pedrinhas	31/12/2010	7	Posseiros
Arari/Miranda do Norte	Fazenda Tiracanga I	31/12/2010	600	Posseiros
Balsas	Área nas Proximidades do Bairro Potosi	28/1/2010	200	Sem Terra
Balsas	Assentamento São José	31/12/2010	42	Assentados
Balsas	Fazenda Bom Jesus	31/12/2010	40	Posseiros
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	28/1/2010	500	Sem Informação
Balsas	Povoado Vão da Salina	31/12/2010	28	Posseiros
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	31/12/2010	12	Posseiros
Balsas	Ribeirão do Ásia	31/12/2010	80	Posseiros
Barra do Corda	Campo São Francisco/Perto da BR-226	8/3/2010	109	Posseiros
Barra do Corda	Ourives	8/3/2010	10	Posseiros
Barra do Corda	T. I. Canabrava-Marajá/São Pedro dos Cacetes	7/11/2010		Índios
Bela Vista do Maranhão	Assentamento Acerosa	31/12/2010	20	Assentados
Bela Vista do Maranhão	Assentamento Mata do Boi	31/12/2010	311	Assentados
Belágua	Boa Esperança	31/12/2010	15	Posseiros
Belágua	Centro Seco	31/12/2010	35	Posseiros
Belágua	Maracujá	31/12/2010	30	Posseiros
Belágua/Chapadinha	Comunidade de Piquizeiro	31/12/2010	43	Quilombolas
Bequimão	Ariquipá	31/12/2010	97	Quilombolas
Bequimão	Boa Vista	31/12/2010	52	Quilombolas
Bequimão	Conceição	31/12/2010	56	Quilombolas
Bequimão	Ramal de Quindíua	31/12/2010	90	Quilombolas
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiaçu/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	1/8/2010	39	Índios
Brejo	Depósito	1/6/2010	22	Quilombolas
Brejo	Quilombo Alto Bonito	20/1/2010	60	Quilombolas
Brejo/Milagres	Gameleira	31/12/2010	65	Quilombolas
Brejo/Milagres/Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Lagoa Seca	31/12/2010	54	Posseiros
Buriti	Comunidade Cacimba do Boi	31/12/2010	60	Posseiros
Caxias	Pov. São Martinho/Convap	31/12/2010	50	Ribeirinhos
Caxias	Povoado Buriti do Sangue	31/12/2010	40	Posseiros
Caxias	Povoado Central dos Medeiros	31/12/2010	18	Posseiros
Cedral	Boa Vista	31/12/2010	50	Quilombolas
Cedral	Santo Antônio	31/12/2010	28	Quilombolas
Central do Maranhão	Estiva dos Irmãos	31/12/2010	58	Quilombolas
Chapadinha	Comunidade Barro Vermelho	31/12/2010	26	Posseiros
Chapadinha	Guarimã	31/12/2010	23	Posseiros
Chapadinha	Tiúba	31/12/2010	30	Posseiros
Chapadinha	Vila Chapéu	31/12/2010	93	Posseiros
Codó	Cocal	31/12/2010	46	Quilombolas

Codó	Comunidade Queimadas	23/10/2010	18	Posseiros
Codó	Comunidade Três Irmãos	23/10/2010	20	Posseiros
Codó	Estiva	31/12/2010	15	Quilombolas
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	31/12/2010	42	Quilombolas
Codó	Mata Virgem	31/12/2010	25	Quilombolas
Codó	Monta Barro	31/12/2010	10	Posseiros
Codó	Paíol de Barro	31/12/2010	22	Posseiros
Codó	Parnaso	31/12/2010	12	Posseiros
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	22/3/2010		Quilombolas
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	140	Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	14/1/2010	80	Quilombolas
Codó	Povoado Cacimba de Areia	22/12/2010	50	Posseiros
Codó	Povoado Limão	22/10/2010	50	Posseiros
Codó	Povoado São Domingos	22/10/2010	12	Posseiros
Coroatá	Fazenda Agrojaísa	31/12/2010	58	Posseiros
Coroatá	Santana	31/12/2010	43	Posseiros
Cururupu	Rumo	31/12/2010	94	Quilombolas
Dom Pedro	Centro do Estevinho I e II	31/12/2010	24	Posseiros
Duque Bacelar	Boqueirão Caraibas	31/12/2010	80	Posseiros
Governador Newton Bello	Fazenda São Benedito	31/12/2010	126	Sem Terra
Grajaú	Assentamento Bela Aurora	31/12/2010	30	Assentados
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estadual do Mirador	31/12/2010	200	Posseiros
Itapecuru Mirim	Pedrinhas	28/11/2010		Quilombolas
Itapecuru Mirim	Território Quilombola Sta. Rosa dos Pretos	31/12/2010	500	Quilombolas
Lajeado Novo	Fazenda Lote 7	2/3/2010	75	Sem Terra
Loreto	Povoado Sonhém	31/12/2010	96	Posseiros
Magalhães de Almeida	Fazenda Bebedouro de São Pedro	31/12/2010	100	Posseiros
Matões do Norte	Limoeiro	31/12/2010	34	Posseiros
Milagres	Assentamento Olho d' Água	31/12/2010	53	Assentados
Milagres	Fazenda Esperança	31/12/2010	141	Posseiros
Milagres	Fazenda Santa Helena	31/12/2010	16	Posseiros
Mirinzal	Achuí	31/12/2010	36	Quilombolas
Mirinzal	Porto Nascimento	31/12/2010	164	Quilombolas
Mirinzal	Vivo	31/12/2010	23	Quilombolas
Monção/Zé Doca	P. A. Camacaoca	31/12/2010	100	Assentados
Paço do Lumiar	Povoado Pindoba	16/10/2010	200	Posseiros
Palmeirândia	Estrada Real	31/10/2010	100	Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	21/11/2010	212	Quilombolas
Palmeirândia	Santo Antônio	31/12/2010	100	Quilombolas
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	31/12/2010	90	Posseiros
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	31/12/2010	62	Posseiros
Pedro do Rosário	Comunidade Zé de Campos	31/12/2010	12	Ribeirinhos
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	31/12/2010	120	Sem Terra
Pinheiro/Santa Helena	Pov. Benfica/Olho d'Água/Ribeirão de Baixo	31/12/2010	42	Posseiros
Pirapemas	Comunidade Salgado	31/12/2010	30	Posseiros
Presidente Dutra	Povoado Massapê	31/12/2010	17	Posseiros
Presidente Vargas	Porto da Mata	31/12/2010	40	Sem Terra
Presidente Vargas	Povoado Primeiros Campos	31/12/2010		Assentados
Riachão	Assentamento Alegre	31/12/2010	42	Assentados
Riachão	Assentamento Sucupira	31/12/2010	104	Assentados
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	31/12/2010	10	Posseiros
Ribamar Fiquene/Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Saleté Moreno	29/8/2010		Sem Terra
Ribamar Fiquene/Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Saleté Moreno	15/9/2010	58	Sem Terra
Rosário	Com. Quilombola Miranda/Empresa Vila Nova Industrial	20/3/2010		Quilombolas
Santa Helena	Bacuri	12/11/2010	75	Quilombolas
Santa Helena	Cafuz	31/12/2010	20	Quilombolas
Santa Helena	Centro do Arminio	31/12/2010	26	Quilombolas
Santa Helena	Chapadinha I	31/12/2010	90	Quilombolas
Santa Helena	Fazenda Chapada Grande I	31/12/2010	23	Posseiros
Santa Helena	Fazenda Chapada Grande II	31/12/2010	68	Posseiros

Santa Helena	Fazenda Espírito Santo	31/12/2010	72	Quilombolas
Santa Helena	Fazenda São Benedito	31/12/2010	22	Quilombolas
Santa Helena	Pau Pombo dos Pretos	31/12/2010	59	Quilombolas
Santa Inês	P. A. Santa Maria do Capistrano	31/12/2010	100	Assentados
Santa Luzia	Assentamento Flechal	20/4/2010		Assentados
Santa Quitéria do Maranhão	Alto Formoso	31/12/2010	120	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga	31/12/2010	35	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Coceira, Baixão da Coceira e Mundé/Suzano Papel e Celulose	31/12/2010	220	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Facão/Suzano Papel e Celulose	31/12/2010	22	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa das Caraíbas/Suzano Papel e Celulose	31/12/2010	96	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Manoel Quente/Suzano Papel e Celulose	29/4/2010	6	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. São José/Suzano Papel e Celulose	29/4/2010	34	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Taboca/Suzano Papel e Celulose	29/4/2010	22	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado/Rio Grande dos Lopes/Rio Grande dos Gonçalves	31/12/2010	280	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Sucupira	31/12/2010	8	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Vertente	31/12/2010	63	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Santa Emília	31/12/2010	86	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Santo Antônio	31/12/2010	53	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	São Domingos	31/12/2010	20	Quilombolas
São Bento	Macajubal	31/12/2010	83	Quilombolas
São Bento	Olho d' Água dos Gomes	31/12/2010	115	Quilombolas
São Luís	Assentamento Cassaco	31/5/2010	154	Assentados
São Luís	Com. Alto da Esperança/Bairro Anjo da Guarda/Praia do Boqueirão/CVRD	16/4/2010	100	Sem Informação
São Luís	Povoado Ilhina/Vila Maranhão	17/12/2010	50	Posseiros
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	31/12/2010	72	Quilombolas
São Luís Gonzaga do Maranhão	Povoado São Pedro	21/10/2010	25	Quilombolas
São Mateus do Maranhão	Pov. Curva/Data Timbaúba	31/5/2010		Posseiros
São Mateus do Maranhão	Pov. Curva/Data Timbaúba	22/9/2010		Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	31/12/2010	84	Assentados
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	25/9/2010		Quilombolas
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	30/10/2010	30	Quilombolas
Satubinha	Santa Maria	31/12/2010	80	Posseiros
Serrano do Maranhão	Boa Esperança II	31/12/2010	92	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	31/12/2010	100	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombolas Cedro, Sta. Filomena, Ponta/Curral Grande	31/12/2010	300	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Vera Cruz	31/12/2010	45	Quilombolas
Timbiras	Comunidade Conceição	31/12/2010	42	Posseiros
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	31/12/2010	350	Posseiros
Urbano Santos	Baixa Grande	31/12/2010	25	Posseiros
Urbano Santos	Boa União II	31/12/2010	48	Posseiros
Urbano Santos	Bom Princípio	31/12/2010	30	Posseiros
Urbano Santos	Bracinho	31/12/2010	30	Posseiros
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria	31/12/2010	80	Quilombolas
Urbano Santos	Comunidade de Baixão dos Loretos	31/12/2010	45	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade Prata	31/12/2010	26	Posseiros
Urbano Santos	Estiva do Gaganti	31/12/2010	30	Posseiros
Urbano Santos	Santa Filomena	31/12/2010	28	Posseiros
Zé Doca	São Benedito	31/12/2010	25	Posseiros
Subtotal:			170	13071

Total Conflitos por Terra - MA			170	13071		
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Faz. Bom Sossego/União	15/9/2010	10	8		Roçagem
Açailândia	Fazenda do Eliseu Sousa da Silva	5/10/2010	5	5		Pecuária
Açailândia	Fazenda Manchester/ Zuza Logrado	23/3/2010	8	4	1	Roçagem, cerca, agrotóxico
Açailândia	Fazenda São José	21/7/2010	36			Desmatamento
Açailândia	Fazenda Terra Dourada	7/4/2010	9			Roçagem
Bom Jardim	Fazenda Boa Esperança	11/6/2010	15	21		Roçagem, pecuária
Bom Jardim	Fazenda do Beto	7/6/2010	6			Roçagem
Bom Jardim	Fazenda Zonga/Minas Gerais/Rio dos Bois/Vale Verde/Lago Verde	29/6/2010	48	47		Roçagem
Bom Jesus das Selvas	Fazenda do João Antônio Vilas Boas	5/10/2010	5	7		Roçagem, milho
Centro Novo do Maranhão	Fazenda do Sr. Valdo	10/5/2010	33			Roçagem, cerca, desmatamento
Cidelândia	Fazenda Serra Azul	17/9/2010	10			Roçagem, desmatamento
Governador Archer	Fazenda Maria de Jesus	13/5/2010	5	5		Roçagem
Lajeado Novo	Fazenda Riachão	29/10/2010	24			Cana-de-açúcar
Riachão	Fazenda CANOP/ Rio Vermelho	21/10/2010	12			Roçagem
Santa Luzia	Fazenda Mata Nativa III	5/5/2010	13	10		Roçagem, agrotóxico
Santa Luzia	Fazenda Nativa	6/12/2010	9		1	Roçagem
Santa Luzia	Fazenda Saramandaia	14/10/2010	17	12	1	Pecuária, roçagem, desmatamento
São João do Caru	Fazenda Asa Branca Três	6/12/2010	17		4	Roçagem
Subtotal:		18	282	119	7	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Caxias	Fazenda Apismel	22/6/2010				SI
São Félix de Balsas	Carvoaria G5/Ekos Desenvolvimento	11/6/2010	80			Carvoaria
Subtotal:		2	80			
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Riachão	Fazenda João do Carmo	2/9/2010	4			Carvoaria
Subtotal:		1	4			
Total Conflitos Trabalhistas - MA			21	366		
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Território Quilombola Monge Belo/Sta. Helena/Ribeiro e outros	21/9/2010	600	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Arari	Povoado Pedrinhas	1/1/2010	7	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição	
Chapadinha	Vila Chapéu	1/1/2010	93	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Estreito	Usina Hidrelétrica de Estreito	2/9/2010	1150	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Itapecuru Mirim	Território Quilombola Sta. Rosa dos Pretos	31/12/2010	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Mirinzal	Vivo	31/12/2010	23	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Pinheiro	Outeiro	31/12/2010	32	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Pirapemas	Comunidade Salgado	31/12/2010	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	

Subtotal:	8	2435
------------------	----------	-------------

Total dos Conflitos no Campo MA	199	Pessoas: 77896
--	------------	-----------------------

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T.I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	22/9/2010	90	Índios
Alto Paraguai	Esplanada/Faz. Ema	19/8/2010	50	Sem Terra
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	15/12/2010	560	Assentados
Canabrava do Norte	Fazenda Afonso Rodrigues	31/1/2010	3	Sem Terra
Canabrava do Norte	Fazenda Santo Ângelo	31/1/2010	3	Sem Terra
Cuiabá	Área em Coxipó do Ouro	19/11/2010	172	Sem Terra
Cuiabá	P. A. Machaguaçu	27/2/2010	80	Sem Terra
Lucas do Rio Verde/Nova Mutum	Gleba Ribeirão Grande	9/2/2010	1	Sem Terra
Nova Maringá	Fazenda Oriente	20/11/2010	17	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	21/2/2010		Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	180	Sem Terra
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	30/5/2010		Assentados
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	15/6/2010	60	Assentados
Primavera do Leste	Fazenda Monte Líbano	20/1/2010	150	Sem Terra
Rondonópolis	Acamp. 13 de Outubro/Rod. do Peixe	20/1/2010	540	Sem Terra
Rosário do Oeste	Assentamento Boa Vista	25/6/2010	51	Assentados
São José dos Quatro Marcos	Fazenda Araponga	20/1/2010	1	Sem Terra
São José dos Quatro Marcos	Sítio Planalto	20/1/2010	1	Sem Terra
Sinop	Faz. Loanda/Maracai/Acamp. na BR-163	20/1/2010	1	Sem Terra
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	14/6/2010	300	Assentados
Subtotal:		20	2260	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Canabrava do Norte	Fazenda Santo Ângelo	1/2/2010	3	SI
Cuiabá	P. A. Machaguaçu	17/1/2010	80	SI
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	30/5/2010	60	MTR
Subtotal:		3	143	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraguai	Esplanada/Faz. Ema	20/8/2010	50	SI
Subtotal:		1	50	

Total Conflitos por Terra - MT	24	2453
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Apiacás	Fazenda Araguaia	10/4/2010	6	6		Pecuária
Apiacás	Fazenda Costa Norte	12/9/2010	3	3		Pecuária
Apiacás	Fazenda Matão	10/4/2010	6	6		Pecuária
Juara	Fazenda Paineiras	25/4/2010	7	7		Pecuária
Nova Bandeirantes	Fazenda Flor da Mata	22/5/2010	4	4		Pecuária
Nova Bandeirantes	Fazenda Formosa	22/5/2010	2	2		Pecuária
Nova Bandeirantes	Fazenda Recreio II	15/5/2010	5	5		Pecuária
Nova Canaã do Norte	Fazenda Beija Flor	2/8/2010	8			Pecuária
Nova Ubiratã	Fazenda Paralelo 12	25/9/2010	4	4		Pecuária

Novo Mundo	Fazenda Beira Rio	30/10/2010	4	4	Mineração
Novo Mundo	Fazenda do Edmar Koller Heller	30/10/2010	2	2	Mineração
Paranaíta	Fazenda São Cristovão	5/6/2010	6	6	Pecuária
Rondolândia	Fazenda Peralta	5/6/2010	11	11	Pecuária
Tabaporã	Carvoaria Ouro Preto	15/3/2010	1	1	Carvoaria
Tapurah	Fazenda Paraíso da Amazônia	10/11/2010	7	7	Soja
Vila Rica	Fazenda Califórnia	15/3/2010	5	5	Pecuária
Vila Rica	Fazenda Reunidas	30/9/2010	8	8	Pecuária
Subtotal:		17	89	81	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Jaciara	Fazenda Terra do Sol	2/9/2010	9			Serviços gerais
Subtotal:		1	9			

Desrespeito Trabalhista

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Vila Rica	Fazenda Ouro Verde	30/3/2010	6			Rocagem e derrubada
Subtotal:		1	6			

Total Conflitos Trabalhistas - MT 19 104

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Chapada dos Guimarães	Usina de Manso/Furnas/Faz. do Mamão	7/3/2010	780	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	22/6/2010	96	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paranaíta	PCHs no Rio Teles Pires	14/8/2010		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		3	876		

Total dos Conflitos no Campo MT 46 Pessoas: 16749

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/3/2010		Índios
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	23/10/2010	80	Índios
Bataiporã	Fazenda Primavera	27/4/2010	250	Sem Terra
Corumbá	P. A. Tamarineiro II	29/10/2010	58	Assentados
Douradina	Área ao lado das Aldeias Lagoa Rica e Panambi/Acamp. Ita'y Ka'aguyrusu	6/9/2010		Índios
Douradina	Área ao lado das Aldeias Lagoa Rica e Panambi/Acamp. Ita'y Ka'aguyrusu	21/9/2010	86	Índios
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	25/10/2010	250	Índios
Miranda	Fazenda Petrópolis	29/1/2010		Índios
Miranda	Fazenda Petrópolis	18/5/2010		Índios
Miranda	Fazenda Petrópolis	16/6/2010	30	Índios
Paranhos	Fazenda São Luiz/Triunfo	20/10/2010	30	Índios
Subtotal:		11	784	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Angélica	Faz. Guassu/Acamp. Padre Aquelino	27/8/2010	200	MST
Bataiporã	Fazenda Primavera	15/4/2010	250	MST
Douradina	Área ao lado das Aldeias Lagoa Rica e Panambi/Acamp. Ita'y Ka'aguyrusu	4/9/2010		Índios

Douradina	Área ao lado das Aldeias Lagoa Rica e Panambi/Acamp. Ita'y Ka'aguyrusu	7/9/2010	86	Índios
Paranhos	Fazenda São Luiz/Triunfo	19/8/2010	30	Índios
Subtotal:		5	566	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bataiporã	Fazenda Primavera	27/4/2010	250	MST
Ponta Porã	Acamp. diante de uma Área da Agropecuária Paquetá	16/8/2010	600	Fetagri/MS
Subtotal:		2	850	

Total Conflitos por Terra - MS	18	2200
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Coxim	Fazenda Áurea	10/8/2010	8	8		Carvoaria
Figueirão	Fazenda 3R	30/8/2010	14	14		Pecuária
Subtotal:		2	22	22		

Total Conflitos Trabalhistas - MS	2	22
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Dourados	Porto Cambira do Tekoha Passo Piradju	12/5/2010	16	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		1	16		

Total dos Conflitos no Campo MS	21	Pessoas: 11102
--	-----------	-----------------------

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Almenara	Fazenda Amaralina	14/8/2010	25	Sem Terra
Belo Horizonte	Quilombo Mangueiras	17/5/2010	12	Quilombolas
Belo Horizonte/Nova Lima	Comunidade Quilombola dos Luízes	5/12/2010	30	Quilombolas
Bocaiúva	Fazenda Sítio	18/5/2010	100	Sem Terra
Buritizinho	Faz. Passagem Real	21/9/2010	1	Posseiros
Campo Azul/Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	28/1/2010	25	Sem Terra
Goianá	Faz. Fortaleza de Sant'Anna	17/12/2010	102	Sem Terra
Gurinhata	Faz. Córrego da Jacuba/Us. Arco-Íris	20/5/2010		Sem Terra
Gurinhata	Faz. Córrego da Jacuba/Us. Arco-Íris	16/12/2010	250	Sem Terra
Itamarandiba	Parque Estadual Serra Negra	24/11/2010	160	Posseiros
Jenipapo de Minas	Faz. Sta. Cecília/Com. Quilombola Lagoa Grande	9/2/2010	2	Quilombolas
Jequitinhonha	Rebio Mata Escura/Com. Quilombola Mumbuca/Assent. Para Terra	11/6/2010	88	Quilombolas
Manga	Fazenda Pau d' Arco	9/7/2010	1	Posseiros
Manga	Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco	23/9/2010	1	Vazanteiros
Matias Cardoso	Com. Quil. da Lapinha/Faz. Lagoa da Lapinha	19/4/2010		Quilombolas
Matias Cardoso	Com. Quil. da Lapinha/Faz. Lagoa da Lapinha	23/7/2010	110	Quilombolas
Matias Cardoso	Ilha Pau de Léguas/Rio São Francisco	17/6/2010		Vazanteiros
Matias Cardoso	Ilha Pau de Léguas/Rio São Francisco	5/11/2010	70	Vazanteiros
Montalvânia	Área de Ludovino Martins Silveira	5/7/2010	1	Sem Terra
Montezuma/Rio Pardo de Minas/Vargem Grande do Rio Pardo	Resex Areião Vale do Guará/15 Comunidades Atingidas	25/4/2010	543	Geraizeiro
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	10/5/2010	48	Quilombolas
Paracatu	Quilombo dos Amaro/Mineradora Kinross	10/5/2010	161	Quilombolas
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	4/8/2010	160	Sem Terra
Rio Pardo de Minas	Com. Geraizeira de Raiz/Passagem Larga/Replasa	7/6/2010	35	Geraizeiro

Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	27/4/2010		Sem Terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	28/8/2010	60	Sem Terra
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	23/11/2010		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	20/12/2010	300	Quilombolas
Tupaciguara/Uberlândia	Fazenda São Domingos	31/7/2010	62	Assentados
Uberaba	Faz. Cedros/Empresa Cossisa	6/7/2010	80	Sem Terra
Uberaba	Fazenda Inhumas	16/12/2010	30	Sem Terra
Subtotal:		31	2457	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó	11/7/2010		Índios
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó	23/7/2010	16	Índios
Bocaiúva	Fazenda Sítio	16/5/2010	100	MST
Córrego Danta	Faz. São José da Bela Vista	22/3/2010	60	MST
Engenheiro Navarro	Faz. Santa Elóia/Santo Eloy	14/8/2010	300	MST
Francisco Sá/Grão Mogol	Área Pública/Arrendada à Itapeva Florestal	5/12/2010	12	SI
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	24/4/2010	150	MST
Frei Inocêncio	Fazenda Santa Rosa	1/2/2010	150	MST
Funilândia	Granja Manoa	13/9/2010	100	MST
Goianá	Faz. Fortaleza de Sant'Anna	25/3/2010	50	MST
Governador Valadares	Fazenda Lagoa do Belo	8/7/2010	97	MST
Gurinhata	Faz. Córrego da Jacuba/Us. Arco-Íris	20/2/2010	250	MTL
Jordânia	Fazenda São Pedro	23/10/2010	30	STR
Prata	Espólio do Horácio de Lima	31/10/2010	15	MLST
Prata	Fazenda Santa Rita	16/2/2010	90	MLST
Prata/Uberlândia	Fazenda Santa Terezinha	1/6/2010	5	MLST
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	9/2/2010		MST
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	29/4/2010	60	MST
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	11/11/2010	300	Quilombola/Via Campes
Silvianópolis	Fazenda Jaguará	19/10/2010	50	Fetaemg
Uberaba	Faz. Cedros/Empresa Cossisa	26/5/2010	80	MST
Uberlândia	Fazenda Santa Lurdes	20/6/2010		MLST
Uberlândia	Fazenda Sobradinho	17/2/2010	70	MLST
Subtotal:		23	1985	

Total Conflitos por Terra - MG **54** **4442**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araguari	Fazenda Cunhas	15/1/2010	13	13		Tomate
Cambuí	Sítio Rio Acima/Faz. do Dr. Newmann	13/8/2010	39	39	8	Morango
Capinópolis	Usina Vale do Paranaíba	15/8/2010	207	207		Cana-de-açúcar
Estiva	Fazenda do Sebastião Roelto Andrade	26/6/2010	22	22		Morango
Estiva	Sítio Pinhal	26/6/2010	24	24	1	Morango
João Pinheiro	Fazenda Vazantão	12/5/2010	7	7		Produção florestal
Nova Belém	Fazenda do Onilton Mattedi	10/6/2010	4	4		Desmatamento
Paracatu	Carvoaria do Leonel	15/6/2010	5	5		Carvoaria
Paraguaçu	Fazenda Paraíso	12/5/2010	17	17		Café
Patos de Minas	Fazenda Bom Jardim Santa Rita	20/8/2010	39	39		Café
Uberlândia	Fazenda Santa Terezinha/Rio das Pedras	20/12/2010	2	2	8	Pecuária
Unaí	Fazenda Gado Bravo	25/9/2010	78	78	8	Feijão
Unaí	Fazenda São Miguel	25/9/2010	54	54	8	Feijão
Subtotal:		13	511	511	33	

Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
São Sebastião do Paraíso	Central Energética Paraíso S. A/Cepar	14/6/2010	800			Cana-de-açúcar
Subtotal:		1	800			
Total Conflitos Trabalhistas - MG			14	1311		

ÁGUA

Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aimorés/Itueta/Resplendor	Usina Hidrelétrica de Aimorés/Vale do Rio Doce	14/3/2010		Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Berizal/Taiobeiras	Barragem de Berizal	31/3/2010	700	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Água Santa/Mumbuca	5/2/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Diogo de Vasconcelos	Hidrelétrica de Fumaça	14/3/2010		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Laranjal	Hidrelétrica Barra da Braúna	4/2/2010	180	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Matias Cardoso	Ilha Pau de Légua/Rio São Francisco	17/6/2010	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Miravânia	Faz. Tropeiros/Ibérica Agropecuária Ltda	11/12/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Paracatu	Quilombo dos Amaro/Mineradora Kinross	25/10/2010	161	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	25/10/2010	48	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Salto da Divisa	Hidrelétrica de Itapebi	28/5/2010	35	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
São João do Paraíso	Barragem do Peão	31/12/2010	26	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Subtotal:		11	1220			

Total dos Conflitos no Campo MG	79	Pessoas: 29621
--	-----------	-----------------------

Pará

TERRA

Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Abaetetuba	Área de Raimundo Vasconcelos Reis	24/2/2010	1	Ribeirinhos	
Abaetetuba	Furo do Bacabal/Ilha Sapucajuba	1/1/2010	7	Ribeirinhos	
Abaetetuba	P. A. Santa Maria Ilha Sirituba	15/1/2010		Ribeirinhos	
Abaetetuba	P. A. Santa Maria Ilha Sirituba	13/8/2010	350	Ribeirinhos	
Abaetetuba	Rio Ipiramanha/Ilha Quianduba	1/1/2010	3	Assentados	
Abaetetuba	Rio Prainha/Ilha Sapucajuba	1/1/2010	7	Assentados	
Abaetetuba	Rio Sarapuquara/Ilha Guajarazinho	1/1/2010	6	Ribeirinhos	
Acará	Com. Quil. do Baixo Acará	12/4/2010	60	Quilombolas	
Afuá	Cajueiro**	1/1/2010	20	Ribeirinhos	
Afuá	Furo da Cidade**	1/1/2010	15	Ribeirinhos	
Afuá	Furo Grande**	1/1/2010	1	Ribeirinhos	
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos**	1/1/2010	1	Ribeirinhos	
Afuá	Igarapé Boa Vista/Baiano**	1/1/2010	2	Ribeirinhos	
Afuá	Igarapé Jovino**	1/1/2010	4	Ribeirinhos	
Afuá	Igarapé Viana**	1/1/2010	7	Ribeirinhos	
Afuá	Ilha da Luzitana**	1/1/2010	8	Ribeirinhos	
Afuá	Ilha da Serraria**	1/1/2010	40	Ribeirinhos	
Afuá	Ilha do Antonino**	1/1/2010	10	Ribeirinhos	
Afuá	Ilha do Cajual**	1/1/2010	35	Ribeirinhos	
Afuá	Ilha do Caldeirão**	1/1/2010	18	Ribeirinhos	

** As ocorrências de conflitos no município de Afuá-PA são acompanhadas pela CPT Amapá.

Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano**	1/1/2010	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro**	1/1/2010	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	1/1/2010	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	1/1/2010	4	Ribeirinhos
Afuá	Rio Baiano**	1/1/2010	17	Ribeirinhos
Afuá	Rio Baturité**	1/1/2010	25	Ribeirinhos
Afuá	Rio Boa Vista/Furo Grande**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Cemitério**	1/1/2010	8	Ribeirinhos
Afuá	Rio Espera**	1/1/2010	12	Ribeirinhos
Afuá	Rio Flexal**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Furtado**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Gabriel**	1/1/2010	10	Ribeirinhos
Afuá	Rio Ipanema**	1/1/2010	30	Ribeirinhos
Afuá	Rio Laranjal**	1/1/2010	32	Ribeirinhos
Afuá	Rio Maniva**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Morceguinho/Morcego**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvador Grande/Roflândia**	1/1/2010	48	Ribeirinhos
Afuá	Rio Vieirinha/Sta. Maria**	1/1/2010	1	Ribeirinhos
Afuá	Serraria Pequena**	1/1/2010	20	Ribeirinhos
Alenquer	Área Maicurú/Comunidade Maicurú	1/1/2010	45	Posseiros
Alenquer	Área Poção/Comunidade Poção	1/1/2010	20	Posseiros
Alenquer	Área Rocinha/Comunidade Rocinha	1/1/2010	32	Posseiros
Alenquer	Área Uirapuru/Curuá Agrícola/Com. Novo Progresso I e II	1/1/2010	88	Posseiros
Alenquer	Faz. Água Flora/Gleba Camburão/Com. Nova Olinda	1/1/2010	27	Posseiros
Alenquer	Faz. Dois Irmãos/Comunidade Sacrifício	1/1/2010	30	Posseiros
Alenquer	Faz. Libra/Gleba Camburão/Com. Novo Progresso III	1/1/2010	50	Posseiros
Alenquer	Faz. Malhadinha/Alfaiate/S. João/Livramento/S. Francisco/Com. Nova União	1/1/2010	160	Posseiros
Alenquer	Faz. Maringá/Gleba Camburão/Com. Lírio dos Vales	1/1/2010	52	Posseiros
Alenquer	PAE Missionário Rufino	1/1/2010	75	Posseiros
Alenquer	PDS Paraíso	1/1/2010	620	Posseiros
Altamira/Itaituba/Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Eletronorte/Com. Pimental/S. Luiz do Tapajós/Mangabal/Jacarecanga/Periquito/T.I. Munduruku	12/10/2010	170	Atingidos por barragens
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote 73	31/5/2010	88	Assentados
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Virola Jatobá/Lote N.I. gril. Augusto Peixoto	29/5/2010	10	Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	31/7/2010		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	20/8/2010		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	21/8/2010	317	Assentados
Barcarena	Fazenda Jesus de Nazaré	21/2/2010	642	Posseiros
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamá	13/12/2010	300	Índios
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	25/12/2010	45	Sem Terra
Cumaru do Norte/Santana do Araguaia	Faz. Estrela de Maceió/Acamp. Cangaia-Brilhante	11/6/2010	500	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Fazenda Fortaleza/Agrop. Sta. Bárbara	1/1/2010	60	Sem Terra
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	31/12/2010	200	Sem Terra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	7/6/2010		Sem Terra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	11/6/2010		Sem Terra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	3/9/2010	170	Sem Terra
Itupiranga/Marabá	Fazenda Bandeirantes	1/1/2010	85	Sem Terra
Marabá	Faz. Barreira Branca	1/11/2010	55	Sem Terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	1/1/2010	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro	31/12/2010	120	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/ Acamp. Santa Ernestina	1/11/2010	30	Sem Terra
Moju	Área Santo Antônio/Rio Moju	1/1/2010	300	Posseiros
Moju	Fazenda Beiradão	1/1/2010	30	Posseiros
Moju	Quil. de Jambu-Açu/Vale do Rio Doce	31/1/2010	674	Quilombolas
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhaira/Cupu/Passe Bem/Mamona	16/11/2010	5	Assentados
Norilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	1/1/2010	190	Sem Terra
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/6/2010		Assentados
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	15/7/2010		Assentados
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	17/9/2010		Assentados
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	18/9/2010		Assentados

Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/9/2010		Assentados
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/11/2010		Assentados
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	20/12/2010	70	Assentados
Palestina do Pará	Fazenda Santa Maria	30/11/2010	30	Sem Terra
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	1/1/2010	180	Sem Terra
Portel	Linhão do Marajó/Rio Acutipereira	17/8/2010		Ribeirinhos
Prainha	Resex Renascer/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	3/1/2010	679	Castanhais
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Riachuelo	30/12/2010	20	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	P. A. Colônia Verde Brasileira	3/8/2010		Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	P. A. Colônia Verde Brasileira	2/10/2010	39	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel	20/8/2010	60	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Brilhante	30/5/2010	50	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	18/8/2010	100	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	30/1/2010		Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	16/5/2010		Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	28/5/2010		Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	26/6/2010		Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	22/10/2010		Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	24/10/2010	300	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Vitória Régia	18/8/2010	100	Sem Terra
Santarém	Com. Quilombola Saracura e Arapemã	25/8/2010		Quilombolas
Santarém	Gleba Nova Olinda/Madeireira Rondobel/Coepa/14 Comunidades Ribeirinhas e 3 Aldeias Indígenas	2/5/2010	74	Índios
Santarém	Gleba Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara	1/1/2010	160	Assentados
Santarém Novo	Resex Chocoaré - Mato Grosso	28/2/2010		Ribeirinhos
Santarém Novo	Resex Chocoaré - Mato Grosso	26/8/2010	450	Ribeirinhos
São Félix do Xingu	Faz. Divino Pai Eterno/Canaã/Acamp. Novo Oeste	17/3/2010		Sem Terra
São Félix do Xingu	Faz. Divino Pai Eterno/Canaã/Acamp. Novo Oeste	28/3/2010	410	Sem Terra
Sapucaia/Xinguara	Faz. Porto Rico/ Agrop. Sta. Bárbara	1/1/2010	150	Sem Terra
Subtotal:		107	9225	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	23/12/2010	350	Fetagri/PA
Curionópolis/Marabá	Faz. Baixo da Égua/Caroço do Olho/Agrop. Sta. Bárbara	26/4/2010	40	SI
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	15/9/2010	150	MST
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	3/6/2010	69	STR
Santa Maria das Barreiras	P. A. Colônia Verde Brasileira	30/9/2010	39	SI
Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	1/8/2010	600	Fetra
São João do Araguaia	Fazenda Novo Pará	30/7/2010	50	Fetagri/PA
Subtotal:		7	1298	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Canaã dos Carajás	Faz. Marajá	15/5/2010	250	ATP
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	31/3/2010	45	CPT
Curionópolis/Marabá	Faz. Marambaia/Acamp. na PA-275	8/8/2010	200	MST
Eldorado dos Carajás	Fazenda do Maguilliano	30/10/2010	60	Fetra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	11/6/2010	170	MST
Marabá	Faz. Barreira Branca	15/11/2010	60	OI
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro	31/10/2010	60	MST
Marabá	Fazenda São Jorge	1/7/2010	70	OI
Palestina do Pará	Fazenda Santa Maria	1/11/2010	50	Fetagri/PA
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Riachuelo	29/12/2010	20	OI
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	29/8/2010	210	Fetra
Subtotal:		11	1195	

Total Conflitos por Terra - PA

125

11718

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Abel Figueiredo	Carvoaria do Márcio e Maurício	15/5/2010	7	7		Carvoaria

Abel Figueiredo	Carvoaria do Márcio e Maurício	18/8/2010	8			Carvoaria
Abel Figueiredo	Fazenda Soares	28/6/2010	6	6		Roçagem
Abel Figueiredo/Goianésia do Pará	Carvoaria da LN	25/7/2010	11	11		Carvoaria
Água Azul do Norte	Fazenda Caetete	8/6/2010	11	15		Cerca, desmatamento
Água Azul do Norte	Fazenda União	14/4/2010	8	31		Pecuária
Altamira	Faz. Patuá/Jubilândia	11/2/2010	27	7		Pecuária
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Caribe	21/7/2010	35	14		Roçagem
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Rainha do Araguaia	18/8/2010	8	3		Roçagem
Breu Branco	Fazenda Casa Grande	12/1/2010	5			Roçagem
Breu Branco	Fazenda Maísa	20/10/2010	18			Eucalipto
Conceição do Araguaia	Fazenda São Pedro	25/2/2010	4	4		Pecuária
Cumaru do Norte	Faz. da Construtora Linhares Ltda	15/4/2010	8	8		Pecuária
Cumaru do Norte	Faz. Santa Marta do Vale Verde/Rio Verde	17/2/2010	38	7		Roçagem
Curionópolis	Faz. Olivença/Olivence	25/8/2010	2			Roçagem
Curionópolis/Xinguara	Fazenda Vale do Paraíso II	11/8/2010	3			Roçagem
Dom Eliseu	Fazenda da A F Costa Ind. EPP	25/3/2010	2	2		Carvoaria
Eldorado dos Carajás	Carvoaria do Jurandir	6/9/2010	4	4		Carvoaria
Eldorado dos Carajás	Colônia São Pedro/Tonaco Cortes	28/6/2010	4	9		Roçagem, cerca
Eldorado dos Carajás	Fazenda Estrela do Sul	15/6/2010	2	2		Pecuária
Eldorado dos Carajás	Fazenda Pupu	18/8/2010	3			Serviços gerais
Goianésia do Pará	Faz. Mimosas/Liberdade	11/5/2010	6	8		Pecuária
Goianésia do Pará	Fazenda Capão da Onça	30/11/2010	4	4		Pecuária
Goianésia do Pará	Nova Goianésia Agropecuária Ltda	22/8/2010	15	15		Pecuária
Itupiranga	Faz. Riacho Doce/Lago Azul	18/8/2010	16	32		Cerca, roçagem
Itupiranga	Fazenda Bambu	18/1/2010	4	1		Pecuária
Jacareacanga	Faz. Modelo/Gleba São Benedito	20/10/2010	3	3		Pecuária
Jacareacanga	Fazenda do Mauro Zanette	25/9/2010	3	3		Pecuária
Marabá	Fazenda Boa Sorte	25/1/2010	2	2		Pecuária
Marabá	Fazenda Jandaia	19/7/2010	6			Serviços gerais
Marabá	Serraria do Sued	8/9/2010	8			Desmatamento
Medicilândia	Fazenda Sombra da Tarde	15/6/2010	42	42	3	Cacau
Moju	Fazenda da Marborges	22/9/2010	800			Dendê
Moju	Fazenda Maísa	30/8/2010	11	11		Pecuária
Novo Repartimento	Faz. Alto Pacajá/Nova Descoberta	2/8/2010	6			Cerca, roçagem
Novo Repartimento	Madeçai Indústria e Comércio de Madeira Ltda	25/9/2010	8	8		Serraria
Novo Repartimento	S. Ladeira Carvoaria Ltda	25/9/2010	4	4		Carvoaria
Oeiras do Pará	Rio Branco/Incobal	30/11/2010	32	32		Pecuária
Ourilândia do Norte	Faz. do Francisco José dos Santos	22/8/2010	4	4		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do João Pereira da Silva	22/8/2010	4	2		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do Miguel Lourenço Lima Neto	22/8/2010	4	4		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do Natal Ferreira da Silva	22/8/2010	3	3		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do Vicente Paulo Lourenço Lima	22/8/2010	15	13		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do Vilson João Schmidt	22/8/2010	3	3		Mineração
Ourilândia do Norte	Faz. do Wellington Tomaz de Almeida	22/8/2010	18	18		Mineração
Pacajá	Fazenda do Tião	25/1/2010	10			Cerca
Parauapebas	Fazenda Ouro Verde	8/6/2010	15	9		Roçagem
Rondon do Pará	Carvoaria Chapadão	15/3/2010	61	61		Carvoaria
Rondon do Pará	Faz. do Laurindo Goiano	7/12/2010	6			Roçagem
Rondon do Pará	Faz. Jabuti/Brasileira	28/6/2010	11	6		Roçagem, agrotóxico
Rondon do Pará	Faz. Supresa/Paraíso	28/9/2010	10	10		Cerca, agrotóxico
Rondon do Pará	Fazenda Boa Esperança	29/10/2010	6	6		Cerca, roçagem, carvoaria
Rondon do Pará	Fazenda Lagoa Azul	18/3/2010	7			Cerca, roçagem, agrotóxico
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Tarumã	2/2/2010	28	28		Pecuária
São Domingos do Araguaia	Área no Assentamento Cacau	20/8/2010	3	3		Pecuária
São Domingos do Araguaia	Fazenda Água Branca	27/4/2010	11	15		Cerca, roçagem
São Félix do Xingu	Agropecuária Santa Cruz S/A	15/4/2010	2	2		Roçagem
São Félix do Xingu	Faz. do Onofre Pires	12/6/2010	2	2		Roçagem

São Félix do Xingu	Faz. Talismã/Guadalupe	11/5/2010	7	8		Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Águas da Serra	17/7/2010	2	2		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Betel	27/9/2010	4	5		Serviços gerais, roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Cachoeira	16/8/2010	27	3	4	Cerca, roçagem, desmatamento
São Félix do Xingu	Fazenda Canaã	25/7/2010	15	15		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Jaborandi	15/6/2010	4	4		Cerca, roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Maguari	18/3/2010	6	3		Cerca, agrotóxico, roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Paraíso	10/6/2010	4	4		Cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Quatro Irmãos	13/10/2010	8			Pecuária, serviços gerais
São Félix do Xingu	Fazenda Rancho Alegre	15/3/2010	6	6		Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Maria	10/6/2010	1	1		Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda São Jorge	15/4/2010	5	5		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda SMG	20/9/2010	16	16		Pecuária
Tailândia	Fazenda Bom Sossego	25/6/2010	6	6		Pecuária
Tucumã	Fazenda Celestino	30/8/2010	4		1	Cerca, roçagem
Subtotal:		73	1522	562	8	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Ourlândia do Norte	Fazenda Paranaíba	16/8/2010	5			Cerca e roçagem
Piçarra	Fazenda do Jurandir Requer	22/6/2010	7			Carvoaria
São Félix do Xingu	Fazenda Anzol de Ouro	15/4/2010	2			Roçagem, agrotóxicos
São Félix do Xingu	Fazenda do Fábio Dias	26/4/2010	4			Roçagem, pecuária, cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Novo Horizonte	6/6/2010	6			Cerca, roçagem
Subtotal:		5	24			

Desrespeito Trabalhista

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
São Félix do Xingu	Fazenda do Orismar	7/4/2010	1			Serviços gerais
São Félix do Xingu	Fazenda do Sr. Santana	16/8/2010				Sem informação
Subtotal:		2	1			

Total Conflitos Trabalhistas - PA

80

1547

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira	Hidrelétrica Belo Monte/Rio Xingu	4/2/2010	6000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Altamira/Itaituba/Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Eletronorte/Com. Pimental/S. Luiz do Tapajós/Mangabal/Jacarecanga/Periquito/T.I. Munduruku	18/5/2010		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		2	6000		

Total dos Conflitos no Campo PA

207

Pessoas: 90137

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aparecida/Sousa	Proj. Irrigação das Várzeas de Sousa/Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco	27/1/2010	319	Sem Terra
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	28/4/2010		Posseiros
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	3/5/2010		Posseiros
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	8/5/2010		Posseiros
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	12/11/2010		Sem Terra

Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	6/12/2010		Posseiros		
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	24/12/2010	35	Posseiros		
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	11/4/2010	60	Sem Terra		
Subtotal:		8	414			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Algodão de Jandaira	Fazenda Serra Preta	13/4/2010	35	MST		
Cabaceiras	Fazenda Jacaré	13/4/2010	63	MST		
Ibiara	Fazenda Riachão	12/4/2010	60	MST		
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	11/4/2010	60	MST		
Uiraúna	Fazs. Rio do Peixe/Val Paraíso/Canadá	12/4/2010	300	MST		
Subtotal:		5	518			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Aparecida	Fazenda Floresta	26/7/2010	16	CPT		
São Domingos do Pombal	Sítio Verde I e II/Faz. São Lourenço	24/7/2010	28	CPT		
Uiraúna	Fazs. Rio do Peixe/Val Paraíso/Canadá	12/4/2010	300	MST		
Subtotal:		3	344			
Total Conflitos por Terra - PB		16	1276			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boa Vista	Fazenda do João Arruda Mineração e Construção Ltda	30/8/2010	27	27		Mineração
Subtotal:		1	27	27		
Total Conflitos Trabalhistas - PB		1	27			
Total dos Conflitos no Campo PB		17	Pessoas: 6407			

Paraná

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada do Sul	Faz. Itaverá/Grupo Atalla/Us. Central do Paraná S.A	27/8/2010	70	Sem Terra
Alvorada do Sul	Fazenda Palheta/Atalla	26/8/2010	45	Sem Terra
Cascavel	Fazenda Castelo/Complexo Cajati	26/8/2010	40	Sem Terra
Espigão Alto do Iguaçu/Quedas do Iguaçu	Fazenda Solidor	7/1/2010	36	Sem Terra
Guaíra	Aldeia Tekoá Marangatu	18/8/2010	12	Índios
Guairaçá	Faz. Videira/Acamp. 8 de Março	16/6/2010	46	Sem Terra
Iretama	Fazenda São Vicente	17/6/2010	10	Sem Terra
Ortigueira	Fazenda Boa Vista	2/3/2010	50	Sem Terra
Pinhão	Faz. Limeira/Mato Branco/Madeireira Zattar	2/3/2010	20	Sem Terra
Ponta Grossa	Faz. São Francisco/Acamp. Teixeira	13/2/2010		Sem Terra
Ponta Grossa	Faz. São Francisco/Acamp. Teixeira	23/2/2010	40	Sem Terra
Porecatu	Faz. Canaã/Us. Central do Paraná S.A.	1/6/2010		Sem Terra
Porecatu	Faz. Canaã/Us. Central do Paraná S.A.	28/6/2010	30	Sem Terra
Porecatu	Faz. Jaborandi/Us. Central do Paraná S.A.	1/6/2010		Sem Terra
Porecatu	Faz. Jaborandi/Us. Central do Paraná S.A.	28/6/2010	35	Sem Terra
Porecatu	Faz. Santa Lina/Us. Central do Paraná S.A.	1/6/2010		Sem Informação
Porecatu	Faz. Santa Lina/Us. Central do Paraná S.A.	28/6/2010	35	Sem Terra
Porecatu	Faz. Variante/Us. Central/Grupo Atalla	26/8/2010	40	Sem Terra
Porecatu	Fazenda Porta do Céu/Atalla	26/8/2010	70	Sem Terra
Primeiro de Maio	Faz. Makita/Maquita	18/3/2010	6	Sem Terra
Subtotal:		20	585	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria

Cascavel/Santa Tereza do Oeste	Fazenda de Miguel Carvalho Jr.	17/8/2010	20	MST
Florestópolis	Fazenda Santa Rita	22/4/2010	70	MST
Ponta Grossa	Faz. São Francisco/Acamp. Teixeira	6/2/2010	40	MST
Porecatu	Faz. Canaã/Us. Central do Paraná S.A.	26/6/2010	35	Contag
Porecatu	Faz. Jaborandi/Us. Central do Paraná S.A.	1/2/2010		Contag
Porecatu	Faz. Jaborandi/Us. Central do Paraná S.A.	26/6/2010	35	Contag
Porecatu	Faz. Santa Lina/Us. Central do Paraná S.A.	26/6/2010	35	Contag
Primeiro de Maio	Faz. Makita/Maquita	31/1/2010	6	Contag
Subtotal:		8	241	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cascavel	Acamp. às margens da BR-277/Rodovia das Cataratas	12/8/2010	20	MST
Subtotal:		1	20	

Total Conflitos por Terra - PR 29 846

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Clevelândia	Madeira Ipiranga Ltda	10/8/2010	19	19	Erva-mate	
General Carneiro	Fazenda Palmital II	20/9/2010	11	11	Pinus	
Palmas	Estrela Agroflorestal Ltda	20/9/2010	9	9	Pinus	
Palmas	Fazenda Cruzeiro	20/9/2010	11	11	1 Pinus	
Palmas	Fazenda São Manoel	10/8/2010	19	19	3 Erva-mate	
Palmas	Fazendas Santa Mônica e Santana	26/7/2010	36	36	Erva-mate	
Palmas	Fazendas São Carlos e São Pedro	26/7/2010	28	28	5 Erva-mate e pinus	
União da Vitória	Fazenda do Décio Pacheco e Cia Ltda	10/7/2010	6	6	Construção de rodovia e ferrovia	
Subtotal:		8	139	139	9	

Total Conflitos Trabalhistas - PR 8 139

Total dos Conflitos no Campo PR 37 Pessoas: 4369

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aliança	Engenho Falcão/Us. Aliança	9/4/2010	120	Assentados
Belém de Maria	Engenho Cangaia	30/12/2010	50	Sem Terra
Carnaíba	Com. Sta. Rosa/Mineradora Vale do Pajeú	4/10/2010	25	Pequenos proprietários
Escada/Ipojuca	Usina Salgado	9/3/2010	300	Posseiros
Itambé	Engenho Paraguaçu	30/12/2010	50	Sem Terra
Itaquitinga	Engenho Curijó	30/12/2010	60	Sem Terra
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela	18/11/2010	100	Trabalhador Rural
Pombos	Usina Nossa Senhora do Carmo	19/5/2010	200	Liderança
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	11/2/2010		Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	9/11/2010	100	Sem Terra
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	31/7/2010	2	Pescadores
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	11/11/2010	1	Pescadores
Tacaratu	Fazenda Salgadinho	12/8/2010	350	Sem Terra
Subtotal:		13	1358	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agrestina	Fazenda Água Branca	15/4/2010	120	MST
Água Preta/Gameleira	Engenho Cachoeira Dantas	8/3/2010	60	MST
Arcoverde	Fazenda da Granja das Varas	14/4/2010	140	MST
Barreiros/São José da Coroa Grande	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	14/4/2010	80	MST

Belém de São Francisco	Faz. Cacimba Nova e Cacimba do Meio	12/4/2010	90	MST
Belém de São Francisco	Fazenda Aipueira	12/4/2010	150	MST
Bonito	Fazenda Uberaba	7/3/2010	30	MST
Camutanga	Engenho Pará	12/4/2010	100	MST
Carnaubeira da Penha	Fazenda Cerro Antônio	21/9/2010	90	MST
Custodia	Fazenda Marreco	11/4/2010	140	MST
Escada/Pombos	Engenho Camaçari	14/4/2010	100	MST
Gameleira	Engenho Paca	11/4/2010	80	MST
Gravatá	Fazenda Serra Grande	14/4/2010	40	MST
Ibimirim	Fazenda Passarinho	12/4/2010	130	MST
Iguaraci	Fazenda Cedro Branco	4/8/2010	30	CPT
Ipubi	Fazenda Cedro II	11/4/2010	240	MST
Itacuruba	Fazenda Jatinã	12/4/2010	150	MST
Jaboatão dos Guararapes/Moreno	Eng. Poço Dantas/Us. Bulhões	11/4/2010	68	MST
Jataúba	Fazenda Amarela	11/4/2010	40	MST
Manari	Faz. Lagoa das Vacas/Acamp. Dorothy Stang	13/4/2010	100	MST
Maraial	Engenho São Salvador	11/4/2010	180	MST
Moreno	Eng. Fundão/Us. Auxiliadora	16/4/2010	45	MST
Moreno	Engenho Bela Vista	16/4/2010	60	MST
Moreno	Engenho Camarão	16/4/2010	50	MST
Passira	Fazenda Taquari	12/4/2010	80	MST
Petrolândia	Fazenda Bom Conselho	7/12/2010	150	MST
Petrolina	Fazenda Lagoa da Pedra	11/4/2010	120	MST
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	3/3/2010	100	MST
São Lourenço da Mata	Engenho Curupati	12/4/2010	150	MST
Sertânia	Faz. Arizona/Sítio Pinheiro	15/4/2010	35	MST
Sertânia	Fazenda Conceição	3/8/2010	30	CPT
Sertânia	Fazenda Terezinha	10/8/2010	30	CPT
Tacaratu	Fazenda Salgadinho	11/4/2010	350	MST
Subtotal:		33	3358	

Total Conflitos por Terra - PE 46 4716

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Betânia/Cabrobó/Floresta	Transposição do Rio São Francisco	19/10/2010	1020	Uso e preservação	Divergência
Escada/Ipojuca	Usina Salgado	9/3/2010		Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Floresta	Assentamento Serra Negra	5/5/2010	50	Uso e preservação	Falta de projeto de reassentamento
Ipojuca	Praia de Serrambi e Enseadina/Colônia Z-12	1/1/2010		Apropriação Particular	Não cumprimento de procedimentos legais
Jaboatão dos Guararapes/Recife	Colônia de Pescadores Z-1 e Z-25/Petrobrás	2/3/2010	1900	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		5	2970		

Total dos Conflitos no Campo PE 51 Pessoas: 38430

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Assunção do Piauí	Angico Seco	31/12/2010	38	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Vale do Riozinho	5/2/2010	34	Posseiros
Barras	Barra do Taquari	31/12/2010	25	Posseiros
Bom Jesus	Cocos	5/4/2010	5	Posseiros
Madeiro	Murici	31/12/2010	62	Posseiros
Madeiro	Povoado Vassoural	23/3/2010	35	Posseiros
Miguel Alves	Olho d' Água	31/12/2010	90	Posseiros

Miguel Alves	Pov. Mato Seco/Assent. Jenipapeiro da Mata	31/12/2010	50	Assentados
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	31/12/2010	80	Posseiros
Monsenhor Gil	Assentamento Nova Conquista	25/8/2010	42	Assentados
São Miguel do Tapuio	Cágados	3/3/2010	30	Posseiros
Teresina	Comunidade Serra do Coroatá	31/12/2010	70	Posseiros
União	Aroeiras/São Felipe	31/12/2010	50	Posseiros
Subtotal:		13	611	

Total Conflitos por Terra - PI 13 611

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Baixa Grande do Ribeiro	Condomínio Galiota	15/3/2010	6	6		Soja
Palmeira do Piauí	Fazenda Bortolotto	10/9/2010	14	14		Soja
Subtotal:		2	20	20		

Total Conflitos Trabalhistas - PI 2 20

Total dos Conflitos no Campo PI 15 Pessoas: 3075

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Macaé	Fazenda Bom Jardim	7/10/2010		Sem Terra
Macaé	Fazenda Bom Jardim	17/11/2010	200	Sem Terra
Subtotal:		2	200	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Macaé	Fazenda Bom Jardim	7/9/2010	200	MST
Subtotal:		1	200	

Total Conflitos por Terra - RJ 3 400

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campos dos Goytacazes	Consórcio Simplificado de Empregadores Rurais	15/9/2010	33	33		Cana-de-açúcar
Campos dos Goytacazes	Faz. da Neide Teresinha Silva Guimarães	30/6/2010	1	1		Pecuária
Campos dos Goytacazes	Faz. Marrecas/Us. Paineiras	31/8/2010	95	95		Cana-de-açúcar
Campos dos Goytacazes/São Francisco do Itabapoana	Faz. da Firma Deosbela Comafi	13/6/2010	18			Cana-de-açúcar
São Francisco do Itabapoana	Faz. Pedreiras/Us. Canabrava	15/9/2010	33	33		Cana-de-açúcar
São Francisco do Itabapoana	Fazenda São Luís	20/10/2010	24	24		Cana-de-açúcar
Subtotal:		6	204	186		

Total Conflitos Trabalhistas - RJ 6 204

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	21/1/2010	8075	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	19/1/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	30/4/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	31/7/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	31/8/2010		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	1/9/2010	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		6	8875		

Total dos Conflitos no Campo RJ	15	Pessoas: 46579
--	-----------	-----------------------

Rio Grande do Norte

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos	30/3/2010	75	Sem Terra
Upanema	P. A. São Geraldo/Mineradora	15/9/2010		Liderança
Subtotal:		2	75	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
São Paulo do Potengi	Faz. Cachoeirinha/Acamp. Retomada Camponesa	15/5/2010	250	MST
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos	31/1/2010	75	MST
Subtotal:		2	325	

Total Conflitos por Terra - RN	4	400
---------------------------------------	----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Baía Formosa	T. I. Sagi/Trabanda	30/9/2010		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Maxaranguape/Rio do Fogo/Touros	Colônia de Pescadores de Maracajaú Z-05/APARC	19/11/2010	40	Uso e preservação	Divergência
Subtotal:		2	40		

Total dos Conflitos no Campo RN	6	Pessoas: 2200
--	----------	----------------------

Rio Grande do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alegrete	Acamp. Adão Preto/Às margens da RS-377	21/1/2010	49	Sem Terra
Arroio dos Ratos/Porto Alegre/São Gabriel	T. I. Mbyá-Guarani/Reserva Itapuã	4/1/2010		Índios
Bagé	Quilombo de Palmas	8/4/2010	50	Quilombolas
Mato Castelhano	Acamp. Indígena às margens da BR-285	26/3/2010		Índios
Porto Alegre	Quilombo da Família Silva	25/8/2010	12	Quilombolas
Subtotal:		5	111	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Porto Alegre	T. I. Kaingang/Morro Santana	17/2/2010	15	Índios
Sananduva	Fazenda Bela Vista	15/4/2010	50	MST
Subtotal:		2	65	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alegrete	Acamp. Adão Preto/Às margens da RS-377	21/1/2010	49	MST
Subtotal:		1	49	

Total Conflitos por Terra - RS	8	225
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus	Fazenda do Paulo César Segala	15/3/2010	24	24		Batata
Subtotal:		1	24	24		
Total Conflitos Trabalhistas - RS			1	24		

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/Leão/Linha do Riva	26/7/2010	300	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Faxinalzinho/Nonoai	UHE de Monjolinho/Engevix	23/2/2010	400	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Subtotal:		2	700			

Total dos Conflitos no Campo RS	11	Pessoas: 4649
--	-----------	----------------------

Rondônia

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Alta Floresta do Oeste	Faz. Itamar/Acamp. Betinho	9/4/2010	32	Sem Terra		
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	9/4/2010	140	Sem Terra		
Alvorada do Oeste	Faz. da Agrop. Rio Ricardo Franco/Acamp. Pequena Vanessa	8/10/2010	200	Sem Terra		
Ariquemes	Área Canaã/Faz. Arrobas e Só Cacau	31/5/2010	100	Sem Terra		
Ariquemes	Fazenda Urupema	1/2/2010	50	Sem Terra		
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	10/11/2010	45	Sem Terra		
Buritis	Gleba Capivari	31/3/2010	50	Sem Terra		
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	1/5/2010		Assentados		
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	24/11/2010		Assentados		
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	5/12/2010	163	Assentados		
Castanheiras	Recanto Sonhado/Acamp. Boa Esperança	9/4/2010	33	Sem Terra		
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	1/7/2010	65	Sem Terra		
Costa Marques	Linha 21/Km 02	25/11/2010	25	Possesiros		
Parecis	Nova Mutum	9/4/2010	45	Sem Terra		
Porto Velho	Assassinato de Francisco Ferreira da Silva	27/2/2010		Pequenos proprietários		
Porto Velho	Distrito de Extrema	9/9/2010		Pequenos proprietários		
Porto Velho	P. A. Pau d' Alho/Faz. Fartura	31/12/2010	51	Assentados		
São Francisco do Guaporé	Comunidade Quilombola de Santo Antônio do Guaporé	10/2/2010	17	Quilombolas		
São Francisco do Guaporé/Seringueiras	Proposta pela Demarcação da T. I. do Povo Puruborá e Miqueleno	31/12/2010	34	Índios		
Vilhena	Águas Claras/Lote 56	9/4/2010	64	Sem Terra		
Vilhena	Aldeia Tubarão	28/4/2010		Índios		
Vilhena	Associação Bom Futuro/Lote 68	9/4/2010	40	Possesiros		
Vilhena	Nova Vida/Lotes 77 e 78	9/4/2010	80	Sem Terra		
Vilhena	União da Vitória/Lote 57	9/4/2010	156	Possesiros		
Subtotal:			24	1390		

Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	26/7/2010	100	Codevise		
Subtotal:		1	100			

Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	26/7/2010	40	SS		
Parecis	Arraial do Cajueiro/Lote 30	31/3/2010	25	ATR		

Subtotal:	2	65
------------------	----------	-----------

Total Conflitos por Terra - RO	27	1555
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ariquemes	Fazenda São Francisco	30/6/2010	1	1		Pecuária
Porto Velho	Fazenda Agrinbó	22/7/2010	11	11		Pecuária
Porto Velho	Fazenda Biribas	25/6/2010	4	4		Pecuária
Porto Velho	Fazenda São Francisco	20/8/2010	17	17		Pecuária
Porto Velho	Rancho Colorado	5/3/2010	8	8		Pecuária
Subtotal:		5	41	41		

Total Conflitos Trabalhistas - RO	5	41
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alta Floresta do Oeste	PCH Ângelo Cassol	10/11/2010	100	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	15/3/2010	20	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara	10/10/2010	135	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira	15/3/2010	5000	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Vilhena	PCH de Apertadinho	5/7/2010	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		5	5455		

Total dos Conflitos no Campo RO	37	Pessoas: 35091
--	-----------	-----------------------

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Caracarái/Mucajái	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	16/3/2010	1142	Índios
Amajari	Assentamento Tepequém	27/11/2010	150	Assentados
Amajari	P. A. Bom Jesus	27/11/2010	1	Assentados
Subtotal:		3	1293	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru/Aldeia Lago da Praia	20/1/2010	8	Índios
Subtotal:		1	8	

Total Conflitos por Terra - RR	4	1301
---------------------------------------	----------	-------------

Total dos Conflitos no Campo RR	4	Pessoas: 6505
--	----------	----------------------

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Fraiburgo	Área da Empresa Renar/Índios Kaingang	30/3/2010	10	Índios
Ibituba	Com. de Areias da Ribeira/Areais da Ribanceira/Votorantim	28/7/2010	60	Pequenos proprietários
Subtotal:		2	70	

Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Curitiba	Fazenda Xaxim	13/4/2010	200	MST
Fraiburgo	Área da Empresa Renar/Índios Kaingang	29/3/2010	10	Índios
Subtotal:		2	210	

Total Conflitos por Terra - SC	4	280
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Arvoredo	Fazenda de Gilmar José Mocelini	5/6/2010	40	40		Pecuária
Bocaina do Sul	Ervateira Linha Alegre Ltda.	20/10/2010	5	5		Erva-mate
Calmon	Fazenda Maxiplast Agropecuária Ltda.	14/7/2010	12	12	1	Erva-mate
Canoinhas	Procopiak Florestal Ltda	5/5/2010	5	5		Pinus
Correia Pinto	Fazenda Rincão	18/6/2010	5	5		Pinus
Ipumirim/Irineópolis	Faz. de Odolir Canton/Ervateira Parra	15/5/2010	12	12	2	Erva-mate
São Joaquim	São Luís Fruticultura	5/4/2010	154	154		Maçã
Urubici	Fazenda do Marcus Aristóteles Zilli	22/11/2010	5	5		Maçã
Xanxerê	Fazenda do Danilo Faccio	11/11/2010	15	15		Erva-mate
Subtotal:		9	253	253	3	

Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Bandeirante	Pequena Central Hidrelétrica Pratas	11/11/2010	54			Obras em hidrelétrica
Subtotal:		1	54			

Total Conflitos Trabalhistas - SC	10	307
--	-----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Águas de Chapecó/Caxambu do Sul	Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó	16/3/2010	300	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Bom Jesus/Lages/São Joaquim	UHE Pai Querê	9/7/2010	265	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Imbituba	Com. de Areias da Ribeira/Areais da Ribanceira/Votorantim	20/7/2010	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		3	625			

Total dos Conflitos no Campo SC	17	Pessoas: 4832
--	-----------	----------------------

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	31/3/2010		Sem Terra
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	20/4/2010	40	Sem Terra
Agudos	Fazenda Cabreúva	19/1/2010	30	Sem Terra
Bauri/Pederneiras	Fazenda Faxinal	9/11/2010	70	Sem Terra
Bauri/Pederneiras	Horto Florestal Aymorés/Acamp.Terra Nossa/P. A. Aymorés/Sítio Sta. Marina	24/10/2010	25	Sem Terra
Borebi	Fazenda Dadu	17/9/2010	30	Sem Terra
Borebi	Fazenda Mamedina	22/4/2010		Sem Terra
Borebi	Fazenda Mamedina	9/6/2010	60	Sem Terra
Borebi	Fazenda Noiva da Colina	19/4/2010	60	Sem Terra
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	26/1/2010	250	Sem Terra
Campinas	Faz. Monte d' Este/Tozan	28/4/2010	150	Sem Terra
Campinas	Fazenda São João do Atibaia	30/4/2010	150	Sem Terra
Gália	Fazenda Recreio	13/4/2010	70	Sem Terra
Iacri	Fazenda Santa Rosa	5/1/2010	12	Sem Terra

Mirante do Paranapanema	Acamp. diante da Fazenda São João	14/2/2010	30	Sem Terra
Pederneiras	Chácara Maria Mazarelo	5/10/2010	125	Sem Terra
Pederneiras	Fazenda 2N	23/11/2010	60	Sem Terra
Pederneiras	Fazenda Ouro Verde	5/10/2010	125	Sem Terra
Pereira Barreto	Faz. Jamaica/P. A. Olga Benário	1/3/2010	49	Assentados
Piacatu	Acamp. na SPV-020/Diante da Faz. Hortelã	26/2/2010	40	Sem Terra
Rinópolis	Fazenda Pauliceia	16/2/2010		Sem Terra
Rio Claro	Floresta Estad. Edmundo Navarro de Andrade/Feena	19/1/2010	100	Sem Terra
Santo Antônio do Aracanguá	Acamp. ao lado da Faz. Nossa Senhora de Fátima	19/2/2010	70	Sem Terra
Taubaté	Área Pública no Km 119 da Via Dutra	16/4/2010	100	Sem Terra
Subtotal:		24	1646	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	29/1/2010	30	Feraesp
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	28/2/2010	40	MST
Agudos	Fazenda Cabreúva	9/1/2010	30	Feraesp
Agudos	Fazenda Retiro do Turvo	25/4/2010	35	MST
Bauru/Pederneiras	Fazenda Faxinal	9/11/2010	70	FAF
Borebi	Fazenda Dadu	16/9/2010	30	MST
Borebi	Fazenda Mamedina	19/4/2010		MST
Borebi	Fazenda Mamedina	11/5/2010	60	MST
Borebi	Fazenda Noiva da Colina	13/4/2010	150	MST
Campinas	Faz. Monte d' Este/Tozan	13/4/2010	150	MST
Campinas	Fazenda São João do Atibaia	30/4/2010	150	MST
Gália	Fazenda Recreio	27/3/2010	70	MST
Iaras	Área em Iaras	17/4/2010		MST
Marabá Paulista	Área Lindeira na Rodovia Vicinal	13/4/2010	30	MST
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	28/2/2010		MST***
Marabá Paulista	Fazenda São José	13/2/2010		MST***
Martinópolis/Rancharia	Fazenda Bartira	14/2/2010	20	MLT
Mirante do Paranapanema	Área em Mirante do Paranapanema	28/2/2010		MST***
Nuporanga	Usina Capital	17/4/2010	50	MST
Pederneiras	Chácara Maria Mazarelo	29/9/2010	125	CUT/FAF
Pederneiras	Fazenda 2N	27/4/2010		MST
Pederneiras	Fazenda 2N	9/11/2010	60	FAF
Pederneiras	Fazenda Ouro Verde	12/6/2010		CUT/FAF
Pederneiras	Fazenda Ouro Verde	29/9/2010	125	CUT/FAF
Pereira Barreto	Área da Cesp	14/4/2010	80	MST
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	14/2/2010		MST***
Promissão	Fazenda Santa Clara	15/4/2010	180	MST
Rancharia	Fazenda Santa Maria	28/2/2010		MST***
Rio Claro	Floresta Estad. Edmundo Navarro de Andrade/Feena	16/1/2010	20	Abust
Sandovalina	Fazenda Poa	15/4/2010	100	MST
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	14/2/2010		MST***
Taubaté	Área Pública no Km 119 da Via Dutra	12/4/2010	100	MST
Taubaté	Faz. Guassahy/Guaçaí	13/4/2010	100	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira Rio	14/2/2010		MST***
Subtotal:		34	1805	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Marabá Paulista	Acamp. próximo à Fazenda Nazaré	16/4/2010	100	MST
Piacatu	Acamp. na SPV-020/Diante da Faz. Hortelã	14/2/2010	40	MST***
Piacatu	Acamp. no Sítio São João	12/3/2010		MST***
Salmourão	Acamp. ao lado da Fazenda Bandeirantes	13/2/2010	40	MST***
Santo Antônio do Aracanguá	Acamp. ao lado da Faz. Nossa Senhora de Fátima	13/2/2010	70	MST***
Subtotal:		5	250	

Total Conflitos por Terra - SP

63

3701

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Arealva	Sítio do Sr. A.E.L	30/9/2010	15	15		Laranja
Monte Aprazível	Faz. da CNA Serviços Agrícolas	23/3/2010	38	38		Lavoura
Subtotal:		2	53	53		
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Aguaí	Fazenda Campo Alegre	17/8/2010	60			Laranja
Bocaina	Faz. São Vicente/Destilaria Tonon	18/5/2010	188			Cana-de-açúcar
Clementina	Usina Clealcool	2/8/2010	37			Cana-de-açúcar
Garça	Sítio Velho Engenho	27/7/2010	21			Café
Pirajui/Presidente Alves	Destilaria Guaricanga/BR Limitada	20/7/2010	150			Cana-de-açúcar
Santa Cruz do Rio Pardo	Faz. Santa Lúcia/Cosan	27/7/2010	14			Cana-de-açúcar
Santa Cruz do Rio Pardo	Usina Ipaussu/Cosan	9/9/2010			1	Cana-de-açúcar
Subtotal:		7	470		1	
Total Conflitos Trabalhistas - SP		9	523			

ÁGUA

Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Iporanga/Itaoca/Ribeira	Barragem do Tijuco Alto	24/8/2010	689	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		1	689			

Total dos Conflitos no Campo SP 73 Pessoas: 22473

Sergipe

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Japarutuba	Fazenda São João	28/4/2010	60	Sem Terra		
Subtotal:		1	60			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Estância	Faz. Água Branca/São José	13/4/2010	50	MST		
Estância/Itaporanga da Ajuda	Fazenda Rio Fundo	13/4/2010	50	MST		
Japarutuba	Fazenda São João	17/4/2010	60	MST		
Poço Redondo	Fazenda São Luiz	15/4/2010	100	MST		
Subtotal:		4	260			
Total Conflitos por Terra - SE		5	320			
Total dos Conflitos no Campo SE		5	Pessoas: 1600			

Tocantins

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Babaçulândia	Comunidade da Ilha de São José/UHE de Estreito	5/8/2010	25	Atingidos por barragens		
Buriti	Faz. Osária/Acamp. Bom Jesus	10/7/2010	120	Sem Terra		
Goiatins	Fazenda Capelinha	6/4/2010		Posseiros		
Goiatins	Fazenda Capelinha	17/9/2010		Posseiros		
Goiatins	Fazenda Capelinha	26/9/2010		Posseiros		
Goiatins	Fazenda Capelinha	6/10/2010	23	Posseiros		
Palmeirante	Faz. Recreio/Acamp. Bom Jesus	16/10/2010	30	Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	19/12/2010	19	Sem Terra		

Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	14/4/2010		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	8/8/2010		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/8/2010		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	4/9/2010		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	3/10/2010		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	25/10/2010	10	Assentados
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	20/4/2010		Sem Informação
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	17/6/2010	1	Sem Informação
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés	18/4/2010	227	Índios
Wanderlândia	Chácara Caracol	2/6/2010	1	Sem Informação
Subtotal:		18		456

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	26/11/2010	19	SI
Subtotal:		1		19

Total Conflitos por Terra - TO	19	475
---------------------------------------	-----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ananás	Fazenda Léguas de Pedra	26/3/2010	28			Roçagem
Araguacema	Faz. Lago da Bezerra/Pau Brasil/São José	22/11/2010	29	33		Serviços gerais
Araguacema	Neen Agropecuária	2/2/2010	9	6		Plantio, roçagem, agrotóxicos
Araguaína	Fazenda Água Boa	5/8/2010	3			Roçagem
Araguaína	Fazenda do Rochinha	2/3/2010	2			Roçagem
Axixá do Tocantins	Fazenda Riacho Doce	12/6/2010	9			Roçagem, agrotóxico
Colméia	Fazenda do Nilton Guerra	23/4/2010	4			Cerca, roçagem, agrotóxico
Colméia	Fazenda Palac	15/5/2010	20	20		Pecuária
Couto de Magalhães	Fazenda São José	5/10/2010	20			Roçagem
Luzinópolis	Carv. na Fazenda Macripaju/Mardejuba	7/7/2010	17			Carvoaria, desmatamento
Natividade	Fazenda Santa Mônica	20/1/2010	26	26		Roçagem, cerca
Palmas	Carvoaria	29/7/2010		10		Carvoaria
Porto Nacional	Faz. da Bioagro Engenharia Ambiental Ltda	10/8/2010	7	7		Serviços gerais
São Miguel do Tocantins	Fazenda Santa Maria	4/5/2010	7			Roçagem, cerca, agrotóxico
Tupiratins	Carvoaria do Fernando	17/8/2010	5			Carvoaria
Subtotal:		15	186		102	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Araguacema	Emp. Serrana Material de Construção/P. A. Nova Canaã	11/1/2010	40			Construção de casas
Araguacema	Fazenda Senhora das Dores	29/3/2010	3			Serviços gerais
Araguaína	Chácara Deus é Fiel/P. A. Caju Manso	27/7/2010	2			Serviços gerais
Araguaína	Fazenda João Marcos e Latier	4/1/2010	2		1	Serviços gerais
Colinas do Tocantins	Fazenda Gapuí	10/6/2010	1			Roçagem, serviços gerais
Muricilândia	Fazenda do Sr. Zequinha	13/2/2010	4			Roçagem
Palmeirante	Carvoaria do Zé Antônio	27/2/2010	7			Carvoaria
Palmeirante	Construtora do Ducha/P. A. Alegria	29/3/2010	4			Construção de casas
Palmeirante	Fazenda Barra Bonita	22/7/2010	3			Mandioca, farinha, serviços gerais
Palmeirante	Fazenda Nova Vida	28/6/2010	3			Serviços gerais
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mutambá	11/1/2010	22			Roçagem, cerca
Xambioá	Canteiro de Obra da Empreiteira Emprege	27/4/2010	40			Asfaltar rodovia

Subtotal:		12	131	1		
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Ananás	Grupo Florestar	2/8/2010	45			Reflorestamento
Araguatins	Faz. Floresta dos Sonhos/Empreiteira Florestal	1/6/2010	7			Eucalipto
Babaçulândia	Chácara Céu Azul	4/6/2010	1			Banana
Colinas do Tocantins	Fazenda do Eurico	18/4/2010	10			Roçagem, agrotóxico
Palmas/Porto Nacional	Fazenda Paraíso	7/4/2010	1			Serviços gerais
Subtotal:		5	64			
Total Conflitos Trabalhistas - TO		32	381			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Babaçulândia	Comunidade da Ilha de São José/UHE de Estreito	22/10/2010	36	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
São Bento do Tocantins	P. A. Formosa/Faz. Marju	21/10/2010	56	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
Subtotal:		2	92			
Total dos Conflitos no Campo TO		53	Pessoas: 3216			

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	853	351935
Trabalho	242	5806
Água	87	197210
Seca	4	4450
Total Brasil	1186	559401



Foto: João Zinclar

Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil

Ariovaldo Umbelino de Oliveira *
arioliv@usp.br

O ano de 2010 é ano ímpar no processo de luta pela terra no Brasil. Ele marcou o final do governo de dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. Mandatos com características diferentes no que se refere à luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no país. O primeiro mandato foi repleto de esperança na realização da reforma agrária. Esperança que foi desaparecendo com o não cumprimento das metas de assentamento de novas famílias e, pela divulgação enganosa dos números das Relações de Beneficiários (RBs) emitidas, que somavam assentamentos

* Professor Titular de Geografia Agrária - FFLCH-USP

novos com regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos de atingidos por barragens, etc.

Era a não reforma agrária, ou melhor, a reforma agrária que o agronegócio queria. Assim, a política de reforma agrária do governo do PT no primeiro mandato foi marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse “ajudar” o agronegócio.

No segundo mandato, o governo de Luiz Inácio deu início à contra-reforma agrária acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. O II Plano Nacional de Reforma Agrária terminou em 2006, e o governo do PT tinha implantado apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o Incra cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos, deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato pouco mais de 197 mil famílias, embora o ufanismo do Incra anuncie que assentou 573 mil famílias.

O segundo mandato por sua vez, transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, ao contrário, implantou-se a política de contra-reforma agrária para a expansão do agronegócio. Os 67.823.810 hectares do Incra sem destinação na Amazônia Legal, terras públicas que estão registradas em cartórios de registro de imóveis em nome do órgão e ocupadas ilegalmente pelo agronegócio, transformaram-se em objeto da ação política da banda podre dos funcionários do Incra, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato.

As Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e depois a 458 (Lei nº 11.952 - 25/06/2009) que englobou os princípios da anterior, ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. Como consequência, ao invés

do Incra fazer o terceiro plano de reforma agrária, o MDA criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do Incra, griladas pelo agronegócio. Assim, a contra-reforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Luiz Inácio, ou seja, a política de “legalização” da grilagem das terras do Incra na Amazônia Legal.

Em decorrência dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Amazônia Legal, e com eles os posseiros foram em 2010, os principais protagonistas da luta pela terra no país, ultrapassando as ações dos Sem-Terra.

1. Os conflitos no campo em 2010

A análise dos conflitos no campo mostra, em primeiro lugar, o crescimento dos conflitos de terra em 21% (528 em 2009 e 638 em 2010). Em segundo lugar, mostra simultaneamente, a queda nas ocupações de terra em 38% (290 em 2009 e 180 em 2010) e a queda de 3% (36 em 2009 e 35 em 2010) no já pequeno número de novos acampamentos, implantados nesse último ano. Esse processo geral responde, contraditoriamente, por dois processos conexos, mas de significado distinto. O primeiro, aumento do número de conflitos de terra deriva diretamente da política de contra-reforma agrária do segundo mandato do governo de Luiz Inácio. Mas, o segundo, esse decorre da mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu quinto Congresso em 2005, vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital em geral, admitida como mais importante que a luta pela terra. Como consequência, a redução nas ocupações de terra que depois de ter batido o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficaram em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas, em 2007 foram 37 mil, em 2008 pouco mais de 25 mil, em 2009 um pouco mais de 27 mil famílias, e, em 2010 apenas 16,8 mil famílias. Igualmente, o número de famílias novas que foram para os novos acampamentos também despencou: em 2003, eram 59 mil, enquanto que em 2006, foram ape-

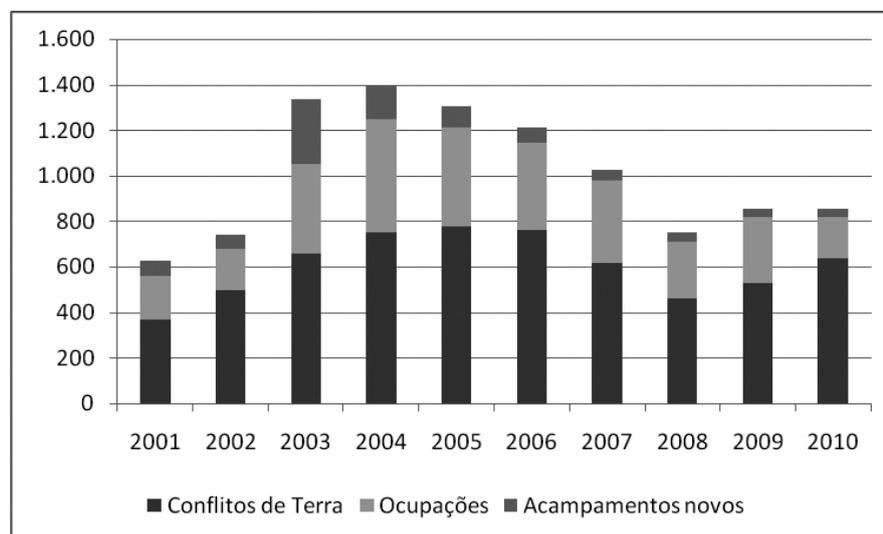
nas pouco mais de 10 mil, em 2008, 2009 e 2010 foram respectivamente apenas 2.755 famílias, 3.869 famílias, e, 3.579 famílias novas acampadas. As explicações foram várias, desde a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais e sindicais, até a análise conjuntural de que “vivia-se um período de descenso das lutas de massa”. Assim, essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical rural, trouxe como consequência, a redução das ações voltadas para a luta pela terra, e, pela primeira vez, depois de quase 30 anos, da perda do protagonismo político nacional dessa luta pelos Sem-Terra, como se verá nesse texto.

O gráfico a seguir mostra a evolução entre 2001/2010 do número total de conflitos de terra em geral e desagregados. Nem mesmo a queda de 0,1% no número total entre 2009 (854) e 2010 (853) foi capaz de esconder o rápido crescimento dos conflitos de terra, exceto aqueles promovidos pelos Sem-Terra. Por isso, seu crescimento de

21% em relação a 2009 e de 39% em relação a 2008, quando atingiu 459 conflitos registrados pela CPT.

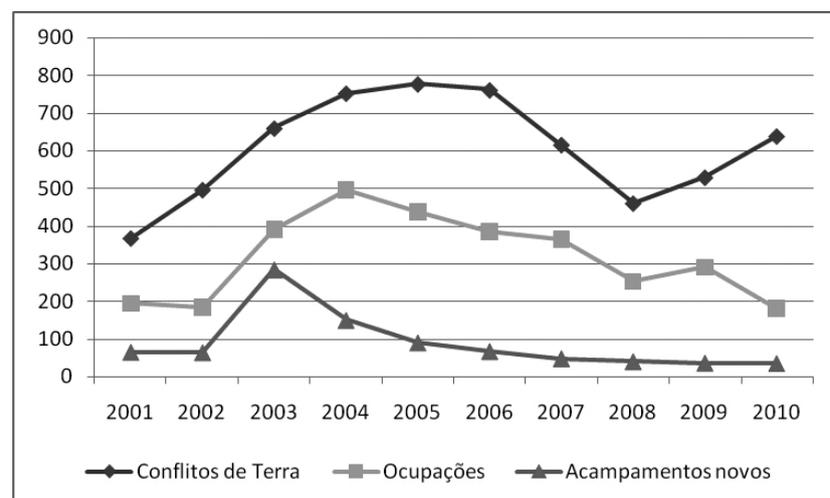
O gráfico de linhas a seguir mostra claramente

Conflitos de Terra - 2001/2010



as tendências desses três tipos de ações políticas no campo brasileiro, ou seja, a queda no número das ocupações (64% em relação a 2004) e dos acampamentos novos (82% em relação a 2003). O gráfico mostra também, a inflexão na curva dos conflitos de terra a partir de 2009. Como já foi afirmado nesse texto, inflexão essa produto da política de regularização da terra pública na Amazônia Legal.

Conflitos de Terra - 2001/2010



Juntamente com o aumento dos conflitos veio também o crescimento da violência expressa no aumento do número de assassinatos nesses conflitos, que passaram de 24 em 2009 para 34 em 2010, ocasionando outra inflexão da curva da violência.

O mapa sobre o número dos conflitos de terra a seguir mostra a distribuição territorial do número dos conflitos ocorridos no país em 2010. Nele cabe destacar a maior concentração pela

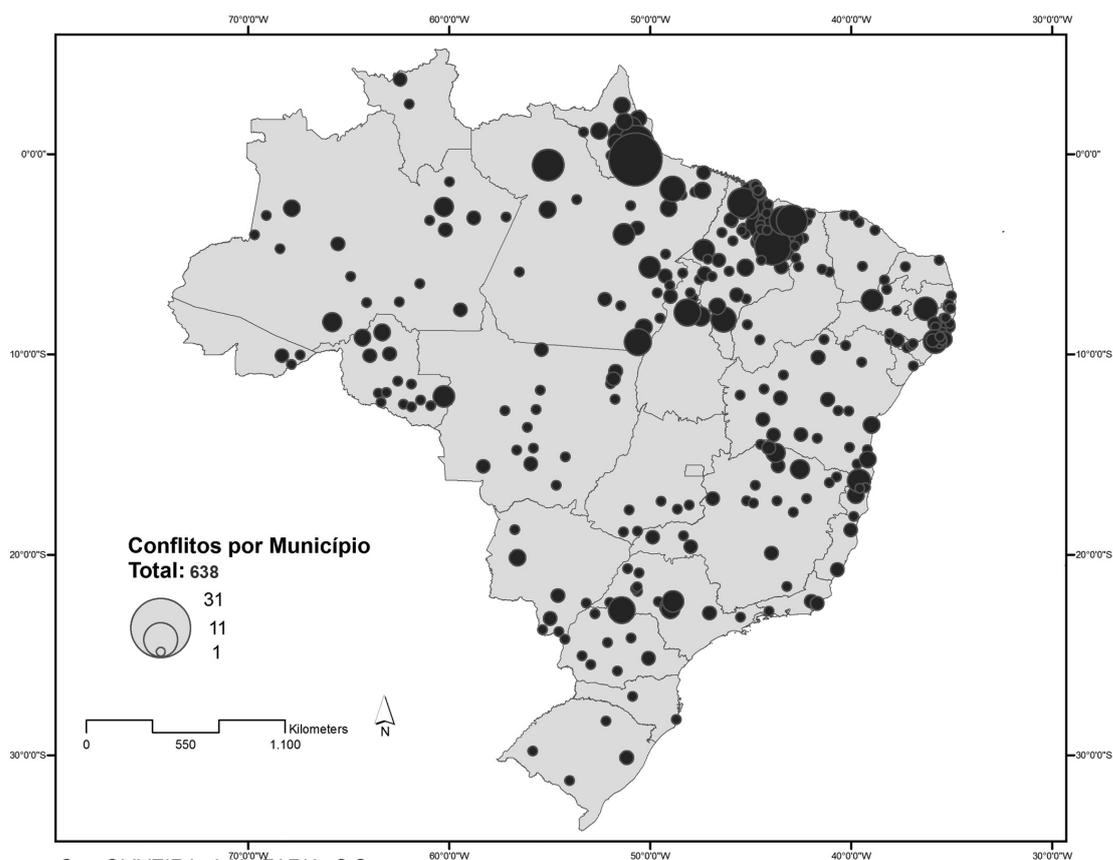
ordem, nos estados do Maranhão, Pará, Amapá e Bahia.

Em termos regionais verifica-se que a região Nordeste deteve o maior número de conflitos, com 43,7% (279) deles, seguida da região Norte com 36,7% (234). As demais regiões concentraram 9,6% (61) no Sudeste, 5,8% (37) no Centro-Oeste e 4,2% (27) no Sul. Porém, quando se adota o critério da região da Amazônia Legal, que é região da ação de regularização da grilagem das terras públicas do Incra (Programa Terra Legal), a contra-reforma agrária do segundo mandato de Luiz Inácio, o percentual de concentração eleva-se para 65%, sendo que três estados dessa região - Maranhão, Pará e Tocantins - concentram 46,2% do número dos conflitos.

O mapa do número de famílias envolvidas nos conflitos de terra a seguir, mostra igualmente a maior concentração territorial pela ordem, nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Amazonas.

Quanto à distribuição regional repetiu-se o quadro do mapa anterior, ficando a região Nordeste com 44% (21.923) do número de famílias. A região Norte ficou com 36% (18.026), o Sudeste com 11,3% (5.638), o Centro-Oeste com 7,2% (3.597) e o Sul com 1,5% (766). Nesse caso, também quando se adota o critério da região da Amazônia Legal verifica-se que 66,8%, ou seja, 33.357 famílias em luta concentravam-se nessa região. Também nesse caso a somatória dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins concentram 45,5% (22.753) das famílias envolvidas nos conflitos.

BRASIL: CONFLITOS POR TERRA - 2010 Número de Ocorrências



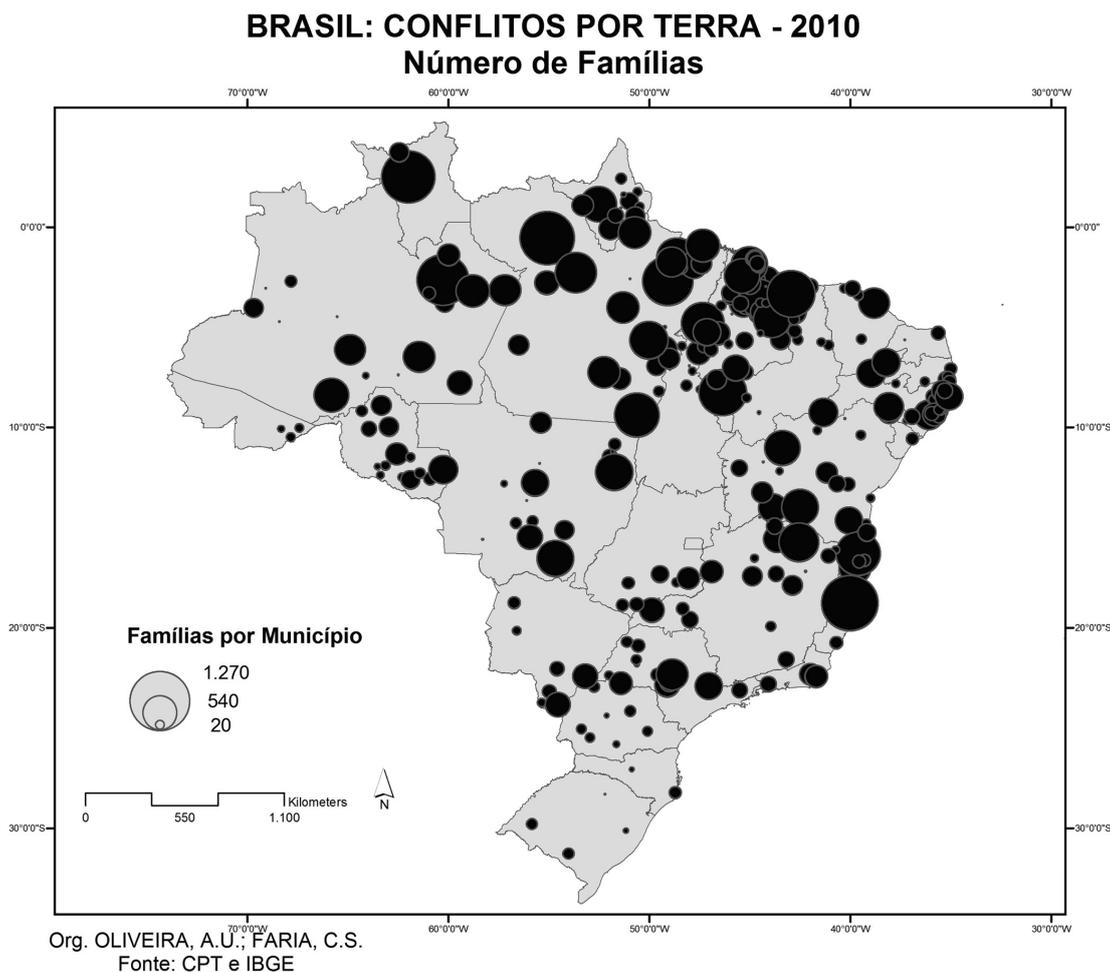
2. Os novos (velhos) sujeitos sociais em luta pela terra

Já a análise do mapa relativo aos sujeitos sociais envolvidos nos conflitos de terra, trouxe a principal novidade: o retorno depois de mais de 30 anos do protagonismo dos posseiros na luta pela terra em 2010.

Entre os 638 conflitos de terra existentes em 2010, um total de 235 (36,8%) deles envolveram camponeses posseiros em suas diferentes denominações regionais: posseiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores. Em segundo lugar, ficaram os Sem-Terra com 185 conflitos (29%), e, a seguir, vieram os assentados com 65 casos (10,2%). Os três principais e diferentes tipos de

camponeses comandaram a luta pela terra no ano de 2010. Depois deles, vêm os quilombolas com 79 conflitos (12,4%) e os índios com 33 (5,2%). Esses representam a luta pelo território. Ou seja, duas dimensões diferentes têm os conflitos no campo em 2010: a luta pela terra dos camponeses e a luta pelo território dos quilombolas e indígenas. Ainda cabe indicar a presença da luta dos camponeses proprietários em número total de 11 (1,7%), um conflito envolvendo a categoria social dos trabalhadores rurais assalariados e três conflitos envolvendo lideranças.

Em relação ao número de famílias envolvidas nos conflitos, também cabe destacar em primeiro lugar, os posseiros com 35,6% (17.761) das famílias, e, depois vieram os Sem-Terra com 29,9% (14.933) das famílias. Entretanto, em terceiro lugar fica-

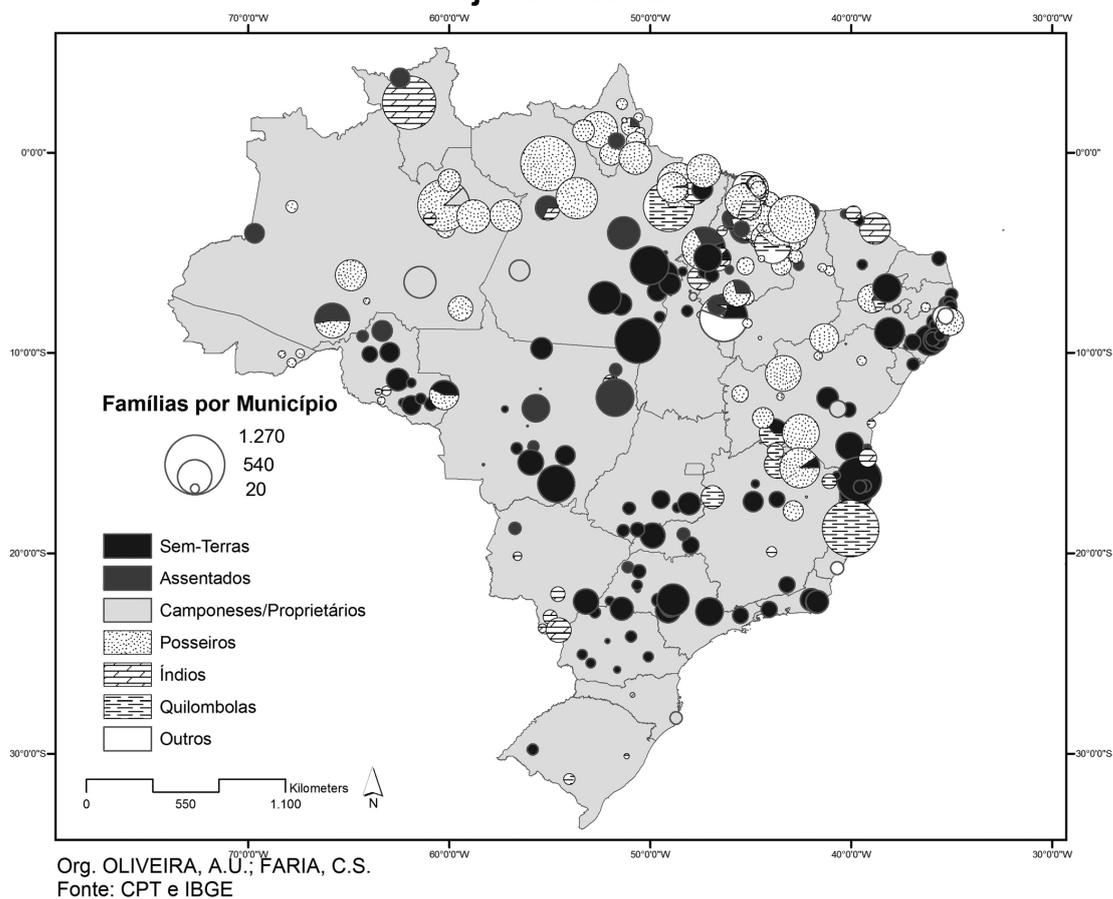


ram os quilombolas com 14,9% (7.446) das famílias, em quarto apareceram os assentados com 8,8% (4.414) das famílias e em quinto os índios com 7% (3.507) das famílias. A seguir ficaram os camponeses proprietários com 1,8% (922) das famílias e os trabalhadores rurais com 0,5% (100) das famílias.

A distribuição territorial dos sujeitos sociais em

nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Bahia, mas, estão também, presentes nos conflitos em Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco e Paraíba. Já os camponeses Sem-Terra aparecem dominando os conflitos nos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás, Tocantins e Rondônia. Aparecem também, parcialmente, nos conflitos dos estados do Pará e Minas Gerais.

BRASIL: CONFLITOS POR TERRA - 2010 Sujeitos Sociais



luta pela terra está representada no mapa a seguir, em relação ao número de famílias envolvidas em conflitos de terra.

Essa distribuição territorial tem aspectos interessantes em 2010. Trata-se da segmentação dos sujeitos sociais envolvidos em conflitos, segundo diferentes estados brasileiros. Os conflitos envolvendo posseiros caracterizaram a luta pela terra

Enquanto isso, os povos indígenas destacaram-se nos conflitos pelo território nos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Ceará. Os quilombolas já apareceram mais nos conflitos nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Maranhão.

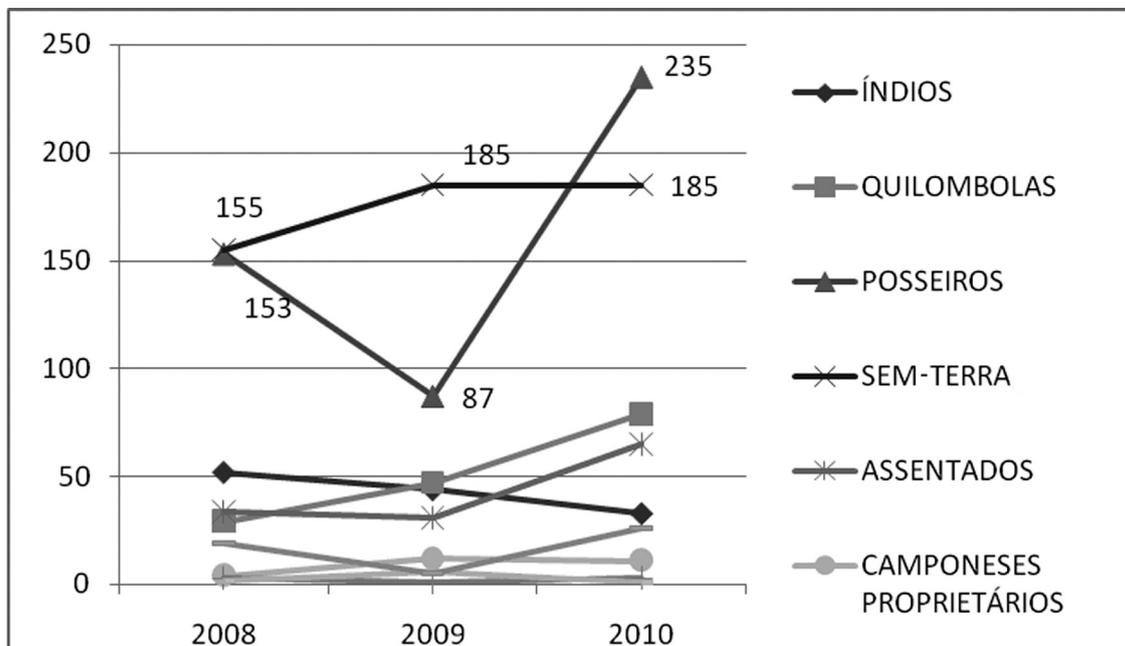
Portanto, foi essa diversidade social e territorial que marcou os conflitos de terra no ano de 2010.

Mas, o principal destaque foi, de fato, o crescimento significativo da luta dos posseiros, particularmente na Amazônia Legal, e a queda na participação dos Sem-Terra.

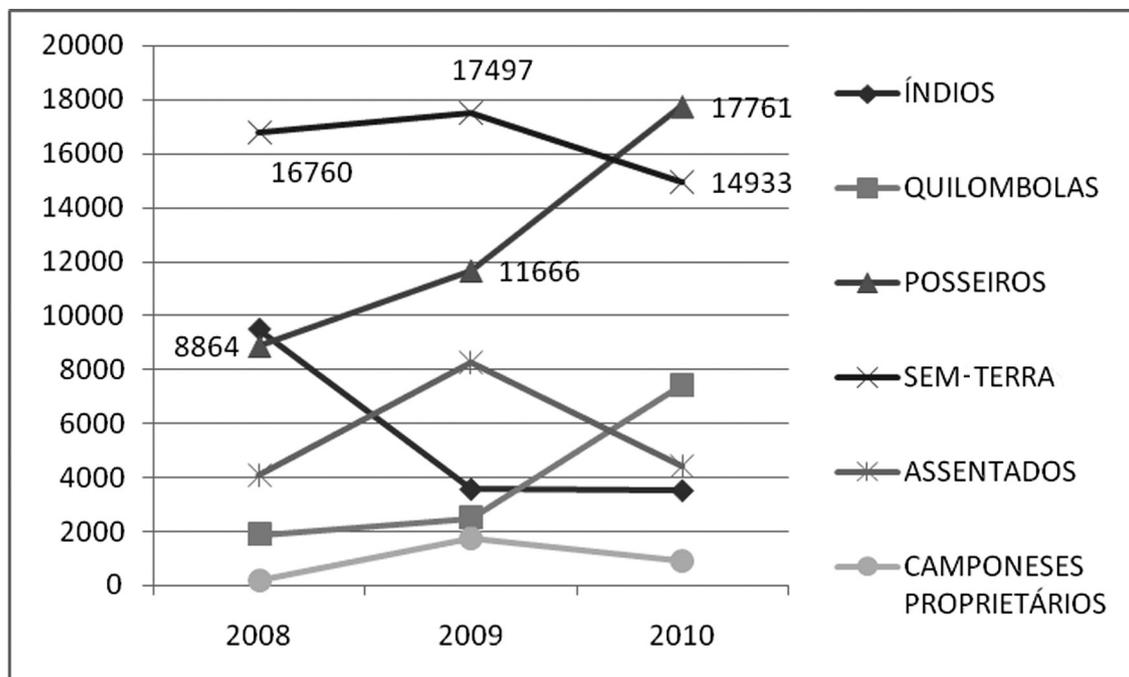
Os dois gráficos a seguir, relativos ao número de

conflitos e ao número de famílias envolvidas neles, revelam, claramente, a inflexão ascendente na curva dos posseiros, e a descendente na curva dos Sem-Terra. Revelam também o crescimento da luta dos quilombolas pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios.

Número de Conflitos de Terra - 2008/2010



Número de Famílias em Conflitos de Terra - 2008/2010



Assim, a luta pela terra e pelo território no Brasil ganha novos contornos revelando sua complexidade. O caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira, e da violência que vem junto com ela, ditaram os rumos da contra-reforma agrária iniciada no segundo mandato do governo de Luiz Inácio. Não há nenhum cenário futuro que indique qualquer mudança de rumo no governo Dilma. Aos camponeses, quilombolas e indígenas não restará outra alternativa a não ser a luta pela terra, e os camponeses posseiros mostraram em 2010, a retomada pelo protagonismo da luta política pela terra,

parcialmente abandonada pelos movimentos socioterritoriais e sindicais dos camponeses Sem-Terra. Resta saber se a barbárie dos assassinatos voltará, também, com o mesmo ímpeto que dominou 30 anos atrás, pois o risco potencial existe.

Outro fato também é importante destacar, a partir da realidade expressa pelos dados de 2010: a história do campesinato sempre foi feita por eles mesmos, apesar das lideranças e das assessorias.

Bem-vindos novamente, ao protagonismo da luta pela terra, camponeses posseiros do Brasil!



Foto: João Laet

Terra

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF											
GO	17	1740	5700	60	215	200		90		30	60
MS	18	2200	23411	86	280	390	166	20			196
MT	24	2453	502235	249	57	1073	352	40	220		180
Subtotal:	59	6393	531346	395	552	1663	518	150	220	30	436
Nordeste											
AL	33	2345	3745	96	993	104	298	134		22	394
BA	72	7003	119000		1074	1075	1150	413	294	375	587
CE	10	2210	11402		40	140		40	15	40	
MA	170	13071	956186	57	1081	997	5319	397	829	218	1079
PB	16	1276	8030	60			459	63	20	1	197
PE	46	4716	9660	1	711	121	401				300
PI	13	611	19719	34	1	135	90			5	
RN	4	400	543		75			75	75		
SE	5	320	0		60						
Subtotal:	369	31952	1128285	248	4035	2572	7717	1122	1238	656	2557
Norte											
AC	5	120	0				51	20	20	20	50
AM	29	4081	100239		75	268	1929	61	60	605	605
AP	49	1496	189798			238	374	1	1		
PA	125	11718	107688	399	1158	1215	5388	161	74		5526
RO	27	1555	66795		3	652	310	8		5	473
RR	4	1301	16000								
TO	19	475	0	23	26	2	248	145			195
Subtotal:	258	207461	1373464	422	1262	2375	8300	396	155	630	6849
Sudeste											
ES	6	1402	152117				1400				
MG	54	4442	86131	1	447	1067	557	3	3		362
RJ	3	400	1600		200	200		200			
SP	63	3701	29903	150	975	331	30				30
Subtotal:	126	9945	269751	151	1622	1598	1987	203	3	0	392
Sul											
PR	29	846	8746		487	186	52	45		110	40
RS	8	225	506		49		51	1			
SC	4	280	245		60	10		4			
Subtotal:	41	1351	9497	0	596	196	103	50	0	110	40
Total:	853	703871	3312343	1216	8067	8404	18625	1921	1616	1426	10274

Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades

Dário Bossi, Danilo Chammas, Bruno Milanez, Marcelo Sampaio Carneiro¹

O texto acena à extrema rentabilidade prevista para a mineração nos próximos anos e, portanto, aos grandes investimentos que estão sendo desenhados. Analisa os maiores impactos típicos desse empreendimento e se debruça, a partir de um exemplo contextualizado, sobre as relações da mineração com uma população e seu território. Mostra que o problema não está somente nas minas, mas em toda a infraestrutura e logística que sustenta esse sistema. Aponta ao desafio dos licenciamentos ambientais e do novo código de mineração. Conclui, enfim, com uma breve referência às resistências mais significativas e às perspectivas do enfrentamento da mineração.

Mexer com as entranhas da mãe terra, por décadas ficou atividade escondida e pouco noticiada, mas nos últimos tempos ocupa cada vez mais as manchetes da mídia nacional e internacional: a mineração é para alguns promessa e bênção, para outros ameaça silenciosa e violenta.

Recentemente, o episódio dos 33 chilenos presos no coração da mina convocou o mundo inteiro para a frente da televisão, acompanhando passo a passo o

resgate de vidas reféns de seu próprio trabalho. O jornalista Lúcio Flávio Pinto comentou, mais tarde, que existe um “nosso Chile em Carajás”, fazendo referência aos conflitos mineiros silenciados no Brasil².

Segundo o Observatório de Conflitos Ambientais, os projetos mineiros, que afetam centenas de comunidades, já geraram 120 conflitos em 15 países só na América Latina. São as comunidades brasileiras as mais afetadas por essa atividade³.

As informações da CPT relatam que no ano de 2010 houve 27 conflitos pela terra e 19 pelo acesso à água envolvendo mineração; em 12 casos houve denúncias de trabalho escravo em atividades ligadas à mineração (5% do total)⁴.

Em El Salvador o presidente Mauricio Funes tomou a decisão de não receber mais projetos enquanto não fosse feita a Avaliação Ambiental Estratégica da mineração.

No mundo, cerca de 43 milhões de pessoas trabalham na mineração, que é o segmento que registra a maior taxa de mortalidade laboral, segundo

¹ Pe. Dário Bossi é missionário comboniano; Bruno Milanez é pesquisador e professor da UFJF, Danilo Chammas é advogado e membro da rede Justiça nos Trilhos. Todos os três são membros do Grupo de Trabalho Articulação Mineração-Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (GT AMS/RBJA). Marcelo Domingos Sampaio Carneiro é Doutor em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Para maiores informações, visite <http://www.justicanostrilhos.org> e <http://www.justicaambiental.org.br>.

² Pinto, L.F. Nosso Chile em Carajás. Disponível em <http://colunistas.yahoo.net/posts/5847.html>. Acessado em 23 de fevereiro de 2011.

³ Base de Dados de Conflitos Mineiros na América Latina. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=53321>. Acessado em 23 de fevereiro de 2011.

⁴ Veja no mapa os conflitos gerados por mineração e sistematizados pela CPT: em preto os conflitos por terra, em cinza aqueles por água e em branco os conflitos envolvendo trabalho escravo em mineração. O mapa interativo é acessível aqui: http://www.justicanostrilhos.org/Mapa_Minerao



Conflitos gerados pela mineração e sistematizados pela CPT: em preto, os conflitos por terra, em cinza, os conflitos pela água e em branco os que envolveram trabalho escravo

dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em Parauapebas/PA, local da mais intensa exploração de minério de ferro no mundo, a Justiça do Trabalho recebeu oito mil reclamações, obrigando o tribunal a criar uma segunda vara. As duas são as mais congestionadas do país⁵. Em volta da mina de Carajás, muitas comunidades rurais estão sendo expulsas⁶, pois a Vale S.A. já começou sua obra im-

ponente de duplicação do sistema mina-ferrovia-porto.

O relatório State of the World 2003⁷ demonstra que no final dos anos 1990 a mineração consumiu quase 10% da energia utilizada no mundo, foi responsável por 13% das emissões de dióxido de enxofre e ameaçou 5,3 milhões de km² de floresta não contaminada. Mas só ofereceu 0,5% dos empregos totais no mundo e 0,9% do Produto Bruto do planeta.

⁵ Pinto, L.F. Artigo citado.

⁶ Veja, por exemplo, os estudos no site Impactos da Mineração no Sul e Sudeste do Pará. Disponíveis em <http://mineracaosudeste-paraense.wordpress.com/diversos/>. Acessado em 05 de março de 2011.

⁷ Sampat, P. Scrapping mining dependence, State of the World 2003. World Resources Institute; 2003. p. 111.

Aparece com evidência que não se trata de uma atividade sustentável!

Onde há lucro não há receio de atropelar

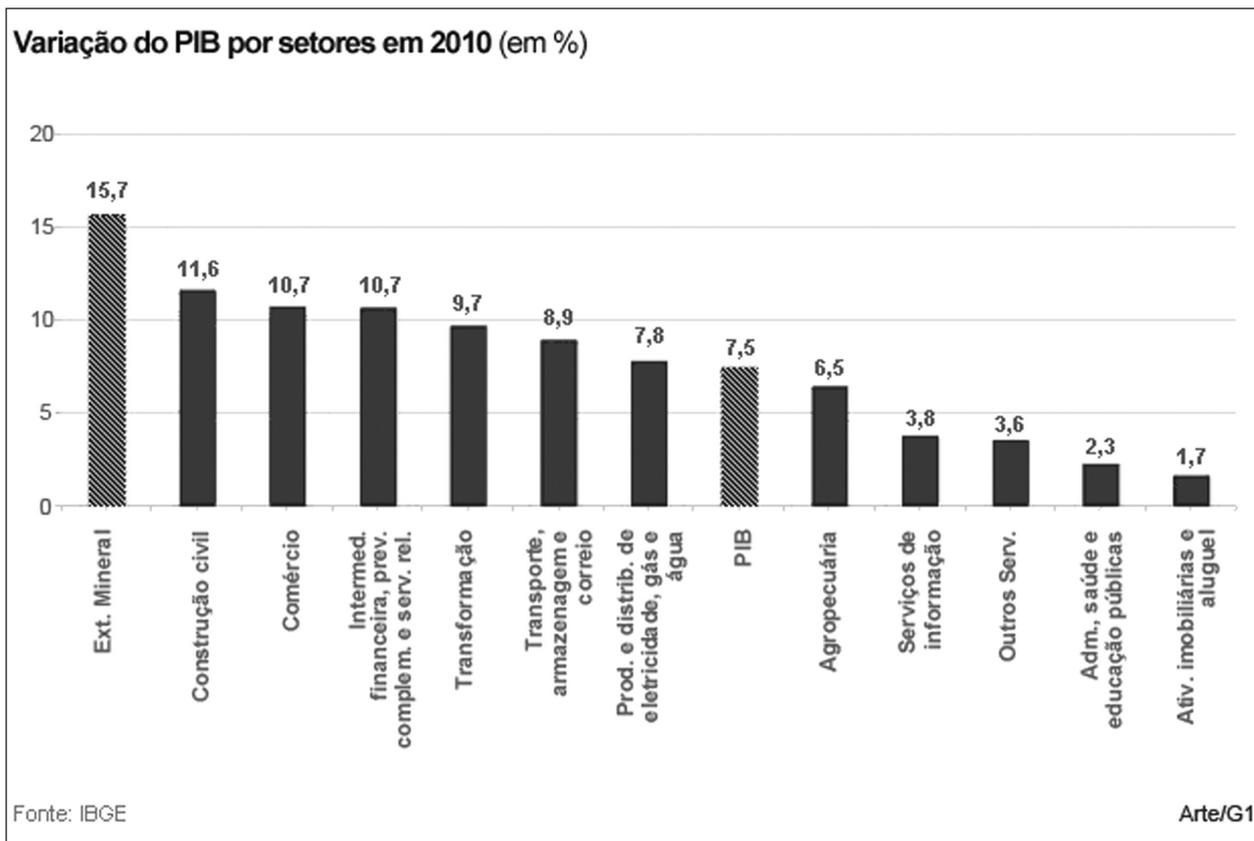
Mais de 20 bilhões de reais: é o investimento da Vale S.A., entre 2010 e 2015, para potencializar o chamado “sistema norte” de escoamento de minério de ferro.

A previsão é de que, a partir de 2014, passarão ao longo da Estrada de Ferro Carajás, anualmente, 230 milhões de toneladas de minério (mais do dobro, em relação às atuais 100 milhões de toneladas). Isto significa que as comunidades rurais atravessadas pela ferrovia verão passar a cada dia o correspondente ao valor líquido de R\$ 242 milhões⁸! Tamanho inves-

timento, que várias outras empresas mineradoras estão também realizando no Brasil, demonstra que hoje a mineração é um dos negócios mais rentáveis (e, por isso, muito pouco disposto a negociações que imponham limites de cunho socioambiental).

A mineração hoje representa quase 25% das exportações no Brasil e quase 5% de nosso PIB. Nos últimos 15 anos, a produção mineral brasileira quadruplicou, saindo de 10 para quase 40 bilhões de dólares por ano⁹. No último trimestre de 2010, a Vale S.A. conseguiu um lucro líquido recorde de R\$ 30,1 bilhões, o maior da história na indústria de mineração.

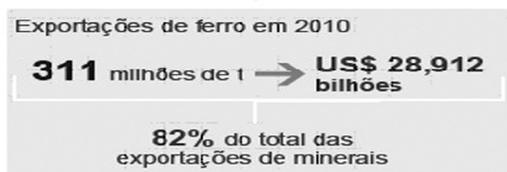
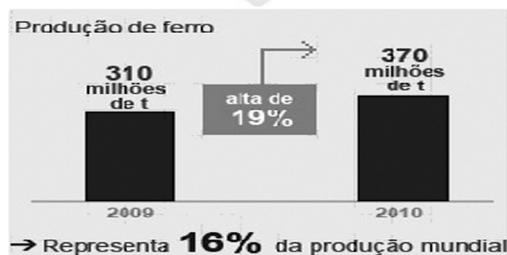
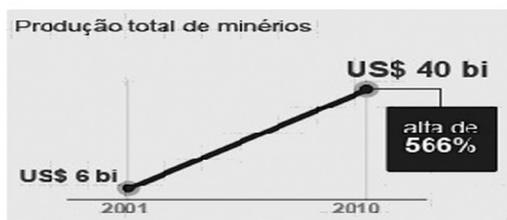
Se compararmos as taxas de crescimento de diversos setores econômicos entre 2009 e 2010, a minera-



⁸ Considerando o preço do minério de ferro em outubro 2010 (US\$ 148/ton) e convertendo o dólar em reais à taxa de R\$ 1,60.

⁹ Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal - Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica - Câmara dos Deputados, 02 de dezembro de 2010.

Minério de ferro no Brasil



Investimentos previstos no setor até 2015 no Brasil

→ US\$ 64,8 bilhões na mineração

→ US\$ 42,3 bilhões em minério de ferro

Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração

Arte/G1

ção cresceu 239%¹⁰, o setor bancário lucrou 49% e o setor do aço diminuiu 15%. Evidentemente, o mercado internacional está puxando de forma descontrolada a produção mineral brasileira e, devido à alta de preços das commodities, o setor siderúrgico no Brasil vai sendo colocado em risco, pois não está recebendo os mesmos estímulos para o crescimento.

Um relatório produzido em outubro do ano passado mostra que, nos próximos cinco anos, o consumo mundial de minério de ferro deve atingir 1,7 bilhão de toneladas ao ano, com um aumento de 70% em relação a 2010¹¹.

O minério de ferro é exportado em grande maioria para a China (60%) e o Japão (20%), com total isenção de ICMS e taxas extremamente reduzidas de royalties que são repassados para municípios e estados mineradores.

A compensação financeira do setor petrolífero totalizou no ano de 2009 cerca de 16 bilhões de reais. No setor mineral, chegou apenas a 742 milhões: vinte e uma vezes menos¹².

O lucro da mineração está garantido ainda para os próximos anos de forma avassaladora, mas por enquanto estará recheando somente os bolsos das empresas privadas: “E isso se dará dentro de um sistema arcaico, lesa-pátria, de concessões gratuitas, royalties miseráveis, isenção de ICMS para a exportação, sem a visão de gerar uma cadeia produtiva, uma indústria nacional”¹³.

O lucro é privado e os impactos públicos

Antes de 1934, quando as bases da mineração brasileira foram lançadas, não havia distinção entre propriedade do solo e do subsolo e, portanto, era bem menor a pressão externa em vista da mineração de terras destinadas a outros usos. Isso garantia um maior controle, também no

¹⁰ Sobre o crescimento da indústria extrativa, veja as imagens. Alvarenga, D. Indústria extrativa é destaque do PIB em 2010. Disponível em <http://m.g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/industria-extrativa-e-destaque-do-pib-em-2010-com-alta-de-157.html>

¹¹ Relatório “Iron Ore – A Global Strategic Business Report”, Global Industry Analysts (GIA), Julho de 2010, referência em <http://www.vale.com/pt-br/o-que-fazemos/destaques/Paginas/vale-prepara-maior-expansao-da-historia-em-carajas.aspx> - acesso 23.02.11

¹² Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

¹³ Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

caso dos pequenos proprietários sobre o território local e sua utilização.

Hoje, pelo art. 176 da Constituição Federal, as jazidas pertencem à União, mesmo se o solo estiver em nome de particulares. As concessões estatais liberam a pesquisa e a exploração minerária. O seminário sobre o novo marco legal de mineração reconheceu que “as jazidas no Brasil, apesar dos esforços do Departamento Nacional de Produção Mineral, têm sido utilizadas mais para exploração predatória ou, muitas vezes, para especulação¹⁴.”

Atualmente já existem oito mil áreas de produção mineral no Brasil, mas o governo espera, com o novo marco legal, expandir rapidamente esse número.

Nesses últimos anos os temas da mineração, da industrialização da matéria prima, do acesso à terra e do impacto ambiental entrelaçaram-se de forma cada vez mais estreita. O período de extrema rentabilidade da extração minerária aumentou consideravelmente o lucro das empresas e seus investimentos na pesquisa.

Novos projetos estão sendo lançados, novas comunidades ameaçadas de expulsão, a própria logística em expansão ameaça violentamente propriedades rurais, aldeias e povoados, comunidades indígenas e quilombolas que eventualmente se encontrarem na linha de passagem de minerodutos e ferrovias, ou nas proximidades dos portos.

A verticalização da produção oferece novas vagas de trabalho, mas concentra investimentos de grande impacto em regiões com riqueza de recursos e mão de obra barata. Nega, assim, a diversificação econômica e a vocação produtiva local, facilitando, por exemplo, a monocultura de eucalipto para alimentar fornos siderúrgicos ou a construção de barragens e usinas hidrelétricas para fornecer energia

às indústrias eletrointensivas, como é o caso das usinas de produção de alumínio.

Se a extração mineral e respectiva logística de transporte e escoamento para o mercado externo já por si reproduziam um modelo concentrador de terras, hoje temos um cenário ainda mais complexo, com os conflitos fundiários vinculando-se cada vez mais à mineração. Um exemplo claro está no projeto da Vale S.A. em se tornar uma entre as três maiores produtoras de fertilizantes do mundo. O cerco da agressão à terra se fecha: a mineração, agora, concentra seus capitais de investimento também na extração de fosfato e potássio, fortalecendo o lobby de produtores de fertilizantes químicos. Trata-se de mais um incentivo à expansão da agroindústria, inviabilizando cada vez mais as formas tradicionais de produção familiar e desfavorecendo a democratização do acesso à terra.

Do macro ao micro: tocando com a mão os impactos

“São enormes máquinas em atividade dia e noite, com um batalhão de pessoas que, imbuídas da ideia de que estão trabalhando para o progresso do país e pela defesa de sua sobrevivência, se dedicam a estes projetos de destruição e desagregação. As matas estão sendo devoradas para construção de estradas, a passagem de linhas de transmissão, a extração mineral e implantação das usinas de transformação”¹⁵. Raimundo Gomes da Cruz, pesquisador de Marabá/PA, descreve assim a situação do projeto Salobo, localizado na região de Carajás, estado do Pará.

Apesar de ser considerada a maior jazida de cobre já descoberta no Brasil, com capacidade de produzir 255 milhões de toneladas de minério, a mina estará esgotada em apenas 29 anos, durante os quais gerará 705 milhões de toneladas de dejetos estéril. Vamos conhecer mais de perto essa mina: as noções básicas sobre o impacto de um empreendimen-

¹⁴ Deputado Inocêncio Oliveira, Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

¹⁵ Brito, G. e Nader, V. Com a cumplicidade do governo e da mídia, ‘Vale é uma máquina de destruição’. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3413&Itemid=9&sb_midx=-1

to específico podem ajudar a ter uma ideia sobre a agressão violenta e intensiva em todos os outros casos de mineração.

A mina de Salobo terá uma dimensão de 2.300 x 800 m, com uma profundidade de 525m. Para cavar esse buraco serão consumidos por ano 9.345 t de explosivos, 13.440.000 litros de óleo diesel, 2.680.000 litros de lubrificantes, milhares de toneladas de reagentes. Será construído um mineroduto de 74 km. No processo de flotação serão adicionados outros produtos químicos.

Uma vez exaurida a fonte, o que será dessa região toda?

A Vale S.A. não divulga o plano de fechamento da mina, portanto as comunidades se perguntam se as terras serão recuperadas e replantadas ou se a empresa abandonará as áreas desmatadas, com depósitos de material estéril, reservatórios e bacias poluídas de rejeitos, rios e igarapés contaminados pelo processo de exploração.

Mesmo sem ter ainda começado, a mina de Salobo já traz seus impactos: a mineradora construiu uma nova estrada de acesso às obras, atravessando áreas de castanhais onde os índios fazem coletas. “Já derubaram em torno de 300 castanheiras. Nada nada, são uns 500 hectolitros de castanha que os índios deixam de coletar por conta de tal processo” – comenta Raimundo Gomes¹⁶.

Investimentos maciços e repentinos de dinheiro e obras, numa região até então equilibrada na base da economia local, alteram as relações sociais do território.

De um lado, há expulsão de vários pequenos produtores rurais, cujas terras vêm sendo subtraídas pela mineração. Essas pessoas são transformadas de repente em mão de obra urbana desqualificada e acabam empregando-se na própria indústria do minério (ironia do impacto dos grandes projetos), ou (ainda pior) em carvoarias, com algumas das quais impondo-lhes condições análogas à de trabalho escravo.

Do outro lado, a oferta de emprego atrai para a região muitos novos moradores de outras cidades, em busca de trabalho. No caso de Salobo, por exemplo, já existem cerca de cinco mil trabalhadores homens nos alojamentos instalados nas proximidades da Vila Sansão, pequeno povoado rural da região¹⁷. A população entre 2000 e 2007 passou de 10 mil a 23 mil pessoas. Essa concentração de muitos homens num espaço restrito gera desequilíbrios e violência, aumenta o nível da prostituição infantil, as doenças sexualmente transmissíveis e tropicais, o acúmulo de lixo, mosquitos e animais roedores, além da especulação imobiliária e do custo de vida.

Em geral, as cidades para onde muitas das populações rurais se deslocam não dispõem de infraestrutura de saneamento e outros serviços públicos para atender as necessidades básicas dos novos moradores. Um rápido e não planejado crescimento urbano concorre para a baixa qualidade de vida da maioria da população, e para os elevados índices de violência de médias e grandes cidades localizadas na área da exploração mineral de Carajás ou em seu entorno, as quais se situam entre as mais violentas do Brasil¹⁸.

Conflitos desse tipo repetem-se anualmente em muitas regiões de nosso País, quase sempre silenciados pela mídia cúmplice de um modelo de de-

¹⁶ Com a cumplicidade do governo e da mídia, ‘Vale é uma máquina de destruição’ (depoimento de Raimundo Gomes)

¹⁷ Gomes da Cruz, R., Martins da Cruz, T. et al., Vila Sansão no eixo da destruição, Estudo do curso de Ciências Sociais da UFPA de Marabá, setembro de 2010.

¹⁸ Itupiranga, Marabá e Goianésia do Pará ocupam, respectivamente, o primeiro, o quarto e o sexto lugar no ranking dos municípios mais violentos do Brasil, segundo informação do Ministério da Saúde para o ano de 2008. Do ponto de vista das unidades da federação, o Pará ocupa a quarta posição como estado com maior número de homicídios e o Maranhão o que teve a maior variação entre 1998 e 2008. (Cf. matéria O perigo mora ao lado, Jornal Valor Econômico, 11 a 13/03/2011, p.16-20).

envolvimento de mão única, que gera avanços para os empreendedores e precariedade para as comunidades atingidas.

A infraestrutura a serviço da mineração

Quando se pensa no impacto socioambiental da mineração, imaginam-se principalmente buracos, disputa pela terra e contaminação das águas. Precisa-se, porém, levar em consideração toda a infraestrutura necessária para garantir o escoamento da produção. Mais uma vez, um exemplo do norte do Brasil pode nos ajudar a compreender: já comentamos quanto dinheiro vai ser utilizado nos próximos cinco anos para a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A segunda fonte de renda da Vale S.A. é obtida exatamente com a logística (transporte ferroviário e marítimo) que foi construída para viabilizar a exploração mineral. A receita auferida pela Vale com prestação de serviços ferroviários e portuários a terceiros, amortiza parcela expressiva dos custos de transporte do minério de ferro das minas até os portos de embarque da empresa, o que em termos econômicos constitui uma vantagem significativa da Vale em relação a suas concorrentes.

Agora tudo está sendo duplicado: novas minas na região de Carajás, duas linhas de ferro uma ao lado da outra e ampliação significativa do porto de Ponta da Madeira, na capital maranhense.

A nova mina S11D, no município de Parauapebas, faz parte de uma cadeia de montanhas com 120 km de extensão e 47 jazidas a serem ainda exploradas. É o maior projeto da Vale S.A. no mundo, previsto para ter início em 2014 com capacidade de 90 milhões de toneladas/ano, quase o dobro do que Carajás já produz. Na mesma região, além de S11D, a Vale S.A. abrirá nos próximos anos as minas de Salobo, Sossego, 118, Cristalino e Vermelho.

Para transportar tudo isso será necessário duplicar a EFC com cerca de 500 quilômetros de linha férrea,

a construção de dezenas de obras de engenharia, com a movimentação de milhões de metros cúbicos de rochas, terra, aterros, brita, e a consequente supressão de vegetação, além de um expressivo volume de dormentes, grampos, trilhos, máquinas de via e todos os equipamentos ferroviários necessários para essa construção.

Esse trabalho todo prevê a remoção de centenas de famílias, a intervenção em áreas de preservação permanente e unidades de conservação, obras em territórios indígenas e quilombolas (para os quais a Convenção 169 da OIT – assinada e ratificada pelo Brasil – impõe a necessidade de consentimento prévio, livre e informado da população, por meio de um processo de consulta pública).

As licenças ambientais para essa obra estão sendo concedidas pelo Ibama de forma fragmentada, como um artifício para enquadrar a obra na Resolução Conama 349/2004 e livrar a companhia Vale S.A. da obrigação de obter licenças prévias, elaborar EIA/RIMA e participar de audiências públicas. As ilegalidades que norteiam a concessão dessas licenças estão detalhadamente demonstradas na representação apresentada pela rede Justiça nos Trilhos e pela organização Justiça Global à Procuradoria Geral da República, em 18 de novembro de 2010.

A duplicação do porto de Ponta da Madeira, em São Luís, com a construção do Pier IV, tem trazido graves impactos sobre as comunidades de pescadores mais próximas, como a comunidade do Boqueirão, que ficaram sem acesso à pesca.

Em síntese, também a logística para escoamento e exportação da mineração traz graves impactos sobre as terras e o equilíbrio das comunidades.

Caberia uma reflexão a respeito da agregação de valor ao minério bruto e dos impactos da produção siderúrgica, ligados também à concentração de terras para a monocultura de eucalipto, mas o espaço à disposição não oferece condições para mais esse aprofundamento.

O gargalo das licenças ambientais

Belo Monte tornou-se, no Brasil e no mundo, símbolo de uma disputa bem mais ampla entre modelos de desenvolvimento e de defesa da vida das comunidades locais. O conflito nesse caso evidencia a linha do governo brasileiro a respeito do progresso sem freios nem limites, fortemente pautado pela exploração dos recursos naturais. A postura institucional é ainda mais firme e determinada no caso dos recursos não renováveis, cujo valor comercial fomenta a competição entre os países produtores.

As propostas contemporâneas de reformas do código florestal e do código de mineração devem ser lidas sob essa luz: ambas tendem a fomentar setores estratégicos na economia brasileira; o tema do impacto ambiental e da chamada “sustentabilidade” parece ser um “agregado simbólico”, em conclusão dos discursos de cada expert que apresenta os principais pontos da reforma da mineração.

Primeiro objetivo da reforma é uma melhor distribuição dos lucros derivados das atividades de mineração; essa distribuição, porém, seguiria sendo uma mera transferência de recursos para os estados e municípios, sem garantir uma gestão transparente e participada deles, que venha a incorporar as reais necessidades das comunidades¹⁹.

Quanto à preservação ambiental, ela estaria cada vez mais vinculada à dimensão econômica (quem poluir menos, menos paga; quem impactar mais, paga mais). Nesse caso, vem a faltar a noção de limite e enfraquece-se a defesa de territórios que estejam totalmente protegidos da mineração: corremos o risco

de que a gestão dos territórios se torne exclusivamente uma questão de conveniências econômicas. Isso é confirmado pelo projeto do governo denominado ‘choque de gestão ambiental’, pacote de decretos lançados depois do carnaval de 2011 para flexibilizar a concessão de licenças ambientais.

“Se existe gargalo hoje são as licenças ambientais, que acabam levando o processo a ser extremamente moroso. Há problemas como topo e encosta de morro, cavernas. O nível de restrição ambiental é grande. Mas é preciso perceber que, no passado, toda a atividade degradava, não só mineração. Hoje tem tecnologia, é diferente. Tem coisas que são ridículas. O tema é palpitante”²⁰.

Uma pincelada a respeito de resistências e perspectivas

As críticas ao atual modelo de mineração e seus impactos são muitas; as reações e propostas têm sido também diversas.

No final de fevereiro de 2011, por exemplo, a União manifestou-se inconformada com a insistência da companhia Vale S.A. em não recolher os royalties no valor e no prazo devidos, ao mesmo tempo em que ela goza de enormes lucros derivados das atividades de extração de ferro na mina de Carajás.²¹ Após uma história de 9 anos de batalhas inclusive judiciais, foi requerida a retomada pelo Estado da concessão de lavra da maior mina de ferro do mundo.

Apesar de ter sido imediatamente anulado pelo próprio diretor geral do Departamento Nacional de

¹⁹ Veja-se, por exemplo, o artigo da BBC Brasil: Royalties não melhoraram vida em municípios produtores, diz estudo. Disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/03/614576-royalties+nao+melhoraram+vida+em+municipios+produtores+diz+estudo.html. Acessado em 05 de março de 2011.

²⁰ Entrevista a Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - Por Agência Estado, 23 de abril de 2010. Disponível em <http://noticiasmineracao.mining.com/2010/04/23/entrevista-novo-codigo-mineral-so-sai-em-2011-diz-diretor-do-dnpm/>. Acessado em 05 de março de 2011.

²¹ Cf. Despacho n. 015/2011 do DNPM em data 22 de fevereiro 2011, referente ao processo administrativo 950.029/2011. Sobre o mesmo assunto, ver matéria do jornal Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/886197-divida-gera-novo-atrito-entre-uniao-e-vale.shtml> (acessado em 09 de março de 2011).

Produção Mineral em Brasília, esse ato do DNPM do Pará evidencia a crítica à mineração descontrolada, cada vez mais forte em setores do Estado e da sociedade civil.

A luta pela reestatização da Vale S.A. é outro exemplo que aponta para a necessidade de um maior controle estatal das atividades de mineração e logística (e seus respectivos impactos sobre o patrimônio público, o meio ambiente e comunidades). No entanto, a reestatização da Vale S.A. não pode ser vista como um fim em si mesmo. A Petrobrás e os numerosos conflitos por ela gerados são exemplo de que somente o fato de ser uma empresa estatal, não garante maior distribuição dos lucros e melhores condições de vida.

Outra vertente de resistência é o enfrentamento direto à mineração, negando a possibilidade de novas pesquisas ou atividades em territórios que devem ser preservados.

Um dos melhores exemplos disso atualmente no Brasil tem sido o “Movimento em prol da criação do Parque Nacional das Águas do Gandarela”, em Minas Gerais, que está mobilizando o Instituto Chico Mendes pela Biodiversidade, o Ministério Público Estadual e a Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. As ações do movimento têm conseguido barrar até agora um projeto grande da Vale S.A. (Mina Apolo), para o qual a empresa já investiu 128 milhões de dólares para a produção de 24 milhões de toneladas de ferro por ano, numa região da “alta relevância biológica, cultural e ambiental (...) com a maior diversidade florística da América do Sul”²² e com mais de 300 nascentes de rios.

Outro exemplo de resistência significativa é o das populações quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e de Monge Belo, no município de Itapecuru-Mirim/MA. A ferrovia de Carajás atravessa seus territórios e a Vale S.A., que possui a concessão da estrada de ferro, está querendo duplicá-la tentando conseguir do Ibama licenças ambientais com rapidez e sem o devido respeito às normas legais²³, ao mesmo tempo em que está obstaculizando por meio de recursos apresentados ao Incra o processo de titulação de seus territórios, bloqueando-lhes um direito que lhes é constitucionalmente garantido²⁴.

Tais comunidades quilombolas têm mostrado um nível de organização e de esclarecimento que tem se sobreposto às tentativas da empresa de “seduzi-las” ou fragmentar as negociações²⁵: “Tirem as mãos de nossa terra!” É o lema dessas populações.

Nos locais onde a resistência não conseguiu impedir a realização do empreendimento, há ainda a possibilidade de negociações com a empresa por parte de comunidades e movimentos organizados. É o caso de 107 famílias em Ourilândia/PA, expulsas pela expansão da mina de níquel da Vale S.A.

A negociação firme e esclarecida conseguiu garantir para todos, suficientes medidas compensatórias: uma nova área, à mesma distância da cidade, escolhida pela população, com boas condições de produção e toda a infraestrutura pré-existente; a indenização de todas as benfeitorias presentes nos lotes e outra pela casa perdida; a indenização pelo “lucro cessante”; uma compensação individual pela his-

²² Recomendação n. 06/2010 da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte – MG.

²³ Entre várias contradições e violações de direito, a mais evidente é o fato de não estar sendo levada em conta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que foi devidamente assinada e ratificada pelo Estado brasileiro, e que impõe a imprescindibilidade do consentimento prévio, livre e informado obtido por meio de consultas públicas às comunidades indígenas e tribais (dentre os quais as quilombolas) para todo tipo de obra que as impactarem. Mais detalhes aqui: <http://www.justicanostrilhos.org/nota/648> (acessado em 02 de março 2011).

²⁴ Constituição Federal, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Decreto 4887/2003 e demais normas afins.

²⁵ Em vários territórios a empresa está tentando negociar individualmente, assinando acordos extrajudiciais com famílias que mal sabem ler e não têm a quem pedir orientação, obrigando quem assina esses acordos a manter a confidencialidade sobre o que está acordando.

tória interrompida da família expulsa da terra; um fundo social para o acompanhamento das famílias e para começar atividades alternativas na nova comunidade.

Outras resistências à mineração descontrolada fazem referência a redes de pesquisa e articulação entre movimentos de base e academia; o grupo de trabalho “Articulação Mineração e Siderurgia” da Rede Brasileira de Justiça Ambiental é um ótimo exemplo disso.

O trabalho de pesquisa está progressivamente levando a reflexão no plano internacional, aprofundando a ligação entre extração mineral, produção industrial e comércio. Objetivo dos estudos, que serão realizados principalmente por Amigos da Terra e Misereor, é definir um “preço social” do minério, que carregue em si não somente o valor comercial, mas também o custo humano e ambiental dos impactos provocados por sua extração e transporte.

A articulação entre organizações e movimentos sociais, inclusive do setor sindical, está sendo particularmente significativa no enfrentamento

da Vale S.A. através do “Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale”, reunido pela primeira vez em 2010 e convocado novamente para abril de 2011.

O movimento já produziu um “Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo”²⁶ e participou da Assembleia Geral anual dos acionistas da Vale, colocando com lucidez, frente aos maiores investidores, os danos provocados pela empresa e o perigo de que esses interfiram negativamente no valor das ações, na imagem e nas expectativas de lucro da mineradora, que gasta 180 milhões de reais por ano em publicidade para ter a imagem de empresa sustentável.

A resistência está posta, às vezes de forma mais organizada, às vezes ainda se estruturando; o desafio é - além da tradicional defesa intransigente dos locais que devem estar livres da mineração - a construção de propostas de desenvolvimento real nos locais onde a mineração já existe ou será inevitável. Trata-se de uma tarefa criativa e urgente, à qual todos/as somos chamados a dar nossa contribuição!

²⁶ A íntegra do dossiê está disponível para download no seguinte endereço (acesso em 12 de março de 2011): <http://atingidospelavale.wordpress.com/2010/04/27/dossie-dos-impactos-e-violacoes-da-vale-no-mundo/>

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF							0	0
GO	6	553	6	920	5	267	17	1740
MS	11	784	5	566	2	850	18	2200
MT	20	2260	3	143	1	50	24	2453
Subtotal:	37	3597	14	1629	8	1167	59	6393
Nordeste								
AL	24	1412	8	573	1	360	33	2345
BA	43	4327	27	2566	2	110	72	7003
CE	5	595	5	1615			10	2210
MA	170	13071					170	13071
PB	8	414	5	518	3	344	16	1276
PE	13	1358	33	3358			46	4716
PI	13	611					13	611
RN	2	75	2	325			4	400
SE	1	60	4	260			5	320
Subtotal:	279	21923	84	9215	6	814	369	31952
Norte								
AC	4	85	1	35			5	120
AM	29	4081					29	4081
AP	49	1496					49	1496
PA	107	9225	7	1298	11	1195	125	11718
RO	24	1390	1	100	2	65	27	1555
RR	3	1293	1	8			4	1301
TO	18	456			1	19	19	475
Subtotal:	234	18026	10	1441	14	1279	258	20746
Sudeste								
ES	4	1335	2	67			6	1402
MG	31	2457	23	1985			54	4442
RJ	2	200	1	200			3	400
SP	24	1646	34	1805	5	250	63	3701
Subtotal:	61	5638	60	4057	5	250	126	9945
Sul								
PR	20	585	8	241	1	20	29	846
RS	5	111	2	65	1	49	8	225
SC	2	70	2	210			4	280
Subtotal:	27	766	12	516	2	69	41	1351
Brasil:	638	49950	180	16858	35	3579	853	70387

* Conflitos por Terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.



Foto: João Zinclar

Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária

Bernardo Mançano Fernandes*

É da natureza do capitalismo se expandir infinitamente. A este processo, na Geografia, chamamos de territorialização do capital ou da agricultura capitalista ou do agronegócio. Por meio de sua reprodução ampliada, o capital não respeita barreiras ou fronteiras, destruindo ou incluindo de forma subordinada tudo o que encontra pela frente. A inclusão, incontestavelmente, subalterna às lógicas das relações capitalistas domina outras relações sociais, como por exemplo, o campesinato. Os camponeses nas suas lutas contra a subalternidade são destruídos e recriados pelo capital (Oliveira, 1991). Mas, eles também se recriam nas ocupações de terra (Fernandes, 2000) para - ainda assim - se subordinarem através da renda capitalizada da terra (Martins, 1981).

Subalternidade, destruição, resistência e recriação fazem parte da vida do campesinato. As lutas contra a subalternidade ocorrem nas manifestações contra a renda capitalizada que leva à destruição

* Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA
www.fct.unesp.br/nera; bernardo@pesquisador.cnpq.br

do campesinato por meio do empobrecimento e expropriação. Com a territorialização do agronegócio, principalmente com a intensificação da produção de agrocombustíveis que tem levado às crises alimentares, a agricultura capitalista precisa cada vez mais de terra e cada vez menos de gente no campo (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010). O uso crescente de novas tecnologias exige trabalho qualificado e elimina o trabalho manual. Nessa tendência, a recriação do campesinato deixa de ser cada vez menos do interesse do capital para se tornar uma crescente forma de luta do campesinato para garantir sua própria existência (Rubio, 2001).

O acirramento dos conflitos no campo tem um novo componente que projeta a questão agrária no futuro próximo: a estrangeirização da terra. Neste artigo, apresentamos uma leitura do crescente processo em que países ricos compram terras nos países pobres para produção de agroenergia e alimentos. Ao campesinato empobrecido, não resta alternativa a não ser lutar para defender seus territórios.

Conjunturas da questão agrária

Na segunda metade do século XX, assistimos profundas mudanças na conjuntura da questão agrária. A consolidação do agronegócio e a transgenia foram elementos determinantes neste processo contínuo de modificações da questão agrária. No início deste século, a estrangeirização da terra é um novo elemento da conjuntura da questão agrária. Contudo, é importante lembrar que a expansão do capital sempre rompeu fronteiras nacionais desde seu princípio, de modo que a territorialização do capital não é um fenômeno novo. O que estamos denominando de estrangeirização da terra ou “acaparamiento de tierras” ou “land grabbing” nas versões em espanhol e em inglês, são processos recentes de intensificação da territorialização da agricultura capitalista, associados a outros elementos da atual conjuntura da questão agrária que são a mudança na matriz energética do combustível fóssil para a agroenergia, o que ampliou a crise alimentar. Compreendendo as mudanças na conjuntura da questão agrária com o surgimento desses novos elementos,

podemos interpretar melhor a intensificação da territorialização do capital em escala mundial.

O processo de substituição do combustível fóssil pelo agrocombustível tem impactado os territórios, com a expansão das áreas de produção com destaque para a cana-de-açúcar no Brasil e do milho nos Estados Unidos. A mudança de matriz energética tem recebido apoio das políticas governamentais, do agronegócio e parte do campesinato para a produção de agrocombustíveis. Esta mudança está promovendo intensos processos de reordenamento do uso dos territórios rurais, através de disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelo uso dos territórios para produção de alimentos e de agrocombustíveis (Fernandes, 2009a). Pesquisas recentes sobre o tema apresentam duas tendências que nos possibilitam acompanhar os impactos da expansão dos agrocombustíveis. De um lado a tendência de intensificação da expansão das monoculturas do agronegócio em territórios de florestas aumentando o desmatamento (Mendonça, 2009, p. 67) e em muitas áreas associadas com o uso de trabalho escravo (Girardi, 2008, p. 300), principalmente com a territorialização da cana-de-açúcar como registrado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) e também recentemente divulgado pelo Department of Labor dos Estados Unidos, p. 14. E ainda disputando os usos dos territórios entre a produção de alimentos e agrocombustíveis (Hurtado, 2009, p. 77-87; Oliveira, 2008). De outro lado, a tendência de subordinação do campesinato ao processo de produção de agrocombustíveis e aos mercados capitalistas. (Abramovay e Magalhães, 2007).

Estrangeirização das terras

A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras. Apresentamos esses países em três conjuntos: 1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo

países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras.

Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Estão arrendando terras de países pobres, usando seus territórios para produzir alimentos e energia. Estado e capital explorando terras, pessoas e países não é novidade, mas agora além das empresas, os governos estão ainda mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e consequentemente aprofundam as formas de dependência.

Este processo está relacionado às crises de falta de alimentos e com o aumento do preço dos combustíveis. Um fator novo é que estamos vivendo um momento de mudança estrutural na produção de energia. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia. Evidente que esta nova realidade exige a expansão dos territórios. E os países ricos estão adotando as estratégias imperialistas para se apropriar de novos territórios pela lógica do mercado.

Por exemplo: os Estados Unidos por meio de suas transnacionais ou de seus cidadãos têm comprado terras em vários países, principalmente no Brasil; a China tem arrendado terras em países africanos e na Rússia; países do golfo arrendam terras em países africanos e sul-americanos; a Daewoo – transnacional da Coreia do Sul - arrendou por 99 anos 1,3 milhões de hectares a U\$ 25 o hectare na República de Madagascar, para plantar milho e palma africana. Em Madagascar 70% da população vive abaixo da linha de pobreza.

Países como a Arábia Saudita, Bahrein, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, França, Canadá, Espanha, Japão, Jordânia, Kuwait, Líbia, Malásia e Qatar têm arrendado e comprado terras nos continentes americano, africano e asiático.

Países como o Brasil, China, Egito, Estados Unidos e Índia ou empresas desses países são arrendatários

ou compradores de terras em diversos países. Mas estes países também têm dado terras em arrendamento ou têm vendido muitas terras para empresas estrangeiras.

Por outro lado, a maior parte dos países que têm terra em arrendamento são países empobrecidos onde grande parte da população vive em extrema miséria sem acesso à terra. Noutros casos são países que formavam a ex – União Soviética e há países do núcleo do capitalismo cujos territórios foram entregues às transnacionais do agronegócio. Nesta diversidade de países, temos: Angola, Argentina, Austrália, Birmânia, Camarões, Camboja, Cazaquistão, Congo, Croácia, Cuba, Eritreia, Etiópia, Filipinas, Geórgia, Hungria, Iêmen, Indonésia, Iraque, Laos, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Marrocos, Moçambique, Mongólia, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Polônia, Quênia, República Checa, Romênia, Rússia, Senegal, Síria, Somália, Sudão, Tailândia, Tajiquistão, Tanzânia, Turquia, Ucrânia, Uganda, Uruguai, Uzbequistão, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.

Segundo o Banco Mundial, somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009 foram adquiridos 46,6 milhões de hectares de terras por estrangeiros, o que significa uma área superior a toda a região agricultável do Reino Unido, França, Alemanha e Itália (Jornal O Estado de S. Paulo, 13/09/2010, p. B9). No Brasil, segundo registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no primeiro semestre de 2010, em torno de 4,2 milhões de hectares eram propriedade de estrangeiros. Em matéria da Folha de S. Paulo, do dia 2 de novembro de 2010, publicada no Caderno Poder, com o título “Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora”, no período de dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares. 69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, formando a faixa da estrangeirização. Mas este processo também se territorializa para o Sul, no Paraná e Rio Grande do Sul, onde estão 10% das terras estrangeiriza-

Arrendamentos e/ou compras de terras para produção de alimentos e agroenergia



- Arrendatários e/ou compradores de terra
- Arrendador de terra (oferece terra em arrendamento)
- Arrendatários e arrendadores de terra

Fonte: Grain - Via Campesina - The Economist
Elaboração: Bernardo Mançano Fernandes

das. Em direção à Amazônia, destacam-se o Pará e o Amazonas, com 12% do processo de estrangeirização (Ver tabela 1).

O Paraguai é outro exemplo de intensa estran-

geirização de terras. De seus 31 milhões de hectares de terras agriculturáveis, 25% estão nas mãos de estrangeiros, sendo que desse total, os brasileiros dominam 4.792,528 hectares (Glau-ser, 2009, p. 36-39).

Tabela 1 - Área total pertencente às empresas estrangeiras - por estado - 2010

Estado	Área/ha (mil)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	09
Paraná	299	07
Pará	235	06
Amazonas	232	06
Goiás	230	05
Rio Grande do Sul	113	03
Outros estados	408	09
Brasil	4184	100

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Dados recolhidos por reportagem do Correio Braziliense. Brasília, junho 2010

A compra de terras por estrangeiros aumentou o preço da terra em todo o Brasil (Valor Econômico, 17/10/2010). Em 2010, o preço da terra teve o maior aumento das últimas décadas (O Estado de S. Paulo, 06/02/2011). O agronegócio compra as terras dos latifúndios e se territorializa aceleradamente ameaçando os territórios camponeses e indígenas. Estes novos elementos da questão agrária criam novas conflitualidades, gerando novas formas de luta e de resistência.

Novas formas de luta pela terra e pelo território

A luta contra o capital ganhou novos elementos com as mudanças na conjuntura da questão agrária. Continua a luta contra o latifúndio, mas o agronegócio aparece a cada dia como o principal inimigo dos camponeses e ou agricultores familiares (Rubio, 20010). Representado por corporações transnacionais e nacionais, o agronegócio necessita cada vez menos de “integrar” o campesinato. Para piorar a situação, governos de diversos países não possuem políticas agrárias para o desenvolvimento da agricultura camponesa e optam por arrendar terras para empresas transnacionais. Frente a este contexto, Borrás e Franco,

2010, apresentam uma proposta de reordenamento territorial como forma de procurar superações para novos problemas agrários criados pela expansão da produção de agrocombustíveis geradores da crise alimentar.

A disputa territorial será o tema principal da questão agrária nos próximos anos. A luta do campesinato contra o agronegócio é explicitada nos recentes conflitos da Via Campesina contra corporações multinacionais e nacionais (Aracruz, Singenta, Cutrale, etc) e pelos diferentes modelos de desenvolvimento na produção de comida e commodities: produção local e agroecológica na disputa territorial com a produção de commodities em grande escala para exportação. Para garantir a sua existência, o campesinato depende muito mais de sua ação do que das condições ofertadas pelo capital, o que tem acirrado os conflitos. A criminalização dos novos conflitos que surgem a cada dia revela que parte da população em geral tem dificuldade de entender as razões dessa nova realidade formada pelos novos elementos da questão agrária. E por essa mesma razão, o agronegócio pressiona os governos para reprimirem as ações dos movimentos que lutam contra a estrangeirização da terra.

Bibliografia

Abramovay, Ricardo. Magalhães, Reginaldo. 2007. The access of family farmers to biodiesel markets: partnerships between big companies and social movements. Disponível em: www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html

Borrás Jr. Saturnino. Franco, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia, The Hague, ICAS Working Paper Series No. 001, 2010.

Correio Braziliense - Brasil - Mais de 4 milhões de hectares estão sob comando de estrangeiros - 09/06/2010

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2008. CPT: Goiânia, 2009.

Department of Labor's Bureau of International Labor Affairs. List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor - Trafficking Victims Protection Reauthorization Acts (TVPRA) of 2005 and 2008. Washington, 2009.

Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Vozes, Petrópolis, 2000.

Fernandes, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eli-seu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 35-71.

- Fernandes, Bernardo Maçano, Geopolítica da questão agrária mundial. Boletim Dataluta. Presidente Prudente, p.2 – 4, 2009b.
- Fernandes, Bernardo Maçano, Welch, Clifford Andrews, Gonçalves, Elienai Constantino. "Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes." *Journal of Peasant Studies* 37(4):793-819, 2010.
- Girardi, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.
- Glauser, Marcos. Extranjerización del territorio paraguayo. Asunción: Base Investigaciones Sociales, 2009.
- Hurtado, Laura. Agrofuels. Plantations and the Loss of Land for Food Production in Guatemala. In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 77-87.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e produção de alimentos. In *Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2008, p. A3.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1981
- Mendonça, Maria Luisa. The Environmental and Social Consequences of "Green Capitalism" in Brazil. In Jonasse, Richard. *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland, 2009, p. 65-76.
- Rubio, Blanca. *Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal*. Plaza y Valdés, México, 2001.





Foto: João Zinclar

ÁGUA

Belo Monte - violações a direitos humanos e à legislação ambiental

José Guilherme Carvalho Zagallo*

O governo brasileiro acaba de conceder licença parcial de instalação para a construção da hidrelétrica de Belo Monte¹ que se concretizada, será construída no município de Altamira-PA, num trecho de cem quilômetros do Rio Xingu, com custos que variam de R\$ 19 bilhões (estimativa do Governo Federal) a R\$ 30 bilhões (estimativa de mercado).

Essa obra vem sendo tentada pelo governo brasileiro desde a década de 1980, quando a reação das populações indígenas do Xingu e a pressão da opinião pública mundial acabaram por levar o governo a reavaliar o projeto.

Na versão atual do empreendimento, um trecho de cem quilômetros do rio Xingu seria desviado e submetido a um ciclo de vazão reduzida, com a inundação de uma área de 516 km² de floresta amazônica.

Apesar das mudanças realizadas em relação ao projeto inicial, a versão atual da usina de Belo Monte contém graves falhas e impactos irreversíveis sobre a população que vive às margens do rio Xingu, particularmente os ribeirinhos e indígenas.

A mais grave violação aos direitos humanos detectada durante a Missão da Plataforma Dhesca foi a não realização das oitivas indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, que garante aos indígenas o direito de serem informados de manei-

ra objetiva sobre os impactos da obra e de terem sua opinião ouvida e respeitada.

Apesar dos milhares de indígenas e 24 grupos étnicos da Bacia do Xingu afirmarem publicamente que não foram, em nenhum momento, ouvidos durante o licenciamento de Belo Monte, a Funai atestou previamente a viabilidade da usina hidrelétrica mesmo havendo necessidade de estudos complementares, que poderiam vir a concluir o contrário e insiste que estes grupos teriam sido ouvidos. O direito constitucional de realização de oitivas indígenas foi sumariamente violado.

Por outro lado, nas quatro audiências públicas realizadas sobre o projeto (realizadas entre os dias 9 e 15 de setembro de 2009), não houve condições para a efetiva participação da população e dos grupos diretamente afetados.

A Advocacia Geral da União chegou a representar contra os membros do Ministério Público responsáveis pelo acompanhamento do licenciamento do AHE Belo Monte, pelas denúncias formuladas por estes quando da realização dessas audiências públicas. Essas representações já foram arquivadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

A análise independente sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental de Belo Monte, EIA RIMA elaborada por um grupo de cientistas reconhecido em nível nacional e internacional (Magalhães e Hernandez, 2009, mais conhecidos como Painel de Especialistas), demonstra que os impactos de Belo Monte são muito maiores do que aqueles levanta-

* Co-Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente - Plataforma Dhesca

¹ Licença de Instalação nº 770/2011, Autorização de Supressão de Vegetação nº 501/2011 e a Autorização de Abertura de Picada nº 505/2011, todas emitidas pelo Ibama.

dos pelo EIA e em muitos aspectos irreversíveis e não passíveis de serem compensados pelos programas e medidas condicionantes propostas. Eis alguns dos problemas destacados pelo corpo científico independente:

- a) subdimensionamento da população atingida e área afetada;
- b) risco de proliferação de doenças endêmicas;
- c) ausência de estudo sobre índios isolados;
- d) hidrograma ecológico não baseado nas necessidades dos ecossistemas;
- e) subdimensionamento das emissões de metano;
- f) ameaça de extinção de espécies endêmicas no trecho de vazão reduzida;
- g) ausência de análise de impacto declusas;
- h) perda irreversível de biodiversidade;
- i) ausência de análise de impactos a jusante da usina;
- j) análises insuficientes sobre impacto da migração sobre desmatamento e terras indígenas;
- k) ausência de análise sobre impactos associados ao assoreamento no reservatório principal.

Além dos problemas acima listados, a UHE Belo Monte é falha em termos de eficiência energética. O estudo do Painel de Especialistas demonstra que o projeto irá gerar muito menos que os 11.181 MW de potência previstos, uma vez que a vazão do rio Xingu varia muito durante o ano. Em média, Belo Monte geraria apenas 4.428 MW, em função do longo período de estiagem do rio Xingu. Nesses meses de seca a geração de energia seria inferior a 1.000 MW. Impactos irreversíveis na fauna e na flora da região são destacados pelos pesquisadores, especialmente na fauna aquática no chamado “trecho de vazão reduzida”, que afetaria os 100 km do rio na chamada Volta Grande. A bacia hidrográfica do Rio Xingu apresenta uma das maiores riquezas de espécies de peixes já observada no planeta Terra, com cerca de quatro vezes o total de espécies encontradas em toda a Europa.

A construção declusas e a conseqüente introdução de espécies alóctones (de outras regiões) entre os dois trechos do rio Xingu, que hoje são separa-

dos pelas cachoeiras do Jericoá, podem levar à extinção de espécies. Além disso, não há análise dos impactos da usina a jusante, na área considerada pelo próprio Ibama como de “importância biológica extremamente alta” (Portaria nº 9/MMA, de 23 de janeiro de 2007), o Tabuleiro do Embaubal, arquipélago que inclui praias que concentram as maiores áreas de desova de tartarugas conhecidas do Amazonas.

Por esses e outros motivos, os cientistas são claros: “o empreendimento UHE Belo Monte do ponto de vista da ictiofauna é tecnicamente inviável, visto que irá destruir uma grande extensão de ambientes de corredeiras tanto no TVR quanto na área do lago.” (Cunha et al. 2009, p.150).

Ressalte-se que o peixe é o principal alimento das populações – especialmente as indígenas - que vivem no entorno do rio Xingu. Com a extinção ou diminuição expressiva das espécies tanto na Volta Grande quanto a montante, verificar-se-á uma situação de insegurança alimentar para os grupos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e trabalhadores rurais da região que não foi avaliada pelo EIA.

Além disso, a quantidade de matéria a ser revolvida com as escavações para a construção de canais é de ordem de grandeza comparável ao canal do Panamá (200 milhões m³), e a poluição das águas do rio será inevitável com esta enorme quantidade de terra e matéria orgânica e mineral sendo revolvida. Configurar-se-ia um quadro de insegurança hídrica (diminuição da qualidade da água com sérios problemas para o abastecimento humano e para o deslocamento de barcos e canoas).

Enormes também seriam os impactos sobre a saúde pública, com a estagnação da água do rio e o conseqüente aumento na incidência de diversas doenças endêmicas na região, como a malária e a leishmaniose.

Apesar de todos os problemas elencados pelo Painel de Especialistas, a Licença Prévia da UHE Belo Monte foi emitida pela presidência do Ibama - à revelia do

parecer dos próprios técnicos do órgão – e possuía 66 condicionantes. Alguns técnicos do Ibama pediram demissão, outros se afastaram do licenciamento ambiental deste projeto e outros ainda assinaram pareceres contrários à liberação das licenças para a construção da usina (Parecer nº 114/09 e 06/2010), onde afirmam que o EIA não conseguiu ser conclusivo sobre os impactos da obra. Dois dias antes da liberação da licença prévia, técnicos da área de licenciamento lançaram nota técnica afirmando que “não há elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento” (COHID/CGENE/DILIC/IBAMA nota técnica 04/2010).

Em estudos posteriores o Painel de Especialistas chegou a suscitar dúvidas sobre a própria viabilidade econômica do empreendimento face aos altos custos e à sazonalidade da geração de energia do empreendimento.

Essas questões foram expostas ao governo brasileiro pelo Painel de Especialistas e pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente – Plataforma Dhesca, na expectativa que houvesse uma reavaliação das condutas até então adotadas.

No entanto, posteriormente à concessão da licença prévia, foi exercida uma forte pressão sobre o Ibama para a concessão de licença de instalação parcial ou fragmentada, vez que o empreendedor não conseguiu atender as 66 condicionantes previstas na licença prévia. Essa licença de instalação parcial acabou sendo concedida, tendo gerado antes disso inclusive a demissão do então Presidente do Ibama.

Ocorre que na legislação brasileira não existe a licença de instalação parcial. São previstas apenas três tipos de licença:

- Licença prévia – que atesta, ou deveria atestar, a viabilidade ambiental do empreendimento;
- Licença de instalação – que permite o início das obras;
- Licença de operação – que permite a operação do empreendimento.

Por esses motivos, a concessão da licença de instalação parcial recebeu a repulsa de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e foi impugnada na Justiça pelo Ministério Público Federal.

Ao ajuizar a ação civil pública contra a concessão da licença de instalação parcial, o procurador da República Felício Pontes Jr., que assina a ação juntamente com os procuradores da república Bruno Araújo Soares Valente, Bruno Alexandre Gütschow, Daniel César Azeredo Avelino e Ubiratan Cazetta, afirmou que “devido a decisões como essa, podemos dizer que hoje o Ibama é o maior infrator ambiental na Amazônia”.

Esse empreendimento motivou o ajuizamento, até esse momento, de nove ações civis públicas pelo Ministério Público Federal.

Contudo, em que pese a gravidade das violações à legislação apontadas pelo Ministério Público Federal, todas as liminares concedidas nessas ações foram cassadas pelas instâncias recursais do Poder Judiciário.

Há uma forte preocupação do Ministério Público Federal, manifestada também pelo Bispo de Altamira da Igreja Católica, Dom Erwin Kräutler, que possa ocorrer conflitos decorrentes de iniciativas de resistência à realização das obras, sobretudo pelas reiteradas declarações de alguns dos povos indígenas impactados pelo empreendimento.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	1	
MS	1	16
MT	3	876
Subtotal:	5	892
Nordeste		
AL		
BA	15	5230
CE	8	3483
MA	8	2435
PB		
PE	5	2970
PI		
RN	2	40
SE		
Subtotal:	38	14158
Norte		
AC		
AM	6	496
AP	2	20
PA	2	6000
RO	5	5455
RR		
TO	2	92
Subtotal:	17	12063
Sudeste		
ES	4	220
MG	11	1220
RJ	6	8875
SP	1	689
Subtotal:	22	11004
Sul		
PR		
RS	2	700
SC	3	625
Subtotal:	5	1325
Brasil:	87	39442



Foto: João Zinclar

O Baixo Amazonas entre conflitos

Pe. José Cortes*

Desde que o homem se apropriou da árvore da vida e assumiu o protagonismo de seu próprio destino, o “progresso e o desenvolvimento econômicos” não têm poupado a natureza. A sociedade humana conseguiu pôr em desequilíbrio a Criação. A terra é só uma e os recursos são finitos.

Quando em 1499 Pizón toca a foz do Amazonas, inaugurou-se o primeiro contato com a região por parte dos europeus e o primeiro saque sobre ela. Durante mais de um século a Amazônia foi alvo de expedições de portugueses e espanhóis que foram derrotados pelos rios e a floresta, e foi deixada em segundo plano no processo de ocupação e colonização do Brasil.

* Coordenador da CPT Pará. Coordenador da Pastoral Social da Diocese de Santarém.

Na verdade, a história colonial da Amazônia Brasileira, nomeadamente do Baixo Amazonas, começa com a tentativa de ingleses e holandeses penetrarem na região e aqui se instalarem. Em 1599 os holandeses se estabelecem no Xingu com as feitorias de Orange e Nassau. Essas atividades alertaram os portugueses, fazendo-os correr e fundar Belém em 1616.

Como na região não foi encontrado ouro ou prata, então se partiu para a exploração dos recursos da natureza amazônica, iniciando a “vocação” extrativista da região e a coleta das drogas do sertão. Iniciou-se também o processo de exploração do trabalho indígena e sua escravização.

Na segunda metade do século XIX, a borracha emerge como a grande matéria-prima do capitalismo e a Amazônia passa por profundas transformações às quais não ficou alheio o Baixo Amazonas. A Amazônia passa a integrar diretamente o circuito internacional do capitalismo como exportadora de matérias-primas. Assim ocupam-se também as áreas mais remotas da região, até aqui livres do saque.

Mais recentemente a ligação terrestre do Baixo Amazonas com o centro e sul do país, através da Rodovia Santarém-Cuiabá e através da Transamazônica, permitiu o apossamento das terras da região por gente de outras regiões e a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais.

Para que o saque acontecesse “legalmente” foram importantes a reforma do estatuto agrário, que se materializou no Estatuto da Terra, a reforma do Código Brasileiro de Mineração e a criação de incentivos fiscais. Aqui se inicia a concentração absoluta da propriedade dos recursos naturais por grandes grupos ou corporações do capital.

Assim a região do Baixo Amazonas hoje é um espaço onde se produz um saque modernizado e efi-

ciente dos recursos naturais necessários ao capital internacional controlado pelas grandes corporações capitalistas.

Madeira, minérios, hidroenergia são alguns desses recursos saqueados e exportados a preços aviltados, deixando a região sem uma imensa riqueza ecológica e natural e com as populações à margem dos “benefícios” que esse processo gera.

Esta apropriação dos recursos naturais da região tem gerado imensos conflitos entre os agentes do capital e as populações locais. Neste artigo vamos nos referir a alguns desses conflitos, especialmente os que envolvem a água e sua apropriação indevida por parte do capital e que a CPT acompanha há vários anos.

Os conflitos no Baixo Amazonas

O Baixo Amazonas tem uma abundância e riqueza impressionantes de recursos hídricos. Se no início da colonização as águas serviram como caminho para a entrada no Baixo Amazonas, e Belém serviu como controle deste uso, hoje as águas da região estão subordinadas às cadeias transnacionais e ao avanço saqueador do capitalismo na região. Assim ela também se subordina aos direitos do capital, que expropria “preciosas territorialidades socioambientais de povos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos”¹.

a) Mineração

O Código de Mineração de 1967 abriu espaço irrestrito à ação privada sobre o território mineral brasileiro, o que significou a privatização das mais importantes jazidas minerais pelos grandes grupos de capital estrangeiro (Alcan, Alcoa, Kaiser, Nalco...). O Código de Mineração deu às multinacionais, de presente, extraordinárias ocorrências minerais como a bauxita do Rio Trombetas, a Serra do Carajás e, mais recentemente a mina de bauxita de Juruti.

¹ Garzon, Luis Fernando Novoa – Soberania empresarial versus soberania social – In Conflitos no Campo Brasil - 2009 - pg 83 - Comissão Pastoral da Terra/ Expressão Popular – Goiânia 2010.

As explorações minerais de Trombetas e Juruti foram implantadas sobre territórios de comunidades tradicionais e quilombolas expropriadas de seus territórios e do direito de ir e vir.

A Mineração Rio do Norte gerou conflitos graves na região que se perpetuam até hoje. Além de se implantar em terras quilombolas, com a ajuda do governo federal, controla até hoje as comunidades envolventes através de múltiplas formas que não cabem neste artigo e se apropriou de grandes quantidades de água para utilizar no seu projeto.

Provocou a morte do lago Batata com o rejeito da lavagem da bauxita e até hoje, devido aos grandes depósitos de rejeitos que construiu nos platôs, está poluindo igarapés que alimentam o lago Sapucúá, segundo relatos dos comunitários do referido lago. Também o projeto Juruti se implantou em terras de populações tradicionais que resistiram até onde puderam e, depois, aceitaram a situação do fato consumado e as míseras compensações do capitalismo. Assim grandes áreas com igarapés, espaços do rio para a construção do porto, foram privatizadas. Também vários igarapés estão sendo assoreados e poluídos pelo projeto.

b) Hidrelétricas

Para tornar viável os projetos das mineradoras, o regime militar criou a Eletronorte, cujo primeiro objetivo era construir a hidrelétrica de Tucuruí totalmente custeada pelo dinheiro público, indispensável para suprir a energia necessária à Albrás/Alunorte, complexo metalúrgico destinado a produzir alumina e alumínio. Essa energia foi fornecida a 1/3 da tarifa real e deixou até hoje centenas de sem-terra e sem-abrigo ao seu redor, sem cumprir compromissos e acordos.

No Baixo Amazonas, o Governo Federal pensa construir cinco hidrelétricas no rio Tapajós e seus afluentes. Esta nova intervenção do capital na região não tem como objetivo beneficiar a população local, mas foi pensada para suprir o projeto Juruti e outros projetos de saque na região.

A construção de uma hidrelétrica será um golpe fatal no rio Tapajós. O rio já sofreu muito com o ciclo do ouro, agora está em recuperação. Construir o projeto hidrelétrico no rio será um golpe fatal do qual ele nunca se recuperará e levará também à destruição de espaços sociais e culturais.

O projeto irá inundar 3.084,3 km², dos quais uma área importante seria de unidades de conservação: Parque Nacional da Amazônia, Flona Itaituba, Parque Nacional Jamanxim, Floresta Nacional de Altamira, além de parte da Terra Indígena Munduruku. Atingiria várias comunidades tradicionais e indígenas.

Para combater o projeto, a população do Baixo Amazonas tem organizado vários seminários, estudos e debates sobre o assunto e criou o Movimento Tapajós Vivo, que reúne vários setores da sociedade civil, entre os quais se encontram a CPT e o MAB.

No segundo seminário de debates sobre o projeto governamental das hidrelétricas na Bacia do Tapajós, realizado em abril de 2009, na cidade de Itaituba (PA), os participantes declararam: *“frente aos planos governamentais, nacionais e internacionais, de destruição de povos, meio ambiente e do próprio rio Tapajós, não vamos continuar passivos... Decidimos que não aceitamos e declaramos que somos contrários ao Complexo Tapajós que, além de prejudicar nossa cultura e meio ambiente, não nos trará benefícios, beneficiando apenas o grande capital e empresas nacionais e estrangeiras.*

Não aceitamos ser considerados como entraves ao crescimento econômico do Brasil, pois somos brasileiros e brasileiras e sofremos todas as consequências destes projetos hidrelétricos.

Declaramos nossa luta incansável em defesa dos direitos dos povos ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores, quilombolas, indígenas e populações tradicionais atingidas e ameaçadas pelo Complexo Tapajós.”

A CPT (Santarém e BR 163) acompanha de perto esta luta das populações contra mais este saque. A atuação da CPT fundamentalmente se concentra no acompanhamento em campo das comunidades en-

volvidas com formação de suas lideranças, além de ajudar na discussão das estratégias de luta. A CPT tem feito várias visitas às comunidades durante o ano para avaliação da situação e acompanhamento das lideranças.

Um fato importante, acompanhado pela CPT, aconteceu na comunidade do Pimental, uma das comunidades mais afetadas pelo complexo Tapajós. A comunidade foi visitada por técnicos da empresa “Rural Tecs” contratada pela Eletronorte. De repente e sem conversar com ninguém começaram a fincar marcos, fazer medições e entrar no meio da comunidade.

A indignação tomou conta dos moradores que quebraram marcos e equipamentos instalados no território comunitário e determinaram a saída dos representantes da empresa. A empresa registrou um boletim de ocorrência em Itaituba e criou-se na região um clima de criminalização dos comunitários que defendem seu território.

A mídia local e setores pró-hidrelétrica fizeram muito barulho por causa deste incidente.

A CPT acompanha o caso e facilitou o acesso a advogado para acompanhar na defesa das lideranças comunitárias.

c) Madeira

A exploração de madeira no Baixo Amazonas leva ao conflito pela água e seu uso. Como as vias de acesso são fluviais, as empresas madeireiras usam e abusam dos rios e lagos para ter acesso à riqueza madeireira e seu transporte. É um conflito transversal desencadeado pela exploração madeireira e que mostra o confronto entre comunidades tradicionais e o capital depredatório, apoiado pelos agentes do poder. Vejamos alguns exemplos:

Conflito Arapiuns:

A Gleba Nova Olinda integra um conjunto de glebas estaduais com extensas áreas de florestas primárias que juntas possuem uma área de aproximadamente 1.200.000 hectares, localizadas entre os municípios de Santarém, Aveiro e Juruti.

Duas frentes de destinação de terras promovidas pelo estado do Pará vêm possibilitando a retirada de grandes quantidades de madeira na Gleba Nova Olinda, ocupada há dezenas de anos por 14 comunidades, das quais três reivindicam o reconhecimento de sua identidade indígena: Autorizações de Detenção de Imóveis Públicos (ADIPs) e Permutas de Terras Públicas com grupos de empresários do setor madeireiro.

As ADIPs foram concessões estaduais encontradas (pelos governos Jader Barbalho e Almir Jatene) de uso da terra que formalizavam o direito de exploração dos recursos naturais, impedindo desta forma que a situação fundiária fosse um empecilho para a atividade madeireira.

No desenrolar da distribuição dessas autorizações, ignorou-se deliberadamente a ocupação tradicional da área. Com a entrada em vigor do artigo 83, da Lei Federal 11.284, de 2 de março de 2006, que delegou aos órgãos estaduais a aprovação da exploração de florestas, os pedidos de licença, que antes passavam obrigatoriamente pelo Ibama, começaram a ser aprovados, com grande agilidade, nos governos Jatene e Ana Júlia, pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), a atual Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).

Entre os anos de 2003 e 2006, foram concedidas 55 Autorizações de Detenção de Imóvel Público (ADIPs) para diferentes regiões do estado do Pará, sendo que cinco para a Gleba Nova Olinda.

Diante desta situação, 26 comunidades dos rios Arapiuns e seu afluente Maró, bloquearam o rio à altura da comunidade de São Pedro e pararam duas balsas carregadas com aproximadamente 1.500 metros cúbicos de madeira. Este confronto se deu em finais de 2009 e princípios de 2010 e se arrasta até hoje.

O protesto das comunidades é contra a frequente exploração de madeira na Gleba Nova Olinda, feita ilegalmente e sem fiscalização do governo do estado, que dá o aval sem sequer fiscalizar e monitorar os “planos de manejo”.

O conflito se dá pela ocupação do território que engloba terra e água. A cada semana balsas carregadas de madeira descem o Rio Arapiuns: por isso a ocupação da praia de São Pedro e a interdição do rio. O Governo Ana Júlia se negou a negociar com as comunidades e até final de seu mandato apoiou a ocupação do território das comunidades tradicionais e o saque.

Esta ocupação e saque se intensificaram quando se instalou na região um consórcio de aproximadamente 50 plantadores de soja. Esses “empresários” vieram dos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Desde que o governo do estado do Pará assumiu a aprovação dos planos de manejo, a situação ficou cada vez mais séria, acarretando a extração ilegal da madeira, grilagem de terra, ocupação dos rios e igarapés da região e violência contra as comunidades.

Do conflito resultou a criação do Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Arapiuns, que é assessorado pela CPT. O movimento continua mobilizando a base para pressionar o estado a reconhecer seus direitos territoriais, acabando com a retirada de madeira da gleba e libertando o território de terra e águas das garras do capital.

Conflito Santa Maria do Uruará

A Reserva Renascer, município de Prainha, PA, foi criada no dia 5 de Junho 2009 com metade do tamanho exigido pelos moradores tradicionais da região. Estes moradores lutaram durante dez anos pela criação da Reserva Extrativista Renascer, com o fim de preservar a floresta e as cabeceiras dos principais rios da região, que lhes servem de vias de acesso e fonte de alimentação. A luta foi longa e acompanhada pela CPT que ajudou a criar várias associações locais que hoje assessoram. Mesmo depois de sua criação, empresas madeireiras, como a Juarú, instalaram serrarias e porto dentro da área da reserva. No dia 27 de novembro 2009, os moradores das comunidades acamparam à margem do Rio Uruará, perto da boca do Rio Tamuataí, com a intenção de impedir a saída da madeira em tora da Resex. Ficaram acampados por 46 dias e durante

este tempo foram atacados por pistoleiros das madeireiras que feriram dois comunitários. Os moradores da Resex aguardam que o Instituto Chico Mendes conclua a fiscalização e faça a demarcação da área retirando os madeireiros, ao mesmo tempo em que os comunitários efetivam juridicamente suas associações. A luta pela terra passa de novo pelo controle das águas, elemento fundamental na vida do amazônida.

d) Soja

A soja se tornou, no Baixo Amazonas, um conflito pelo controle dos rios e de suas margens.

Desde o ano 2000, os movimentos sociais, incluindo a CPT, com o apoio do Ministério Público Federal, lutam contra a empresa multinacional Cargill, pelo controle da praia Vera Paz e terrenos adjacentes, onde a referida empresa construiu um porto à revelia das leis ambientais. Esta luta se arrasta até hoje com ações constantes na justiça. O terminal graneleiro desobedece as leis brasileiras que exigem a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para empreendimentos desse porte. Parte do rio e praias em frente à cidade de Santarém estão invadidas pelo empreendimento ilegal, criando um conflito que se arrasta há 11 anos.

Atraído pelos estudos de viabilidades de produção da soja na região, elaborado e propagado pela prefeitura de Santarém no governo de Lira Maia, os primeiros produtores de grãos do Sul e Centro-Sul do país chegaram à região, comprando terras no planalto de Santarém e Belterra. Os anúncios feitos eram de oferta a preço baixo de terras na região. A construção irregular do grande porto graneleiro pela multinacional Cargill garantiria não só um comprador, mas também um financiador de soja na região. Os produtores do Sul começaram a chegar em grande número e o planalto se tornou uma paisagem da soja. A chegada deles criou vários conflitos socioambientais, como: grilagem de terra, expulsão dos pequenos agricultores da área rural, poluição da água, do solo e do ar, além do des-

matamento. O resultado foi a expulsão direta e indireta das famílias que mudaram para lotes menores ao longo das rodovias ou para a periferia da cidade.

Os impactos sobre as águas são evidentes. Segundo um levantamento feito pelas comunidades resistentes no planalto santareno, com apoio do STTR de Santarém e Greenpeace, igarapés importantes já sumiram ou estão em processo de assoreamento, animais silvestres também estão desaparecendo ou invadindo os quintais dos camponeses que resistem em vender suas terras. O plantio ilegal de soja sobre as nascentes vem destruindo as fontes de água e fazendo com que o volume de água se reduza. O desmatamento vem causando a alteração na qualidade da água: antes clara e límpida, hoje barrenta e com a presença de grande quantidade de matéria orgânica em decomposição. Muitos igarapés estão altamente poluídos com agrotóxicos utilizados no plantio da soja.

Concluindo

“Os habitantes da Amazônia vivem sob os ciclos dos rios e igarapés. Esse aspecto exige uma compreensão cada vez mais profunda da questão. Na Amazônia não há como não lembrar que somos água, rios. Que nossa vida segue sob o ritmo de enchentes e vazantes. Que parte de nossa alimentação típica brota dos rios com uma variedade imensa de peixes e frutos das águas. Nosso sentido de estética e belo está ligado às águas. Na nossa cultura ancestral, as divindades moram no fundo das águas. Navegando sobre os rios aprendemos a ser contemplativos e a amar a obra da Criação. Somos água em nossa composição bioquímica e somos água em nossa espiritualidade.

Ser é compreender a dimensão hídrica de nossa vida, adquirir as sabedorias e fertilidades dos rios que no seu caminho rumo ao mar, nos aponta para a meta fundamental de nossa vida: o mar infinito do amor de Deus.”² Não existe território sem lagos, sem rios, sem igarapés. Não existe Mãe Terra sem a Mãe Água³.

² Castro, Pe. Ricardo - Espiritualidade ecológica amazônica, in UM OLHAR SOBRE O BAIXO AMAZONAS, Pastoral Social Diocese de Santarém, 2009

³ As referências históricas deste artigo são tiradas do estudo de Aluísio Lins Leal in CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS DO TERCEIRO MUNDO, FFLCH, USP - SP



Foto: Carmelo Fioraso

Trabalho

Como, quando e de onde os trabalhadores falam: um estudo sobre depoimentos de libertos e fugitivos de unidades de produção do Pará

Ricardo Rezende Figueira*

Adonia Antunes Prado*

Introdução

Desde os anos 1970, centenas de trabalhadores prestaram depoimentos ao escaparem de unidades de produção do estado paraense. Parte deste material se encontra nos arquivos do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPTEC/UFRJ), e nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Alguns “depoentes” em seguida retornaram às suas casas, em geral localizadas em outro município ou estado, outros não o fizeram. Uns e outros buscaram novos trabalhos. Os primeiros, onde moravam ou em outras regiões - cultivavam relações de parentesco, por isso o retorno, mesmo se temporário, ao local de moradia. Os segundos, onde estavam ou em outras áreas - os peões do trecho, com relações de parentesco rompidas, ou sem relações. A escassez de recursos e de vínculos definitivos, os tornavam nômades, em um ciclo aparentemente sem saída entre fazenda, pensão, fazenda. Parte dos que escaparam procuraram a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, (STR), a delegacia de polícia, o Ministério do Trabalho e Emprego – (MTE), o juiz ou a entidade de defesa de direitos humanos local. Outros, por não saberem se encontrariam acolhimento na denúncia, ou para quem denunciar, mantiveram-se em silêncio.

Os 340 depoimentos estudados aqui foram colhidos entre 2004 e 2007 e revelam de alguma forma a expectativa dos denunciadores quanto ao Estado e à sociedade civil ou religiosa, e como o Estado, através de seus órgãos, os acolheu. Em si, o fato de procurar a “justiça”, é revelador. Aquele que denunciou o fez, em última instância, porque acreditou que algo podia e seria feito, que sua reclamação tinha chance de ser ouvida, que haveria uma reposição de seu direito, que os interlocutores compreenderiam as reivindicações e teriam os instrumentos adequados para auxiliá-lo e para punir quem o havia prejudicado.

Contudo, porque varia o momento da denúncia? As razões para a rapidez ou a demora são o resultado do nível de consciência do que é justo ou legítimo por parte da pessoa atingida, e ele não é uniforme; do grau de exploração ou violência que difere entre os proprietários e seus representantes; da possibilidade objetiva ou subjetiva de deslocamento e acesso a interlocutores confiáveis¹. E o deslocamento pode significar graus diferenciados de facilidades ou dificuldades: a distância, a rede de relações estabelecidas, o conhecimento da região, das instituições existentes.

A literatura sobre o tema aumentou a partir de 1995, como cresceu a sensibilidade sobre o problema em um público mais vasto e as ações do Estado contra o crime se ampliaram, mesmo se o problema persiste na cidade e no campo, em regiões distantes do Norte brasileiro e em áreas metropolitanas do Sudeste (Figueira e Prado, 2009: 78-82)².

* Padre e Doutor em Ciências Humanas (com ênfase em antropologia) coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (GPTEC/NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

* Doutora em Educação Brasileira, Professora da Faculdade de Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do GPTEC/NEPP-DH/UFRJ.

¹ Para uma discussão sobre as bases sociais da indignação, ver Moore Jr., 1987.

² Figueira, 2009; Le Breton, 2002 e Prado, 2010, dentre outros, além do I e II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Quem acolhe a informação

Em geral, a denúncia foi acolhida por um agente de uma instituição de cunho religioso, de organização de classe ou governamental. Quanto ao primeiro caso, a CPT, através de seus agentes, voluntários ou liberados, recebeu os “depoentes” em Altamira, Belém, Marabá, São Félix do Xingu, Tucumã, Tucuruí e Xinguara, no Pará, em Araguaína, Tocantins, e em Balsas, Maranhão. Uma média de 85 depoimentos foram arquivados por ano pela CPT no período selecionado para o estudo: em 2004, 70; em 2005, 85; em 2006, 97 e, em 2007, 88 (Quadro 1). Destes, 10,58% são provenientes de outra fonte: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), organizações de Direitos Humanos e do MTE. O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH), de Açailândia, MA, recolheu 18 depoimentos.

Em alguns casos, os depoentes estiveram antes ou depois em alguma repartição governamental, no STR ou em uma organização dos Direitos Humanos. Denunciaram ali porque sabiam de algo sobre a prática da organização; foram informados ou indicados por alguém; orientados por outro trabalhador ou porque ouviram falar pela imprensa da ação do Estado; já haviam sido anteriormente libertados pelo Grupo Móvel³ e adquiriram experiência sobre o papel dos fiscais do trabalho e da Polícia Federal. Destas organizações foram encaminhados a um escritório da CPT. Por exemplo, um trabalhador esteve no STR de Redenção, antes de ir à CPT/Xinguara; no STR de São Félix do Xingu, antes de ir à CPT/Tucumã; no Balcão de Direitos e no CDVDH de Açailândia, MA, no Centro de Direitos Humanos de Ananás, TO, na PF de Marabá, em Subdelegacias de Trabalho de Marabá e Araguaína, antes de ir à CPT/Marabá e Araguaína.

Na maioria das vezes, os depoentes foram diretamente aos escritórios da CPT orientados por quem

era mais próximo, como um companheiro, outro trabalhador - idoso e doente⁴ - um “mototaxista” ou um padre da igreja local - e este fato se explica pela tradição de inserção da CPT em questões relativas ao tema. Mas, se a CPT continuou sendo a organização mais procurada, outras organizações anteriormente ausentes começaram a ser parceiras, como o Núcleo dos Direitos Humanos de Araguaína, no Tocantins e o Núcleo dos Direitos Humanos de Araguaína, TO.

Há casos que envolvem autoridades locais e federais no crime e o poder público, expresso no judiciário, na defensoria pública e na promotoria do estado, está sintomaticamente ausente nas histórias de defesa e libertação desta gente. Ou, quando se manifesta, pode fazê-lo de uma forma considerada inadequada pelo denunciante como revelam dois depoimentos, um de 2004 outro de 2005, que citam a atitude de duas promotoras. A primeira, de 2004, teria recebido em audiência os fugitivos de uma fazenda do município de Ourilândia. Preparou uma notificação que os próprios trabalhadores denunciante deveriam entregar ao proprietário. Amedrontados pela terrível tarefa, os três homens e a mulher procuram a CPT/Tucumã. A segunda promotora, enquanto recebia uma denúncia sobre uma fazenda de Uruará, conversou por telefone com o denunciado e passou a relativizar as acusações formuladas. O denunciante, surpreso, decidiu procurar a CPT.

A autoridade pode também representar esperança e segurança para o trabalhador e insegurança para aquele que comete o crime. Não é sem razão que um fazendeiro, no transporte de trabalhadores, se preocupa quando se aproxima da polícia rodoviária e busca formas de burlar a vigilância⁵. A PF, em alguns casos, reagiu à denúncia encaminhando trabalhadores ao escritório da CPT⁶; ou, por exemplo, em Redenção, recebeu um trabalhador vindo de uma fazenda de Santana do Araguaia e o encaminhou para a CPT de Xinguara, e lhe passou os endereços do

³ Um trabalhador, que solicitou ficar no anonimato, havia sido liberto três vezes antes pelo Grupo Móvel (11.11.05. Carvoaria Bamerindus, Novo Paraíso).

⁴ 22.08.05. Faz. de Elcio, São Félix do Xingu.

⁵ 23.11.06. do José de Sousa, Pacajá; 22.11.06. Coitadinha, Pacajá.

⁶ 11.01.05. Fazenda do José Biancadi, município N.I.; 23.06.06. do Kiko, Itupiranga.

STR e da DRT⁷; outro trabalhador procurou a PF em Marabá e esta o encaminhou para a CPT/Marabá⁸. Um dos depoentes fugiu, após oito dias a pé, chegou a Jacundá com malária. A Polícia Civil o encaminhou ao hospital e o delegado depois o levou à PF de Marabá. Ali a PF o encaminhou à CPT⁹.

O Exército também emergiu em depoimentos entre 2004 a 2006¹⁰. Os tempos mudaram, e o exército não resolvia o problema por própria conta, como nas décadas anteriores. Um soldado do exército orientou um trabalhador a procurar a CPT/São Félix do Xingu¹¹.

Não só estas autoridades foram procuradas. Menos frequente, houve também tentativas de solução através de outros caminhos como o caso de Maria, segundo seu depoimento, no Conselho Tutelar da Criança¹².

Como é possível perceber, algumas autoridades, especialmente as federais, encaminharam com frequência os trabalhadores para a CPT mais próxima, o que demonstra, quanto ao problema da escravidão por dívida, o grau de prestígio que a Pastoral gozava junto a elas.

O MTE nem sempre foi uma referência animado-

ra. Nas poucas fiscalizações realizadas até meados dos anos 1990, os auditores fiscais do trabalho, subordinados às respectivas Delegacias Regionais do Trabalho, muitas vezes naturalizavam o crime e não puniam os responsáveis. Contudo, a partir da criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do MTE, subordinado diretamente a Brasília, a situação mudou. O Grupo Móvel implementou operações e levou os empregadores ao pagamento dos direitos trabalhistas. E, especialmente a partir de 2003, com novas ofensivas do Estado e com o I e II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, a ação do Grupo se tornou mais eficiente: incluiu os resgatados na lista do salário desemprego e, com o apoio do Ministério Público do Trabalho, firmou Termos de Ajuste de Conduta (TAC); incluiu em um Cadastro do MTE as empresas consideradas flagradas no crime da escravidão. Além disso, os procuradores do trabalho moveram ações por danos morais coletivos e individuais contra os denunciados.

Quando é recolhida a informação

Os depoimentos dos trabalhadores submetidos a condições análogas ao trabalho escravo acontecem durante o ano todo como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1

Número de depoimentos colhidos segundo os meses, de 2004 a 2007

Ano/Meses	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2004	6	10	13	4	7	7	4	5	4	1	8	1	70
2005	10	7	9	7	11	10	3	11	4	5	6	2	85
2006	3	4	17	10	16	8	5	6	8	5	11	4	97
2007	4	13	6	12	4	4	14	7	7	5	10	2	88
Total	23	34	45	33	38	29	26	29	23	16	35	9	340

Fonte: Arquivos da CPT com levantamento realizado no GPTEC.

Analisando estes depoimentos pode-se observar que nos três primeiros anos, o primeiro semestre foi o

⁷ 04.02.05. Maná. Santana do Araguaia.

⁸ 06.12.05. Santa Helena, Canaã dos Carajás.

⁹ 14.08.06. Faz. Grupo Passuíta, Pacajá.

¹⁰ Veja depoimentos de 25.02.05. Grupo Tapajós, Uruará; 22.04.05. Tabapuã, São Félix do Xingu; 13.05.05. Fazenda de Sr. Juvenal, São Félix do Xingu; 14.11.06. Alvorada, Anapu; 0.02.04.

¹¹ Cf.: 13.05.05. Fazenda de Sr. Juvenal, São Félix do Xingu.

¹² Criado pela Lei número 8.069, de 13.07.1990.

período de maior recolhimento de depoimentos - 63,6%; contudo, em 2007, o número de depoimentos recolhidos no segundo semestre superou levemente o primeiro. Ficando assim distribuídos:

no primeiro semestre 49%; no segundo 51%. Nos quatro anos, temos uma média favorável ainda ao primeiro semestre, que é de 59,41% (Quadro 2).

Quadro 2

Depoimentos relativos aos anos 2004 a 2007, segundo semestre e ano

Ano/semestre	2004	2005	2006	2007	Total
1º semestre	47	54	58	43	202
2º semestre	23	31	39	45	138
Total	70	85	97	85	340

Fonte: Arquivos da CPT com levantamento realizado no GPTEC.

Uma outra abordagem na análise destes dados é relacioná-los ao tempo seco “verão” ou ao tempo das chuvas “inverno”. Por que? Aparentemente, na região paraense do sudeste do Pará, local onde a maioria dos trabalhadores esteve, o período mais propício ao aliciamento e à fuga é o período da seca que se inicia em maio e se estende até outubro. As estradas são mais transitáveis, o trabalho tem um rendimento maior, enquanto no período compreendido entre novembro e abril as chuvas são torrenciais, o transporte se torna mais precário dadas as condições das estradas, e o trabalho segue em ritmo mais lento.

O lógico seria que os depoimentos se concentrassem mais na época da seca. Mas não é isso o que se percebe. De maio a outubro foram coletados 161 depoimentos, 47,3%, enquanto que no período das chuvas foram coletados 179, 52,7%.

Qual é a razão? Não seria uma estratégia dos fa-

zendeiros que, por estarem em situação irregular, preferem manter os trabalhadores neste período, mesmo se a produtividade diminua, já que com as estradas mais precárias as possibilidades de fiscalização são menores? Para tentar responder esta pergunta, o caminho foi o de fazer o cruzamento destas informações com o período no qual a fiscalização é realizada. Fez-se um levantamento sobre a data das fiscalizações realizadas pelo Grupo Móvel, entre 1996 e 2006, no Pará, a partir de 380 de seus relatórios existentes no GPTEC¹³. É perceptível que nestes 11 anos, o único no qual a fiscalização predominou nos meses das chuvas foi 2000: 10 fiscalizações contra seis. Em 2001, o número de fiscalizações foi o mesmo (8) tanto no período das chuvas, quanto no da seca. Nos demais anos, as fiscalizações se deram majoritariamente no período da seca; de tal forma que das 380 fiscalizações, 254 se realizaram entre maio e setembro (67,63%) (Quadro 3).

Quadro 3

Número e porcentagem de fiscalizações empreendidas pelo Grupo Móvel no Pará, entre 1996 a 2006

Meses	Período 1996 - 2006	Nº fiscalizações
Outubro a março	123	32,37
Abril a setembro	254	67,63
Total	380	100

Fonte: Arquivos da CPT com levantamento realizado no GPTEC.

¹³ Agradecemos a Adriana Freitas, Vera L. Cavalieri, Rafael Palmeira e Luciana.D'Arrochella pelo levantamento destes dados.

Como é recolhida a denúncia

Ao serem recebidas, as denúncias passam por uma classificação na CPT. Podem ser consideradas “trabalho escravo”, “possivelmente trabalho escravo” ou “super-exploração”. “Trabalho escravo”, define a Comissão, “tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo”. Quanto a situações de super-exploração, estas acontecem na esfera salarial, dizem respeito às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; o desrespeito trabalhista que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho (CPT, 2009: 13).

Nas denúncias, registra-se o nome do informante, a data da informação e o município da unidade de produção. Há um resumo da história do trabalhador, onde pode constar o município de nascimento, a moradia e o lugar do aliciamento, a viagem, a dívida, o trabalho, as coerções sofridas e a violação das leis penais e trabalhistas. Alguns são extensos; outros curtos e incompletos. Em geral, as denúncias colhidas em 2007 preenchem um minucioso “Formulário de Recepção de Denúncia de Trabalho Escravo”, que pode ocupar quatro páginas, organizado em quatro itens, além do cabeçalho e das notas¹⁴. O CDVDH/

Açailândia segue o modelo com adaptações

Uma preocupação, mesmo nos anos anteriores, é a descrição do caminho para se chegar à fazenda – a distância, a condição da estrada, pontes, curvas, porteiras, placas de fazenda ou de publicidade, algum comércio na estrada, noções de direção: “entrar à esquerda”, “direita”, “seguir em frente”, aspecto físico de construções no caminho¹⁵.

Quem presta e como presta o depoimento

Os depoimentos são normalmente formulados por trabalhadores, mas há três provenientes de gatos que tiveram desavenças com proprietários e/ou peões. Estes, em um e outro caso, são intermediários pequenos, tão pobres quanto os demais trabalhadores. As denúncias são realizadas muitas vezes de forma individual. Mas há também denúncias realizadas em grupo de duas ou mais pessoas. O trabalhador pode ser articulado, conhecer o pessoal do STR, utilizar telefone, procurar advogado na cidade¹⁶; um pode ter concluído a 8ª série; outro não ser alfabetizado¹⁷; um analfabeto e outro sem informação sobre a escolaridade¹⁸; os dois, apesar da diferença de idade – 31 e 52 -, solteiros¹⁹.

Em geral os depoimentos são feitos por homens, casados ou solteiros²⁰, com mais de 18 anos. Contudo, em dois depoimentos (2,32 %) há, entre os declarantes, menores. Às vezes é o casal que presta o depoimento²¹, ou em grupo de duas ou mais pessoas, composta por amigos ou conhecidos²².

¹⁴ Os itens são: 1. Dados do denunciante e meios de contato; 2 Descrição do contrato; 3. Local e descrição das atividades; 4. Caracterização da situação análoga à escravidão. A observação final destaca que para ser efetuado o atendimento da denúncia depende do bom preenchimento do formulário; e as denúncias que não caracterizavam trabalho degradante mas irregularidade trabalhista deveriam ser enviadas às Delegacias Regionais do Trabalho. Neste caso, a prática revela que é considerado trabalho escravo não apenas o que a organização define no seu relatório de Conflitos (CPT, 2009, p. 13), mas aquilo que é caracterizado pelo Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

¹⁵ 28. 27.04.07. Pau Terra, Rondon do Pará; Dourados em Vitória do Xingu- 2004.

¹⁶ 24.04.06. Encontro das Águas, Pacajá.

¹⁷ 31. Sapucaia; 25.04.06. Iraque, Eldorado do Carajás.

¹⁸ 16.05.06. Carvoaria do Mineiro, São Geraldo do Araguaia.

¹⁹ 21.06.06. Bela Moça, São Félix do Xingu.

²⁰ 16.08.05. Mundial, Água Azul do Norte

²¹ 05.04. Mococa, Bom Jesus do Tocantins.

²² 28.04.04. São José. Roço de pasto; 21.05.04. Bela Vista, S. Félix do Xingu, 1º e 2º depoimentos; 12.02.04. Carvoaria do Dimas. Dom Elizeu.

Quem colhe o depoimento deixa visível a marca da instituição que age e esta forma lembra as declarações realizadas em estabelecimentos públicos, como delegacia policial e poder judiciário. É possível constatar, por exemplo, que pouco mais de 17% das declarações foram tomadas na primeira pessoa do singular ou do plural. Destes, a grande maioria, dois terços, foi recolhida pela CPT de Xinguara. Os demais depoimentos se dividem igualmente entre as secretarias da CPT de Marabá, Tucumã e São Félix do Xingu. Um último depoimento foi recolhido em Açailândia, provavelmente pelo Balcão de Direitos e ou pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. Mais de 80 % dos depoimentos foram recolhidos na terceira pessoa do singular ou plural, sendo a grande maioria destes, mais de 66% recolhidos pela CPT de Marabá, alguns pela CPT de Araguaína, e os demais, menos numerosos, entre os STRs de Redenção e Rondon do Pará, as Delegacias Regionais do Trabalho em Marabá e Araguaína e Balcão de Direitos, e ou pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, de Açailândia. A CPT de Xinguara, que até então tomava os depoimentos na primeira pessoa do singular ou plural, em 2007, passou a fazê-lo na terceira.

Alguns trabalhadores se apresentam sem documentos porque não têm, perderam, houve extravio, foram roubados, esqueceram em casa ou outro lugar. E há aqueles que revelam “não ter leitura”; não serem alfabetizados. Poucos afirmaram ter cursado a primeira série do ensino básico, ou só terem a primeira série e só sabem “assinar”; poucos também que dizem ter cursado outras séries.

O telefone como instrumento da denúncia

Em reunião realizada em Goiânia e promovida pela CPT para se discutir o trabalho escravo, com a presença de auditores fiscais do trabalho, procuradores da república e do trabalho, professores universitários, militantes dos direitos humanos, um dos membros da pastoral apresentou materiais pedagógicos informativos para serem distribuídos a trabalhadores rurais que poderiam vir a ser aliciados, sindicatos e outros locais públicos: cartazes e

pequenos textos. Um dos materiais tinha o formato de uma “sanfoninha”, elaborado em papel resistente, que, dobrado cabia no bolso da camisa ou na carteira de documentos. Consta, em suas dobras, uma história em quadrinhos, um texto informativo e números de telefone para serem acessados. Na ocasião, um dos conferencistas, professor em São Paulo, demonstrou estranhamento e constatou o que parecia óbvio, trabalhador rural não usava telefone. Contudo, alguns, mesmo se raros, já usavam telefone e começou a se difundir seu uso e o aparelho, como previa a organização, se tornou um instrumento novo para a formulação de denúncias. De tal forma que em 2007, 25% dos depoentes fizeram uso dele. Ou estes tinham o aparelho; ou porque tiveram acesso ao telefone da unidade de produção, ao telefone público ou porque tinham amigos ou parentes que cediam seus aparelhos para receberem recados.

O telefone também era útil aos empregadores. Além dele, algumas fazendas utilizavam o rádio amador como forma de manter contato e controle. Ou o proprietário utilizava o telefone de uma forma que preocupava os depoentes. Em 2005, por exemplo, Inaldo escapou de uma fazenda e levou casos graves para a promotora da comarca. Enquanto depunha, ela atendeu um telefonema. Era o fazendeiro. A partir deste momento ela se desinteressou pelo depoimento e ponderou que os trabalhadores “não deviam prejudicar o fazendeiro” que “não tinha culpa”.

A título de conclusão

Quem denuncia, majoritariamente é do sexo masculino e de idade compatível com a força física exigida pelo trabalho pesado. Mas há casos em que o denunciante tem outro perfil. Há denunciantes adolescentes, idosos e mulheres; frágeis e doentes. Alguns depõem sós; outros acompanhados; uns falam sobre si; outros em nome plural; reclamam de uma ou mais pessoas; de gente que assume função igual ou diferente na escala do mando e na relação do trabalho. E procuram aqueles que os ouvem em cidades diferentes e em organizações distintas. For-

mulam mais de 80 depoimentos por ano; mais de sete depoimentos por mês.

Entre muitas questões que poderíamos formular, caberia, por exemplo: por que tantas denúncias? E qual a razão da CPT ser procurada com esta regularidade e intensidade?

Podemos tirar algumas conclusões. Quanto à primeira questão, a escravidão por dívida, após a abolição, está presente mais intensamente na Amazônia: a) no final do século XIX e início do século XX, com a corrida à extração da borracha vegetal; b) no decorrer da Segunda Grande Guerra, novamente em torno da borracha, para atender aos países do “Eixo”; c) a partir dos anos 1970, com o projeto militar de “ocupação” da Amazônia e o deslocamento de grandes empreendimentos agropecuários e minerais para a região. Nesse caso, a explosão do trabalho escravo se deu principalmente na implantação de fazendas para a pecuária e nos fornos de carvão vegetal. Estamos em outro momento, que não tem a mesma dimensão anterior quanto ao número de trabalhadores, ao tratamento violento, à presença de pistoleiros e assassinatos, mas o problema não foi superado. A repercussão das fiscalizações do Grupo Móvel fez eco entre os trabalhadores; ou porque eles próprios foram libertados com sucesso; ou porque ouviram diretamente depoimentos; ou em função das notícias veiculadas pela televisão e rádio.

Quanto à CPT, como desde a década de 1970, os agentes da CPT se dedicam ao tema, a organização se tornou uma referência para os trabalhadores; tem secretarias em lugares-chave, em locais de passagem dos trabalhadores ou locais estratégicos para o seu aliciamento e isso possibilita um contato privilegiado entre estes e a organização; tem experiência de como pressionar o Estado e apresenta propostas de enfrentamento do problema; por estar ligada de forma pastoral à igreja católica, ao mesmo tempo ser ecumênica, é um lugar socialmente reconhecido pelos camponeses, a maioria de alguma tradição religiosa,

especialmente a católica. É mais fácil e próximo estar com alguém ligado à “igreja” do que ter acesso a uma autoridade civil como o prefeito, o juiz, o promotor ou a alguém do MTE. Se uma parcela significativa de denúncias apresentadas pela CPT, podendo chegar a 50%, não é investigada a outra metade o é. Assim o trabalhador tem uma probabilidade de receber seus direitos trabalhistas, a passagem para retornar à sua casa, o seguro desemprego e o recurso proveniente das ações por danos morais individuais interpostas por Procuradores do Trabalho contra a empresa beneficiada pelo crime. Tudo isso gera e fortalece a esperança e a confiança na CPT como mediadora junto ao Estado, o que é reforçado pelas vezes que autoridades – agentes da PF e do MTE – acolheram trabalhadores e os encaminharam à organização pastoral.

Quanto ao período do ano escolhido para o aliciamento e à denúncia, a resposta ainda não está suficientemente respondida, mas os dados apontam para uma hipótese. O período das chuvas seria o melhor para se evitar a fiscalização e, por isso, há maior intensidade nos aliciamentos nesta época.

Finalmente, como reflexo do trabalho da CPT, anualmente a organização pastoral tem publicado o mais completo informe do país sobre o tema da violência no campo, incluindo as questões relativas ao trabalho escravo. Neste número do seu relatório de Conflito podemos observar o registro de um número inferior de pessoas vítimas de escravidão em 2010 do que do ano anterior: de 4.283 libertos, para 2.914, de 6.231 trabalhadores denunciados como escravizados, para 4.163; de 108 menores, para 66; de 240 ocorrências, para 204. O que é bom. E houve maior atendimento por parte do poder público às suas denúncias. Isso reflete uma mobilização consistente de organizações, das quais a CPT é parte, frente aos escravagistas e as respostas do Estado têm se tornado mais eficazes. Mas isso ainda é insuficiente. Um só escravizado já seria um escândalo. E, resta sempre insistir que o número conhecido não é o número

real dos casos. Ultrapassa-os. E, por ser um crime cometido em propriedades particulares, ocultos à sociedade, e às vezes à consciência da própria

vítima, nenhuma organização ainda é capaz de mensurar quantos são os escravizados no campo e na cidade.

Referências

CPT. Conflitos no campo Brasil 2009. CANUTO, A., LUZ, C. R. da S., WICHINIESKI, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Trabalho escravo contemporâneo (vários autores). Goiânia, CPT, 1999.

FIGUEIRA, R. R. A escravidão contemporânea no Brasil: de 1985 a 2009. In: SIDOW, e MENDONÇA, M. L. (Orgs.). Direitos humanos no Brasil 2009. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009. PP. 83-94.

_____. Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIRA, R. R. e PRADO, A. A. O Trabalho Escravo por dívida: discussões e persistência. In Ciclo Cidadania em Debate / Maria Helena Versiani e Núbia Melhem Santos. (Orgs.). Rio de Janeiro: Jauá Ed.: Museu da República, 2009. pp.74-87.

LE BRETON, B. Vidas roubadas. A escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo: Loyola, 2002.

MOORE JR., B. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, A. A. Trabalho escravo contemporâneo: uma questão para o Estado e para a sociedade civil. Versus. Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ano II, nº. 4, abril, pp. 121-123. 2010.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Desrespeito Trabalhista		Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste														
DF											0	0		
GO	15	435	435	2							15	435		
MS	2	22	22								2	22		
MT	17	89	81		1	9			1	6	19	104		
Subtotal:	34	546	538	2	1	9	0	0	1	6	36	561	0	0
Nordeste														
AL	1	20	20								1	20	2	300
BA	4	117	101	4							4	117		
CE											0	0		
MA	18	282	119	7	2	80			1	4	21	366		
PB	1	27	27								1	27		
PE											0	0	1	1000
PI	2	20	20								2	20		
RN											0	0	1	200
SE											0	0		
Subtotal:	26	466	287	11	2	80	0	0	1	4	29	550	4	1500
Norte														
AC	1	8	8								1	8		
AM	4	64	64								4	64		
AP											0	0		
PA	73	1522	562	8	5	24			2	1	80	1547		
RO	5	41	41								5	41	1	7000
RR											0	0		
TO	15	186	102		12	131		1	5	64	32	381		
Subtotal:	98	1821	777	8	17	155	0	1	7	65	122	2041	1	7000
Sudeste														
ES	7	146	146								7	146		
MG	13	511	511	33					1	800	14	1311	1	300
RJ	6	204	186								6	204		
SP	2	53	53						7	470	9	523	3	74
Subtotal:	28	914	896	33	0	0	0	0	8	1270	36	2184	4	374
Sul														
PR	8	139	139	9							8	139	3	1700
RS	1	24	24								1	24		
SC	9	253	253	3					1	54	10	307	1	54
Subtotal:	18	416	416	12	0	0	0	0	1	54	19	470	4	1754
Brasil:	204	4163	2914	66	20	244	0	1	18	1399	242	5806	13	10628





Foto: MST

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF									
GO	33	9135						1	
MS	21	11102			2	1			4
MT	46	16749		26		2			1
Subtotal:	100	36986	0	26	2	3	0	1	5
Nordeste									
AL	34	11745	1					1	
BA	91	61282	2	6		4	1	18	9
CE	22	32915	1	2		1			
MA	199	77896	4	1	1	27		6	12
PB	17	6407	1			2			
PE	51	38430	2	1		1			
PI	15	3075						2	3
RN	6	2200	1			1			
SE	5	1600							
Subtotal:	440	235550	12	10	1	36	1	27	24
Norte									
AC	6	608		1					
AM	39	22949	1		7	30			2
AP	51	7580				3			
PA	207	90137	18	13	1	30	2	15	10
RO	37	35091	1			7			5
RR	4	6505				2			
TO	53	3216	1		7	9			2
Subtotal:	397	166086	21	14	15	81	2	15	19
Sudeste									
ES	17	8256							2
MG	79	29621		2		2		15	3
RJ	15	46579	1	2		3			1
SP	73	22473			1			9	13
Subtotal:	184	106929	1	4	1	5	0	24	19
Sul									
PR	37	4369		1				6	2
RS	11	4649					1	12	21
SC	17	4832						3	
Subtotal:	65	13850	0	1	0	0	1	21	23
Total:	1186	559401	34	55	19	125	4	88	90

A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra

A expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil¹

Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves*

– LEMTO-UFF

Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano**

– GeoAgrária-UERJ e EPSJV-Fiocruz

Nos últimos anos uma visão triunfante vem predominando na análise do campo brasileiro. A questão (da reforma) agrária vem perdendo espaço não só nos meios acadêmicos e midiáticos, como até mesmo em setores que historicamente pautaram suas ações e análises em torno dela, por acreditarem no papel que teria na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse deslocamento do debate tem sua razão de ser em abordagens economicistas baseadas na crença do papel do desenvolvimento das forças produtivas que, sabemos, tem fortes raízes não só na tradição liberal-conservadora, como também em certos setores do pensamento de esquerda. Não é o que se observa quando analisamos a dinâmica do espaço agrário brasileiro pelo viés da luta por direitos, justiça e democracia, onde podemos perceber que a questão (da reforma) agrária mostra não só sua persistência, como exige que se elabore um escopo teórico-político que dê conta da complexidade com que ela vem se redesenhando e demonstrando os limites das abordagens com que vem sendo tratada. Trata-se de construir uma abordagem que questione o modelo agrário dominante por sua íntima associação com a grande propriedade e as grandes corporações transnacio-

nais, que são as grandes forças por trás do avanço do processo de expropriação, que David Harvey (2004) denominou de acumulação por espoliação.

Para isso, a análise dos conflitos sociais ganha importância na medida em que expressa as contradições sociais em estado prático, tal como se apresentam e são vivenciadas por aqueles e aquelas que os/as protagonizam.

A dinâmica dos conflitos em 2010 - a questão (da reforma) agrária: decifra-me ou devoro-te

Em 2010 foram registrados no Brasil 853 conflitos por terra, número que é superior à média anual dos períodos da história recente com registro, de 1985 a 2002.

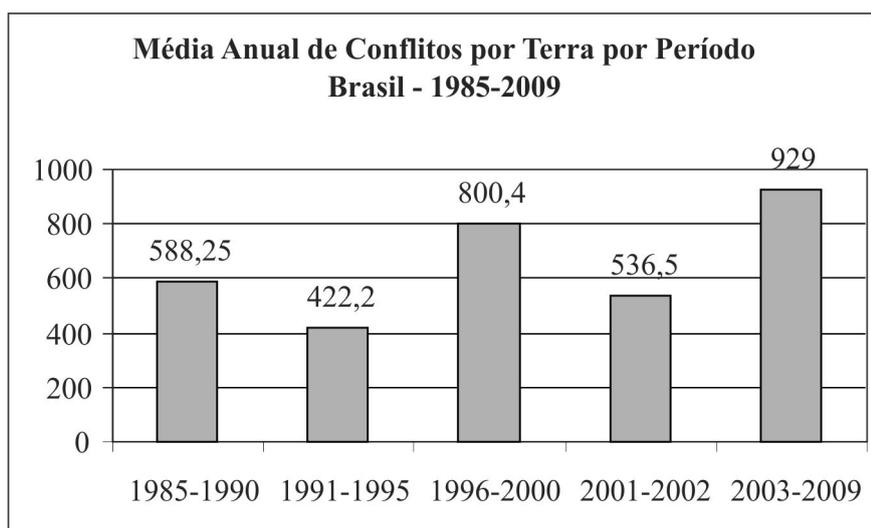
Só é menor do que a média anual do último período, 2003-2009, que foi 929. (Gráfico 1). Em 2009, os conflitos por terra somaram 854, um a mais que 2010 e em 2008, 751. O ano de 2010, pelo exposto, mantém o patamar elevado de conflitos por terra na história recente do país, o que por si só já seria suficiente para afirmar a atualidade da questão (da reforma) agrária no país.

¹ Este artigo seria impossível se não fosse a cuidadosa contribuição dos responsáveis pelo Setor de Documentação da CPT não só quanto a criteriosa metodologia com que desenvolvem seu trabalho, como no paciente esclarecimento que prestam aos pesquisadores que, pela qualidade com que são prestados, passam de colaboração e reclamam autoria. Nas pessoas das documentaristas Cássia e Muria nossos mais sinceros agradecimentos e o reconhecimento da qualidade técnica que nos dá segurança e garantia necessárias à cientificidade do que aqui afirmamos.

* Doutor pela UFRJ é Professor do Deptº de Geografia da UFF e de seu Programa de Pós-graduação. É coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

** Doutor pelo CPDA-UFRRJ é Professor do Deptº de Geografia da UERJ-FFP e Pesquisador da Fiocruz. É coordenador do GeoAgrária UERJ.

Gráfico 1 – Média Anual de Conflitos por Terra por Período – Brasil – 1985-2009

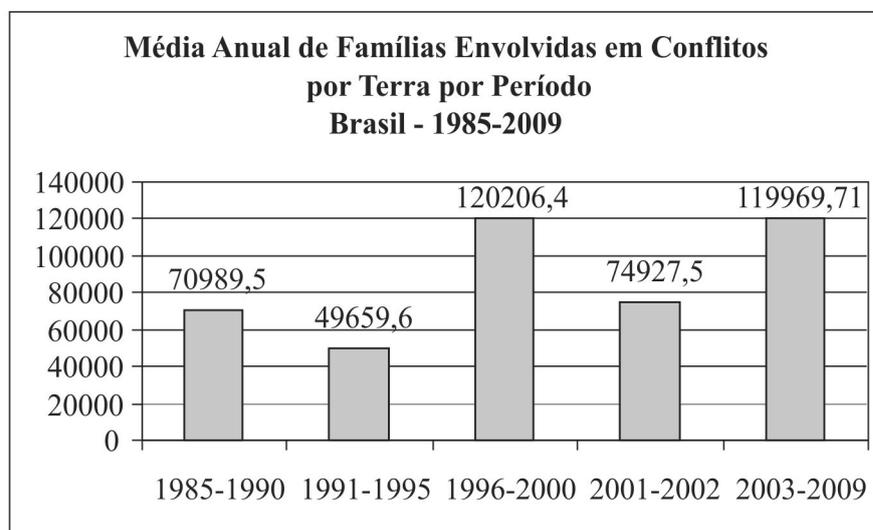


Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

Por outro lado, o ano de 2010 registrou o envolvimento de aproximadamente 70.000 famílias em conflitos por terra, número que só é superior ao período 1991-1995, quando se envolveram em conflitos por terra 49.659 famílias (Ver Gráfico 2). Esse registro é particularmente interessante, haja vista que o período compreendido entre 2003 e 2009 se

constitui como um dos que tiveram maior número de famílias envolvidas em conflitos, com cerca de 120.000 famílias, praticamente o mesmo patamar do período 1996-2000 que teve a maior média anual de famílias. Assim, o ano de 2010 viu o número de famílias envolvidas em conflitos se reduzir a 58% do período.

Gráfico 2 – Média Anual de Famílias Envolvidas em Conflitos por Terra por Período – Brasil – 1985-2009

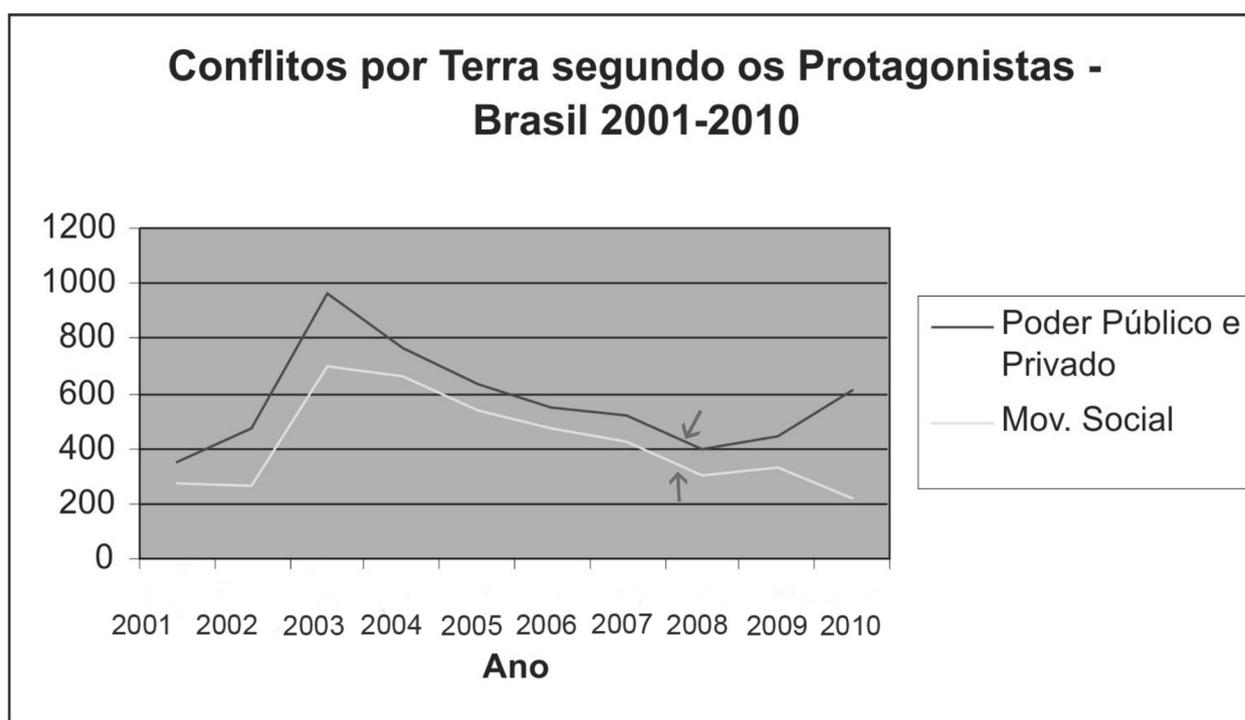


Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

Esse aparente paradoxo de registrarmos no ano de 2010 um patamar elevadíssimo de conflitos com um dos mais baixos níveis de famílias envolvidas em conflitos, começa a se esclarecer quando refinamos a análise acerca dos protagonistas dos conflitos (Ver Gráfico 3). Desde 2003 quando os conflitos por terra atingiram seu auge, vimos registrando uma queda sistemática do número de conflitos até o ano de 2008, sejam os conflitos protagonizados pelo Poder Privado – expulsão da terra e ou tentativas e ameaças de expulsão, e ações de pistolagem - ou pelo Poder Público – despejos, ameaças de despejo e prisões - sejam os conflitos protagonizados pelos

movimentos sociais - Ocupações e Acampamentos. Desde o ano 2008, todavia, observamos uma inflexão dessa tendência e, pela primeira vez, um movimento diametralmente divergente no comportamento da curva da ação do poder privado e do poder público, com relação à ação dos movimentos sociais. A saber, enquanto a ação dos movimentos sociais cai ao seu mais baixo nível histórico, os poderes privado e público, ao contrário, passam não só a protagonizar a maior parte dos conflitos, o que já vinha ocorrendo em toda a série histórica, mas a ser efetivamente responsável pelo aumento dos conflitos de terra no país.

Gráfico 3 – Conflitos por Terra segundo os Protagonistas – Brasil – 2001-2010

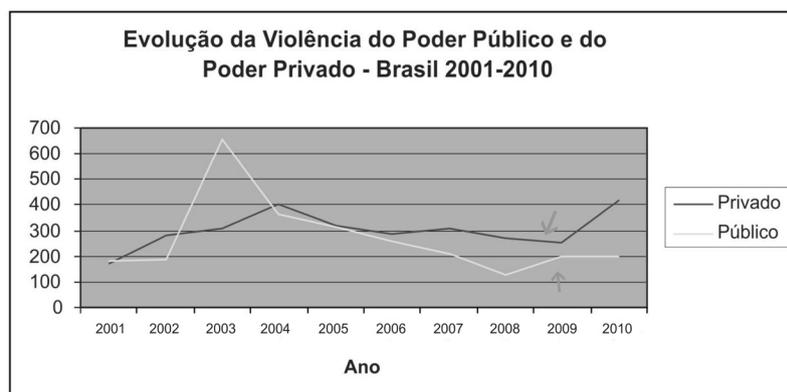


Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

Mais interessante ainda é verificarmos que, desde 2004, o Poder Público vem diminuindo sua ação, enquanto o Poder Privado, ao contrário, não só passa a predominar como em 2010, ultrapassa pela primeira vez seu nível de 2004, até então o mais alto já registrado. Portanto, os

registros de conflitos por terra nos permitem afirmar que estamos diante de um aumento significativo da violência do poder privado, sem que o Poder Público aja no sentido de coibir essa violência na marra, desse que se revela, assim, poder de fato.

Gráfico 4 – Evolução da Violência do Poder Público e do Poder Privado – Brasil – 2001-2010



Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ.

A queda das ações protagonizadas pelos movimentos sociais se dá em todas as unidades da federação, como se pode verificar quando comparamos o número de ações dos movimentos sociais em 2010 com a média anual de suas ações no período compreendido entre 2003 e 2010, conforme a Tabela 1 nos mostra.

A diminuição significativa das ações protagonizadas pelos movimentos sociais, nos ajuda a entender duas coisas: (1) a diminuição do número de famílias envolvidas em conflitos, pelo fato dessas ações se caracterizarem por serem massivas e, portanto, envolverem em cada ação dezenas ou centenas, quando não milhares de famílias numa mesma ocorrência; (2) a redução da violência do Poder Público, pois este passa a exarar menor número de ordens de Prisão e de Despejo de famílias. Ou seja, a ação do Poder Público tende a acompanhar mais de perto as ações dos movimentos sociais do que as ações de violência do Poder Privado, reafirmando uma característica histórica do padrão de poder do latifúndio no Brasil e autorizando a tese de que há uma justiça de classe no país.

Se as ações protagonizadas pelos movimentos se reduzem e junto a repressão do poder público, por outro lado, avança a violência privada. Em 2010 foram registrados como protagonistas da violência do Poder Privado: Fazendeiros (256), Empresários (109), Grileiros (69), Empresários Palmiteiros (31), Mineradoras (27), Madeireiros (12), Pistoleiros (5), Políticos (5), Grandes Arrendatários (2), Capataz

Tabela 1 - Ocorrências de Ocupações e Acampamentos por Unidade da Federação Média Anual 2003-2010 em Comparação com 2010.

UF	Média Anual 2003-2010	2010
AC	1,6	1
AL	25,4	9
AM	0,5	0
AP	0,1	0
BA	40,1	29
CE	7,3	5
DF	2,8	0
ES	3,9	2
GO	26,6	11
MA	6,1	0
MG	28,6	23
MS	15,4	7
MT	7,8	4
PA	36,8	8
PB	11,1	8
PE	63,9	33
PI	3,6	0
PR	36,6	9
RJ	5,6	1
RN	4,8	2
RO	6,1	3
RR	1,1	1
RS	14,5	3
SC	7,4	2
SE	6,3	4
SP	67,9	39
TO	11	1

Fonte: CPT. Elaboração LEMTO-UFF/GeoAgrária-UERJ

(1), Traficante (1), Garimpeiro (1). Ao mesmo tempo emergem conflitos entre os próprios trabalhadores: Pequenos Proprietários (5), Liderança (1), Assentados (3) e Outros Trabalhadores (10)².

Mais de 96% dos casos envolvem segmentos históricos do bloco de poder dominante no país, a saber, Fazendeiros, Grileiros, Madeireiros, agora também identificados como Empresários. Note-se a presença de Mineradoras como um protagonista relevante, com 27 dos casos identificados. Para qualificar ainda mais a análise da dinâmica sociopolítica implicada nesses conflitos, é interessante observar que nas 604 ocorrências em que foi possível identificar as categorias sociais que foram vítimas das ações violentas, em 346 dos casos estiveram envolvidas populações que fazem uso tradicional das condições naturais de existência (terra, mar, lagos, rios, florestas, mangues e campos) que, assim, podem ser agrupadas na categoria de Populações Tradicionais. Nessa categoria, esclareça-se, reunimos um conjunto de práticas sociais em que a posse e usufruto têm um forte componente comunitário e, de fato, está ausente o direito formal, ainda que a legislação teoricamente reconheça seus direitos através de distintos estatutos que, todavia, estão longe de serem levados à prática. Diga-se de passagem que a violência se abate não só contra essas populações, quando seus territórios ocupados tradicionalmente se encontram num eixo de expansão do capital (uma rodovia, uma ferrovia, uma hidrovía, um porto, uma hidrelétrica, uma mina etc.), como também contra os que se colocam ao lado dessas populações para viabilizar seus direitos, como é o caso de muitos ativistas e militantes na luta por reforma agrária, agentes pastorais, advogados e alguns políticos comprometidos com a luta por justiça social e ambiental. Entre essas populações tradicionais afetadas por conflitos, identificamos Posseiros (159), Quilombolas (79), Ribeirinhos (55), Índios (33), Camponeses de Fecho ou

Fundo de Pasto (10), Vazanteiros (3), Pescadores (3), Seringueiros (2), Geraizeiros (2) e Castanheiros (1). Foram identificados, ainda, 185 como Sem-Terra, 61 Assentados, 9 Pequenos Proprietários, 3 Lideranças, 2 Atingidos por Barragens e 1 como Trabalhador Rural. Enfim, 57% dos conflitos atingem Populações Tradicionais e 43% setores que tradicionalmente vêm protagonizando a luta por reforma agrária, como são os Sem-Terra, os Assentados, entre outros. Enfim, estamos diante de fatos que nos instam a repensar toda a questão (da reforma) agrária, por envolver outras questões e outros protagonistas até aqui não contemplados na luta pela reforma agrária, quando não considerados de modo marginal ou subsidiário.

Registremos, ainda, que em 2010 foram anotados 34 assassinatos relacionados com a questão agrária, revertendo uma tendência de queda de assassinatos que vinha desde 2004. Desses 34 assassinatos, infelizmente, nove envolveram trabalhadores contra trabalhadores, casos da Fazenda Vale do Rio Cristalino e do Assentamento do Rio Cururuí, ambos no Pará³, o que nos remete à gravidade do que vem se passando no campo brasileiro, inclusive com a disseminação de desavenças entre trabalhadores por forças ligadas ao grande capital. Tudo isso amplifica os desafios enfrentados pelos movimentos que lutam por direitos, justiça e democracia a partir do campo, para combater os que vêm se beneficiando desse modelo agrário/agrícola. Dificuldades que acreditamos sejam ao mesmo tempo teóricas e políticas.

A expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil

A análise da questão agrária no Brasil tem uma forte tradição, que vem marcando o pensamento crítico que salienta a centralidade da estrutura latifundiária e das monoculturas de exportação, cujo poder se caracteriza pela violência contra as/os trabalha-

² Não podemos ignorar nesta lista a triste presença de lideranças de trabalhadores, assentados e de outros trabalhadores, mas há claros indícios de que se trata de ações influenciadas diretamente por interesses de madeireiras. Para maiores detalhes ver notas da Coordenação Nacional da CPT de 30 de setembro de 2010 e de Frei Henri des Rozières, advogado da CPT, de 06 de dezembro de 2010.

³ Idem.

doras/es rurais e contra os povos indígenas. Nessas análises os ciclos econômicos (cana-de-açúcar, ouro, café, borracha, industrialização por substituição de exportações) ganham destaque. Até mesmo as regiões que se destacaram em um determinado período histórico, ficam relegadas a um segundo plano quando, o ciclo econômico que haviam protagonizado, entra em crise. Assim, a evolução histórica parece prescindir da geografia ao abandonar o espaço assim que o ciclo econômico hegemônico, diga-se de passagem, dos poderosos, entra em crise. Nossa história, por exemplo, passa do ciclo da cana para o ciclo do ouro, e pouco se sabe como a vida foi reinventada na região que perdeu a centralidade. Todavia, a vida ali continuou a ser vivida e talvez a melhor prova disso seja a riqueza cultural do Nordeste brasileiro, com sua tradição de artesanato de couro, de vime, de barro, de rendas e bordados, de comida onde o milho, a mandioca e o feijão se mostram muito além de ciclos como algo permanente. Na tradição analítica dominante, a riqueza da agricultura camponesa ganha destaque, quando ganha algum, por sua dimensão econômica enquanto agricultura voltada para o mercado interno. Embora essa seja uma dimensão importantíssima do campesinato brasileiro, ela deixa escapar outras dimensões extremamente importantes de nossa realidade. São grandes os desafios que se colocam aos que têm se dedicado à análise da sociedade brasileira, particularmente para os que vêm se dedicando ao estudo do campo brasileiro. Isso porque a questão da terra, eixo em torno da qual gira a questão agrária, é, desde o início de nossa formação histórica colonial, também a chave da conquista do território onde o componente econômico estava subordinado a essa dimensão política. Desde o início de nossa formação, a questão da terra foi uma questão de territorialização/desterritorialização. O Estado português para garantir a conquista territorial, procurou atrair “homens de cabedal” para virem se implantar no Brasil. Para isso criaram feitorias, coisa para feitores; capitanias, coisa de capitães, coisa para militares, coisa para conquistadores. Por trás de cada cidade batizada de Vitória, há uma derrota imposta aos povos originários. Assim se formaram os “brasileiros”, denominação que se dava aos

portugueses que ficavam ricos com a exploração do Brasil. O Estado mediava esses interesses numa parceria público-privada histórica, que antecipa o que hoje parece moda. Propor parceria público-privada num país de formação patrimonialista, se não for analfabetismo sociológico, chega a beirar crime. Ainda hoje sabemos o quanto é difícil se obter informações oficiais sobre a titularidade das terras no Brasil, como não tem cansado de demonstrar o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, através de suas pesquisas. Com frequência o Poder Judiciário tem exarado ordens de reintegração de posse sobre terras, cujos títulos não resistiriam a uma análise minimamente séria da cadeia dominial, revelando, mais uma vez, a imbricação do Estado com o poder de fato do latifúndio. O êxito econômico dos latifúndios empresariais, com suas monoculturas de exportação, parece absolver toda a injustiça e iniquidades que engendram. Nossa mídia não se cansa de expor as benesses dos avanços tecnológicos desses latifúndios empresariais como demonstração da modernidade de nossa agricultura, esquecendo-se que desde o século XVI, quando aqui se implantaram os primeiros engenhos de açúcar, já detínhamos a mais moderna tecnologia do mundo e, ao contrário do que afirma uma leitura econômica de nossa história, não exportávamos matéria prima, mas sim açúcar, que é um produto manufaturado. Somos o lado olvidado da modernidade, ou seja, seu lado colonial. A colonialidade é o lado oculto da modernidade, o que ainda hoje pode ser percebido com as expressões “modernizar a Amazônia” ou “modernizar o Cerrado” que, na verdade, significam “colonizar a Amazônia” e “colonizar o Cerrado”. Temos até um Instituto Nacional de Colonização que, sabemos, é a negação da reforma agrária. A própria expressão “fronteira de expansão” ao mesmo tempo em que revela, esconde seu lado colonial. Na fronteira se dá o encontro dos diferentes, como bem destacara José de Souza Martins, e assim como na expressão-irmã “frente pioneira” estamos diante de uma linguagem emblemática, que expressa o conflito histórico territorial de larga duração (Braudel), que se atualiza como conflito/confronto, marca atual da colonialidade que acompanha a modernização da agricultura.

Na linguagem que procura avançar nessas “frentes pioneiras”, fala-se até de “vazio demográfico”, expressão também de caráter colonial na medida em que, ao considerar espaços tradicionalmente ocupados como vazios, autoriza sua ocupação tornando os que ali habitam não-seres, joões-ninguém.

Nos últimos anos temos visto o abandono do debate da questão agrária, mesmo em setores que sempre viram nela uma das chaves de suas lutas em prol de uma sociedade mais justa e democrática. O viés economicista levou a que se visse como superada a questão agrária, na medida em que, desde a revolução verde, o aumento espetacular da produção e da produtividade teria cumprido o papel de desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, superado o “atraso”.

Todavia, vimos que os conflitos se mantêm no patamar mais elevado, desde que se passou a ter registros sistemáticos; o poder privado vem acelerando o processo de conquista de terras “na lei ou na marra”: “na lei”, como a que regulariza terras griladas na Amazônia ou no novo Código Florestal a ser votado no Congresso; ou “na marra”, como no caso dos 346 conflitos envolvendo populações tradicionais registrados em 2010, com expulsões de famílias e pistolagem, conforme documentação feita à disposição de quem não quer fugir aos fatos.

Por aí também se entende a resistência à atualização dos índices de produtividade, que possibilitam a desapropriação de terras para fins da reforma agrária, pois, como nos lembra Leonilde Medeiros, a manutenção de terras improdutivas ou produzindo pouco faz parte da lógica de expansão do agronegócio e é preciso evitar que as mesmas sejam subtraídas do mercado, ainda que temporariamente, pela política de reforma agrária.

Definitivamente não há como fugir à responsabilidade de repensar a questão (da reforma) agrária para além da questão da terra, começando por articular a questão da terra, da sua democratização, com a questão da Terra, casa comum dos diferentes povos e culturas do planeta. A questão da terra e a

questão da Terra são uma só questão. O capitalismo se produz e reproduz separando os homens e as mulheres de suas condições de existência, para transformar tudo, todos e todas, em mercadoria.

Não é sem sentido que os camponeses, cada vez mais, se afirmem na luta pelas condições materiais de reprodução, com sinais que afirmam suas diferenças a partir das quais criam unidades verdadeiras, posto que não ignoram suas distinções: são faxinalenses, seringueiros, geraizeiros, vazanteiros, retireiros, castanheiros, quebradeiras de coco de baça, caiçaras, quilombolas, camponeses de fundo e de fechos de pasto, caatingueiros e tantos eiros que já não são “sem eira nem beira”, posto que lutam por território.

Uma outra realidade que merece atenção são os Atingidos por Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação são áreas consideradas como de grande valia pela riqueza de biodiversidade ou de água que abrigam. Mas excluir dela os grupos sociais que aí tradicionalmente se desenvolveram, é abrir mão, inclusive, do patrimônio de conhecimento que ali forjaram e com o qual deveríamos dialogar. Essas áreas, que somam mais de 100 milhões de hectares, são parte do patrimônio territorial que devemos debater enquanto pauta da questão (da reforma) agrária. O mesmo podemos dizer dos mais de 100 milhões de hectares de áreas dos povos indígenas e das áreas reivindicadas por mais de 3.500 comunidades quilombolas, e dos mais de 35 milhões de hectares conquistados a retalho na luta pela terra sob a forma de assentamentos, e que acabam se destinando a uma política de contrarreforma agrária, na medida em que a sua precariedade é a condição de seu funcionamento enquanto fonte de mão de obra barata a serviço do capital.

O desafio hoje, portanto, é repensar a questão (da reforma) agrária de forma a incorporar toda essa diversidade de protagonistas da construção da justiça e da democracia no campo brasileiro, e que são ao mesmo tempo as principais vítimas da violência perpetrada pelo Estado e o capital, no âmbito dos crescentes processos de expropriação em curso na atualidade.

Acreditamos que a luta pela terra/pelos territórios esteja chegando a seu paroxismo, seja porque a expropriação tende a se generalizar, como os dados de 2010 bem o demonstram, haja vista a reprimarização da pauta de exportação do país. As oportunidades que o mercado chinês abre, aparecem como avanço sobre terras para criação do “boi verde”, para as monoculturas de soja e de cana-de-açúcar e álcool (etanol), para os complexos milho frangoporco, ferro-gusa/carvão vegetal e celulósico, com seus latifúndios monocultores agora com projeto de integração subordinadora do pequeno agricultor (Fomento Florestal). Tudo isso associado muitas vezes ao tripé financiamento público/desmatamento/trabalho escravo e criminosamente silenciado pela mídia e pelos intelectuais do agrobusiness.

Enquanto o governo vê nesse modelo agrário/agrícola fonte de divisas e lhe dá uma política que estrutura nosso agro, oferece aos expropriados e es-

poliados do campo (e da cidade) um conjunto de programas supletivos, cujo principal êxito talvez não seja só o que distribui, mas sim a imobilização social que produz, haja vista a decrescente capacidade de convocação para a luta por parte dos movimentos sociais. Nunca se ocupou e se acampou tão pouco no país e, por outro lado, o poder privado avança, expulsando e levando o pânico às famílias, uma informação que não consegue sequer chegar às nossas casas para que se avaliem as contradições que estão em curso.

Compreender essa nova configuração da questão agrária, resultante da expansão desenfreada do agronegócio e suas variantes (o hidronegócio, a mineração, a exploração madeireira), que acelera os processos de expropriação e espoliação no campo brasileiro, é o desafio que se coloca para os que continuam acreditando na reforma agrária como parte fundamental da construção da democracia econômica, social, ambiental e cultural no Brasil.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Alagoas						
Messias/ Rio Largo	Faz. Riachão/ Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão	8/12/2010	Elias Francisco Santos da Silva		31	Liderança
Subtotal:				1		
Amazonas						
Humaitá	Vicinal do Km 45/BR-319	31/1/2010	Valmir de Souza		A	Liderança
Subtotal:				1		
Bahia						
Cotegipe	Região de Taguá	17/10/2010	Joaquim Ramos Santana		A	Pequeno proprietário
Mucuri	Região da Com. de Costa Dourada/Praia de Coqueiros/Fibra Celulose	17/3/2010	Henrique de Souza Pereira		24	Trab. Rural
Subtotal:				2		
Ceará						
Limoeiro do Norte/ Jaguaribe	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi	21/4/2010	José Maria Filho, "Zé Maria"		44	Liderança
Subtotal:				1		
Maranhão						
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/1/2010	Raimundo Pereira da Silva, "Raimundo Chagas"		A	Liderança
Santa Luzia	Assentamento Flechal	20/4/2010	Francisco Ribeiro Viana		55	Liderança
São Mateus do Maranhão	Pov. Curva/Data Timbaúba	22/9/2010	Elias Ximenes Ferreira		52	Liderança
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	30/10/2010	Flaviano Pinto Neto		45	Liderança
Subtotal:				4		
Pará						
Eldorado dos Carajás	Fazenda do Maguilliano	30/11/2010	Manoel Martins da Costa		A	Sem - terra
Irituia/ Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl.Pau Remo	3/9/2010	José Valmeristo Soares, "Caribé"		A	Sem - terra
Novo Repartimento	Acamp. às margens do Lago da UHE de Tucuruí	1/1/2010	Raimundo Nonato		52	Liderança
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	17/9/2010	Antônio Moreira da Cruz, "Chapéu de Couro"		A	Assentado
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	17/9/2010	Francisca Pereira da Cruz		A	Assentada
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	18/9/2010	Assentados do P.A. Cururuí de nome não identificad	4		Assentado
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	18/9/2010	José Feitosa da Silva		A	Assentado
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	18/9/2010	Cícero Santiago dos Santos, "Índio"		48	Liderança
Redenção	Assassinato de Pedro Alcantâra	31/3/2010	Pedro Alcantâra de Souza		A	Liderança
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	28/5/2010	Paulo Roberto Paim		A	Liderança
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	26/6/2010	José Jacinto Gomes, "Zé Pretinho"		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	22/10/2010	Givaldo Vieira Lopes		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	24/10/2010	Lourival Coimbra Gomes, "Baiano"		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Fazenda Quatro Irmãos	13/10/2010	Baltazar		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Propriedade do Senhor Santana	16/8/2010	Valmir da Silva		M	Trab. Rural
Subtotal:				18		
Paraíba						
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	12/11/2010	Jorge Aleixo da Cunha		45	Posseiro
Subtotal:				1		
Pernambuco						
Pesqueira	Índios Xucuru	22/8/2010	José Lourival Frazão		52	Índio
Pombos	Usina Nossa Senhora do Carmo	19/5/2010	Zito José Gomes		58	Liderança
Subtotal:				2		
Rio de Janeiro						
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	19/1/2010	Márcio Amaro		A	Pescador
Subtotal:				1		
Rio Grande do Norte						
Municípios						
Upanema	P. A. São Geraldo/Mineradora	15/9/2010	Antônio Arnaldo de Melo		37	Liderança
Subtotal:				1		
Rondônia						
Porto Velho	Assassinato de Francisco Ferreira da Silva	27/2/2010	Francisco Ferreira da Silva		27	Pequeno proprietário
Subtotal:				1		
Tocantins						
Palmeirante	Faz. Recreio/Acamp. Bom Jesus	16/10/2010	Gabriel Vicente de Souza Filho		46	Sem - terra
Subtotal:				1		
Total:				34		



Foto: João Zinclar

Do chão da noite escura, uma luz radiante

Inaldo Serejo*, Diogo Cabral**, Rafael da Silva***

Introdução

Em entrevista, no final do ano passado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, disse que o STF, em 2011, seria marcado por grandes batalhas jurídicas no seu plenário. Entre os temas de grande relevância para o país está o julgamento da ADIN 3239¹, impetrada pelo partido DEM contra o Decreto 4887/2003 que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Na propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto, o DEM alega: 1) que a auto-atribuição identitária não pode ser critério para a efetivação do direito consignado no art. 68 do ADCT, da Cons-

* Agente da CPT-MA.

** Advogado da CPT-MA, membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA

*** Advogado, membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA

¹ www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verpeticaoInicial.asp?base=ADIN&1=decreto4887&processo=3239

tuição Federal de 1988, se assim o fosse a dimensão subjetiva dos sujeitos estaria sobrepondo-se a critérios histórico-antropológicos objetivos, o que não é possível; 2) a incompetência do poder executivo em editar decreto que verse sobre tema não asentado em lei, caso contrário há invasão de domínio de competência; 3) numa compreensão estreita da Constituição de 88, afirma que, a propriedade decorrendo do texto constitucional é absoluta, impassível de qualquer intervenção pelo poder público. No caso em questão o constituinte reconheceu o direito apenas das comunidades quilombolas que ocupavam áreas naquele momento, sem qualquer

expectativa de direito futuro, cabendo ao poder público apenas a emissão dos respectivos títulos.

Esse embate nos tribunais é reflexo do que acontece em toda a extensão do país. Os dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra, relativos a conflitos fundiários envolvendo comunidades quilombolas, ainda que não seja a totalidade do que acontece, é uma amostra significativa do conflito no mundo real.

De 638 conflitos por terra no Brasil, com 49.950 famílias, 79 deles, 12,4%, envolveram quilombolas, afetando 7.446 famílias, 14,9%. A tabela abaixo nos mostra os estados em que estes conflitos aconteceram.

Tabela 01. Comunidades quilombolas em conflito

UF	Total dos conflitos por terra nos estados	Número de famílias	Conflitos envolvendo quilombolas	Número de famílias
AP	49	1496	4	55
RO	24	1390	1	17
PA	107	9225	3	734
BA	43	4327	4	242
MA	170	13071	53	4.315
MG	31	2475	10	751
ES	4	1335	2	1.270
RS	5	111	2	62
Total nacional			79	7.446

Com relação ao número de comunidades quilombolas em conflito o que a CPT registrou é apenas uma parcela da realidade, porém significativa, do embate que está sendo travado. Em 69 casos estão identificados os que estão em confronto com os quilombolas, assim distribuídos: 34 fazendeiros, 13 empresários, 08 grileiros, 07 mineradoras, 03 governo federal/municipal; 02 policiais; 01 judiciário, e 01 político. Isso demonstra que há interesses dos mais variados setores da economia sobre os territórios quilombolas.

Ao longo deste artigo procuraremos mostrar que, de fato, é a possibilidade de populações historicamente marginalizadas reinventarem a nossa sociedade e suas relações de trabalho e convivência

socioambiental a causa da repulsa da elite latifundiária deste país tão bem representada no partido político que patrocina a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto 4887/2003. Mostraremos também como o embate no mundo jurídico está sendo travado para a efetivação do direito; os descompassos entre o discurso governamental e os números do orçamento público destinado à garantia das terras necessárias à reprodução física, social, econômica e cultural dos quilombolas, e como isso afeta a vida dessas comunidades.

1. Os quilombos nos caminhos do Brasil

As primeiras informações, ainda no Brasil colonial, sobre a existência de quilombos datam de 1575. A

definição de quilombo surgirá na legislação ultramarina no século XVIII, pelo rei de Portugal, nestes termos: “Toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Enquanto no período colonial eram necessários ao menos cinco escravos fugidos reunidos e formando ranchos permanentes, a exigência endureceu-se no período imperial, bastando então três escravos fugidos reunidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes².

Segundo José Alípio Goulart, a existência de quilombos imprimia tal receio aos brancos, que qualquer ajuntamento de escravos fugidos já era como tal considerado, não importando seu número diminuto³.

Dos séculos XVI ao XIX, formaram-se, bem como foram destruídos, inúmeros quilombos em todo o território nacional, de tal modo que já não se encontravam apenas nas matas interioranas ou cabeceiras de rios, ao contrário, estavam espalhados ao longo de estradas e próximos a vilas que com os quilombolas firmaram alianças comerciais. No contexto do sistema escravocrata, os quilombos se constituíram como espaços da liberdade e comunhão. Essa situação não autoriza que alguém se surpreenda com estimativas que dão conta de cerca de três mil comunidades que talvez se caracterizem como remanescentes de quilombo⁴.

O fim legal da escravidão nestas terras, em 1888, não significou para a população negra o fim do cativo real, haja vista que com as terras já “escravizadas” pela Lei 601/1850, restaram-lhes como alternativas: permanecer submissos aos seus

antigos senhores; lançar-se à rua da amargura sem qualquer assistência ou sustento; e a formação de novos quilombos como alternativa ao modelo concentrador de terra, riquezas, cultura, etc.

Se para os negros aquilombados ali era o espaço para reprodução livre de um modo de vida e como sinal de protesto às condições desumanas e degradantes a que estavam sujeitos os escravos, para a sociedade dominante e suas elites o quilombo continua sendo lugar de fora-da-lei. Desse modo, “a categoria quilombo, como objeto simbólico, representa um interesse diferencial para os diversos sujeitos históricos de acordo com sua posição em seus esquemas de vida”⁵.

Entretanto, até os anos 90 do século XX predominou o caráter jurídico-formal da definição de quilombo, apesar das contribuições da antropologia, a partir de F. Barth, no que diz respeito à identificação de grupos étnicos não mais dependente de critérios objetivos fixados por um observador externo, mas de diferenças que os integrantes do próprio grupo étnico consideram relevantes⁶. Esse critério – a auto-atribuição dos grupos étnicos – foi adotado pela Convenção 169/OIT e, posteriormente pelo Decreto 4887/2003, para dar efetividade ao art. 68 ADCT, no que diz respeito à definição do grupo étnico a ser beneficiado e aos limites das terras a serem tituladas pelo Estado em nome dos mesmos grupos étnicos.

Nesse contexto, as terras dos remanescentes de quilombo não se apresentam apenas como um aspecto patrimonial, em uma perspectiva econômica. Cuida-se, em verdade, do espaço onde se desenvolvem um conjunto de práticas socioambientais que estão imbricadas na constituição da identidade desses grupos e dos sujeitos que os integram, afigurando-

² José Maurício P.A Arruti. O Quilombo conceitual. Para uma sociologia do “artigo 68”. 2003

³ José Alípio Goulart. Os Quilombos, Revista Brasileira de Cultura, vol. 6.

⁴ Direito dos Descendentes de Escravos (remanescentes da Comunidade de Quilombos)- Walter Claudius Rothenburg, in Igualdade, Diferença e Direitos Humanos. Daniel Sarmento, Daniela Ikawa e Flávia Piovesan (coordenadores)-2ª Tiragem-Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010

⁵ Eliane Catarino O’Dwyer in. Manifestação da AGU no processo da ADIN movida pelo DEM contra o Decreto 4887/2003. Sítio eletrônico do Superior Tribunal Federal

⁶ Manifestação da PGR no processo de ADIN movido pelo DEM contra o decreto 4887/2003.

-se, além de moradia (art. 6º, caput, da CF/88), como patrimônio cultural. Assim, a proteção dessas terras é uma exigência para a afirmação da dignidade humana de um grupo étnico, portador de especial papel na formação histórica brasileira, essencial para a sua persistência⁷.

Deve-se esclarecer que a posse exercida pelas comunidades tradicionais quilombolas é uma posse étnica e agroecológica, existência esta baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, conforme preceitua o art. 20 da lei nº 9.985/00.

Esse *modus vivendi* dessas comunidades está construindo uma nova visão e abordagem do direito de propriedade da terra. De fato, a propriedade privada da terra e demais bens da natureza não só contraria e inviabiliza o uso comum dos recursos estabelecidos secularmente por essas comunidades, como acarreta o fim das condições de reprodução desses grupos, uma vez que “se constitui a terra como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade das suas tradições... as formas de acesso à terra incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais”⁸.

2. Das promessas (ainda) não cumpridas pela Constituição Federal

A construção do Estado democrático de direito deu validade jurídica às chamadas minorias étnicas, tal como as comunidades quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 assegura o respeito às minorias e igualdade de todos, sem preconceito de origem e raça. E o art. 68 do ADCT estabelece proteção das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo-lhes “a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos.”

Inúmeras leis federais e estaduais foram promulgadas para regulamentar a forma de identificação das terras dos quilombos, e outorga de títulos de propriedade às comunidades remanescentes.

O Decreto 3.912, de 10 de setembro de 2001, para efetivar a titulação das terras de remanescentes de quilombos adotou dois critérios cumulativos: 1) as terras que fossem ocupadas por quilombos em 1888, além disso, 2) as terras que estivessem ocupadas, efetivamente, na data da promulgação da Constituição Federal de 1988⁹. Ora, essa é uma visão estática da realidade que não admite processos, além de pretender fixar aos fenômenos sociais datas que, nesses casos, têm apenas função didática, na compreensão da antropóloga Leinad Ayes de Oliveira¹⁰.

Em 2003, um novo decreto (nº 4887)¹¹, promulgado pelo presidente Lula, além da incorporação do critério de auto-atribuição dos grupos étnicos, seguin-

⁷ ACP nº 4012-64.2011.4.01.3700, de lavra do Dr. Alexandre Silva Soares, Procurador da República no Estado do Maranhão no 2º Ofício Cível.

⁸ MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. Comunicações do III Fórum mundial de Teologia e Libertação, de 21 a 25 de janeiro de 2009, Belém-PA

⁹ Manifestação da AGU no processo ADIN contra Decreto 4887/2003, movido pelo DEM, pag. 12

¹⁰ OLIVEIRA, Leinad Ayes. Quilombos – a hora e a vez dos sobreviventes. In: Manifestação da PGR no processo ADIN contra o decreto 4887.

¹¹ Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

do a Convenção 169/OIT, fez várias alterações no processo de titulação e tirou-o da competência da Fundação Cultural Palmares (FCP) – subordinada ao Ministério da Cultura – e transferiu-o para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sob este novo procedimento, a FCP tem apenas autoridade para emitir certificação de auto-identificação aos quilombos, o que é um pré-requisito para iniciar o processo de titulação nos termos do Decreto nº 4.887.

Em outubro de 2009, o Incra publicou a Instrução Normativa Nº 57/2009 que estabelece as várias etapas do procedimento administrativo para dar às comunidades remanescentes de quilombos o título para suas terras, ou seja, identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, a retirada dos ocupantes ilegais, emissão de título e registro das terras.

Além da legislação nacional, o Brasil é Estado Parte na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT,¹² da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que reafirmam os direitos culturais e territoriais dos grupos afrodescendentes, bem como os princípios de não-discriminação e igualdade perante a lei.

Com relação ao reconhecimento de povos quilombolas como povos tribais, existe jurisprudência

nacional reconhecendo a aplicação da Convenção 169 da OIT para quilombolas, na sua qualidade de povos tribais, como consta da decisão do Juiz Jose Carlos do Vale Madeira, da 5ª Vara Federal do Maranhão que conclui: *“Conforme destacado pelo ilustre Representante Ministerial em seu Parecer, pelo Estado Brasileiro estou confirmando seu entendimento em estabelecer políticas públicas voltadas ao combate à discriminação dos modos de vida tradicionais dos povos indígenas e tribais, quando da edição do Decreto Legislativo Nº 143/2002, ratificando a Convenção Nº 169 da OIT, que dispõe em seu art. 14 que deverão ser reconhecidos os direitos de propriedade e posse dos povos em questão sobre as terras que tradicionalmente ocupam”*¹³

O mais novo integrante da Corte Constitucional, ministro Luiz Fux, nomeado pela presidente Dilma Rousseff, se posicionou, em seu voto (quando ministro do STJ), favorável ao decreto, ao reconhecer que:

*“O Decreto n.º 4887/2003, que prevê o procedimento de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombolas, estatui a caracterização dos beneficiários da norma, bem como a atestação por auto-definição homologada ex post facto, sendo certo, sob o plano fático, insindicável pela Corte, mas coadjuvante no julgamento da causa, que os integrantes da comunidade da área objeto mediato da causa atendem as condições para a caracterização de comunidade remanescente de quilombo”*¹⁴

Sobre o Recurso Especial, que trata do reconhecimento da comunidade da Ilha da Marambaia como

¹² 1. A presente convenção se aplica:

- a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.
 - b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.
3. A utilização do termo “povos” na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional (grifos nossos).

¹³ Decisão do Juiz Jose Carlos do Vale Madeira, da 5a. Vara Federal do Maranhão, o dia 27 de setembro, em São Luís (Maranhão), no âmbito da Ação Civil Pública (ACP), número 2003.37.00.008868-2, que tramita na 5a Vara da Justiça Federal do Maranhão, desde 15 de agosto de 2003, contra a Fundação 2, que tramita na 5a Vara da Justiça Federal do Maranhão, desde 15 de agosto de 2003, contra a Fundação Cultural Palmares, União Federal e o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

¹⁴ Voto do Ministro Luis Fux. Recurso Especial nº 931.060 – RJ, 2007/0047429-5

remanescente de quilombos, vale a pena salientar da inovadora decisão:

1. A Constituição de 1988, ao consagrar o Estado Democrático de Direito em seu art. 1º como cláusula imodificável, fê-lo no afã de tutelar as garantias individuais e sociais dos cidadãos, através de um governo justo e que propicie uma sociedade igualitária, sem nenhuma distinção de sexo, raça, cor, credo ou classe social. 2. Essa novel ordem constitucional, sob o prisma dos direitos humanos, assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos a titulação definitiva de imóvel sobre o qual mantém posse de boa-fé há mais de 150 (cento e cinquenta) anos, consoante expressamente previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (...). 3. Os quilombolas têm direito à posse das áreas ocupadas pelos seus ancestrais até a titulação definitiva, razão pela qual a ação de reintegração de posse movida pela União não há de prosperar, sob pena de pôr em risco a continuidade dessa etnia, com todas as suas tradições e culturas. O que, em último, conspira contra pacto constitucional de 1988 que assegura uma sociedade justa, solidária e com diversidade étnica 4. Recurso especial conhecido e provido.¹⁵

3. Do discurso da arena política aos números do orçamento público

Nunca antes neste país a defesa de povos e comu-

nidades tradicionais, entre as quais as quilombolas, foi tão enfática e aguerrida como nos últimos anos. O arcabouço jurídico acima descrito, trabalhos acadêmicos, inclusão do tema nas grades curriculares, a criação de organismos governamentais em todas as esferas¹⁶, a inclusão da questão no trabalho de organizações não-governamentais, etc. elevaram a questão quilombola ao status de questão fundamental na luta pela terra no início deste século.

A pressão de milhares de comunidades quilombolas espalhadas em todo o território nacional está a demandar a mudança do estatuto jurídico da propriedade da terra. Os instrumentos tradicionais do direito – a posse e a usucapião – são insuficientes e mais do que isso, incompatíveis ao modo de vida dessas comunidades. Sendo este, sem sombra de dúvida, um dos principais elementos responsáveis pela oposição das elites à titulação dos territórios quilombolas. Essa oposição fica mais explícita quando analisamos os gastos do governo federal referentes à titulação.

O Orçamento Quilombola compreende os Programas do governo federal com Ações destinadas especificamente às comunidades e organizações quilombolas. Em 2010 foram identificados quatro programas, conforme tabela abaixo:

Tabela 02. Execução da DA LOA-2010 / orçamento quilombola - programa Brasil Quilombola

	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
				(SUBELEMENTO)	
0139 - GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0	0	0	0	0
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	17.538.096	17.538.096	11.370.449	11.032.803	
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	420.000	420.000	0	0	0
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	83.860.371	73.219.371	43.678.362	39.599.267	
TOTAL	101.818.467	91.177.467	55.048.811	50.632.070	

¹⁵ Recurso Especial nº 931.060 – RJ, 2007/0047429-5, relator. Min. Benedito Gonçalves

¹⁶ Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (governo federal); a SEIR (Secretarias Estaduais de Igualdade Racial), SEM-PIR (Secretarias Municipais de Promoção da Igualdade Racial).

Vê-se que, apesar de autorizadas despesas em três programas, o governo executou ações em apenas dois. Se consideramos os gastos com relação à dotação inicial, os gastos pagos estão na ordem de 35,07% .

Quando analisamos os gastos do Programa Brasil Quilombola, se torna maior o descompasso entre o discurso do governo federal e o mundo real das comunidades quilombolas. Se considerarmos o programa como um todo, os gastos não ultrapassam os 27,75% da dotação inicial, ou seja, de R\$ 83.860.371, foram gastos apenas R\$ 23.275.739, perfazendo 27,75% da dotação inicial. Sendo R\$ 10.386.063 para indenização de benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis demarcados e titulados aos remanescentes de comunidades quilombolas, e R\$ 3.273.790 para reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, ou seja, 19,16% e 32,73% respectivamente.

É verdade que há outras ações em execução por vários ministérios do governo, entretanto faltam informações quanto ao volume de recursos aplicados e os impactos dessas ações sobre a vida dessas populações. Porém, sendo a terra o elemento fundamental para a configuração da identidade étnica, sem a qual não é possível a reprodução física, cultural e social, e considerando os números do orçamento, é pífio o desempenho do governo federal.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, em todo o Território foram certificadas 1.624 comunidades quilombolas entre 2003 e 2010; destas 227 neste último ano.

Segundo o Incra¹⁷, “existem 120 títulos emitidos, regularizando 987.935,9873 hectares em benefício de 108 territórios, 189 comunidades e 11.918 famílias quilombolas”, assim distribuídos:

- De 1995 a 2002 foram expedidos 45 títulos regulari-

zando 775.321,1193 hectares em benefício de 42 territórios, 90 comunidades e 6.771 famílias quilombolas.¹⁸

- De 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos regularizando 212.614,8680 hectares em benefício de 66 territórios, 99 comunidades e 5.147 famílias quilombolas¹⁹.

As titulações feitas pelos governos estaduais incidem, via de regra, sobre terras públicas, portanto com baixo ou nenhum grau de conflitividade. Em alguns casos essa opção pragmática tem resultado em áreas insuficientes às comunidades quilombolas que, por essa razão, continuam ameaçadas por latifundiários que as rodeiam.

É fato inconteste que o Decreto 4.887/2003 revigorou a esperança de milhares de comunidades que, reconhecendo sua ancestralidade negra, viram na legislação a possibilidade de viverem tranquilos e seguros nas terras ocupadas por seus antepassados. Parecia ter chegado o fim da perambulação. Prova disso é a demanda crescente apresentada ao Incra onde tramitam atualmente 996 processos. Entretanto, as alianças firmadas pelo governo do presidente Lula e mantidas no atual com as oligarquias regionais e com o agronegócio, estão inviabilizando a efetivação do direito dessas comunidades continuarem existindo. Este último fator explica o baixo índice de aplicação de recursos destinados no Orçamento da União à titulação dos territórios ocupados por comunidades quilombolas. Para evitar o confronto com os “novos” aliados, o governo tem preferido o trololô dos palanques e holofotes da mídia, ao reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas.

O estado do Maranhão com quase um terço dos processos instaurados no Incra, mais precisamente com 268 abertos até o final de 2010, e com perspectiva de aumento desse número, conta com apenas uma antropóloga. Com a exigência da elaboração de Laudo Antropológico e sendo que cada laudo

¹⁷ WWW.incra.gov.br/portal/aquivos/intitucional/quilombolas/quadro_atual_da_politica.pdf

¹⁸ Estes títulos foram expedidos por: FCP (13), FCP/INTERBA/CDA-BA (2), INCRA (6), ITERPA (16), ITERMA (4), ITESP (3) e SEHAF-RJ (1). Destes, 2 títulos do ITERPA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.

¹⁹ Estes títulos foram expedidos por: INCRA (15), INTERPI/INCRA (5), SPU (2), ITERPA (30), ITERMA (19), ITESP (3) e IDATERRA-MS (1). Destes, 16 títulos do ITERPA e 14 do ITERMA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA”.

leva um tempo médio de cinco meses, na melhor das hipóteses serão necessários em torno de 100 anos para atender a atual demanda.

Conclusão

O resultado disso é o que podemos chamar de consórcio do etnocídio, que tem uma amostra expressa nos números dos conflitos apresentados pela Comissão Pastoral da Terra. Em 2010, a CPT registrou em conflitos que envolvem quilombolas: 15 ameaçados de morte; 03 agredidos; 03 presos; 02 que sofreram intimidação; 01 assassinado, 01 detido, 01 humilhado; 01 morto em consequência (quilombola atropelado pelo trem da VALE); 01 tentativa de assassinato; 01 torturado; além da destruição de pertences, roças e casas. Como diz Mino Carta, na revista Carta Capital, de 03/03/2011, “a escravidão venceu profundamente o caráter da sociedade ... O povo brasileiro traz no lombo a marca do chicote da escravidão que a minoria ainda gostaria de usar, quando não usa, e não apenas moralmente”

No Maranhão ganharam repercussão três casos: 1) No quilombo Depósito, município de Brejo, as cinco famílias que resistem à expulsão tiveram mais de 40 toneladas de arroz queimadas pela polícia militar e jagunços a serviço da latifundiária. 2) No quilombo Cruzeiro, município de Palmeirândia, mais de 40 linhas de roça foram incendiadas em cumprimento a uma Liminar de Reintegração de Posse concedida pelo juiz Sidney Cardoso Ramos, que no curso do processo assumiu a defesa da latifundiária. 3) O assassinato de Flaviano, liderança no Quilombo Charco, município de São Vicente Ferrer.

É elucidativo o modo como o INCRA tem tratado a questão quilombola no Maranhão.

Em 2005, os posseiros de Charco procuraram o Incra para solicitar uma vistoria na área ocupada por eles há varias gerações. Em 2006, o órgão ordenou a realização de vistoria, com a finalidade de desa-

propriação por interesse social para fins de reforma agrária, na área pretendida (“fazenda Juçaral”), designando o agrimensor Celso Orlando Aranha Pinheiro para presidir os trabalhos. A vistoria foi realizada entre 30/08 e 07/09/2006. O agrimensor concluiu a vistoria se manifestando pela impossibilidade de desapropriação, pois, segundo ele, “O imóvel foi fracionado em campo e vendido a proprietários diversos. Três dessas áreas pertencem aos filhos e netos do proprietário, que nelas já foram implantadas muitas benfeitorias a mais de 5 (cinco) anos, principalmente pastagens, cercas, currais, açudes etc. e ali criam gado bovino [sic], e os outros proprietários [sic], edificaram [sic], casas, cercas e diversas culturas, permanentes e temporárias.”

Acontece que as alterações no Registro do Imóvel em que o proprietário da Fazenda Juçaral, Gentil Gomes, reparte o imóvel entre Nasilde Gomes Matos, Hugo Flávio Barros Gomes e ele próprio, foram feitas no Cartório de São Vicente Ferrer no mês de novembro de 2006, depois de realizada a vistoria. O Superintendente do Incra ao decidir pelo arquivamento do processo não verificou a fraude cometida pelo funcionário responsável pela vistoria?

As falas dos sobreviventes das formas brutais de violência, patrocinadas pelo Estado e por particulares, são testemunhos históricos que rememoram as barbáries nas terras de preto, especialmente no Maranhão:

“Fui preso ano passado, por tentar me salvar dos tiros. Ainda peguei uma facada no pescoço, mas consegui me livrar. Quase cortaram minha goela. Daí fui preso por tentativa de homicídio contra o fazendeiro. Passei dois meses preso, como bandido de alta periculosidade. Fiquei livre ano passado (2009) e sou todo tempo ameaçado de morte com meus companheiros de trabalho. Todos os homens da comunidade foram ameaçados de morte pelo fazendeiro Fontineli, pelo Antonio, todo o tempo, todo o tempo. Já tentaram queimar a associação, e nós não sabe mais o que faz²⁰.”

“Em agosto de 2009, estava em São Vicente Ferrer-MA, no fórum, quando o telefone meu tocou, de um número sem identificação. Me perguntaram se eu não tinha medo

²⁰ Trecho da entrevista concedida por Raimundo Nonato Gomes, líder quilombola da Comunidade Quilombola Alto Bonito, Brejo-MA à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, em dezembro de 2010.

de morrer queimado e eu disse que não. De madrugada tocaram fogo na Associação do Quilombo do Charco.(...) E foi muita luta, muita ameaça, e mataram meu companheiro Flaviano, com sete tiros de pistola na cabeça, em 30 de outubro de 2010²¹.

Ainda no Maranhão se arrasta a questão dos quilombolas afetados pela construção do Centro Espacial de Alcântara, no qual está envolvido o próprio Estado brasileiro. Segundo Maristela de Paula Andrade²², no caso das agrovilas – locais para onde foram remanejadas compulsoriamente pelos militares, nos anos 1980, as famílias de quilombolas de Alcântara – os jovens casais são proibidos de edificar suas residências, sendo obrigados a se deslocarem para as periferias de Alcântara ou São Luís, impedidos de se reproduzirem social e culturalmente junto a seu grupo de parentes. Em um horizonte não muito distante, com a morte dos mais velhos, essas áreas estarão limpas, vazias de famílias.

Os dados da violência apontam para uma guerra silenciosa, mas não tão silenciosa. De um lado estão as luzes e microfones da mídia cantando loas aos grandes projetos, o Estado brasileiro fazendo todo o possível e o impossível para a implantação desses projetos via regularização de terras griladas na Amazônia, disponibilidade de recursos financeiros públicos pra investimentos²³, atropelamento da legislação ambiental, concessão de liminares de reintegração de posse de imóveis a quem nunca esteve na posse dos mesmos, etc. Do outro lado estão comunidades e povos tradicionais e seus aliados considerados “entraves ao progresso”, por isso suas vozes são sistematicamente silenciadas pela mídia dominada pelos grupos oligárquicos. Em audiência pública na sede da OAB-MA, o promotor Marcos Aurélio, representando o MPE, afirmou que nos últimos oito anos não há registro no MPE/MA de assassinatos de trabalhadores rurais decorrente de conflitos fundiários²⁴.

O recrudescimento da barbárie no campo – cobrança de foro, proibição de camponeses fazerem suas roças, destruição de bens e pertences, destruição de casas, de recursos naturais; envenenamento de fontes de água; ameaças de mortes, prisões, torturas, expulsão; despejos; assassinatos – indica que não apenas Direitos Humanos fundamentais estão sendo violados, mas que se encontra em curso uma ação genocida à medida em que estruturas do próprio Estado operam essa violência. Nesse sentido afirma o Prof. Dr. Alfredo Wagner:

“a extensão dos conflitos violentos, não sendo um dado contingente pode se tornar uma ação genocida, entendida enquanto extermínio físico de uma determinada categoria social, simbolizada tanto por indígenas, quanto por posseiros e sem-terra. Esta ação pode se tornar ainda etnocida pela destruição sistemática dos recursos naturais e dos meios de vida, que asseguram a reprodução física e social de uma dada etnia”²⁵.

Temos, pois, um calvário dantesco, que distancia enormemente a realidade social das comunidades remanescentes de quilombos das promessas (ainda) não cumpridas da Constituição Federal e dos discursos palacianos.

Apesar de tudo, os/as quilombolas do Brasil estão re-escrevendo a história ao desafiar a ordem imposta pelo latifúndio escravocrata que persiste em querer ditar as relações sociais de produção a ferro e fogo:

“As nossas lágrimas derramadas hoje, neste mesmo local em que foi assassinado de forma covarde e brutal o nosso companheiro Flaviano, unidas ao seu sangue, todo derramado, haverá de ser a tinta, uma tinta nova, com a qual continuaremos escrevendo a nossa história feita de muita resistência e muita esperança”²⁶.

²¹ Trecho da entrevista concedida por Manuel do Charco, líder quilombola da Comunidade do Charco, São Vicente Ferrer-MA à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, em novembro de 2010.

²² Racismo, etnocídio e limpeza étnica –ação oficial junto a quilombolas no Brasil

²³ Os usineiros, que foram chamados por Lula de “heróis nacionais” receberam do BNDES mais de R\$ 28 bilhões.

²⁴ Audiência Pública na sede da OAB-MA, dia 09 de novembro de 2011, para tratar do assassinato de Flaviano

²⁵ Chacinas e Massacres no Campo. Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1997.p 21

²⁶ Testemunho de Gregório, conhecido como Gorel, na Romaria da Terra, por ocasião do 30º dia do assassinato/martírio de Flaviano Pinto Neto, no dia 29/de novembro de 2010, em Charco – São Vicente Férrer.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Rio Branco	Área no Ramal do Km 17/Rodovia Transacreaana	30/5/2010	Raimundo Gomes de Almeida		61	Pescador
Subtotal:				1		
Bahia						
Cotegipe	Região de Taguá	17/10/2010	Expedito Mariani		A	Pequeno proprietário
Mucuri	Região da Com. de Costa Dourada/Praia de Coqueiros/Fibria Celulose	17/3/2010	Osvaldo Pereira Bezerra, "Osvaldinho"		53	Trab. Rural
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	Nivaldo Pereira de Lima		A	Camponês de fundo de pasto
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	Joselito Pereira de Souza		A	Camponês de fundo de pasto
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	José Pereira dos Santos		A	Camponês de fundo de pasto
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	Marcos Lobo de Souza		A	Camponês de fundo de pasto
Subtotal:				6		
Ceará						
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	30/6/2010	Antônio Carlos de Oliveira Sousa		A	Pescador
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	30/6/2010	Francisco de Assis de Sousa Filho		54	Pescador
Subtotal:				2		
Maranhão						
Codó	Pov. Burity Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Edmar Brito		A	Quilombola
Subtotal:				1		
Mato Grosso						
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	Valdenison Alves Pereira		A	Sem - terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	Arnaldo Rodrigues da Silva		A	Sem - terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	Amadeo dos Santos		A	Sem - terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	Nelson Clodoaldo Marques		A	Sem - terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	1/8/2010	Trab. acampados na Faz. Cinco Estrelas	22	A	Sem - terra
Subtotal:				26		
Minas Gerais						
Montalvânia	Área de Ludovino Martins Silveira	5/7/2010	Cassimiro		A	Sem - terra
Montalvânia	Área de Ludovino Martins Silveira	5/7/2010	"Foguinho"		A	Liderança
Subtotal:				2		
Pará						
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Virola Jatobá/Lote N.I. gril. Augusto Peixoto	29/5/2010	Reginaldo Rodrigues da Silva		A	Assentado
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Virola Jatobá/Lote N.I. gril. Augusto Peixoto	29/5/2010	Adair		A	Assentado
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Virola Jatobá/Lote N.I. gril. Augusto Peixoto	29/5/2010	José Maria de Lima		A	Assentado
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Virola Jatobá/Lote N.I. gril. Augusto Peixoto	29/5/2010	Messias Recife dos Santos		A	Assentado
Breu Branco	Fazenda Maísa	20/10/2010	Jefferson Pereira de Almeida		A	Trab. Rural
Breu Branco	Fazenda Maísa	20/10/2010	Anderson		A	Trab. Rural
Irituia/ Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl.Pau Remo	3/9/2010	João Batista Galdino de Souza		A	Sem - terra
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/11/2010	Ademar da Pedra		A	Assentado
Prainha	Resex Renascer/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	3/1/2010	Antônio Batista Pires		A	Ribeirinho

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Prainha	Resex Renascer/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	3/1/2010	Lenildo Gomes Pinheiro		A	Ribeirinho
Santa Maria das Barreiras	P.A. Colônia Verde Brasileira	2/10/2010	José Jorge Santos		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	30/1/2010	Jairo Rodrigues da Conceição		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	3/2/2010	Paulo Roberto Paim		A	Liderança
Subtotal:				13		
Paraná						
Ponta Grossa	Faz. São Francisco/Acamp. Teixeira	13/2/2010	Davi Silva		19	Sem - terra
Subtotal:				1		
Pernambuco						
Pesqueira	Índios Xucuru	10/7/2010	Antônio Cordeiro dos Santos		A	Índio
Subtotal:				1		
Rio de Janeiro						
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	31/7/2010	Alexandre Anderson de Souza		39	Liderança
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	31/7/2010	Deaize Menezes de Sousa		A	Liderança
Subtotal:				2		
Total:				55		

Pescadores artesanais do Rio de Janeiro, assassinados em projeto da Petrobras

Os Projetos GNL e GLP são empreendimentos da Petrobras destinados ao transporte de gás. Estão sendo construídos dutos submarinos que partem das proximidades da Praia de Mauá, no município de Magé-RJ, e têm por objetivo propiciar a importação de gás natural liquefeito através de navios. Para executar os projetos, a Petrobras contratou o Consórcio GLP Submarino, formado pelas empresas GDK e Oceânica.

As obras, que integram o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, afetam a pesca artesanal, principal atividade de subsistência de uma comunidade de três mil famílias, de pescadores.

Em 2003, os pescadores já haviam começado a sentir o efeito da presença constante de embarcações fazendo testes na baía de Guanabara e perceberam que grandes intervenções na área onde pescavam iriam acontecer. Por isso, em 2007, criaram a Ahomar [Associação Homens do Mar], que hoje tem 830 associados em sete municípios do Rio. A Ahomar se propôs resistir à obra em virtude do impacto ambiental que provocava e por tornar inviável a pesca na área. Em abril de 2009, paralisaram as obras de construção dos dutos por 36 dias, lançando redes nas áreas em que pescavam, impedindo a continuação das atividades das empresas. Essa ação provocou ataques, prisões, processos de criminalização. No dia 1º de maio de 2009, o presidente da associação, Alexandre Anderson de Sousa, sofreu um atentado do qual saiu ileso. No dia 22 de maio, ain-

da em 2009, o tesoureiro da entidade, Paulo Cesar Santos Souza foi assassinado. Sua casa foi invadida por três homens que o espancaram e dispararam cinco tiros em sua cabeça.

Em janeiro de 2010, um novo assassinato. Um dia depois de protocolar documento na Petrobras denunciando a presença de homens armados no canteiro de obras, o pescador Márcio Amaro foi assassinado. O presidente Alexandre Anderson de Souza já havia sofrido, poucos dias antes, ameaça de prisão. Em abril, ele e outro companheiro, Deaize Menezes de Sousa, receberam ameaças de morte e no dia 31 de julho houve uma tentativa de assassinato contra os dois.

No dia 1º de setembro, um major do GAM [Grupoamento Aéreo Marítimo da Polícia Militar do Rio] esteve na sede da Ahomar tentando levar preso o presidente, sem qualquer mandado judicial, nem acusação formal, o que não aconteceu por haver no local muitos pescadores.

A partir daí, Alexandre Anderson passou a ter proteção policial com uma escolta que o acompanha 24 horas por dia. Sua liberdade assim fica cerceada. Segundo ele diz, “não consigo mais ver meus amigos, não podemos ir a um aniversário, a uma festa. Nossa família hoje são os policiais do 34º Batalhão da Polícia Militar, de Magé, que tomam conta do nosso sono. Nossa vida é casa, trabalho e esporadicamente ir a Brasília fazer relatórios”.

Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Amapá						
Amapá	Fazenda Espírito Santo do Amapá	26/7/2010	Railan Cambraia		A	Posseiro
Amapá	Fazenda Espírito Santo do Amapá	26/7/2010	Raimundo Nonato Mendonça		A	Posseiro
Amapá	Fazenda Espírito Santo do Amapá	26/7/2010	Wanque Oliveira dos Passos		A	Posseiro
Subtotal:				3		
Amazonas						
Canutama	Castanhal do Coaru/Resex de Canutama	11/1/2010	Lauriano Pereira de Lima		37	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	6/4/2010	Maria Célia Lopes de Souza		43	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	28/5/2010	Edilson Costa Teixeira		54	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	28/5/2010	Manoel Colares da Silva		65	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	28/5/2010	José Jorge Amazonas Barros		28	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	28/5/2010	Pedro Piu		38	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Carlos Roberto Rufato		30	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Raimundo Alexandrino de Oliveira		55	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Nilcilene Miguel de Lima***		45	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	João Nonato Piedade		55	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Miguel Francisco Farias dos Santos		37	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Felicidade Araújo da Silva		65	Assentada
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Francisco de Oliveira		53	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Antônio Eurico, "Biro-Biro"		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	4/6/2010	Saloni dos Santos de Barros, "Rosa Sem Terra"		39	Liderança
Lábrea	Resex Ituxi	12/11/2010	Vanderleide de Souza		A	Ribeirinha
Lábrea	Resex Ituxi	12/11/2010	Pastor Antônio Vasconcelos		A	Missionário
Manaus	Uberê	21/5/2010	Edma Jane Muniz Tavares**		52	Posseira
Manaus	Uberê	21/5/2010	Laércio Lopes		22	Posseiro
Manaus	Uberê	21/5/2010	Maria Agda Lopes		46	Posseira
Manaus	Uberê	21/5/2010	Ivaneide Soares Frota		A	Posseira
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Marcelino Machado Ferreira		A	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Marinez Laranjeira de Lima		A	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Alenilza de Nazaré Brazão		A	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Valdemar da Silva Brazão		A	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Alexandro Santana de Souza		A	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Ademárcia de Nazaré Brazão		A	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Francisco Parede de Lima		A	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	6/6/2010	Maria do Perpétuo Socorro da Silva Nazaré		A	Ribeirinha
Santo Antônio do Içá	Com. Vila Presidente Vargas/Índios Kaixana	25/6/2010	Eledilson Córrea Dias		A	Liderança
Subtotal:					30	
Bahia						
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	8/9/2010	Criança da Com. Quilombola de Batateira		M	Criança
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	26/8/2010	Monsenhor Bertolomeu Borges		A	Religioso
Muquém de São Francisco	Comunidade do Cipó I	27/8/2010	Ronilce Lobo, "Dona Nice"		A	Liderança
Sento Sé	Com. de Campo Largo/Biobrax S/A	5/5/2010	Carmem Alves Batista		A	Liderança
Subtotal:					4	
Ceará						
Acarauá	Comunidade Curral Velho	28/7/2010	Maria do Livramento Santos, "Mentinha"		A	Liderança
Subtotal:					1	
Maranhão						
Brejo	Quilombo Alto Bonito	20/1/2010	Raimundo Nonato Gomes		A	Quilombola
Cedral	Boa Vista	31/12/2010	Ana		A	Posseira
Cedral	Boa Vista	31/12/2010	Geovane		A	Posseiro
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Raimundo Nonato de Oliveira Costa		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Antônio Pereira Borges		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Evangelino de Oliveira Costa		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Francisco Delmiro da Silva		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Francisco Batista da Silva		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	10/10/2010	Edmar Brito		A	Quilombola
Paço do Lumiar	Povoado Pindoba	16/10/2010	Maria da Conceição de Almeida Ferreira		A	Liderança
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	21/11/2010	Manoel Catarino		A	Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	21/11/2010	José Ribamar Moraes		A	Quilombola
Pirapemas	Comunidade Salgado	31/12/2010	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Posseiro
Presidente Vargas	Povoado Primeiros Campos	31/12/2010	Antônio Manoel Barbosa		A	Assentado

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Ribamar Fiquene/ Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	15/9/2010	Roseno		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene/ Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	15/9/2010	Vânia		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene/ Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	15/9/2010	Joelson		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene/ Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	15/9/2010	Delcimar		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene/ Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	15/9/2010	Papaizão		A	Sem - terra
Santa Luzia	Assentamento Flechal	20/4/2010	Valdecir Valtenir Aguiar, "Carreiro"		A	Assentado
Santa Luzia	Assentamento Flechal	20/4/2010	Raimundo Fontinele da Silva, "Raimundo Branco"		A	Assentado
Santa Luzia	Assentamento Flechal	20/4/2010	Manoel do Socorro Góes, "Manoel Pindaré"		A	Assentado
São Luís	Manifestações 2010	22/10/2010	Márcia Palhano da Cruz		A	Ag. pastoral
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	30/10/2010	Arnaldo dos Santos		A	Liderança
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	30/10/2010	Aquiles Serras		A	Liderança
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	30/10/2010	Manoel Santana Costa		35	Liderança
Serrano do Maranhão	Boa Esperança II	31/12/2010	Cássia		A	Liderança
Subtotal:				27		
Mato Grosso						
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	31/3/2010	Irmã Leonora Bruneto		64	Religiosa
Vila Rica	Fazenda Ouro Verde	30/3/2010	Nelson Pereira dos Santos		38	Trab. Rural
Subtotal:				2		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí/ Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/3/2010	Eliseu Lopes		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Minas Gerais						
Belo Horizonte	Quilombo Mangueiras	17/5/2010	Ione Maria Oliveira		A	Liderança
Miravânia	Faz. Tropeiros/Ibérica Agropecuária Ltda	11/12/2010	Ivanir Souza		A	Ambientalista
Subtotal:				2		
Pará						
Água Azul do Norte	Fazenda União	14/4/2010	Trab. da Fazenda União	2	A	Trab. Rural
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Rainha do Araguaia	18/8/2010	Trab. da Fazenda Rainha do Araguaia		A	Trab. Rural
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	31/1/2010	Domingos Alves da Silva		55	Liderança
Marabá	Fazs. Boa Viagem e Santa Maria	1/8/2010	Raimundo Alves da Cruz		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	4/6/2010	Maria do Espírito Santo da Silva		50	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	4/6/2010	José Cláudio Ribeiro da Silva		52	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	15/8/2010	José Martins		A	Sem - terra
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	16/11/2010	Francisco Tadeu Vaz e Silva		A	Sem - terra
Novo Repartimento	Acamp. às margens do Lago da UHE de Tucuruí	1/1/2010	Gleudson Silva de Castro		20	Sem - terra
Novo Repartimento	Acamp. às margens do Lago da UHE de Tucuruí	1/1/2010	Enilda Lima da Silva		A	Sem - terra
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/6/2010	José Coelho		65	Assentado
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	30/9/2010	Hermes Freire		A	Liderança
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	20/12/2010	Raimundo Pereira Silva		54	Assentado
Pacajá	Assentamento do Rio Cururuí	20/12/2010	Ademar, "Vaqueiro"		A	Assentado

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	31/12/2010	Maria Joel Dias Costa		A	Sindicalista
Rondon do Pará	Faz. Supresa/Paraíso	28/9/2010	Miguel Conrado de Almeida		52	Trab. Rural
Rondon do Pará	Fazenda Boa Esperança	29/10/2010	Francisco Ronaldo Pereira Silva		A	Trab. Rural
Rondon do Pará	Fazenda Lagoa Azul	18/3/2010	João Batista Barbosa dos Santos		A	Trab. Rural
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	3/2/2010	Paulo Roberto Paim		A	Liderança
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	16/5/2010	João Silva Sousa**		A	Liderança
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	5/7/2010	Odetília Maria de Jesus		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	6/12/2010	Jocélia		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	6/12/2010	Rosário Pereira Milhomem		A	Sem - terra
Santarém	Gleba Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara	1/1/2010	Valdeci dos Santos Gomes		A	Liderança
Santarém	Gleba Nova Olinda/Madeiraira Rondobel/Coepa/14 Comunidades Ribeirinhas e 3 Aldeias Indígenas	2/5/2010	Odair José Alves de Souza, "Dadá" **		A	Índio
São Félix do Xingu	Propriedade do Senhor Santana	16/8/2010	Família do Valmir da Silva		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Novo Horizonte	6/6/2010	Diego Pereira da Silva		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracanã	5/3/2010	Jânio Ferreira da Silva		A	Liderança
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	30/4/2010	Charles Trocate		A	Liderança
Subtotal:					30	
Paraíba						
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	6/12/2010	José Aparecido (Zú)		A	Posseiro
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	6/12/2010	Severino Pereira Barbosa (Galego)		A	Posseiro
Subtotal:					2	
Pernambuco						
Vitória de Santo Antão/ Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela	18/11/2010	Morador do Eng. Contra Açude e Buscaú		A	Trab. Rural
Subtotal:					1	
Rio de Janeiro						
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	30/4/2010	Alexandre Anderson de Souza		39	Liderança
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	30/4/2010	Deaize Menezes de Sousa		A	Liderança
Rio de Janeiro/ Mangaratiba/ Itaguaí	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	21/1/2010	Luiz Carlos Oliveira		50	Liderança
Subtotal:					3	
Rio Grande do Norte						
Rio do Fogo/ Touros/ Maxaranguape	Colônia de Pescadores de Maracajá Z-05/APARC	19/11/2010	Membro da Assoc. do Turismo da Com. de Maracajá		A	Liderança
Subtotal:					1	
Rondônia						
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	10/11/2010	Luiz Carlos Lemes		A	Pequeno proprietário
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	5/12/2010	Geraldo		A	Assentado
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	5/12/2010	Marcelo		A	Assentado
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	5/12/2010	Francisco		A	Assentado
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	5/12/2010	José		A	Assentado
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	1/7/2010	Udo Wahlbrink		A	Presidente de STR
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	1/7/2010	Adilson Machado		A	Ag. pastoral
Subtotal:					7	
Roraima						
Mucajá/ Alto Alegre/ Caracará	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	16/3/2010	Índios Yanomami		2	A Índio
Subtotal:					2	
Tocantins						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Araguacema	Neen Agropecuária	2/2/2010	Trab. da Fazenda Neen Agropecuária		A	Trab. Rural
Araguacema	Emp. Serrana Material de Construção/P. A. Nova Canaã	1/11/2010	Francisco Lopes de Lima		A	Assentado
Araguaína	Fazenda Água Boa	21/11/2010	Zacarias Noronha de Sousa		29	Trab. Rural
Colinas do Tocantins	Fazenda Gapuí	6/10/2010	Valdivino Carvalho Neto		A	Trab. Rural
Palmeirante	Faz. Recreio/Acamp. Bom Jesus	15/10/2010	Lídio		A	Sem - terra
Palmeirante	Faz. Recreio/Acamp. Bom Jesus	16/10/2010	Edmundo Rodrigues Costa		A	Ag. pastoral
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	31/3/2010	Silvano Lima Rezende**		A	Ag. pastoral
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	14/4/2010	Valdeni da Silva Medeiros***		35	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	27/10/2010	Noginel Batista Vieira		45	Assentado
Subtotal:				9		
Total:				125		

José Maria Filho, uma voz que ainda ecoa no Vale do Jaguaribe

“Incolor, inodora, insípida. Assim é a água que a comunidade de Tomé, no alto da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte (a 198 km de Fortaleza), recebe nas torneiras de todas as suas casas. Contudo, ao analisar 46 amostras dessa água retiradas de diferentes pontos de distribuição, um estudo da Faculdade de Medicina da UFC (Universidade Federal do Ceará) constatou que em todas há resquícios de diferentes tipos de defensivos agrícolas [agrotóxicos], o que faz dessa água uma ameaça à saúde de todos que a ingerem.” Assim começa um texto da UOL Notícias no dia 13/02/2011.

O estudo constatou a presença de 22 princípios ativos de agrotóxicos na água consumida pela comunidade de Tomé, assim como em outras quatro localidades. Entre os defensivos há inseticidas, fungicidas, herbicidas e acaricidas. A água, distribuída pelo SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Limoeiro do Norte, é retirada de canais do projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi, do Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Nesse projeto, estão instaladas empresas nacionais e multinacionais que produzem frutas e grãos e que pulverizam agrotóxicos nas plantações, tanto com o auxílio de tratores como de aviões. A Fajipa (Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi) recebe R\$ 350 mil mensais pela permissão de uso da água contaminada. Em frente a uma das piscinas do projeto que funciona como reservatório, a própria Fajipa mandou instalar placas com os dizeres: “Atenção, água não potável” e “Atenção, proibido banho e pesca”.

Um estudo da Cogeh (Companhia de Gestão dos

Recursos Hídricos do Ceará) mostra que também a água subterrânea de poços está contaminada.

As consequências do consumo desta água e do uso indiscriminado de agrotóxicos já se percebem. Pelo menos 17 pessoas na comunidade tiveram câncer. Outros apresentaram doenças como dermatites, desregulação hormonal, dificuldades respiratórias e insuficiência do fígado e dos rins.

Em agosto de 2008, faleceu o trabalhador José Valderi Rodrigues, em consequência do manuseio de agrotóxicos. Ele movia uma ação de indenização trabalhista contra a empresa em que trabalhava, pois além de outros sintomas teve uma perna amputada em decorrência da contaminação pelos venenos.

A principal liderança na região, porém, era José Maria Filho. Sua voz ecoava em todo o Vale do Jaguaribe através das emissoras de rádio e em todas as manifestações sociais denunciando as violações dos direitos humanos, sobretudo a contaminação da água pelo uso de agrotóxicos. Ele fazia denúncias ao Ministério Público e em 2010 registrou Boletim de Ocorrências depois de fotografar um avião fazendo a pulverização de venenos. Desde 2009, conforme ele mesmo comentava com amigos, vinha sofrendo ameaças de morte.

No dia 21 de abril de 2010, José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé, foi assassinado com 19 tiros, no caminho de casa, em Limoeiro do Norte. Até agora, a polícia não identificou os assassinos.

Sua voz, porém, continua a ecoar na região na voz dos companheiros de luta dos movimentos sociais.





Foto: Gustavo Ohara

Manifestações

As ações dos movimentos sociais no campo em 2010: ocupações, acampamentos e manifestações

João Cleps Jr.*

É uma anti-reforma agrária porque põe em ação todos os mecanismos que favorecem o latifúndio, a passagem da terra em grande quantidade às grandes empresas, sobretudo às de exportação de etanol, celulose, soja etc. O plano do governo desconhece os apelos de cinco milhões que querem a terra de viver e trabalhar. [Dom Tomás Balduino/ Adital, 2010]

Introdução

O ano de 2010 encerra o governo Lula com o balanço negativo para a Reforma Agrária no Brasil. Apesar dos números anunciados pelo governo, há diferentes interpretações com relação à questão, porém desfavorável conforme demonstrado pelas avaliações de estudiosos e lideranças de movimentos de trabalhadores rurais, e organizações sociais.

De acordo com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pesquisador da USP, agravou-se o problema de 2008 para cá, pois o que ocorre é uma contra-reforma agrária, com programas como o Terra Legal Amazônia de regularização fundiária que destina terras do Incra para quase 300 mil “posseiros” por meio das Medidas Provisórias 458/2009 (visa regularizar 67,4 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal, apelidada de “MP da grilagem”) e 422/2008 (objetivo permitir a regularização de até quinze módulos rurais - 1.500 hectares - na Amazônia Legal). Ainda de acordo com o autor, no balanço da reforma agrária do governo Lula, divulgado pelo Incra, com os dados acumulados de 2003 a 2009, quase um terço (26,6%) das famílias assentadas é, na ver-

dade, constituído por famílias que já viviam e produziam na área rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar. Foram também adicionados à coluna de novos assentamentos, casos de famílias que ocuparam lotes abandonados em áreas de reformas já existentes. (1)

Para outro estudioso da questão agrária, Bernardo Mançano Fernandes, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Unesp, uma das principais características da política de Lula foi justamente a substituição da desapropriação pela regularização de terras. Para o pesquisador, novos elementos desafiam a repensar as políticas e os conceitos de reforma agrária, uma vez que 57% das terras destinadas à reforma agrária (período 1985-2009) são resultado da política de regularização. Apenas 31% dos assentamentos incorporados como política de reforma agrária, são resultado de desapropriação, demonstrando o porquê das atuais políticas não mudarem a estrutura fundiária. (2)

Outros componentes importantes como a territorialização do agronegócio sobre áreas dos lati-

* Professor Associado do Instituto de Geografia da UFU, Pesquisador do CNPq e do Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA/UFU.

fúndios, a estrangeirização de empresas do setor e, principalmente das terras, requerem mudanças nas políticas públicas e nas estratégias de luta diante das novas correlações de forças. João Pedro Stédile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), avalia que a luta pela reforma agrária está mais dura, justamente porque há uma forte aliança entre os grandes fazendeiros, com a mídia e com as empresas transnacionais (3)

As eleições presidenciais de 2010 foram marcadas praticamente pela ausência de debates sobre a questão agrária. A única exceção foi o candidato Plínio de Arruda Sampaio que, pela sua experiência histórica acumulada, defendeu de forma veemente a necessidade da Reforma Agrária. 2010 foi também um ano marcado pela Campanha e o Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil e por discussões polêmicas e disputas entre ruralistas, ambientalistas e movimentos sociais, sobre o texto controverso do novo Código Florestal Brasileiro.

Documento divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz uma análise da conjuntura política e avalia avanços, desafios e impasses da Reforma Agrária:

O período que agora se encerra com o final do segundo mandato do Presidente Lula produziu resultados evidentes na formação de consumidores, mas não na formação de cidadãos. Os desafios são imensos para que a migração que ocorreu entre as classes sociais não seja meramente provisória. Na verdade, o fato positivo de poder consumir é apenas uma parte da cidadania, a qual somente se estabiliza com o acesso ao conhecimento, à educação, à terra, às condições de nela produzir, dentre outros atributos que o governo Lula não soube, nem quis assegurar ao povo do campo.

Assim, diante das demandas da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa, é imensa a missão da presidenta da República recentemente eleita. Com o apoio da maioria do Congresso Nacional, ela efetivamente terá, nesses campos estra-

tégicos, a missão de fazer a Reforma Agrária que nunca foi feita no Brasil (4).

Se houve estagnação da Reforma Agrária em nível de política pública para o campo, podemos considerar, no entanto, que para as organizações sociais ligadas à Reforma Agrária, embora tenha ocorrido uma trégua nas ocupações de terras, foi um ano de intensificação das manifestações, que cresceram em relação a 2009, o que aponta para desafios políticos, teóricos e práticos.

As ações dos movimentos sociais agrários: acampamentos e ocupações

Os movimentos sociais resistem e atuam em vários espaços de luta, por meio de manifestações, ações de resistência, formação de acampamentos e ocupações de terra. De acordo com a metodologia e as definições adotadas pela CPT, acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra, organizadas, reivindicam assentamentos; referem-se somente às ações de acampar no ano vigente. Ocupações de terra são ações coletivas das famílias que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

Em 2010 foram realizadas 180 ocupações de terras, envolvendo 16.858 famílias (Tabela 1). Na maioria das Unidades da Federação foram registradas ocupações (21 estados), destacando-se São Paulo (34), Pernambuco (33), Bahia (27) e Minas Gerais (23), que somaram 65% das ocupações ocorridas no Brasil. A região Nordeste liderou o número de ocupações no ano, perfazendo 46,6% dos registros e mais da metade do número de famílias (54,6%), seguida pela região Sudeste, com 1/3 das ocupações e 24% do número de famílias (Tabela 1). Por outro lado, houve diminuição do número de ocupações na região Norte (-41) e Sul (-19).

Tabela 1: Brasil - Ocupações por Região (2009 e 2010)

Região	2009	Famílias	2010	Famílias
Norte	51	5.605	10	1.441
Nordeste	82	8.560	84	9.215
Centro-Oeste	19	1.603	14	1.629
Sudeste	107	8.403	60	4.057
Sul	31	3.107	12	516
Brasil	290	27.278	180	16.858

Fonte: CPT

Na análise dos dados das planilhas da CPT, o MST liderou as ocupações no país com 116 (64,4%) do total de 180 registradas em 2010. As ocupações realizadas pelos indígenas vieram em seguida (17), MLST (7), CPT (6) e CONTAG (5).

O número de acampamentos no Brasil, em 2010, manteve-se em relação a 2009 (Tabela 2). No entanto, em contraposição às ocupações, os acam-

pamentos aumentaram nas regiões Norte e Centro-Oeste e diminuíram no Nordeste, Sudeste e Sul. Somente em número de famílias, o Norte e o Centro-Oeste somaram 2.446 (68,7%). Os estados com maior número de acampamentos foram: Pará (11), Goiás (5), São Paulo (5), Paraíba (3), Rondônia (2), Mato Grosso do Sul (2), Bahia (2), Tocantins (1), Mato Grosso (1), Alagoas (1), Paraná (1) e Rio Grande do Sul (1).

Tabela 2: Brasil - Acampamentos por Região (2009 e 2010)

Região	2009	Famílias	2010	Famílias
Norte	9	1.160	14	1.279
Nordeste	9	1.445	6	814
Centro-Oeste	3	285	8	1.167
Sudeste	10	1.012	5	250
Sul	5	274	1	69
Brasil	36	4.176	35	3.579

Fonte: CPT

Os acampamentos reuniram 3.579 famílias em 2010, ficando o Pará com maior número de famílias (1.195), seguido pelo Mato Grosso do Sul (850), Alagoas (360), Paraíba (344), Goiás (267) e São Paulo (250). O MST também liderou os acampamentos, do total de 35, participou de 14 (41%), reunindo cerca de 1.426 famílias (40%).

Ações e reações dos trabalhadores: as manifestações

As manifestações envolvem as diferentes estratégias de luta dos trabalhadores para apresentar uma reivindicação. Em 2010 foram registradas 650 ma-

nifestações (Tabela 3), relacionadas principalmente ao problema da terra (339), da água (101), à política agrícola (62), à questão indígena (61), às questões ambientais (43), aos Direitos Humanos (27), às questões trabalhistas (13) e às populações quilombolas (4).

As manifestações relacionadas ao problema da terra, em geral, envolvem a luta pela desapropriação de terras, regularização fundiária e assentamento de famílias (Reforma Agrária), mas também pela melhoria da qualidade dos assentamentos rurais, tais como liberação de créditos, assistência técnica, construção de infraestrutura, educação, saúde. Ala-

goas registrou o maior número de manifestações por terra no Brasil (51). O Estado de São Paulo li-

derou com a metade das manifestações por terra na região Sudeste.

Tabela 3: Brasil - Manifestações por Categoria (2010)

	Terra	Água	Política Agrícola	Direitos Humanos	Questões indígena	Questões Quilombola	Questões Ambientais	Trabalhista	Total
Norte	41	26	5	3	20	1	1	2	99
AC	2				2				4
AM	5			1	11		1		18
PA	24	16	5	1	2	1			49
RO	10	8			2			2	22
RR					1				1
TO		2		1	2				5
Nordeste	152	40	11	8	13	1	14	6	245
AL	51		3	2				1	57
BA	20	13	4		7		4		48
CE	14	10	2	1			1	1	29
MA	12	1			3	1	2		19
PB	6	4		1	1		2		14
PE	26	7		1	2		2		38
PI	8	4		3			1	2	18
RN	5	1	2				2	1	11
SE	10							1	11
Centro-Oeste	44	8	5	1	13	0	6	2	79
DF	4	3		1	5		4	2	19
GO	5		3				1		9
MS	17				4				21
MT	18	5	2		4		1		30
Sudeste	67	15	12	7	2	1	16	3	123
ES	9	2	8				1		20
MG	16	10	4	4	2	1	9	1	47
RJ	5	3		3			2	2	15
SP	37						4		41
Sul	35	12	29	8	13	1	6	0	104
PR	13	2	2		11	1			29
RS	8	3	24	7			6		48
SC	14	7	3	1	2				27
BRASIL	339	101	62	27	61	4	43	13	650

Fonte: CPT

Em 2010 foram registrados diversos atos em favor da Reforma Agrária e outros protestos contra a violência, ou pedindo a desapropriação, ou regularização de terras, renegociação de dívidas, incentivo à pequena produção, em defesa da soberania alimentar, contra a privatização da água e a construção de

barragens e em defesa do meio ambiente. Estes atos culminaram em ocupações de prédios públicos, acampamentos, caminhadas, passeatas e bloqueios de ferrovia, balsa e rodovias. Também foram registrados diversos atos pelo país contra a impunidade, a injustiça e a violência no campo.

Na maioria dos estados, mais de 54 organizações e movimentos se mobilizaram no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, para a realização do Plebiscito Popular e Campanha pelo Limite de Propriedade da Terra e em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar. As manifestações de trabalhadores envolveram também ações coletivas em âmbito nacional e estadual, tais como o “Grito da Terra”, “Romarias da Terra e das Águas”, “Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e Violência”, “Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas”, “Grito dos Excluídos”, “Jornada Nacional de Luta contra a Construção de Barragens”, atos contra modificações no Código Florestal etc.

A questão da água ganhou maior destaque com os problemas de construção de barragens no Brasil (101 manifestações), principalmente em torno da polêmica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Das 16 manifestações sobre o problema da água registradas no estado do Pará, 12 delas estão relacionadas ao empreendimento, constituindo-se também na principal questão dentre o total de registros em âmbito nacional (49). Houve protestos em diversos estados: Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Distrito Federal.

Na questão da água, ainda foram registradas ações de ribeirinhos, pescadores e camponeses, organizados pelo MAB, Greenpeace, CPT, CIMI, MPA, MST, Via Campesina etc. que protestaram em defesa da pesca artesanal, contra a transposição do rio São Francisco (PE), projetos de irrigação e, principalmente, da construção de barragens de hidrelétricas nas diversas unidades da federação: Santo Antônio, Jirau e Samuel (RO), Estreito (TO), Manso (MT), Barragem Figueiredo (CE), Rio Paraíba (PI), Riacho Seco e Pedra Branca (BA), Aimorés, Candonga, Fumaça e Itapebi (MG) e Foz do Chapecó (SC), entre outras.

As manifestações contra a política agrícola caracterizam-se principalmente por protestos de peque-

nos produtores em frente às agências financeiras oficiais e bloqueio de rodovias, pois envolvem, primordialmente, o problema do crédito rural, renegociação de dívidas e falta de incentivos à produção rural familiar. Neste caso, chamam a atenção as manifestações no Rio Grande do Sul com 24 das 62 registradas no Brasil.

Como vem ocorrendo nos últimos anos, a questão indígena parece estar longe de ser resolvida. Em 2010 continuou ganhando destaque, depois do problema da terra e da política agrícola. As demandas da população indígena envolvem principalmente o cumprimento de acordos ou melhoria de políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, problemas trabalhistas, demarcação de terras e mobilizações em defesa da água e do meio ambiente que, em geral, são ligadas aos problemas gerados pelas mineradoras ou construção de barragens com a perda de territórios. No entanto, os problemas indígenas não se restringem aos estados da Amazônia Legal, mas também estão presentes com maior número de ocorrências no Mato Grosso do Sul (4 registros) na Bahia (7 registros) e Paraná (11 registros), com protestos relacionados ao problema da violência, prisões e melhoria das políticas públicas voltadas para a população indígena.

As questões ambientais vêm se tornando um problema presente em todos os estados brasileiros. As manifestações são pela defesa da água e do meio ambiente em geral, contra as mineradoras e a construção de barragens, privatização da água. Além do mais, reivindicam-se indenizações e reassentamentos. Minas Gerais é o estado com maior número de manifestações nessa categoria (9 registros), com destaque aos impactos provocado pelas mineradoras.

As manifestações trabalhistas ocorridas em 2010 estiveram relacionadas à morosidade judicial no julgamento de processos, erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo, pela aprovação da PEC 438/2001 (DF), contra a Chacina de Unaí (MG), atos pelo Dia do Trabalho e problemas trabalhistas.

Com relação às questões de direitos humanos, as manifestações foram registradas em todo o país, com destaque para o Rio Grande do Sul, cujos protestos se relacionaram ao fechamento das Escolas itinerantes. Nos demais estados houve atos contra a violência, a impunidade e atos de solidariedade aos trabalhadores presos ou assassinados, e ao Dia Internacional da Mulher.

Manifestações relacionadas às populações tradicionais quilombolas foram registradas nos estados do Pará, Minas Gerais e Paraná. Destaque para Minas Gerais, onde as populações reivindicam a titulação das terras.

Em 2010, o número de manifestações aumentou 10% (650) em relação a 2009 (590), e o número de pessoas foi para 296.578 (+33%). As manifestações cresceram entre 2009-2010 principalmente nos estados da região Nordeste (AL, BA, CE, MA, PE, PI e SE), que de 180 em 2009 passou para 245 em 2010 (+36%). O número de pessoas aumentou em 42% nesta região, passando de 88.832 em 2009 para 126.549 pessoas em 2010. No Centro-Oeste, o crescimento foi nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na região Sudeste houve aumento das manifestações praticamente em todos os Estados, com exceção de São Paulo. O Espírito Santo foi o estado que mais apresentou crescimento, de 11 manifestações em 2009 foi para 20 em 2010, e o número de pessoas passou de 5.100 para 12.610. Minas Gerais apresentou crescimento tanto no número de manifestações (27 em 2009 e 47 em 2010), como no número de pessoas (14.155 em 2009 e 15.876 em 2010). Nos Estados da região Sul (PR, SC e RS), apesar da redução do número de registros (104 manifestações em 2010 contra 127 em 2009), houve aumento do número de pessoas envolvidas (de 39.878 pessoas em 2009 para 47.610 em 2010), o que é explicado pelo número de participantes nos principais atos públicos, bloqueios de rodovias e encontros de trabalhadores como a “Romaria da Terra”.

Considerações Finais

O balanço das ações dos movimentos sociais agrários por meio dos dados das ocupações, acampamentos e manifestações registrados em 2010 apresenta elementos importantes que reforçam o processo de luta e resistência que vem ocorrendo nos últimos anos. O contexto das lutas do campo está cada vez mais relacionado com os embates dos movimentos e das organizações sociais contra as corporações do agronegócio. Ressalte-se que as lutas contra o agronegócio e todo o seu complexo envolvem diversas questões como a dos transgênicos, dos agroquímicos, da água, do trabalho escravo e infantil, e todo tipo de repressão e violência no campo, conforme demonstram os registros da CPT.

Na presente análise, a diminuição dos acampamentos e ocupações dos latifúndios no ano expressa, de um lado, o esfriamento das ações dos movimentos; de outro, são crescentes, mais acirradas e violentas as ações das corporações do agronegócio, empresas do setor mineral e energético que buscam criminalizar as lutas sociais no campo. A terra continua sendo o tema central e constitui mais da metade do número das manifestações. Este processo envolve as lutas contra as expropriações e em favor da Reforma Agrária. Trabalhadores do campo, populações ribeirinhas, populações indígenas e quilombolas têm sido protagonistas das lutas do século XXI.

Isso tudo demonstra que as ações do Estado para o meio rural não têm sido eficazes e os protestos em torno da política agrícola e do crédito agrícola em condições incompatíveis com a realidade do agricultor familiar e camponês cresceram, tendo como alvo principal o sistema bancário. Acresce, ainda, a questão da privatização da água e a construção de barragens, que também enfrentam ações de resistência dos movimentos e populações que reivindicam a soberania sobre o território que ocupam. São questões que os formuladores das políticas públicas, especialmente para o futuro, devem observar.

Notas:

(1) Os dados foram retirados da entrevista do pesquisador concedida ao jornal O Estado de São Paulo, em 28/02/2011.

(2) O estudo realizado pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária vai além da análise das políticas de obtenção de áreas para fins de reforma agrária no período, propõe o debate conceitual e apresenta os novos elementos que desafiam a repensar as políticas e os conceitos de reforma agrária. Vide: Boletim Dataluta. "Reconceituando a Reforma Agrária" / Bernardo Mançano Fernandes. Pres. Prudente: NERA-UNESP, julho de 2010.

(3) Entrevista com João Pedro Stédile, sobre agricultura e reforma agrária no Jornal PAGINA 64, intitulada "Projeto de reforma agrária mais avançada apresentada até hoje continua sendo a do governo João Goulart", editada pela Fundação João Goulart, Brasília em 04/05/2010. (<http://www.pagina64.com.br/noticia.php?id=346>). Data de Acesso: 11/05/2010.

(4) Documento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT NE II (Pernambuco) e divulgado em dezembro de 2010. (<http://www.cptpe.org.br>) Data de Acesso: 06/01/2011.

Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo Roberto; SILVA, Thiago Lucas A. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. Conflitos no campo Brasil 2008. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista G. Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT, 2008, p. 128-135.

CANUTO, Antônio. Os movimentos sociais em ação no campo. Conflitos no campo Brasil 2009. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-153.

CPT NE II Faz balanço da Reforma Agrária em 2010 (...). 30.12.2010.

[http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=515:cpt-ne-ii-faz-balanco-da-reforma-agraria-em-2010-ano-em-que-se-encerra-a-era-lula&catid=15:artigos&Itemid=59]. Acesso em: 06/01/2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceituando a Reforma Agrária. Boletim Dataluta. Pres. Prudente: NERA-UNESP, julho de 2010.

Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line. Entrevista com Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. "Análise de Conjuntura Agrária Brasileira". [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21484]. Acesso em: 10/01/2011.

LEHER, Roberto; TRINDADE, Alice C.; LIMA, Jacqueline Aline B.; COSTA, Reginaldo. "Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010". In: OSAL. Buenos Aires: CLACSO, Ano XI, N 28, novembro de 2010. 21p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. Conflitos no campo Brasil 2008. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 61-71.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Acumulação e expropriação, geografia da violência no campo brasileiro em 2008. Conflitos no campo Brasil 2008. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 100-111.

ROSA, Marcelo Carvalho (Org.). Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.

SAUER, Sérgio. O Parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários. Conflitos no campo Brasil 2009 / CPT. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-153.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	19	15506
GO	9	20710
MS	21	5275
MT	30	7064
Subtotal:	79	48555
Nordeste		
AL	57	17540
BA	48	23790
CE	29	16050
MA	19	8182
PB	14	4642
PE	38	23730
PI	18	4350
RN	11	2115
SE	11	26200
Subtotal:	245	126599
Norte		
AC	4	500
AM	18	389
AP		
PA	49	22150
RO	22	7257
RR	1	100
TO	5	2160
Subtotal:	99	32556
Sudeste		
ES	20	12610
MG	47	15876
RJ	15	2590
SP	41	10182
Subtotal:	123	41258
Sul		
PR	29	17390
RS	48	21720
SC	27	8500
Subtotal:	104	47610
Brasil:	650	296578





Foto: Carmelo Fioraso

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Espetacularização da Justiça*

Tem sido noticiada fartamente por todos os grandes meios de comunicação, nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2010, a prisão de nove trabalhadores nos municípios de Iaras e Borebi, interior de São Paulo, acusados de participação na ocupação e nas ações em terras da Cutrale, cujo objetivo era de chamar a atenção da sociedade brasileira sobre as terras públicas ocupadas pela maior exportadora de suco de laranja do mundo, no final de 2009. Os sem-terra foram presos e algemados. A imagem de Miguel Serpa, uma das lideranças do MST na região, algemado, e de outros foi estampada nos jornais e veiculada nos noticiários dos canais de televisão brasileiros.

Este caso nos faz lembrar de como, em 2008, quando a PF na operação Satiagraha prendeu 17 pessoas, entre elas o banqueiro Daniel Dantas, o investidor Naji Nahas, e o ex-prefeito Celso Pitta, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, acusou de “espetacularização” a prisão feita pela PF e criticou o uso das algemas. Ainda avaliou que, de modo geral, existe exposição “excessiva e degradante” das pessoas investigadas pela Justiça. Diversos senadores e deputados saíram em apoio ao presidente do Supremo por ter tomado esta posição. Alguns dias depois, no dia 06 de agosto, o STF decidiu, por unanimidade, proibir o uso abusivo de algemas, pois na palavra do presidente do Supremo, fere o “princípio da dignidade da pessoa humana”.

Diante disto, a coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra se pergunta: Onde estão o presidente do STF, Gilmar Mendes, e os demais minis-

tros do Supremo e os políticos tão ciosos da preservação da dignidade humana? Por acaso se ouviu da parte deles a condenação do abuso da ação policial na prisão dos trabalhadores? Não terá sido uma exposição “excessiva e degradante” a que foram submetidos, e que fere o princípio da dignidade da pessoa humana?

Mas, não adianta esperar por tais manifestações, pois faz parte da cultura jurídica interpretativa dos fatos e das leis, em nosso país, a diferença de tratamento entre a elite deste país e os trabalhadores.

O que é mais grave, a destruição de alguns pés de laranja ou o assalto aos cofres públicos, com o desvio de milhões e milhões para interesses particulares ou partidários? Na interpretação das mais altas autoridades do Judiciário, quem desvia recursos públicos, quem se locupleta com os bens da Nação, merece um tratamento cuidadoso, pois sua dignidade não pode ser arranhada. Já o pobre, quando ativamente luta pelos seus direitos, quando denuncia o esbulho do patrimônio público, como a grilagem de terras praticada pela Cutrale, este tem que ser exemplarmente punido, para desestimular ações semelhantes.

Situações como esta não são novidade. Já o profeta Isaías denunciava os que “convertiam o mal em bem e o bem em mal” e proclamava, “Ai dos que absolvem o injusto a troco de suborno e negam fazer justiça ao justo” (Isaías 5, 20 e 22). A CPT só espera que um dia realmente todos sejam iguais perante a lei, como afirma a Constituição Federal.

Goiânia, 29 de janeiro de 2010.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT pela prisão de nove trabalhadores sem-terra no estado de São Paulo.

STJ manda Vitalmiro de volta para a prisão*

No final da tarde de ontem, a 5ª Turma do STJ, ao julgar o mérito do *Habeas Corpus*, interposto pela defesa de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, determinou que o fazendeiro tem que voltar à prisão, onde cumpria pena de 30 anos de reclusão, por ter sido um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang, crime ocorrido em 12 de fevereiro de 2005.

Vitalmiro foi absolvido no segundo julgamento ocorrido em 06.05.2008 e colocado em liberdade. O Ministério Público apelou da decisão do Tribunal do Júri e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 07.04.2009, anulou o segundo julgamento e decretou novamente a prisão de Bida, considerando a necessidade da garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal.

A defesa de Bida ingressou então com HC perante o STJ contra a decisão do Tribunal que decretou a preventiva de Bida. No dia 20 de abril de 2009, o ministro relator, Arnaldo Esteves, deferiu a liminar, até que fosse julgado o mérito. Com a decisão, Bida foi posto novamente em liberdade. No julgamento de ontem, o ministro relator manteve sua decisão, fundamentando que, tecnicamente, o fazendeiro se encontra absolvido pela justiça do Pará. Mas, sua posição não foi acatada pelos demais ministros da Quinta Turma. O ministro Felix Fischer discordou do relator, fundamentando que os motivos da manutenção da prisão persistem. Os demais ministros acompanharam Felix Fischer no seu voto divergente, e a prisão de Bida foi novamente decretada e, imediatamente, comunicada ao TJ PA para que o Mandado de Prisão seja cumprido. Bida aguardará preso o julgamento dos recursos impetrados pela defesa contra a decisão do Tribunal que anulou o

segundo julgamento. Da decisão do STJ, que decretou sua prisão, cabe recurso perante o STF.

Em relação ao outro acusado de ser mandante do crime, Regivaldo Pereira Galvão, tramita no Tribunal de Justiça do Estado, o pedido de desaforamento do processo da comarca de Pacajá para a comarca da capital. A relatora é a desembargadora Vânia da Silveira. Em despacho do dia 03 deste mês, a relatora determinou que o pedido seja incluído na pauta de julgamento. O julgamento, portanto, deverá ocorrer nas próximas semanas. Julgado favorável o desaforamento, o TJ PA poderá marcar o júri de Regivaldo ainda para o primeiro semestre deste ano.

A realização dos julgamentos de Regivaldo e Bida, constitui passo importante na luta contra a impunidade no campo no Estado do Pará. Relatório elaborado na última semana pela CPT Pará e encaminhado para o CNJ, aponta que no período de 1982 a 2008 foram assassinados 687 trabalhadores rurais e lideranças no campo paraense. Do total de mortos, apenas 259 resultou em processo criminal ou em inquérito policial. Muitos, inclusive, já prescritos pelo decurso do tempo. Assim, 62% dos assassinatos no campo no período, sequer foram investigados. Os responsáveis por esses crimes jamais serão punidos. Os dados mostram, ainda que dos 144 processos criminais localizados apenas 18 deles chegou a julgamento de algum acusado, representando apenas 12,5%, resultando na condenação de apenas 9 mandantes e 18 pistoleiros e intermediários. Dos 9 mandantes condenados, nenhum deles cumpriu ou está cumprindo a pena estipulada pelo Tribunal do Júri. Encontram-se foragidos ou estão aguardando julgamento de recurso em liberdade. Bida passará a ser o primeiro.

Belém, 05 de fevereiro de 2010.
Comissão Pastoral da Terra – CPT Regional Pará.

* Nota da CPT Regional Pará sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça de decretar a prisão de Vitalmiro Bastos de Moura, Bida.

O CNJ e a impunidade dos crimes no campo no Pará*

Depois de receber muitas cobranças durante o mutirão agrário promovido pelo CNJ em Marabá (PA) na primeira semana de dezembro passado sobre o grave problema da impunidade em relação aos assassinatos no campo no Estado do Pará, o presidente do Órgão, ministro Gilmar Mendes, assinou, no último dia 26 de janeiro, em conjunto com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a portaria nº 01/10, instituindo o Mutirão de Julgamento dos Crimes no Campo no Estado do Pará.

O objetivo principal do mutirão é agilizar o julgamento dos processos criminais, que mofam nas gavetas das diversas comarcas existentes no Estado. Para isso, o ministro estabeleceu um prazo de 15 dias para a apresentação do cronograma de trabalho e, no mesmo prazo, o Tribunal de Justiça do Pará terá que apresentar uma relação dos processos em tramitação.

Visando contribuir para o bom andamento do mutirão, os advogados da CPT fizeram um levantamento de todos os processos e inquéritos que existem apurando crimes no campo no Estado. O levantamento foi feito a partir do banco de dados da CPT Pará e das informações da Ouvidoria Agrária Nacional, e do site do próprio Tribunal de Justiça. O relatório foi encaminhado ao CNJ e ao TJ Pará nesta terça-feira.

Os dados mostram que muitos mutirões serão ne-

cessários para tirar a justiça paraense do ranking de campeã nacional da impunidade no campo. O relatório levantou a situação no período de 1982 a 2008. Nesse período, foram assassinados 687 trabalhadores rurais e lideranças no campo paraense. Do total de mortos, apenas 259 resultou em processo criminal ou em inquérito policial. Muitos, inclusive, já prescritos pelo decurso do tempo. Assim, 62% dos assassinatos no campo no período sequer foram investigados. Os responsáveis por esses crimes jamais serão punidos. Os dados mostram ainda que dos 144 processos criminais localizados, apenas 18 deles chegou a julgamento de algum acusado, representando apenas 12,5%, resultando na condenação de apenas 9 mandantes e 18 pistoleiros e intermediários. Dos 9 mandantes condenados, nenhum deles cumpriu ou está cumprindo a pena estipulada pelo Tribunal do Júri. Encontram-se foragidos ou estão aguardando julgamento de recurso em liberdade.

Há anos que a CPT vem denunciando que a impunidade é uma das causas da persistência da violência no campo no Pará. Denúncias que o Tribunal de Justiça do Estado tem dado pouca atenção. A CPT espera que a iniciativa do CNJ seja um passo importante na celeridade dos processos, na realização dos julgamentos e na punição dos executores e mandantes dos crimes, e, dessa forma, a impunidade não continue sendo uma espécie de “licença para matar” nesse Estado marcado por tantos conflitos.

Comissão Pastoral da Terra – CPT
Diocese de Marabá

* Nota da CPT da Diocese de Marabá, PA, sobre a instituição do Mutirão de Julgamento dos Crimes no Campo no estado do Pará.

Nota Pública à Sociedade sobre a grilagem em Santa Maria da Vitória-BA*

Nós representantes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, organizações e entidades populares, paróquias, sindicatos, dioceses, vimos por meio desta, nos solidarizar com as famílias de João Cerrano Sodré, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe e de Marilene de Jesus Cardoso Matos, agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Centro Oeste da Bahia). Ambos foram presos no dia 25/03, por volta das 15:00 horas, a mando do Juiz Eduardo Pedro Nostrani Simão; sendo libertados no dia 26/03 às 22:30 horas, por determinação do Tribunal de Justiça do estado da Bahia.

O motivo da prisão baseou-se no fato de João e Marilene terem assinado uma Nota Pública, em 09 de março de 2010, pedindo providências diante do conflito agrário envolvendo Comunidades Tradicionais de Fechos de Pasto, do município de Santa Maria da Vitória-BA, e grileiros, que se dizem donos de uma área de 30 mil hectares de terra.

A Nota foi enviada a vários órgãos públicos, dentre os quais à Ouvidoria Agrária Nacional, Secretaria de Segurança Pública, Corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia, Ministério Público, dentre outros. Cabe ressaltar que há interesse do Estado da Bahia na regularização da área em conflito, como comprova a deflagração da Ação Discriminatória Administrativa Rural (Portaria CDA no 18/2010, publicada no Diário Oficial da União em 11 de março de 2010), que pretende comprovar a origem destas terras e a possibilidade das mesmas serem Terras Devolutas.

A história destes Geraizeiros, moradores dos Fechos de Pasto, que abrangem mais de 400 famílias, aproximadamente 2.000 pessoas e 14 comunidades, dentre as quais Quatis, Mutum, Salobro, Jacurutu e outras, mostra que eles vivem (ou melhor viviam) harmoniosamente com o Cerrado (Gerais), sendo este indispensável às suas vidas, sendo a base de um complexo sistema de relação homem/natureza; onde terra, água, veredas e plantas são utilizadas ra-

cionalmente e culturalmente por estas comunidades. Comunidades estas que há mais de 200 anos ocupam este território, criando gado nos Fechos de Pastos, que são áreas de uso comum, plantando e extraindo frutos nativos, comercializados nas feiras locais.

No entanto, a partir da década de 80, estas comunidades se tornaram vítimas de um articulado processo de grilagem, pela família de advogados: Sr. Paulo de Oliveira Santos e sua esposa Sra. Socorro Sobral Santos, residentes em Santa Maria da Vitória. A intervenção deste casal na região é conhecida, pois este não é o único caso de grilagem em que eles estão envolvidos.

Repudiamos a forma como vem sendo tratada a problemática destas famílias de agricultores, que vem sofrendo perseguições e ameaças de pessoas fortemente armadas, e a utilização do Judiciário por parte dos grileiros, através do ajuizamento de várias ações, com o intuito de impedir a permanência e o uso do território secularmente ocupado por estas comunidades.

Repudiamos, ainda, a prisão arbitrária de João Cerrano Sodré e Marilene de Jesus Cardoso Matos, ressaltando que eles pertencem a entidades históricas na defesa das causas dos trabalhadores, e são pessoas idôneas, conhecidas e respeitadas na região e em todo Estado.

Diante do exposto, conclamamos a todos e todas para se juntarem nesta luta, visando garantir: os direitos fundamentais dos agricultores da região, que estão com suas vidas ameaçadas, para que os mesmos tenham seus territórios preservados; uma justiça isenta; que os órgãos competentes tomem providências de forma contundente para resolução dos conflitos agrários no município de Santa Maria da Vitória; realização da discriminatória, a fim de identificar as terras devolutas e pela titulação dos territórios das comunidades tradicionais; preservação do cerrado e da vida, cultura e tradição de seu povo.

Santa Maria da Vitória-BA, 31 de março de 2010

* Nota Pública assinada pela CPT Bahia e CPT Nacional e por outras 25 entidades, em repúdio à prisão de líderes que assinaram nota pedindo providências em conflito envolvendo Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto e grileiros em Santa Maria da Vitória, BA.

Um grito de denúncia, uma nota contra a violência: justiça ao companheiro José Maria Filho*

Um crime provoca indignação e perplexidade: o assassinato de Zé Maria, 44 anos, ocorrido neste dia 21 de abril de 2010. Ele era presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra – Chapada do Apodi, liderança do movimento social – filho da comunidade do Sítio Tomé - Limoeiro do Norte – CE.

As razões do assassinato se encontram no bojo dos conflitos provocados pela presença do agrohidro-negócio, instalado em meados da década de 1990 na região jaguaribana. Esses conflitos trouxeram uma realidade de profundas injustiças sociais para a nossa região. A comunidade de Tomé, bem como outras que se localizam na Chapada do Apodi sofrem o descaso e o desrespeito dos órgãos públicos, e a irresponsabilidade das grandes empresas que se fixaram na Chapada e que atentam contra o meio ambiente e a saúde da coletividade.

Desde o início, Zé Maria se envolveu nas diferentes lutas contra essas injustiças, estando presente no Grito dos Excluídos, no Fórum Regional e Seminários contra os Agrotóxicos, discutindo a problemática do uso da água. Sua voz ecoou em todo o Vale do Jaguaribe, através das emissoras de rádio, denunciando as violações dos direitos humanos que vitimam as comunidades da Chapada do Apodi.

Sua solidariedade incontestável o impulsionava ao debate e à denúncia cotidiana. Assumindo a defesa dos interesses coletivos, o bravo companheiro levou a todos os locais e momentos significativos das lutas, os problemas dos trabalhadores rurais sem terra da Chapada do Apodi, as angústias e incertezas de centenas de famílias que recebem água contaminada, e os infortúnios de dezenas de famílias que moram em casa de taipa na Comunidade do Tomé.

Este envolvimento o fez vítima. Vítima de quem? De que? Vítima dos conflitos (terra, água, agrotóxicos) gerados pelo modelo de desenvolvimento do agrohidro-negócio e, também, da inoperância e da negligência dos poderes públicos em solucionar esses conflitos.

Nos capítulos de nossa história muitos foram os/as companheiros/as que tombaram vítimas da expansão do agronegócio, da ganância desenfreada dos senhores do capital e da virulência social dos poderosos.

Dentre eles/elas podemos citar o ecossocialista Chico Mendes, Pe. Josimo, defensor da reforma agrária, a sindicalista Margarida Alves e a missionária Ir. Dorothy Stang. Seja com o seu exemplo de vida, seja na forma como lhe ceifaram a vida, Zé Maria assemelha-se a todos/as eles/as. E assim como a luta e a memória dos bravos lutadores não foram apagadas com a violência perpetrada por seus assassinos, também não serão esquecidos os teus gritos contra o agrotóxico, a tua defesa pela vida. É na Campanha da Fraternidade deste ano de 2010, que nos inspiramos para continuar a defesa dos direitos humanos, atentando para o ensinamento de Jesus: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt. 6, 24).

É com essa determinação que os movimentos e instituições que assinam esta nota, vêm a público se solidarizar com a família do companheiro e com toda a Comunidade do Sítio Tomé, repudiar todas as formas de violência, exigir a apuração rigorosa do crime e a punição dos culpados.

Limoeiro do Norte, 21 de abril de 2010.

Assinam: Caritas Diocesana; CPT; Núcleo Tramas – URFN; Renap; MAB; Pastorais Sociais; MST; Fafidam

* Nota assinada pela CPT de Limoeiro do Norte, CE e outras entidades, em 22 de abril de 2010, sobre o assassinato de José Maria Filho.

Judiciário: mais uma vergonha*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), reunida em seu III Congresso Nacional, em Montes Claros, Minas Gerais, com a participação de mais de 800 congressistas, no dia em que está celebrando os mártires da terra com uma grande caminhada pelas ruas desta acolhedora cidade mineira, recebe perplexa a notícia de que o senhor Regivaldo Pereira Galvão foi colocado em liberdade. Diante disto manifesta sua mais profunda indignação por este ato da “justiça” paraense.

Regivaldo foi condenado no dia 1 de maio de 2010, a 30 anos de prisão, por ter sido um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy Stang, ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2005. Na ocasião de sua condenação lhe foi negado o direito de apelar em liberdade. Por incrível que pareça, 18 dias depois de sua condenação, uma liminar da desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, lhe concede *habeas corpus* pondo-o em liberdade.

Regivaldo foi o último dos envolvidos condenado no caso do assassinato de Irmã Dorothy, cinco anos depois de sua morte. Usou de todos os instrumentos legais que foram protelando indefinidamente seu julgamento. Com sua condenação, pensávamos que a justiça tinha sido realizada, mas agora o criminoso volta à liberdade.

Mais uma vez se configura o que muitas vezes tem

sido repetido pela CPT e por praticamente todas as instituições de Direitos Humanos: a cadeia foi feita exclusivamente para os pobres. Os que têm recursos financeiros sempre conseguem os “benefícios da lei”, enquanto os pobres, presos sem qualquer acusação formal, permanecem anos e anos encarcerados sem terem acesso a qualquer julgamento! A impunidade continua alimentando a violência.

No dia 29 de abril passado, a CPT entregou ao Ministro da Justiça a relação de 1.546 trabalhadores e seus aliados, assassinados em 1.162 ocorrências de conflitos no campo nos últimos 25 anos, de 1985 a 2009. Destas ocorrências, apenas 88 foram a julgamento, tendo sido condenados somente 69 executores e 20 mandantes. Dos mandantes condenados somente um encontrava-se preso, Vitalmiro Bastos de Moura, um dos responsáveis pelo assassinato de Irmã Dorothy. Regivaldo era o segundo que se encontrava preso até o dia de ontem.

Esta é a justiça que comanda este país! Se um caso que teve tamanha repercussão nacional e internacional é tratado desta forma, não é de espantar que a maior parte dos casos não mereça qualquer atenção.

Já dizia o profeta Isaías: “o juízo está longe de nós, e a justiça não nos alcança; esperamos pela luz, e eis que só há trevas; pelo resplendor, mas andamos em escuridão” (Isaías 59,9).

Os participantes do III Congresso do Nacional da CPT

* Nota Pública do III Congresso Nacional da CPT em repúdio ao *Habeas Corpus* concedido a Regivaldo Pereira Galvão, condenado como mandante do assassinato da Irmã Dorothy Stang

Ofício enviado ao STF*

**Aos Excelentíssimos Senhores
Ministros do Supremo Tribunal Federal
Brasília – DF**

Excelentíssimos senhores,

Os mais de 800 participantes do III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, (CPT), reunidos em Montes Claros, Minas Gerais, entre os dias 17 e 21 de maio de 2010, dirigem-se a VV.Excias. para solicitar sua atenção para o que segue:

Está para ser votada por este egrégio tribunal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADIN, promovida pelo partido dos Democratas, que propugna seja declarado como inconstitucional o Decreto 4.887/03 que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras ocupadas pelos quilombolas.

Este Decreto que regulamenta dispositivo constitucional é um elemento essencial para o resgate dos direitos de cidadania da população negra e de suas comunidades. É um pequeno gesto no sentido de pagar as enormes dívidas históricas com a população negra que, depois de ter sofrido por séculos a violência da escravidão, ainda lhe foi negado o direito de ter acesso à terra pela Lei de Terras de 1850, aos territórios onde já morava e trabalhava durante gerações.

A manutenção deste Decreto é essencial para que o

princípio constitucional da igualdade de todos os brasileiros perante a lei, seja garantido e para que possam ser concretizados os objetivos da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Artigo 3º, incisos III e IV)

Acatar a tese e pedido dos Democratas significa apoiar a expropriação das terras quilombolas pelos detentores do poder econômico que, desde sempre, fizeram valer seus “direitos” sobre os direitos dos demais, mesmo que muitas vezes ilegalmente adquiridos.

Diante disto e do clamor dos quilombolas, participantes deste III Congresso, que relataram as situações de violência e agressão que sofrem quotidianamente, solicitamos o empenho pessoal de cada um dos senhores ministros desta suprema corte para que sejam mantidos os termos do Decreto.

Esperamos que não se continue a perpetuar a negação dos direitos e o STF se pronuncie em defesa daqueles que sempre tiveram, pela escravidão, seus direitos usurpados e espezinados.

Em nome de todos os congressistas do III Congresso da CPT e de modo especial dos quilombolas aqui presentes, assino.

Montes Claros, 21 de maio de 2010
Dom Ladislau Biernaski
Presidente da CPT

* Ofício assinado pelo presidente da CPT, em nome dos participantes do III Congresso Nacional, enviado ao Supremo Tribunal Federal para solicitar o não atendimento da ADIN proposta pelos Democratas contra o Decreto 4887/03.

“Vocês arrancam a carne do meu povo” (Miq 3,2)*

Os mais de 800 participantes do III Congresso Nacional da CPT ouviram, com o coração apertado, os clamores dos povos indígenas. O povo Potiguará, da Paraíba, luta por preservar seu território e sofre pressão por parte das usinas de cana e de outros empreendimentos. Os índios Borari, do Pará, lutam por ver reconhecido seu território, invadido por madeiras. Mas o que dói mesmo é ver a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, conforme nos relataram os indígenas Heliodoro e Dominga. Queremos unir nosso grito ao seu grito de indignação e de protesto.

A realidade das comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul é das mais cruéis e violentas de nosso país e merece a mais forte repulsa. Foram espoliadas de suas terras e hoje vivem espremidas em minúsculas aldeias que não lhes possibilita as mais elementares condições de sobrevivência, quando não são empurradas para acampamentos à beira das estradas, sempre perto de uma terra tradicional, sujeitas às intempéries, à fome, à sede. Por falta de terra muitos são obrigados a trabalhar nas usinas de cana, devendo aceitar as condições que lhes são impostas. Um povo auto-suficiente, de uma riqueza cultural ímpar, é tratado como marginal, como escória da sociedade, mal visto pelo conjunto da sociedade sul-matogrossense. Uma realidade que clama aos céus.

Sua luta pelo reconhecimento dos territórios ancestrais (tekoha) recebe as mais diferentes promessas de apoio de autoridades, mas nunca se concretizam. Sempre esbarram no poder político do estado e da maior parte dos municípios onde vivem

que os consideram um entrave para o progresso. E quando há alguma sinalização positiva de uma possível solução, esta esbarra no poder judiciário que trava todo e qualquer encaminhamento. Isto se dá até no âmbito do Supremo Tribunal Federal. O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, deu um triste presente de Natal aos indígenas do Mato Grosso do Sul. No dia 24 de dezembro do ano passado suspendeu os efeitos do decreto presidencial, publicado dois dias antes, que homologou a demarcação da Terra Indígena Arroio-Korá. Suspendeu ainda os efeitos de outros decretos presidenciais de demarcação de outras áreas indígenas.

Também não se sente um forte empenho da FUNAI na solução dos problemas indígenas do estado.

Numa situação destas, mais do que qualquer outra palavra se aplicam as palavras do profeta Miquéias: “Escutem, líderes e autoridades do povo! Vocês que deviam praticar a justiça e, no entanto, odeiam o bem e amam o mal. Vocês tiram a pele do meu povo e arrancam a carne dos seus ossos. Vocês devoram o meu povo: arrancam a pele, quebram os ossos e cortam a carne em pedaços, como se faz com a carne que vai ser cozinhada.” (Miq 3,1-3)

Os participantes do III Congresso da CPT exigem que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados, que sua cultura seja valorizada, que sua vida seja protegida. É urgente uma solução justa para todos os povos indígenas do Brasil, em especial para o Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Montes Claros, 21 de maio de 2010
Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

* Nota do III Congresso da CPT sobre a situação do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul

Direito dos negros passa em branco*

O III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra reuniu, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, entre os dias 17 a 21 de maio de 2010, mais de 800 pessoas das mais diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras do campo – índios, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra, assentados, pequenos agricultores entre outros - e agentes de pastoral de todos os quadrantes deste Brasil. Neste espaço ecoaram os clamores destes camponeses e camponesas, diante de realidades duras e adversas que têm que enfrentar.

Um dos clamores que mais fortemente ecoou foi o das comunidades quilombolas, que têm que conviver diariamente com ameaças e agressões. Muitas comunidades têm suas áreas invadidas por fazendeiros que se autoproclamam proprietários. Cercas são derrubadas para que o gado das fazendas destrua as plantações das famílias.

Maior foi o grito contra a inoperância do Incra. Em 2009, somente duas áreas foram reconhecidas como territórios quilombolas, e estas são urbanas, com menos de um hectare. Em 2008, o Incra não reconheceu nenhuma área e em 2007, somente duas.

O mais revoltante, porém, é saber da conivência de funcionários do Incra com os grandes proprietários. Ao invés de identificarem e vistoriarem as áreas das comunidades, acabam orientando os fazendeiros sobre a melhor forma de burlarem a legislação para que os territórios quilombolas não sejam reconhecidos. Em São Vicente Ferrer, no Maranhão, funcionários do Incra orientaram um grande fazendeiro que tem 23 fazendas, a subdividir a área de uma delas em parcelas de até 15 módulos fiscais, para que a mesma não pudesse ser desapropriada para a comunidade quilombola.

O cerco contra as comunidades quilombolas não para aí. Diversos são os projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, que buscam limitar os direitos duramente conquistados pelos negros depois de séculos de exploração, violência e exclusão.

Nos próximos dias estará sendo julgada a ação proposta pelo partido dos Democratas que quer que o STF declare como inconstitucional, o decreto 4.887/03 que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras ocupadas pelos quilombolas.

Os negros que foram responsáveis pela grande produção nas usinas de cana, nas fazendas e nas minas, submetidos à mais degradante das condições, a escravidão, foram excluídos do acesso à terra, pela Lei de Terras de 1850, que tornou a terra uma mercadoria. Só podia ter acesso legal a ela quem a comprasse. Ainda hoje, depois de terem sido reconhecidos, mesmo que parcialmente, seus direitos na Constituição Federal de 1988, são discriminados e os direitos conquistados não são respeitados.

Até quando se espera paciência das comunidades quilombolas?

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT, solidários com a causa destes nossos companheiros e companheiras, exigem que se respeitem os direitos duramente adquiridos pelos quilombolas, que seus territórios sejam reconhecidos e titulados, apela ao Supremo que mantenha os termos do Decreto 4.887/03 para que os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira de igualdade entre todos sejam garantidos.

Montes Claros, 21 de maio de 2010.

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

* Nota Pública do III Congresso Nacional da CPT sobre a realidade vivida pelos quilombolas.

Moção pela imediata criação da reserva extrativista Sirinhaém /Ipojuca*

A memória das lutas enfrentadas, da violência sofrida, do sangue derramado, denuncia o agrohidronegócio como um modelo devastador da natureza, super-explorador do trabalho humano, inclusive com trabalho escravo, concentrador de terra e de renda, como projeto da morte. O povo do campo grita e resiste em defesa da vida, da natureza, dos valores e cultura camponesa. A agricultura camponesa e seus protagonistas são os verdadeiros guardiões da natureza, das sementes, das águas, da mãe-terra, sendo este um projeto de vida.

Dentro deste contexto, nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, Zona da Mata Sul de Pernambuco, existe um conflito entre uma população tradicional de pescadores e a usina Trapiche. Das 53 famílias que viviam há décadas nas ilhas, 51 foram expulsas pela ganância da usina sob ameaças de morte, queima de casas e destruição das plantações.

Apenas duas famílias permanecem resistindo no local, sob ameaças de serem expulsas judicialmente. Além destas, outras oito mil famílias que vivem no entorno das ilhas, e que dependem da pesca, sofrem com a poluição das águas e da terra, com a degradação dos manguezais, das áreas de restinga e das matas ciliares, provocadas pela usina Trapiche, em seu processo de produção do açúcar e do etanol.

Dessa forma, nós, camponeses e camponesas, leigos e leigas, padres e bispos, colaboradores, assessores e convidados, de todo o Brasil, reunidos no III Congresso Nacional da CPT, entre os dias 17 e 21 de maio de 2010, fiéis ao Deus dos pobres e aos pobres da terra, exigimos a imediata criação da Reserva Extrativista Sirinhaém / Ipojuca, como forma de garantir a vida plena e abundante naquele chão brasileiro.

21 de maio de 2010, Montes Claros, Minas Gerais, em pleno semiárido brasileiro.
Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

* Moção de apoio à criação da Reserva Extrativista do Sirinhaém, PE, aprovada pelos participantes do III Congresso Nacional da CPT

Moção contra as ameaças de mudança do código florestal*

As mais de 800 pessoas participantes do III Congresso Nacional da CPT, com o lema “No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida”, reunidas em Montes Claros – MG, nos dias 17 a 21 de maio de 2010, vem através dessa, denunciar a proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro, que faz parte do desmonte da Legislação Ambiental engendrado pela Bancada Ruralista.

Entendemos que a Legislação Ambiental Brasileira acumulou avanços capazes de atender às nossas necessidades, e o que se necessita é de uma regulamentação de dispositivos da Lei que a tornem eficaz e efetiva.

Esta regulamentação deverá ser feita com a participação dos verdadeiros representantes do povo, os movimentos sociais, sindicatos, associações dos

trabalhadores/as, acampados/as, quilombolas, ribeirinhos/as, comunidades tradicionais, e não pelas instâncias legislativas sem a participação do povo. Chega de engano. Não nos sentimos representados pelos deputados dessa Comissão, porque sabemos de antemão que nossos anseios não estarão contemplados nesse relatório.

Diante da ausência da participação popular, principalmente das comunidades que serão afetadas diretamente, somos contra qualquer mudança no Código Florestal, que afronte as garantias fundamentais do patrimônio público e a manutenção da vida das atuais e futuras gerações.

Montes Claros, 21 de maio de 2010

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

* Moção aprovada pelo III Congresso Nacional da CPT contra as ameaças de mudanças no Código Florestal Brasileiro

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida*

Neste momento em que a humanidade toda toma consciência do grito da mãe terra, nossa casa comum, a Comissão Pastoral da Terra reuniu-se em seu III Congresso Nacional, em Montes Claros, MG, de 17 a 21 de Maio de 2010, com o tema: “Biomassas, Territórios e Diversidade Camponesa”. Trabalhadores e trabalhadoras, a maioria deste Congresso (376), de diversas categorias – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, assentados, acampados entre outros – tornaram palpável a diversidade camponesa deste Brasil e sua resistência diante do processo de destruição em curso. Ao todo 760 pessoas - 440 homens e 320 mulheres - fizeram ecoar no semiárido mineiro os clamores do povo da terra. 272 agentes da CPT – entre eles quatro bispos e 51 entre padres, religiosos e religiosas, e seminaristas – e 112 convidados de movimentos populares, pastorais e parceiros, puderam sentir a vida que pulsa nas comunidades camponesas, cheia de esperança, em meio a dificuldades e frustrações.

A Arquidiocese de Montes Claros, que neste ano completa seu centenário, e o Colégio São José, dos Irmãos Maristas, nos acolheram de braços abertos. O calor humano de Montes Claros contrasta com a frieza de intermináveis plantações de eucalipto e de pastagens, que substituíram a rica biodiversidade do Cerrado pela monotonia do monocultivo predador na paisagem que circunda a cidade.

“Vamos lutar porque esse é o nosso lugar” (cacique Odair Borari, de Santarém – PA)

Tivemos a alegria de ouvir e conhecer muitas experiências de resistência e de luta de camponeses e cam-

ponesas de todo Brasil. Na defesa de seus territórios e de suas culturas, mostraram que é possível e necessário conviver com os diversos biomas sem destruí-los, e alimentar uma relação de respeito e de fraternidade com a mãe terra e com todos os seres vivos.

Estas experiências nos fazem ver, também, a criatividade com que os camponeses e camponesas sabem responder aos desafios gerados pela crise ecológica e por um modelo de desenvolvimento que destrói os biomas de nosso País, de forma cada vez mais violenta e acelerada, concentrando terras e riquezas para poucos, e matando muitas formas de vida.

**“Matam até o querer”
(Sabrina, 19 anos, de Montes Claros – MG)**

Estas experiências, cheias de vida e de esperança, se misturam com o clamor diante do poder estarrecido dos grandes projetos que, em nome de um equivocado crescimento, assassinam lideranças, expulsam povos tradicionais de seus territórios e degradam o meio ambiente com suas hidrelétricas, mineradoras, ferrovias, transposição de águas, irrigação intensiva, monocultivos, desmatamentos. São projetos impostos com arrogância, de cima para baixo, ludibriando a legislação agrária e ambiental. Revestem-se de um legalismo hipócrita com controle e direcionamento de audiências públicas.

**“As leis nós temos que respeitar, mas as leis têm que respeitar nós”
(Joaninha, 58 anos, MG)**

* Documento final do III Congresso da CPT

Ouvimos a denúncia veemente de um Estado que, com uma mão dá a sua ajuda para mitigar a fome e a miséria imediatas, ou até para libertar modernos escravos, e que com a outra estimula, promove e financia este modelo perverso de crescimento, que prejudica a sustentabilidade da sociedade e da própria vida.

São inúmeros os casos em que o poder judiciário se torna o braço jurídico que executa e legaliza a espoliação, despejando todo ano milhares de famílias e garantindo a impunidade de assassinos, de grileiros e de empresas que não respeitam as leis.

Ficamos indignados com a soltura, nestes mesmos dias em que realizamos nosso Congresso, de quem mandou matar Irmã Dorothy.

Veementes, também, foram as denúncias contra um legislativo inoperante e submetido aos interesses da bancada ruralista, que quer mudar o Código Florestal para favorecer a expansão dos monocultivos, e que engaveta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe o confisco de áreas com trabalho escravo, e a PEC que reconhece o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional.

Também, com indignação, foram denunciadas as tentativas de criminalização dos movimentos do campo pelo judiciário, pelo Congresso e pelos grandes meios de comunicação. Enquanto isso o agronegócio que depreda e polui a natureza, expropria comunidades tradicionais e submete trabalhadores à escravidão, é apresentado como alavancador do progresso.

“Resistir para existir” (Zacarias, do Fundo de Pasto da Areia Grande, BA)

Ficamos entusiasmados em ouvir o testemunho corajoso da valentia de muitos companheiros e

companheiras, que continuam apostando na luta e na mudança. Alguns deles, ameaçados de morte, não temem continuar lutando por justiça e vida plena.

Maravilharam-nos o número de jovens presentes e a qualidade de sua participação. Eles e elas nos testemunham, com clareza, que as novas gerações acreditam que é possível vencer o individualismo mercantilista e consumista.

“Vocês precisam nos ajudar” (Augusto Justiniano de Souza, sindicalista, 55 anos, GO)

Nosso coração ficou apertado ao ouvir o grito de solidão, desamparo e abandono a que estão submetidos camponeses e camponesas em nosso país. Eles cobraram o apoio dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais que, outrora, os representavam e acompanhavam. Eles cobraram, também, o apoio firme da CNBB e sua palavra profética diante da gravidade da situação do campo.

Esta realidade e o clamor das camponesas e camponeses e dos povos tradicionais são um chamado para o discipulado e a missão da CPT, no seguimento de Jesus de Nazaré, na fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra.

Pela força desta missão, a CPT assume:

- a luta pela terra e pelos territórios, combatendo o latifúndio e o agronegócio e incorporando, na luta pela Reforma Agrária, as exigências atuais de convivência com os diversos biomas e as diversas culturas dos povos que ali vivem e resistem, buscando formar comunidades sustentáveis. Como sinal concreto, compromete-se com a realização do Plebiscito Popular para se colocar um limite à propriedade da terra a ser realizado em setembro, junto com o Grito dos Excluídos, durante a semana da Pátria.

- o enfrentamento ao modelo predador do ambiente e escravizador da vida de pessoas e comunidades. Modelo assentado em monocultivos para exportação, amparado por mega-projetos impostos a toque de caixa. Emblemáticas desta resistência são as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as hidrelétricas a exemplo da de Belo Monte e de outras, propostas para a Amazônia, e o combate incansável da CPT contra o trabalho escravo.

- a formação para uma espiritualidade, centrada no seguimento radical de Jesus que nos dê força para não servir a dois senhores e que testemunhe os valores do Reino.

- a necessidade de contribuir com a articulação e o fortalecimento das organizações populares, do campo e da cidade, para que sejam protagonistas da construção de um novo projeto político para o Brasil que queremos, em união com os outros países da América Latina e Caribe avançando em direção a uma globalização justa e fraterna.

Ao concluir este III Congresso Nacional, a CPT renova seu compromisso profético-pastoral junto aos pobres da terra até, que “o reinado sobre o mundo pertença ao nosso Senhor e ao seu Cristo e ele reinará para sempre e chegue o tempo em que serão destruídos os que destroem a terra” (Apoc. 11,15.18).

Montes Claros, 21 de maio de 2010.
Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

A Cargill em Santarém*

A Cargill S.A. volta a ser tema regional e nacional no momento em que se esforça para garantir do governo do estado do Pará uma licença para funcionar, coisa que deveria ter requerido antes da construção de um porto que atende exclusivamente a seus interesses internacionais.

A CPT e movimentos populares locais têm sido incansáveis na luta contra todo o processo de construção de um porto que incentivou o plantio do monocultivo de soja na região do oeste do Pará. Foram inúmeras denúncias e manifestações contra essa empresa. Pois, a Cargill não é responsável apenas por ter destruído a praia da Vera Paz, enterrado um Sítio Arqueológico, mudado o tráfego dos barcos comunitários e estar poluindo o Rio Tapajós, mas também é responsável pela diminuição na produção da agricultura familiar, pela grilagem de terras, pelo aumento no desmatamento em nossa região, expulsão das famílias tradicionais, queima de casas de comunitários, violência contra lideranças e ameaças a sindicalistas e trabalhadores.

Assistimos hoje um *script* teatral em que a Cargill tenta enganar autoridades e sociedade civil com um Relatório de Impactos Ambientais – RIMA, para conseguir sua licença de funcionamento. Porém, assim como durante todos estes anos não recuamos em nossa postura contrária à instalação do porto ilegal que a Cargill construiu, repudiaremos qualquer tentativa nefasta de legalizar esse porto que destrói e ameaça vidas.

A Cargill atua de forma sorrateira em nossa região. A partir do seu grande poderio econômico interfere na vida das pessoas, aliciando com dinheiro, compra de fardamentos, patrocinando eventos, pagando pessoas para visitar alunos do ensino fundamental e inculcar uma ideia positiva sobre a mesma, fazendo acordo (moratória) com ONG's internacionais. Inclusive estas ONG's prestam um excelente serviço à empresa, pois à medida que ganham a confiança dos movimentos, se definem como protagonistas da luta e desarticulam as possíveis ações consistentes dos movimentos populares locais. Além de subsidiarem a empresa.

Não somos ingênuos para acreditar que em uma audiência pública, a Cargill não terá seu pedido de licença aceito pelo órgão ambiental. Afinal as audiências têm se tornado mero momento simbólico de um processo legal. O governo do Estado do Pará foi um dos primeiros a permitir, mesmo ilegalmente, que a Cargill iniciasse a construção do porto. Portanto, pode perfeitamente facilitar este processo.

Porém, fica nossa expectativa para que possamos junto com o Ministério Público Federal e os Movimentos Populares locais, demonstrar mais uma vez todos os elementos negativos provocados com a chegada da Cargill, e que o governo do Estado, ao dar ou não a licença, não seja omissos aos documentos, muito menos conivente com esta empresa que não se cansa de desrespeitar as leis e o povo da Amazônia.

Santarém, 23 de junho de 2010.

* Nota da CPT da Diocese de Santarém sobre a pretensão da Cargill de receber licença de funcionamento, em Santarém.

Pistoleiros, a mando de empresa de mineração, ameaçam comunidade rural*

Atualmente, uma das principais ameaças às comunidades rurais do norte da Bahia é o avanço das empresas de pesquisa e exploração mineral. Geralmente, as empresas chegam às comunidades sem o consentimento das famílias ou fazendo promessas de geração de emprego e progresso. Em alguns casos, quando as comunidades não aceitam a presença da empresa, há ameaças e riscos para as famílias, como está acontecendo no município de Sento-Sé, Bahia.

Segundo relatos de moradores da comunidade de Campo Largo, no município de Sento Sé, no dia 27 de abril deste ano, um grupo de pessoas, falando em nome da empresa Biobrax S/A e do engenheiro Enoque Domingos de Oliveira Júnior, procurou a presidente da Associação de Fundos de Pasto dos Pequenos Produtores de Campo Largo, Carmem Alves Batista, oferecendo dinheiro, com o objetivo de conseguir a adesão dela para que convencesse a comunidade a aceitar a pesquisa mineral na comunidade.

Por conhecer os impactos e a destruição que as mineradoras causam às famílias rurais e à natureza, a presidente da referida associação recusou a proposta. Segundo a própria Carmem, diante da sua recusa, no dia 5 de maio, um morador da comunidade que trabalha para a empresa a ameaçou de morte, dizendo que ela só tinha 15 dias de vida.

A partir de então, Carmem passou a ser perseguida pelo morador que, segundo ela, informou que já havia um pistoleiro, conhecido por Raimundo da Umburana, pronto para executá-la.

Ainda de acordo com relatos de moradores da comunidade, no dia 18 de junho, um grupo de 12 homens portando armas, chegou à comunidade ameaçando os moradores e à procura de Carmem. Em seguida, o mesmo grupo foi a outra comunidade, de nome Alegre, e procedeu da mesma forma: diziam que ou a comunidade deixava a terra livre para eles ou haveriam mortes.

Ainda segundo informações da comunidade, imediatamente, a Polícia Militar foi acionada, seguiu e capturou os pistoleiros, que informaram estar a serviço da Biobrax. Moradores ainda informaram que a empresa tem interesse em explorar minério e plantar pinhão-manso para a geração de biodiesel. A comunidade de Campo Largo está assustada com o fato, mas permanece unida e organizada, resistindo à investida da empresa e defendendo os seus territórios.

Diante desse fato, denunciamos e exigimos providências das autoridades constituídas, para que a comunidade continue com segurança e vivendo em harmonia com a natureza.

Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Juazeiro, Bahia.

* Nota da CPT da Diocese de Juazeiro, BA, de 30 de junho 2010, sobre ameaças à comunidade de Fundo de Pasto e suas lideranças, por parte de empresa de mineração, em Sento Sé, BA.

Ganância e cumplicidade matam treze trabalhadores no Pará*

A Coordenação Nacional da CPT, chocada com uma chacina de grandes proporções no Assentamento Rio Cururuí, município de Pacajá, PA, chama a atenção da sociedade brasileira para o clima de violência na região, e responsabiliza as autoridades por novos massacres que possam ocorrer caso providências efetivas não forem tomadas.

Entre os dias 17 e 19 de setembro, 13 trabalhadores do PA Rio Cururuí, foram assassinados num conflito que vinha sendo anunciado há tempo. A causa geradora desta estúpida violência são os interesses de madeireiras que, para obter lucros cada vez maiores, corrompem funcionários públicos e lideranças de assentamentos, semeando a sizânia da ganância e da discórdia entre os assentados da reforma agrária e de outras comunidades.

O assentamento Rio Cururuí foi criado pelo Incra em terras da União e implantado em 2005. A área, porém, era cobiçada pelas madeireiras. Em maio de 2007, a imprensa noticiou que pistoleiros ligados a madeireiros expulsaram dezenas de famílias da área, destruindo seus bens. As famílias que retornaram viviam dominadas pelo medo de novamente serem agredidas.

As CPTs de Anapu e de Tucuruí, desde 2008, vêm recebendo denúncias de assentados sobre o abandono em que vivem. A isto se acrescentou um novo complicador. Um grupo de 70 famílias começou a ser pressionado pelo Incra e pelos dirigentes do assentamento, ligado à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), a deixarem a área na qual haviam sido colocados pelo Incra ainda em 2004, antes da implantação do assentamento, sob a alegação de ocuparem a área de reserva legal do projeto. A reserva, porém, está sendo explorada por madeireiros, alguns presumivelmente sem a devida autorização de manejo florestal, pois, em junho deste ano, o Ibama e policiais da Delegacia de Conflitos Agrários do Pará (DECA) prenderam 1,4 mil metros cúbicos de madeira retirados ilegalmente da área.

As denúncias dos assentados repassadas à Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), chegaram ao conhecimento dos que estavam sendo denunciados, o que desencadeou o conflito que assumiu as dimensões de uma chacina.

A Coordenação Nacional da CPT afirma que a política de manejo florestal que incide muitas vezes sobre áreas de assentamentos, ou de comunidades tradicionais, visa única e exclusivamente o crescimento econômico que se concentra nas grandes madeireiras. Estas utilizam de todos os instrumentos possíveis, legais e ilegais, para explorar a rica diversidade florestal de nosso país. Corromper funcionários públicos e lideranças das comunidades, faz parte de sua estratégia. As comunidades camponesas e os assentados, na maior parte das vezes, são totalmente excluídos dos “benefícios” deste manejo.

O que acontece hoje na Amazônia é a repetição do que ocorreu em todo o território nacional desde a época do Brasil Colônia. A natureza é vista como mera fonte de riquezas e é sistematicamente depredada para gerar divisas. As comunidades são espoliadas dos poucos bens que possam ter, quando não fisicamente eliminadas.

A CPT vê ainda como uma outra fonte potencial de conflitos e violência, a aprovação da MP 458, transformada na lei 11.952/09 que regulariza a grilagem de terras na Amazônia. Surgem, em diversos pontos, notícias de conflitos de interesses entre os que buscam a regularização e as famílias e comunidades que tradicionalmente ocupam aquelas terras.

É hora de colocar um ponto final em tanta violência. Titular as terras e territórios das comunidades tradicionais e realizar uma Reforma Agrária ampla, com a participação das comunidades e trabalhadores é condição *sine qua non* para que haja paz no campo.

Goiânia, 30 de setembro de 2010.
A Coordenação Nacional

* Nota Pública da Coordenação Nacional da CPT sobre conflito, com mortes, em área do Projeto de Assentamento Rio Cururuí, município de Pacajá, PA.

Agente pastoral e trabalhadores rurais sem-terra sofrem perseguição e ameaças*

A Coordenação da CPT - Regional Araguaia-Tocantins vem a público para denunciar as perseguições e ameaças sofridas nos últimos meses pelo agente pastoral Silvano Lima Rezende e trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Santo Antonio Bom Sossego, município de Palmeirante-TO, situado a aproximadamente 40 quilômetros da cidade de Colinas do Tocantins-TO e a três km da TO-225, lado leste.

A área que é hoje o Assentamento Santo Antonio Bom Sossego, foi, grilada por três fazendeiros e ocupada, desde 2005, por trabalhadores rurais sem-terra. Na criação do assentamento, o Incra fez um acordo verbal com os ditos “fazendeiros” e reduziu o assentamento que era previsto inicialmente para 19 famílias e assentou apenas nove dessas famílias, deixando o restante da área reivindicada para os grileiros. As 10 famílias não assentadas continuaram ocupando a área entregue, de forma irregular e através de influências políticas, aos grileiros.

Recentemente tem ocorrido a exploração de madeira da reserva legal do assentamento.

A ocupação legítima desses trabalhadores tem provocado reações violentas por parte dos fazendeiros (grileiros) e madeireiros, que vem se concretizando através de pistoleiros em perseguições e ameaças

a partir de março de 2010, quando o agente pastoral recebeu a primeira ameaça de morte depois de denunciar a presença de homens armados dentro do Assentamento Santo Antonio Bom Sossego. No período de agosto de 2010 até o último domingo, ocorreram vários episódios agravando os conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e pistoleiros. É constante a presença de pistoleiros armados na área. No dia 03/10/10 à tarde, os pistoleiros atearam fogo em barracos de famílias ocupantes, destruindo os barracos do senhor João Neto e Senhor Adaugenor. Um dos posseiros viu a presença dos criminosos na área. Entre eles, um dos grileiros.

Diante da situação insustentável e conflituosa, a coordenação do Regional Araguaia- Tocantins da CPT exige que as autoridades investiguem as denúncias de ameaças e as violências praticadas, e que façam cumprir os dispositivos constitucionais da função social da propriedade, reconhecendo os direitos dos trabalhadores que resistem na terra.

Ao mesmo tempo expressa apoio e solidariedade aos trabalhadores sem-terra, ocupantes da área e ao agente pastoral Silvano, ameaçados e perseguidos, desejando-lhes obstinação e firmeza ao lado daqueles que ao longo da história sofrem a exclusão dos direitos, principalmente, do acesso à terra.

Araguaína, 08 de outubro de 2010.
Pedro Ribeiro e Samuel Viana
Coordenação Regional Araguaia-Tocantins
Comissão Pastoral da Terra

* Nota Pública, assinada pela Coordenação Regional da CPT Araguaia Tocantins sobre perseguições e ameaças a trabalhadores e agente da CPT, em Palmeirante, TO.

Matança na fazenda Rio Cristalino, no sul do Pará*

De maio a outubro de 2010, 04 trabalhadores rurais, cujos nomes constariam numa “lista” de marcados para morrer, foram assassinados na área ainda não desapropriada da Fazenda Cristalino, ocupada por cerca de 600 famílias desde 2008.

As vítimas foram: o lavrador Paulo Roberto Paim, morador do Retiro 5, pai de 2 filhos menores, assassinado em 28.5.10, na estrada do Retiro 5; José Jacinto Gomes, conhecido como Zé Pretinho, posseiro do Retiro 7, encontrado morto na sua própria roça, em 26.6.10, com diversos hematomas no corpo; em 22.10.10 foi a vez de Givaldo Vieira Lopes, pai de 3 filhos menores, morto com dois tiros na estrada do Lote 04, quando estava andando sozinho, de motocicleta, teve o corpo muito machucado; por fim, Lourival Coimbra Gomes, também conhecido por “Baiano”, cujo corpo foi encontrado no dia 24.10.10 na sua própria casa, com a cabeça decepada, a qual não foi encontrada.

A ocupação foi feita em 2008 pela Fetraf, numa área não desapropriada de 50.000 ha da Fazenda Rio Cristalino (ex-Fazenda Volkswagen). A partir de 2009, muitas dessas famílias se desligaram da Fetraf e criaram a “Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais dos Retiros 1 ao 15” da Fazenda Cristalino, devido à pressão de um grupo que se diz representante da entidade e que extorque dinheiro das famílias, ameaçando-as para sair

dos lotes que já tinham pago à entidade. Esse grupo persegue as lideranças da nova Associação, cujos nomes constariam, entre outros, numa lista de marcados para morrer.

Os nomes de todos os acusados constam nas diversas ocorrências policiais registradas pelos trabalhadores na Polícia Civil de Santana do Araguaia, na Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção (DECA), na Polícia Federal e junto ao Ministério Público Estadual.

Diante disso, questiona-se:

Até quando as famílias da Fazenda Rio Cristalino vão ter que esperar pela prisão dos membros do grupo de extermínio?

Quem será a próxima vítima da “lista” dos marcados para morrer:

- Dona Jocélia, viúva de Givaldo, que continua a trabalhar em seu lote do Retiro 7?

- Dona Rosário Pereira Milhomem, tesoureira da Associação, que continua a morar no seu lote, no Retiro 8, apesar das ameaças desses pistoleiros que apontaram armas em sua cabeça?

- Outros?

Xinguara-PA, 06 de dezembro de 2010.
Frei Henri Burin des Roziers
Advogado da Comissão Pastoral da Terra

* Nota assinada por Frei Henri Burin des Roziers, advogado da CPT, sobre assassinatos ocorridos na área da Fazenda Rio Cristalino, no Pará

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AMA	Amigos do Meio Ambiente	ABU	Associação Brasileiros Unidos
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	ACSJT*	Associação Comunitária São José do Tomé
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Arqpedra	Associação da comunidade remanescente do quilombo Pedra do Sal
AP	Assembleia Popular	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel
Abust	Assoc. Brasileira do Uso Social da Terra	ACRQ	Arcanjo das Cachoeiras
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	ACQERJ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos do Estado do RJ
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
AATRSU	Assoc. do Agricultores Trabalhadores Rurais de Sumaúma	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
Arzup	Assoc. dos Assentados da Reforma Agrária Zumbi dos Palmares	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agricultura Familiar de Congonhas Nossa Família	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
APADRIT	Assoc. dos Prod. Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi	AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
Apao	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	APL*	Associação de Pescadores e Lavradores
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	AST*	Associação de Sem Terra
AAC*	Associação Antônio Conselheiro	ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai
ABA	Associação Brasileira de Antropologia	ADC	Associação Direito e Cidadania
		Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores

Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	APA	Associação dos Produtores Alternativos
Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
AC*	Associação dos Chacareiros	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros	Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros
AMRP*	Associação dos Microprodutores Rurais de Petrolândia	ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília
AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba	Astelviva	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento
AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde	Astelvira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio	Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
Apaj*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu	Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba	ADT*	Associação em Direito da Terra
Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha	Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra
APPRBV*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Boa Vista	Ahomar	Associação Homens do Mar da Baía da Guanabara
Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa	AHMBG*	Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara
Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia	AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa
Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru	AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres
APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará	Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá	Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios	Anab	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
ASPJ*	Associação Padre Josimo	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	CJG	Centro de Justiça Global
Aspan	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
Apeart	Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
PRORURAL	Associação Prorural	Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	CTV*	Centro Terra Viva
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
AQM*	Associação Quilombola do Machadinho	CDH	Comissão de Direitos Humanos
AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
ARST	Associação Renovadora Sem Terra	CEH	Comissão Estadual dos Hortos
ARPRC*	Associação Rural dos Possesores de Rio dos Couros	Codema	Comissão Municipal de meio Ambiente de Munhuaçu
ASA	Associação Santo Antônio	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	CPT	Comissão Pastoral da Terra
Asteca	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda
ATP	Associação Terra e Paz	CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente
AUV	Associação União da Vitória	Codeviser	Comitê de Defesa das Vítimas da Santa Elina
Astrarural	Astrarural	CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes
Brigada	Brigada Indígena - ES	CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra	CRCTE*	Comitê Regional Contra o Trabalho Escravo
Capão Xavier	Movimento Capão Xavier Vivo	CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Cáritas	Cáritas Brasileira	Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca
COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CPM	Central de Movimentos Populares	CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
CAR	Central dos Assentados de Roraima	CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores	CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CAA	Centro de Agricultura Alternativa	CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor	Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres
Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi
Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	Ctac	Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres
CCL	Centro de Cidadania e Liderança	Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos	CIR	Conselho Indígena de Roraima
CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
Ceris	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais	CP**	Conselho Paroquial

CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores		do Estado do RS
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais
Crabi	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipú	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
CP*	Consulta Popular	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt	FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada	FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte
CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região	FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais
Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias	Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá	Fetrafr	Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar
Coopervida	Coopervida	Fetagr/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB	Fetagr/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Fetagr/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais	Fetagr/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba	Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Ceta	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos	Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas	Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas	Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio	Fetagr/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços	Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Diocese	Diocese	Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
DJP	Dominicans for the Justice and Peace	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
Eacone	Eacone	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais	Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar		
Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema		
FAF	Federação da Agricultura Familiar		
Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ		
FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado		
FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores		
NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG		
FCQPR*	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná		
FACQRS*	Federação de Comunidades Quilombolas		

Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá	FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania
Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná	FST	Fórum Social do Triângulo
Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí	FSM*	Fórum Social Mineiro
Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	FSPA*	Fórum Social Pan-Amazônico
Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte	FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo
Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul	FDA	Frente de Defesa da Amazônia
Petraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	FOE	Frente de Oposição de Esquerda
Petrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul	FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi
Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado	FRP	Frente de Resistência Pataxó
Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno	FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto	Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG	Funáguas	Fundação Águas
Fase	Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional	Furpa	Fundação Rio Parnaíba
Fisco-Fórum	Fisco-Fórum	FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica
FTR	Força dos Trabalhadores Rurais	FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
FS	Força Sindical	GE*	Global Exchange
FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido	Greenpeace	Greenpeace
Faor	Fórum da Amazônia Oriental	GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
FPS	Fórum das Pastorais Sociais	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
FAF*	Fórum de Agricultura Familiar	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores	Xambrê	Grupo Xambrê
Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco	IA*	Igreja Anglicana
FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH	Índios	Índios
Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas	IMS	Instituto Marista de Solidariedade
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	ISA	Instituto Socioambiental
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	Inst. Vidagua	Instituto Vidagua
FNF	Fórum Nacional do Fisco	Intersindical	Intersindical
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	JG*	Justiça Global
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	LCC	Liga Camponesa Corumbiara
		LCP	Liga dos Camponeses Pobres
		LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
		LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
		LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
		LOC	Liga Operária e Camponesa
		MMM	Marcha Mundial das Mulheres
		Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
		Montanha Viva	Montanha Viva
		MAP	Movimento Agrário Popular
		MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
		MBB	Movimento Bandeira Branca
		MTB	Movimento Terra Brasil
		MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais	MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes
MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra	MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MCC	Movimento Camponês Corumbiara	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MCP	Movimento Camponês Popular	MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra	MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)
MTI*	Movimento da Terceira Idade	MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis
MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo	MFP	Movimento Fé e Política
MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural	MGA*	Movimento Grito das Águas
MEB	Movimento de Educação de Base	MIG	Movimento Indígena Guarani
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MND	Movimento Nacional de Desempregados
MLT	Movimento de Luta pela Terra	Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras	MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo	MPL	Movimento Passe Livre
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MPSC	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela
M8M*	Movimento Dia 08 de Março	MUP	Movimento pela Universidade Popular
Mast	Movimento dos Agricultores Sem Terra	MV*	Movimento pela Vida - SC
Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens	MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas
Maap	Movimento dos Assentados do Amapá	MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
Mabe	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	MPRD	Movimento Pró Rio Doce
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
Mopeba	Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MSO	Movimento Social Organizado
MPB*	Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	MSONT	Movimento Sonho da Terra
MSAR*	Movimento dos Sem Água em Defesa do Riachão	MTB*	Movimento Terra Brasil
MT	Movimento dos Trabalhadores	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MTV	Movimento Terra Vida
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MUL	Movimento União dos Lavradores
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
		MUT	Movimento Unidos pela Terra
		MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
		MXV*	Movimento Xingu Vivo

NDH	Núcleo de Direitos Humanos	SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso
OAC	Organização Agrária Camponesa	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
OLC	Organização da Luta no Campo	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
OMR*	Organização de Moradores da Resex	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
OPI	Organização de Produtores de Ipirá	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia	STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
OG	Organização Governamental	Sepe	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
OI	Organização Independente	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
OTL	Organização Terra e Liberdade	Sinergia	Sinergia
Paróquias	Paróquias	SDS	Social Democracia Sindical
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
PT	Partido dos Trabalhadores	SMDDH	Sociedade Marenhese de Defesa dos Direitos Humanos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Past. da Criança	Pastoral da Criança	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	SOS Capivari	SOS Capivari
PJR	Pastoral da Juventude Rural	TD*	Terra de Direitos
PR	Pastoral Rural	Terra Livre	Movimento Terra Livre
Pescadores	Pescadores	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
Planeta Vida	Planeta Vida	Tupã 3E	Tupã 3E
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	UMP	União das Mulheres Piauienses
RCONGS	Rede Cerrado de Ongs	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água	USST	União dos Santanenses Sem Terra
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
SI	Sem informação	UFT	União Força e Terra
SS	Sem Sigla	UNE	União Nacional dos Estudantes
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	SS*	União Socialista pela Terra
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar	Via Campesina	Via campesina
SER	Sindicato dos Empregados Rurais		
SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada		
SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais		
SM	Sindicato dos Metalúrgicos		
Sinpra	Sindicato dos Pequeno e Médios Produtores Rurais Assentados		
SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros		

Fontes de Pesquisa

- *Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT
- *Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais
- *Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais
- *Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

- Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Araguaína-TO
- Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia - <http://www.cptba.org.br>
- Comissão Pastoral da Terra Regional Paraná - <http://www.cpt.org.br>
- Comissão Pastoral da Terra Regional Piauí - <http://cptpi.blogspot.com>
- Comissão Pastoral da Terra - CPT NE 2 - <http://www.cptpe.org.br>
- Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO
- Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - <http://cptrondonia.blogspot.com>
- Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO
- Pelejando - CPT - MG

Igrejas

- ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural
- Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
- Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT
- APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural
- Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

- Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br
- CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
- Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Cimi - Conselho Indigenista Missionário
- CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
- Documentos de Dioceses
- IEAB - Igreja Evangélica Anglicana do Brasil
- IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
- O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA
- O Roceiro - Crateús-CE
- Pastoral da Comunicação
- PJ - Pastoral da Juventude
- PJR - Pastoral da Juventude Rural
- PO - Pastoral Operária
- Porantim - Brasília - DF
- Ressureição e Vida - Senhor do Bonfim - BA
- SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

- Justiça Global Brasil - <http://global.org.br>
- Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
- Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
- CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos
- CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
- CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
- CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
- Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social

Centro de Justiça Global
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Orgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH-Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Contraponto - Marabá-PA
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres - LCP
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Movimento Xingu Vivo
 Revista Sem Terra
 Via Campesina

Sindicatos

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores - CUT
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura
 Jornal da Fetag - BA
 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura - STL

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Camponato
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
Anistia Internacional
CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
Combate ao Racismo Ambiental
Comissão de Direitos Humanos da OEA
Comitê Dorothy - PA
Comitê Rio Maria
Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
Delegacia de Polícia Civil
Departamento de Medicina Legal
Depoimentos
Dhesc - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais
Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
Documentos Gerais
Fórum Carajás
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará
Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
<http://contasabertas.uol.com.br>
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inkra
Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG

Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
Observatório Quilombola - <http://www.koinonia.org.br>
Ofícios
OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
ONU - Organização das Nações Unidas
Ordem dos Advogados do Brasil
Ouvidoria Agrária
Pé no Chão - PT - PB
Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE
www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
www.irpaa.org
www.justicanostrilhos.org
www.resistenciacamponesa.com
www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna-BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - MT
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Alagoas
 Agência Amazonas de Notícias
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Minas
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Blogs
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Família
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 clicabrasilia.com.br
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - www.clmais.com.br
 Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correioweb - Brasília - DF
 Cosmo online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã -Ponta Grossa - PR
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ

- Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
<http://conexaoto.com.br>
<http://folhadoprogresso.com>
<http://gazetaweb.globo.com>
<http://jornale.com.br>
<http://leopoldinense.com.br>
<http://oparlamento.com>
<http://passapalavra.info>
<http://portalamazonia.globo.com>
<http://rondoniadinamica.com>
<http://routenews.com.br>
<http://supernoticia.com.br>
<http://tapajoslivre.org/>
<http://terramagazine.terra.com.br>
<http://tudonahora.uol.com.br>
<http://wn.frizz.com.br>
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS

O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal RPC
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
 Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP

Sítios Eletrônico

www.100preconceitopa.com.br
www.ac24horas.com
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.agazeta.net
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoastempo.com
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazonia.org.br

www.aquidauananews.com
www.atalaiaagora.com.br
www.bahianoticias.com.br
www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasiloste.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.carajasojornal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.conesul.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diarioliberalidade.org
www.diarioms.com.br
www.ecoeacao.com.br
www.emtempo.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extralagoas.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fazendomedia.com
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadosulononline.com.br
www.folhavitoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gentedeopinioao.com
www.globoamazonia.com
www.infonet.com.br

www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.jangadeiroonline.com.br
www.jfolharegional.com.br
www.jm1.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br
www.jornaldacidade.net
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.liberdadedigital.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com
www.navegadormt.com
www.nominuto.com
www.nossacara.com
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com
www.oacre.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.orm.com.br
www.overmundo.com.br
www.parecis.net
www.pbagora.com.br
www.pindavale.com.br
www.politicapb.com.br

www.portalaz.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldopurus.com.br
www.portalnahora.com.br
www.radar64.com
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redesuldenoticias.com.br
www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniagora.com
www.rondoniaovivo.com
www.sistemaodia.com
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.tarobacascavel.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudoparana.com
www.tudorondonia.com.br
www.uai.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.wscom.com.br
www.zedudu.com.br
Zero Hora - Porto Alegre - RS

Comissão Pastoral da Terra - Nacional

SECRETARIA NACIONAL

R.19, no. 35, 1º and., Ed. D. Abel Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/ GO
Fone: (62)4008-6466/4008-6400
Fax: (62)4008-6405
E-mail: cpt@cptnacional.org.br
Site:www.cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261, Bairro Cerâmica
CEP 69908-970
Rio Branco/ AC
Caixa Postal: 284
Fone/Fax: (68) 3223 2193
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000,
B. Jesus de Nazaré
CEP: 68906-970
Macapá/AP
Fone: (96) 3223-2539
Fax:(96)3222 10 47
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555, Centro
CEP 69025-030
Manaus/ AM
Fone/Fax: (92) 3232 1160
E-mail: cptam@vivax.com.br

ARAG./TOCANTINS

R.Porto Alegre, 446, B. São João
CEP: 77807-070
Araguaína/ TO
Caixa Postal: 51
Fone/Fax: (63) 3412-3200/36 64
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA

R. Gal Labatut, 78, B. Barris
CEP: 40070-100
Salvador/ BA
Fone/Fax (71) 3328- 4672/46 83
E-mail: cptba@cptba.org.br
Site:www.cptba.org.br
<http://blog.cptba.org.br>

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,
150, Bairro Fátima
CEP: 60050-150
Fortaleza/CE
Fone/Fax: (85) 3226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259 Sernanby,
CEP: 29.930-000
São Mateus – ES
Caixa Postal: 312
Fone/Fax: (27) 3763-3505
E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

R. 19, 35, 1o.andar, Ed.
D. Abel, Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/GO
Fone: (62) 3223 -5724
Fax: (62) 3225 6534
E-mail: cptgo@hotmail.com
www.cptgoias.com

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 Centro
CEP: 65020-590
São Luiz/ MA
Fone: (98) 3222-4243
Fax: (98) 3232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br
cptmadoc@elo.com.br

MATO GROSSO

R. Amambaí, 160,
Setor Alvorada
CEP: 78048-460
Cuiabá/MT
Fone: (65) 3621 -3068
Fax: (65) 3621 -2942
E-mail: cptmt@terra.com.br

MATO GROSSO DO SUL

R. Nicolau Frageli, 71,
Bairro Amambaí
CEP: 79008-570
Campo Grande/MS
Fone/Fax: (67) 3029-7729
E-mail: cptms@terra.com.br

MINAS GERAIS

R. Cassiterita, 59,
Bairro Santa Inês
CEP: 31.080-150
Belo Horizonte/ MG
Fone: (31) 3466-0202/3481-5420
Celular: (31) 9636-1790
E-mail: cptminas@veloxmail.com.br
site: www.cptmg.org.br

NORDESTE

R. Esperanto, 490,
Ilha do Leite
CEP: 50070-390
Recife/PE
Fone: (81) 3231-4445/ 3221 7314
Fax: (81) 3222-2943
E-mail: cptpe@cptpe.org.br
Site: www.cptpe.org.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151,
Bairro Marco
CEP: 66093-050
Belém/ PA
Fone/Fax: (91) 3226 -6491
E-mail: ctpa@cnbbn2.org.br

PARANÁ

R. Paula Gomes, 703, 1o Andar São Francisco
CEP: 80510-070
Curitiba/PR
Fone/Fax: (41) 3224 -7433
E-mail: londrina@cpt.org.br

PIAUI

R. Desemb. Pires de Castro,
631, Centro Norte
CEP: 64.000-390
Terezina/PI
Fone: (86) 3222-4555
Fax: (86) 3223-9370
E-mail: cptpi@veloxmail.com.br
<http://cptpi.blogspot.com>

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
Bairro Passo das Pedras
CEP: 91230-370
Porto Alegre/ RS
Fone/Fax: (51) 3344-4415
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

R. Sen. Álvaro Maia, 1034,
Bairro Olaria
CEP: 78.902-920
Porto Velho/RO
Fone: (69) 3224-4800
Fax: (69) 3223-1135
Celular: (69) 9984-9964
E-mail: cpro@terra.com.br
<http://cptrondonia.blogspot.com>

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B.
Centro
CEP: 69301-320
Boa Vista – RR
Fone: (95) 3224-4636
E-mail: cptroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
CEP: 88040-001
Florianópolis/SC
Fone/Fax: (48) 3234 4766
E-mail: cpts@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente
Rua Pe. João Goetz, n. 400, Jd. Esplanada
CEP: 19061-460 – Pres. Prudente – SP
Fone: (18) 3918-5000 – ramal 54
9781-4148
Email: glauciavania@ig.com.br
<http://www.cpts.com.br>

